

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data
cod. XVD 00182

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS

ÁREAS 4 E 5

TERRA INDÍGENA PARABUBURI (MT)

POPULAÇÃO INDÍGENA XAVANTE

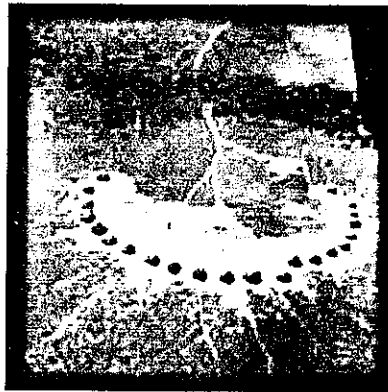


Foto aérea de uma aldeia Xavante da região do rio das Mortes
(Eredit Werger- década de 1940)

Portaria: FUNAI - 1086/PRES - 20 de outubro de 2000

CD4/DEID,
BMS, 11/07/01
AA.

Sumário

Apresentação	01
Introdução	
a) objetivos e composição do GT.....	03
b) Fontes utilizados neste Relatório.....	03
c) O trabalho de campo e a participação Xavante.....	04
d) Legislação pertinente	12
Primeira Parte - Organização Sociocultural e História	
1. Identificação do grupo.....	18
1.1. Modo de vida, morfologia social e exploração do meio ambiente.....	19
1.2 Territórios Xavante.....	24
1.2.1. Os Acuen em Goiás - Xavante e Xerente - e os primeiros contatos (1750-1800).....	24
1.2.2. A ocupação Xavante do leste mato-grossense (1820-1930).....	27
1.2.3. O segundo contato: colonização e esbulho territorial.....	30
1.2.4. Década de 70: a recuperação territorial Xavante.....	38
1.2.5. Terra Indígena Parabubure.....	48
Segunda Parte: Atividades Produtivas e Meio Ambiente	
2. Introdução.....	55
2.1. Identificação do contexto regional.....	56
2.1.1. Vegetação.....	58
2.1.2. Fauna.....	60
2.1.3. Relevo e Solos.....	61
2.1.4. Clima.....	61
2.1.5. Hidrografia.....	62
2.1.6. Áreas Protegidas.....	63
2.2. Ecologia Humana: modo de vida tradicional.....	64
2.3. Etnoecologia: os Xavante e o ambiente regional.....	66
2.3.1. Os nomes, as plantas e as mulheres.....	67
2.3.2. Ambientes identificados e explorados.....	67
2.3.3. Importância e o significado da água.....	69
2.3.4. TEDE'WA – Donos Xavante de elementos da natureza.....	71
2.4. Etnobotânica: conhecimento e uso de plantas medicinais	72
2.5. Etnozoologia : conhecimento sobre animais e aves.....	74
2.6. Apropriação socioeconômica e cultural Xavante.....	74
2.6.1. Caça.....	75

2.6.1.1... Importância da caça como fonte de alimentação.....	80
2.6.1.2. Coleta Potencial e Sustentabilidade.....	81
2.6.1.3. Conservação e Manejo de fauna.....	82
2.6.1.4. Principais áreas de caça.....	83
2.6.2. Coleta.....	87
2.6.2.1. Principais locais de coleta.....	90
2.6.3. Pesca.....	92
2.6.3.1. Principais locais de pesca.....	94
2.6.4. Agricultura.....	94
2.6.5. Criação de animais e aves.....	98
2.6.6. Outras atividades econômicas.....	99
2.7. Aspectos Conservacionistas.....	100
2.7.1. Conservação e sustentabilidade dos Recursos Naturais.....	102
2.7.2. Recursos hídricos e pesqueiros.....	104
2.7.3. Impactos e legislação ambiental.....	106

Terceira Parte: Habitação Permanente e Reprodução físico-cultural Xavante.

3. A vitória contra a extinção.....	115
3.1. Grupos locais, disputas faccionais e controle territorial.....	119
3.2. Evolução demográfica e ocupação territorial.....	122
3.3. Fragmentação de aldeias, dinâmica faccional e demografia.....	125
3.4. Da habitação permanente à reprodução física e cultural Xavante.....	131

Quarta Parte: Levantamento Fundiário..141

Quinta Parte - Conclusão e Delimitação

5. Reprodução física e cultural.....	150
5.1. Gestão territorial.....	151
5.2. Nomes das terras.....	155
5.3. Limites: detalhes físicos e ambientais.....	156

Bibliografia.....	161
--------------------------	------------

Índice de Mapas e Fotos

Páginas	Conteúdo
Entre: 5 e 6	Reuniões para discussão de limites (JLP e LAF)
Entre: 7 e 8	Caçadas durante a identificação (LRP)
Entre: 16 e 17	Fotos: acampamento de assentados e lista de nomes Xavante (LRP)
Entre: 19 e 20	Mapa das atuais terras Xavante
Entre: 27 e 28	Mapa da ocupação Xavante do leste mato-grossense
Entre: 37 e 38	Mapa dos limites indicados no Anteprojeto do PIX (1950)
Entre: 62 e 63	Hidrografia da região
Entre: 68 e 69	Mapa dos ambientes identificados e explorados
Entre: 69 e 70	Fotos 1 e 2: Água (MGM)
Entre: 70 e 71	Fotos 19 e 20: Água (MGM)
Entre: 72 e 73	Fotos 3 e 4: Plantas medicinais e curadores (MGM)
Entre: 75 e 76	Fotos 7 e 8: Caça (MGM)
Entre: 76 e 77	Fotos 5 e 6: Caçadores (MGM)
Entre: 87 e 88	Fotos 9 e 10: Coleta (MGM)
Entre: 89 e 90	Fotos 13 e 14: Caça de estimação e artesanato (MGM)
Entre: 93 e 94	Mapa de uso das áreas 4 e 5 para caça, coleta e pesca
Entre: 95 e 96	Fotos 11 e 12: Pesca, mandioca e roça de toco na área 4 (MGM)
Entre: 99 e 100	Fotos 15 e 16: artesanato e cerrado recuperado (MGM)
Entre: 129 e 130	Mapa de fragmentação das aldeias Xavante da TI Parabubure
Entre: 132 e 133	Mapa de referências antropológicas nas áreas 4 e 5
Entre: 133 e 134	Fotos dos morros Hu' uhi e Eteseri' re (LRP)
Entre: 134 e 135	Fotos dos cemitérios de Sereza e Rairinté (LRP)
Entre: 137 a 138	Fotos dos velhos durante a identificação (LRP)
Entre: 155 e 156	Fotos de áreas do Isou' pa (preservado e degradado) (LRP)
Entre: 156 e 157	Mapa da futura Terra Indígena
Entre: 158 e 159	Mapa de satélite: contraste com o entorno e limites

Autores das fotos:

- **JLP** - Jorge Luiz de Paula
- **LAF** - Leonor Antonio de Freitas
- **MGM** - Murilo Gambatto de Mello
- **LRP** - Luis Roberto de Paula

APRESENTAÇÃO

A apresentação deste relatório tentou seguir, na medida do possível, o roteiro proposto na Portaria 14, permitindo que houvesse, ao mesmo tempo, um espaço de manobra suficiente para efetuar as adequações necessárias de acordo com as especificidades socioculturais da população indígena aqui focalizada.

Essas adequações se fazem necessárias pelo fato de que nas sociedades indígenas as atividades econômicas, políticas, cosmológicas e a apropriação territorial e ambiental estão de tal maneira entrelaçadas que se torna praticamente impossível separá-las em tópicos distintos.

Especialmente no caso Xavante, tanto as ações de seus membros - como suas reflexões sobre elas - estão constantemente permeadas pelas formas estruturais e tradicionais de apropriação territorial e de percepções do mundo propriamente indígenas, sendo que, por consequência, as articulações e as mediações entre natureza e cultura só podem ser compreendidas a partir de uma abordagem que integre os diversos planos de suas existências, e não o contrário.

Como veremos exaustivamente no decorrer do relatório, em uma atividade de caça - portanto, uma ação de apropriação sobre o meio ambiente - encontram-se envolvidas, ao mesmo tempo, uma atividade econômica, uma atividade ritual e um atividade cosmológica. Ou seja, a apresentação da cosmovisão indígena em relação ao mundo a sua volta através de "partes" - e, estas, a partir de itens e tópicos - tendem a impor fronteiras que não existem de fato ao modo de vida indígena.

Entretanto, devido não só às exigências do roteiro, como também ao próprio formato clássico de apresentação desse tipo de análise, o relatório que se segue é dividido em "partes" e "tópicos", mas de uma maneira menos fragmentada possível. Não é por acaso que muitos raciocínios e exemplos, como será observado, acabaram por se repetir, justamente pelo fato de que as partes sugeridas como roteiro na Portaria 14 - principalmente, *habitação permanente, atividades produtivas, meio ambiente e reprodução física e cultural* - estão totalmente imbricadas e são intimamente interdependentes.

Bem, a **Introdução** tem como temas principais a participação dos Xavante no trabalho de identificação e os aspectos jurídicos envolvidos nesse tipo de procedimento de regularização fundiária, além das explicações formais sobre a formação, as fontes consultadas e objetivos do Grupo Técnico.

Na **Primeira Parte - Organização Sociocultural e Território**, são apresentados os aspectos principais da estrutura social e política Xavante e o histórico de seus

processos migratórios e de ocupação territorial a partir da memória do grupo que se encontra registrada tanto pelos diversos não-índios que entre eles estiveram em momentos anteriores (pesquisadores, antropólogos, missionários, funcionários do SPI e da FUNAI, etc), como por nós mesmos no decorrer desse trabalho.

Na **Segunda Parte - Atividades Produtivas e Meio Ambiente**, tentamos evitar ao máximo a fragmentação a que nos referimos de início, através de uma discussão mais integrada possível entre as formas de "produção indígena tradicionais" (caça, coleta, pesca e agricultura de coivara), as transformações advindas do contato sobre elas e a relação dos grupos locais Xavante com o meio ambiente.

Na **Terceira Parte - Habitação Permanente e Reprodução física e cultural** são apresentados e discutidos dados referentes ao crescimento demográfico Xavante (as condições de saúde, de doença, aspectos sanitários, etc) e a distribuição espacial - e os critérios tradicionais e atuais do grupo para essa distribuição - das aldeias da Terra Indígena Parabubure. Novamente, aplica-se aqui o mesmo raciocínio anterior, ou seja, buscamos sublinhar a necessidade da articulação das análises entre a noção de habitação permanente e de reprodução física e cultural do grupo, pois as vemos como duas variáveis também interdependentes. Ressalte-se aqui que o fato da apresentação e a análise dessa terceira parte vir após a apresentação da segunda (atividades produtivas e meio ambiente) é justificada pelo fornecimento de subsídios fundamentais aos argumentos desenvolvidos quando discutimos, particularmente, a reprodução física e cultural do grupo.

Na **Quarta Parte - Levantamento Fundiário**, são apresentadas algumas breves considerações a respeito dos processos de apropriação das terras indígenas por não-índios no estado do Mato Grosso, chamando a atenção para a necessidade de se avaliar com seriedade as responsabilidades do poder público (federal, estadual e local) pela situação política tensa existente particularmente na região foco dessa análise. A demora em atender as demandas Xavante pela recuperação de suas terras e, ao mesmo tempo, o impacto social que o provável atendimento dessas demandas vão causar em relação ao destino das muitas famílias que estão assentadas nas áreas reivindicadas, são dois fatores que devem ser avaliados em conjunto.

Enfim, na **Quinta Parte - Conclusão e Delimitação**, tecemos os comentários finais a respeito do trabalho de identificação aqui focalizado, as justificativas dos limites apresentados, sugerindo inclusive algumas reflexões iniciais sobre estratégias de gestão e controle territorial que deverão ser implementados a posteriori.

INTRODUÇÃO

a) Objetivo e composição do Grupo Técnico de Identificação e Delimitação

O presente relatório refere-se aos estudos de identificação das até aqui denominadas Áreas 4 e 5, reivindicadas pelos Xavante como espaços territoriais de ocupação tradicional. Esses espaços, contíguos à atual Terra Indígena Parabubure, fazem parte administrativamente dos municípios de Campinápolis, Água Boa e Nova Xavantina (Área 4) e Paranatinga (Área 5), no Estado do Mato Grosso.

O trabalho de identificação e delimitação das duas áreas reivindicadas pelos Xavante - determinado por meio da Portaria 1086/PRES de 20.10.2000 - foi desenvolvido entre 20 de outubro e 20 de dezembro de 2000 e contou com a participação dos seguintes membros:

Nome	Cargo/Função	Instituição
Jorge Luiz de Paula	Antropólogo/Coordenador	FUNAI
Luís Roberto de Paula	Antropólogo	Funai/UNESCO (consultoria)
Murilo Gambato de Mello	Ecólogo	Funai/UNESCO (consultoria)
Remidjo Tomazine Neto	Engenheiro Agrônomo	FUNAI/UNESCO
Silvia Fernandes Rocha	Engenheira Agrimensora	FUNAI/UNESCO
Elder Carlos Capellato	Engenheiro Agrimensor	FUNAI/UNESCO
Juliana Sarkis Costa	Engenheira Agrônoma	FUNAI/UNESCO
Leonor Antonio de Freitas	Técnico Agrícola	FUNAI/Barra do Garças-MT
Francisval Akerley da Costa	Ambientalista	FEMA/MT
Manoel Francisco de A. Filho	Técnico Agrícola	INCRA/MT

b) Fontes utilizados neste Relatório

As informações presentes neste relatório resultam de fontes primárias e secundárias que podem ser assim sub-divididas:

- bibliografia antropológica elaborada por pesquisadores que estiveram entre os Xavante em vários momentos do século XX;
- bibliografia sobre relatos de viajantes que estiveram entre os Xavante, ou obtiveram informações a respeito do grupo, durante os séculos XVIII, XIX e XX;
- laudos periciais, relatórios de identificação e delimitação, estudos de impacto ambiental, etc., relacionados à regularização fundiária das terras indígenas Xavante e projetos de desenvolvimento ocorridos na região, além de matérias de jornais e documentos diversos;

ant

- dados e avaliações (entrevistas e observação de campo) decorrentes do diálogo em campo com os Xavante e também com diversos atores não-indígenas envolvidos nesse tipo de processo de regularização fundiária: fazendeiros e posseiros que ocupam áreas contíguas à Terra Indígena Parabubure; moradores das cidades circunvizinhas; funcionários da FUNAI de Campinópolis e Barra do Garças; funcionários da saúde e da educação que trabalham nas aldeias Xavante; etc.

c) O trabalho de campo e a participação Xavante

A primeira etapa de atuação da equipe do GT Parabubure deu-se em Brasília, na sede da Fundação Nacional do Índio. Como já previamente agendado, os membros da equipe reuniram-se entre os dias 22 e 27 de outubro de 2000, visando traçar um roteiro mínimo e consensual para que o trabalho de identificação pudesse fluir com a maior facilidade possível.

Nesse mesmo período, por conta da constante presença de lideranças Xavante de Parabubure em Brasília, a equipe pode ser apresentada a alguns de seus caciques mais influentes e, por conseguinte, foi antecipado e acordado alguns dos objetivos principais do trabalho a ser realizado. Um certo clima de desconfiança por parte das lideranças Xavante em relação ao nosso trabalho pode ser notado, já que o processo de atendimento da demanda do grupo em relação a ampliação da terra indígena Parabubure tem se alongado desde 1995 formalmente - quando se tem informação dos primeiros pedidos protocolados junto à FUNAI a esse respeito - e, segundo outras fontes, desde 1985, portanto, imediatamente após a conquista da homologação de Parabubure.

Fazer uma etnografia pormenorizada dos 50 dias passados ao lado dos maiores conhecedores da tradição e do vasto território imemorial Xavante - seus velhos - é tarefa que não cabe em um relatório de identificação, não pelo conteúdo, que com certeza só viria a trazer mais subsídios, mas sim pelo excesso de espaço que tomaria, o que contraria a necessária objetividade que esse tipo de peça, jurídica acima de tudo, exige.

Portanto, o que será apresentado aqui são apenas algumas reflexões sobre questões importantes recolhidas no campo que, acreditamos, ajudarão a ilustrar e subsidiar as legítimas aspirações Xavante em relação à recuperação de parte de seu território tradicional.

A ida da equipe de Brasília para Barra do Garças, a cidade com maior infraestrutura da região, deu-se num momento de tensão política interna vivida pelos Xavante - por conta de uma disputa por chefia - em uma de suas terras indígenas (São Marcos).

Apesar do conflito estar localizado em uma outra terra indígena Xavante, as suas repercussões são refletidas diretamente sobre as demais terras, devido aos laços de parentesco existentes entre os grupos locais de cada uma delas. Não por acaso, o conflito de São Marcos, que teve índios com ferimentos graves, quase chegou a colocar em risco a execução do trabalho, tanto que tivemos que aguardar em Barra do Garças um "sinal verde" da FUNAI de Brasília para que efetivamente déssemos início ao trabalho de campo.

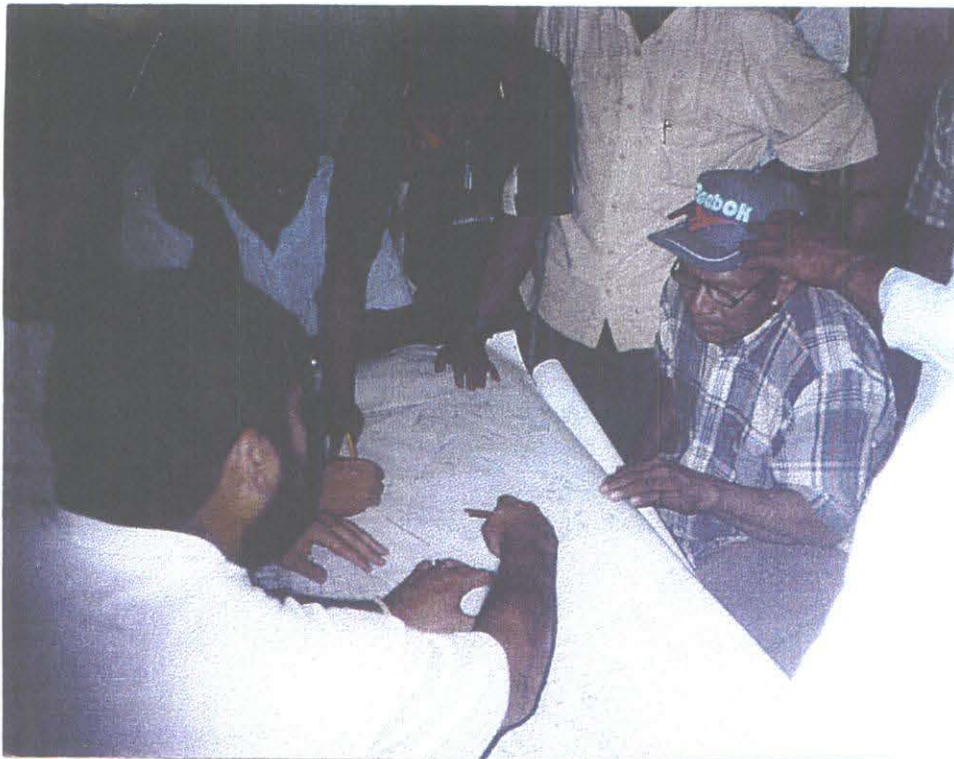
Foi pois num certo clima de tensão que a equipe conseguiu se reunir com a maioria dos caciques e lideranças Xavante da Terra Indígena Parabubure no dia 7 de novembro de 2000 - portanto, após quase 15 dias da equipe ter se reunido em Brasília - na cidade de Campinápolis, sede da Administração Regional da FUNAI.

O foco da reunião seria a organização do trabalho de campo e a decorrente escolha de quais seriam os representantes dos Xavante junto ao GT de identificação e delimitação das áreas reivindicadas. Duas questões de ordem colocadas pelos Xavante atrasaram bastante a definição do cronograma de trabalho. Primeiro, todos os caciques e lideranças Xavante demonstraram muita irritação com a FUNAI, portanto, com nossa equipe, por conta da demora no atendimento de suas demandas, repetindo os discursos de caciques Xavante quando da nossa estadia em Brasília.

" A Funai veio aqui faz quatro anos. Veio por causa da política e não pelos índios. Só enrolando. Tem que incluir todas as áreas. Vocês só pensam em diárias. " (Cacique José Luiz)

"Já tivemos esse compromisso com o Sullivan. Nós somos os legítimos donos da terra. O Portugal invadiu o Brasil, o índio já estava no Brasil. Agora já está tudo virando deserto. Já faz quatro anos que está parado esse ampliação." (Cacique Josué)

"Precisa arredondar todas as áreas... O índio não cria a riqueza. O rico do índio é a terra, animais, as frutas, os peixes. Precisamos de áreas para caçar, para fazer a caçada para a festa de casamento dos jovens. O índio está envolvido com o branco. Precisamos de mais terra para aumentar a caça. A área 5 está tudo quase destruído..os fazendeiros jogaram veneno que mata os bichos." (Cacique Hugo)



DISCUTINDO OS LIMITES - ADR CAMPINÁPOLIS



DISCUTINDO OS LIMITES - ALDEIA AUWE - KULUENE

020

"Fazendeiro vai ser pago? Terra foi tudo contaminada, não tem quase mais caça, não tem mais sucuri para comer. Então paga logo para fazendeiro e manda embora" (Cacique Cipriano)

Uma segunda questão emergiu em meio a essas cobranças. Apesar da discussão ser toda travada na língua materna, pode ser percebido a existência de posicionamentos claramente divergentes entre os Xavante tanto sobre qual o nome que seria dado as áreas 4 e 5, como também quanto aos seus limites. No decorrer do relatório será discutido de maneira mais detalhada a importância cultural que os Xavante dão aos nomes e aos processos de nomeação - e a relação desses processos com a apropriação territorial - além do porquê das divergências em relação aos limites das áreas.

Apesar de nossos insistentes cortes na discussão em relação aos nomes das áreas 4 e 5 - com o argumento de que seria ela uma questão menor naquele momento - grande parte do tempo da reunião com as lideranças Xavante foi gasto nesse tema. Para convencê-los de que o nome da área era "uma questão menor" e que o importante naquele momento era definir quem iria participar da identificação, foi necessário literalmente ameaçá-los com a retirada da equipe do campo, utilizando o argumento de que estávamos ali para defender o interesse do Xavante como um todo e não de um de seus grupos apenas¹.

Dois dias se passaram até que, finalmente, os Xavante chegaram a um consenso sobre quais velhos, escolhidos dentre seus grupos locais, estariam mais gabaritados para participar do trabalho de identificação. Ressalte-se que essa insistência da equipe para que os Xavante escolhessem os seus representantes o mais rápido possível buscou garantir não só a participação indígena no processo de identificação, como também na discussão cotidiana sobre quais as estratégias (locais a serem visitados, período em cada local, etc) para que o trabalho fosse realizado de maneira mais eficaz possível².

Logo nas primeiras saídas a campo, após andarmos cerca de 30 km atravessando pelo menos duas fazendas que fazem parte da área 4, encontramos

¹ Cumpre ressaltar aqui que o órgão tutor - A FUNAI - as vezes, tem legitimado as divisões faccionais Xavante, ao invés de buscar estratégias que visem amainá-las. Um dos caciques Xavante, por exemplo, possui uma placa, doada pela FUNAI, gravada com o nome da Terra Indígena seguido de seu nome. Infelizmente essa situação gera fortes tensões internas entre os grupos locais. Esse caso, infelizmente, abriu um precedente que dificilmente poderá ser revertido. De qualquer forma, ao final do relatório propomos uma saída para esse imbróglio.

² Buscamos assim atender a determinação expressa no parágrafo 3º do Decreto nº 1775/96 - "o grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento (de demarcação das terras) em todas as suas fases" e a recomendação contida na Primeira Parte (dados Gerais - item b) da Portaria nº14/96 - "pesquisa sobre o histórico de ocupação da terra indígena de acordo com a memória do grupo étnico envolvido".

algumas cabeças de gado perdidas em meio a um cerrado em plena recuperação e, por outro lado, alguns veados que despertaram imediatamente o desejo Xavante pela "carne de caça". Percebemos que essa situação de abandono de algumas fazendas servia também como argumento para que os Xavante as reivindicasse, pois, aos seus olhos, não é possível que possa existir uma área tão grande, "desocupada de gente", apenas com algumas cabeças de gado, e que eles - que se sentem como seus legítimos donos - tenham que caçar ali às escondidas.

Um dos caciques que nos acompanhou resumiu a reação dos Xavante à proibição de caçar - ordem expressa de muitos fazendeiros ou mesmo pelos "fiscais do IBAMA" - com o seguinte raciocínio: *"O veado está marcado com o nome deles? Não!... Os bichos são dos índios."* A exigência para caçar durante todo o trabalho de identificação chegou a propiciar momentos de tensão entre membros da equipe e com os Xavante. Chegamos a intervir de maneira rigorosa, quando foi possível, impedindo que eles caçassem nas fazendas nas quais tínhamos pontos a identificar, com o argumento que essa atitude poderia servir de pretexto para que os gerentes de fazenda inviabilizassem nosso trabalho. Sempre bastante contrariados, em alguns casos eles concordavam com nossa orientação, mas aproveitavam para tecer comentários sarcásticos tais como, *"Eles [os membros do GT] são amigo do Ibama!"*. Mas, na maioria das vezes, independente do nosso apelo, os Xavante, sem titubear, exigiram que parássemos o carro para matar veados, emas, tatus, etc. Em uma delas, inclusive, mataram um veado que, segundo eles, dá em média de 20 a 30 k de carne, alimentando com folga, por cerca de três dias, quatro famílias. (ou seja, quase 50 pessoas entre crianças e adultos). Esse apreço pelo ato de caçar é verificável, entre outras situações, pelo fato de um Xavante que chega à aldeia com uma caça ser muito bem recebido, quase que com "festa", ou, ao contrário - quando do insucesso de uma caçada - ser recepcionado friamente.

Os Xavante são muito bem informados sobre as "biografias" dos fazendeiros e dos posseiros que residem nas imediações. Por exemplo, passando sobre uma das fazendas reivindicadas, o cacique nos informou o nome de seu "proprietário", o nome da cidade onde residia (interior de São Paulo), o tipo de atividade que exercia (um frigorífico) e, além do mais, que estava falido. Esse tipo de informação - e, diga-se de passagem, os Xavante são muito bem informados - serve como subsídio a eles na luta pela terra, pois, ao conhecer a situação de cada uma das fazendas - localizadas dentro do seu antigo e vasto território tradicional - os Xavante avaliam as reais possibilidades de obterem sucesso no pleito (ou não).

Uma dificuldade que pareceu ser inerente ao trabalho de um GT de Identificação



IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA 4 - CAÇA DE VEADO (FAZENDA NOVA XAVANTINA)



IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA 5: CAÇA DE EMA (FAZENDA RIO MARIA)

é a emergência de boatos atrás de boatos. Exemplo disso ocorreu logo em uma das nossas saídas iniciais para o campo quando fomos parados por um Xavante - ainda dentro dos limites da terra indígena Parabubure - que nos passou a seguinte informação:

"O gerente da Fazenda Xavantina está armado e disse que não vai deixar ninguém entrar lá. Mas o dono da fazenda já chegou de avião de São Paulo e quer conversar com vocês...ele é bom."

O comentário final desse informante Xavante foi que "o gerente é ruim, mas o dono é bom" e que a gente deveria procurar o último para conversar. Informações ou boatos sobre supostas reações belicosas por parte tanto dos fazendeiros como dos Xavante, como a acima referida, foram constantes no decorrer de todo o trabalho de campo. Esta, por exemplo, não tinha o menor fundamento como veríamos dias depois: o "dono" da Fazenda Xavantina não se encontrava na região e o gerente - que encontramos no meio de uma das inúmeras estradas que cortam as áreas - nos tratou com absoluta cortesia, diferentemente de outros gerentes que posteriormente viríamos a encontrar.

Esse tipo de boato e de contra-informação foi uma constante durante o decorrer do trabalho, seja por parte dos Xavante, seja por parte de não-índios, reforçando uma verdadeira "guerra psicológica" que já se alonga na região há vários anos. Chegou-nos a notícia de que um cacique Xavante da Terra Indígena Areões - que estava também com um GT de Identificação em andamento - teria matado empregados de um fazendeiro da região e que, como represália, teria sido assassinado em seguida. Ficamos retidos num hotel em Nova Xavantina - com a equipe do GT de Areões - por um dia, aguardando aflitos e ansiosos, os desmentidos que viriam em seguida.

Outros eventos, esses reais, chegavam aos nossos ouvidos de maneira fragmentada: organização de fazendeiros para impedir a entrada da equipe nas fazendas; pressão de representantes políticos da região sobre funcionários da Administração local da FUNAI; caravanas para Brasília de fazendeiros, políticos, etc, visando solicitar a suspensão das atividades de identificação, etc.

Em vista desse verdadeiro campo de guerra em que se transforma a região na qual se insere um GT de Identificação, a equipe chegou inclusive a discutir, sem chegar a nenhuma conclusão mais concreta, sobre o quanto seria importante que a FUNAI de Brasília organizasse estratégias adequadas visando o preparo político dos atores sociais envolvidos em eventos dessa natureza, com a antecedência devida.

Em um momento posterior, ocorreu uma discussão bastante tensa entre um gerente e dois caciques, por conta da necessidade de identificar um dos cemitérios em uma das fazendas da região. Na discussão, aliás, foi necessário a intervenção de

membros do GT para que não se descambasse para algo mais grave, pois ambos os lados, como fomos perceber depois, estavam armados. Destacou-se em meio a essa tensa discussão um argumento interessantíssimo dos Xavante que expressa a percepção que eles têm de que essa terra a eles pertence. Um velho Xavante se dirigiu ao gerente e perguntou:

"Seu bisavô morou aqui? Eu não conheci. Seu avô morou aqui? Eu não conheci. Seu pai morou aqui? Eu não conheci. Meu bisavô morou e andou por tudo isso aqui...meu avô...meu pai... Volta para onde você veio. Você é lá do Rio [Grande] do Sul..(em alusão ao fato do gerente ser gaúcho)."

Por de trás desta situação tensa - surpreendentemente tensa, pois vínhamos tratando de evitar ao máximo qualquer tipo de provocação de qualquer parte -, havia todo um "negócio que não deu certo", realizado entre índios e dois fazendeiros. Segundo a versão do cacique envolvido, uma determinada aldeia vendeu madeira para os dois fazendeiros. Foi pago apenas parte da encomenda. O cacique ficou "bravo" com a história e "tomou" dois tratores dos fazendeiros para forçá-los a acertar o pagamento integral das madeiras. Isso aconteceu há dois anos e nada foi resolvido. Segundo a versão do gerente, além de tomarem os tratores, os Xavante queimaram o pasto dos dois fazendeiros que estaria arrendado para ele, à época. Com isso conseguimos entender o porquê do acirramento da discussão travada entre ambos (o gerente da fazenda e o cacique Xavante). O cacique Xavante ainda retrucou e disse que quem tinha queimado o pasto eram outros Xavante e não o seu pessoal. Conseguimos meio que "na marra" convencer os Xavante de que aquela discussão não nos levaria a nada e fomos embora. Na volta, um dos Xavante, bastante contrariado, alertou-nos de que se estivessem presentes outros funcionários da FUNAI "mais corajosos", certamente a situação teria tido um final mais dramático. Observe-se que não foi a negociação envolvendo a venda ilegal de madeira da terra indígena que foi questionada nas versões da história apresentadas - nem a dos Xavante, nem a do gerente - mas sim, o não pagamento da transação e as represálias ocorridas por causa disto.

Um dos últimos momentos reveladores do clima de tensão existente na região por conta da luta travada pela posse da terra, ocorreu por conta de nossa própria iniciativa. A equipe resolveu marcar uma reunião com os fazendeiros da região no intuito de serenar os ânimos que, naquela altura, já estavam bem acirrados. O recado dos fazendeiros foi bastante claro: querem um acerto justo, quer dizer, uma indenização que compense os gastos que eles tiveram em suas respectivas fazendas, (inclusive aventaram a hipótese da indenização pela terra ser paga com TDAs); não querem "terra em outro lugar" como

forma de compensação e que, para efetuar o levantamento fundiário, será necessário a emissão de mandato judicial e a presença da PF. Foi bastante difícil convencê-los de que uma terra quando é declarada de posse indígena não está sujeita a qualquer tipo de indenização - somente as benfeitorias nelas realizadas - o que, inclusive, serviu para exaltar mais os ânimos de nossos interlocutores. Segundo um dos fazendeiros, a questão pode ser assim resumida: eles, os fazendeiros, diferentemente dos índios, "não têm raiz" nenhuma no lugar - o que, aliás, só reforça a imagem que os Xavante a eles atribuem - e que, portanto, é só a "FUNAI" pagar um preço "justo" que eles vão embora satisfeitos, principalmente porque não "aguentam" mais ser "vizinhos de índio". Aliás, questionado sobre a possibilidade de um dia haver uma convivência tolerante entre índios e não-índios, um dos fazendeiros respondeu que isso é impossível de acontecer pois tratar-se-ia de uma guerra que nem aquela travada entre "judeu e palestino".

Essa rivalidade tem por base, fundamentalmente, visões totalmente distintas em relação as formas de apropriação da terra. É bastante perceptível, por exemplo, que a monotonia das extensas áreas de agricultura e de pastagens (muitas, infestadas de cupins, fato que só revela a exaustão do solo) ao longo das estradas, contrasta com a exuberância da mata que recobre a Terra Indígena Parabubure. É impressionante perceber que dentro da terra indígena, retomada pelos Xavante na década de 70, as antigas áreas de pastagens artificiais encontram-se num processo intenso de recuperação da vegetação do cerrado, sendo que quanto mais caminhamos em direção ao seu centro mais exuberante torna-se a mata.

Não há dúvida de que uma das maiores experiências que se pode ter em um GT de Identificação com participação Xavante (ou de qualquer população indígena do centro-oeste) é a descoberta, e o decorrente convencimento, de que por detrás da aparente semi-aridez do cerrado brasileiro esconde-se uma biodiversidade exuberante, percepção contrária à imagem bastante difundida no e pelo senso-comum de que se trata de um habitat "pobre" e, portanto, destinado a ser extinto para que seja transformado no que seria num imenso celeiro de grãos.

Em um diálogo travado pela equipe do GT com um fazendeiro da região, ficou patente o "diálogo entre surdos" que acontece em situações como esta. *"Agora não tem nada mais lá"*, disse o fazendeiro, referindo-se às antigas áreas de pasto que estão atualmente dentro da Terra Indígena Parabubure. Um dos membros da equipe prontamente respondeu: *"Ora, tem cerrado, tem caça!"*

Esse desencontro de visões a respeito da melhor forma de se apropriar do cerrado expressa a contradição primeira que tem colocado índios e não-índios em conflito

há dezenas de anos nessa como em outras regiões do Brasil. De um lado, grandes produtores rurais advindos de outras regiões do país e pequenos produtores cheio de ilusões, que, incentivados por políticas públicas levadas à cabo pelas administrações federal e estadual há décadas, vêem o cerrado como "um matagal" a ser derrubado e substituído pela produção agrícola e pelas pastagens. Do outro, a população indígena local que vê esse bioma brasileiro como fonte insubstituível para sua reprodução não só física, como cultural.

Para finalizar esse item, voltemos a visão Xavante do cerrado. O olhar dos seus velhos em direção a determinados lugares que, segundo eles, formavam seu vasto território tradicional foi uma constante durante o trabalho de identificação. Não foi fácil para a equipe convencer esses velhos índios de que não haviam condições técnicas e políticas para "emendar", como eles gostam de dizer, a atual Terra Indígena Parabubure ao Parque Indígena do Xingu ou a Terra Indígena Marechal Rondon, como sugerido por eles em diversos momentos da etapa de identificação. Repetindo o raciocínio dos Xavante em relação à proibição da caça, a nossa negativa em relação aos pleitos acima referidos - "emendar" Parabubure ao Parque Indígena do Xingu e a T.I. Marechal Rondon - implicou na "acusação" de que membros da equipe eram, além de "amigos do Ibama", também "amigos de fazendeiro".

O sentimento que os velhos Xavante transmitem é que a felicidade pela recuperação de um pedaço de seus territórios se confunde a uma espécie de frustração por perceberem que o confinamento a limites, sejam eles quais forem, é algo inexorável. Eles insistentemente falavam entre si de quando eram meninos (*wapté*) e "*andavam lá pelo Xingú, depois da Gaúcha (do Norte)...*" De certa forma, esse sentimento de confinamento acaba por ser o responsável pela agressividade pela qual os Xavante mais velhos expressam suas reivindicações de recuperação territorial, seja na sede da FUNAI em Brasília, seja com os "gerentes" das fazendas vizinhas. Temem que as gerações atuais e futuras não lutem pela terra, pois sabem que sem ela a cultura Xavante estará fadada a extinção.

Não é por acaso que um dos caciques nos afirmou que eles, os velhos, tem plena consciência de que a possibilidade de conquistarem partes do seu território tradicional está cada vez mais difícil - "*os brancos são que nem formiga, são muitos, derrubam tudo*", dizem eles - daí a exigência de que o pleito atual pelas área 4 e 5 alcançasse resultado favorável, antes que seja tarde de mais.

M

d) Legislação pertinente a identificação de terras indígenas e a questão territorial Xavante

O desafio de qualquer relatório de identificação e delimitação de terras tradicionalmente ocupados por índios é o de adequar a análise antropológica às exigências jurídicas expostas na legislação vigente pertinente ao assunto: o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, o Decreto 1775/96 e o Estatuto do Índio, que continua ainda em vigor.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 avançou decididamente na proteção aos direitos indígenas ao reconhecer o direito originário que as populações indígenas possuem sobre determinada fração do território brasileiro, conforme exposto no caput do artigo 231:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

A definição o que seria de fato terra indígena gerou polêmicas infundáveis nos bastidores da Constituição, conforme assinala Márcio Santilli,

“ ...a expressão ‘tradicionalmente’ resultou de um acordo político no âmbito da Assembléia Constituinte, a partir do embate entre os conceitos de ‘terras ocupadas’ e de ‘terras permanentemente ocupadas’. O primeiro, proposto por organizações de apoio aos índios, ensejava aos adversários dos direitos destes a perspectiva de ocupações por índios de terras não indígenas. O segundo, proposto pelos adversários, pressupunha a intenção de só reconhecer direitos territoriais indígenas por critérios de antiguidade, prejudicando os índios que foram expulsos de suas terras imemoriais. ‘Tradicionalmente’, ou segundo a tradição indígena, introduziu o critério antropológico como referência, em lugar do critério cronológico. ” (Santilli, Márcio-1999:26)

Para que uma terra seja considerada tradicionalmente ocupada por índios é necessário, como estabelece os itens do artigo 231, que:

sejam por eles habitadas em caráter permanente;

utilizadas para suas atividades produtivas;

imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-

estar;

necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Ressalte-se que a expressão "direitos originários", conforme caput do artigo 231 - e os critérios aí elencados para definição de terra indígena - deu margem à diversas interpretações polêmicas, como, por exemplo, que o referido artigo permitiria o reconhecimento da precedência do direito territorial das populações indígenas em relação ao Estado brasileiro e a sua organização jurídica. (Santilli, Márcio, 1999:25).

Por decorrência, setores interessados em limitar os avanços contidos na Constituição Federal em relação à proteção dos direitos indígenas, passaram a propagar a idéia - "interpretações maldosas", nas palavras do antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho - de que todo o território brasileiro poderia se transformar em um imenso território indígena. O mesmo antropólogo esclarece esse suposto mal-entendido:

" Não é isto obviamente, que a lei pretende. Ainda que houvesse evidências da presença de povos indígenas em quase todo o espaço físico ocupado pelo território nacional, isso por si só não definiria o conjunto das terras como indígenas (ou qualquer uma delas em particular). Para tanto, é condição necessária e suficiente a existência atual de uma coletividade que se identifica como indígena e cuja reprodução exige uma relação regular com um conjunto de recursos ambientais ancorados em um dado espaço físico. É para tais grupos humanos - os quais muitas vezes foram deslocados para locais distantes de seus territórios tradicionais, que raramente tiveram condições de sustentar - que a lei prescreve direitos fundiários específicos, cuja destinação exclusiva cabe ao Estado garantir." (Oliveira, 1998:45 - grifo nosso).

Visando dar menos margens à polêmicas, fruto de distintas interpretações, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para demarcação de terras indígenas, estabelecendo o que ficou conhecido como o "princípio do contraditório", expresso particularmente no parágrafo 8º do Artigo 2º, no Artigo 9º e no parágrafo único deste último.

Em resumo, além de regulamentar os procedimentos para regularização de terras indígenas, o Decreto 1775 possibilitou aos não-índios, que se sintam prejudicados pelas demarcações, o direito à "ampla defesa". A despeito dessa interpretação, o mesmo decreto ensejou, e ainda enseja, inúmeros pedidos de revisão não só de demarcações em

curso, como também daquelas finalizadas, criando, segundo seus críticos, sérios obstáculos para o processo de legalização final - suas homologações - das terras indígenas.

Além das polêmicas que emergem da(s) leitura(s) do artigo 231 da Constituição Federal e dos critérios estabelecidos pelo Decreto 1775, conforme discutidos brevemente acima, temos ainda, paralelamente as suas vigências, a existência de legislação específica sobre índios, a Lei 6001 de 1973 - o famoso Estatuto do Índio - ao qual, juristas e estudiosos ainda recorrem intensamente para definir litígios que envolvem as disputas territoriais entre índios e não-índios.

Dentre as inúmeras questões que poderiam ser trazidas à luz quando contrastados os diferentes pontos de vista expressos nos artigos e parágrafos das leis acima mencionadas, cabe apenas lembrar - pois não é objetivo desse relatório apresentar um extenso debate jurídico - que a Lei 6001 ao focalizar os procedimentos de demarcação, assinala em seu artigo 62 que:

" Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o Domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas.

§ 1 - Aplica-se o disposto deste artigo às terras que tenham sido desocupadas pelos índios ou comunidades indígenas em virtude de ato ilegítimo de autoridade ou particular."

A apresentação e o contraste do Decreto 1775 e do Artigo 62 do Estatuto do Índio acima busca antecipar um dos possíveis debates que vão ocorrer no processo de disputa pelas área 4 e 5, objetos deste relatório.

Tais espaços territoriais, reivindicados pela população indígena Xavante de Parabubure, estão quase que integralmente ocupados por médias e grandes fazendas e por alguns assentamentos de trabalhadores rurais (INCRA). Como consequência, o princípio do contraditório - aberto pelo Decreto 1775 - desencadeará uma ampla mobilização dos segmentos não-indígenas através de processos contra a possível demarcação das áreas reivindicadas. jo

Por outro lado, tentar-se-á demonstrar nesse relatório, entre outras coisas, que as área 4 e 5 são terras ocupadas tradicionalmente pelos Xavante e se encaixam perfeitamente no que está expresso no já citado parágrafo 1 do artigo 62, do Estatuto do Índio, ou seja, tratam-se de terras "desocupadas" pelos Xavante "em virtude de ato ilegítimo de autoridade ou particular."

Chamaremos a atenção para o fato de que as terras Xavante tradicionais sofreram um verdadeiro processo de esbulho, comprovado, entre outras coisas, por documentos tais como o expedido pelo Governo Estadual do Mato Grosso em 1950 e o Anteprojeto de Criação do Parque Indígena do Xingu.

De maneira não tão surpreendente para quem sabe de suas estratégias de articulação junto ao órgão tutor, os Xavante têm ciência não só dessa documentação, como também de mapas nos quais estão delimitadas diversas propostas de ampliação de suas terras. Isso, sem dúvida alguma, só é possível devido às estratégias de contato com os "warazu" desencadeadas pelos antigos velhos Xavante, que colocaram seus filhos nas escolas para aprender os códigos escritos e, é claro, construíram alianças junto à facções de não-índios em diversas esferas do "mundo branco". Aliás, muitos "brancos" que convivem com os Xavante, principalmente os indigenistas, repetem a mesma história: a demanda maior desse povo é a formação de um "coração Xavante", o que significa emendar todas as suas terras indígenas em uma só.

Tentaremos demonstrar que as áreas 4 e 5 são regiões contíguas aos locais de habitação atual dos Xavante do Kuluene e Couto Magalhães e foram e continuam a ser utilizadas para suas atividades produtivas. Paralelamente, são áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e, sem dúvida alguma, necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Somar-se-ão a todas essas demonstrações os dados e análises propiciadas pelos ambientalistas que participaram ativamente e decisivamente no trabalho de campo, principalmente no processo de escolha dos detalhes físicos e ambientais dos limites das áreas reivindicadas pelos Xavante de Parabubure. Explica-se. As áreas 4 e 5 são integralmente atravessadas por rios, ribeirões, córregos, etc, formando uma verdadeira malha fluvial de afluentes do Rio Kuluene. Por sua vez, esse rio - que faz o limite oeste da terra indígena Parabubure - além de ser uma das fontes principais de alimentação (peixes) para os Xavante, é também um dos afluentes principais do Rio Xingu, que abastece o Parque Indígena do Xingú, onde vivem mais de 4.000 índios distribuídos por 14 etnias diferentes. Como será visto detalhadamente na Segunda Parte - Atividades Econômicas e Meio Ambiente, grande parte das cabeceiras dos rios e ribeirões existentes nas áreas 4 e 5 estão seriamente degradadas (assoreamento das margens, contaminação por uso desenfreado de agrotóxicos, etc.).

A estratégia de recuperação e proteção ambiental propiciada pela incorporação de grande parte das cabeceiras da referida malha de afluentes aos limites propostos nesse relatório, não teria sido possível sem que houvesse no grupo a presença de

técnicos especialistas em meio ambiente. Essa constatação leva-nos a sugerir com veemência que em todos os GTs seja exigido a presença de profissionais com esse perfil.

É nesse mesmo registro que uma das leituras possíveis do artigo 231 da Constituição Federal de 1988 assinala que a demarcação de terras indígenas articula-se decididamente a uma estratégia social e ambiental mais ampla, qual seja, a de proteção do patrimônio socioambiental brasileiro:

" Ao reconhecer os direitos indígenas como permanentes - contra a tradição -, suprimindo e superando o preceito da 'incorporação dos silvícolas à comunhão nacional', a Constituição de 88 pode ter dado um nó no assunto: a propriedade da União sobre as terras obriga o Estado a preservá-las frente a terceiros interessados, não apenas pela obrigação de defender os índios, mas também pela obrigação de defender seu próprio patrimônio." (Santilli, M. 1999:24)

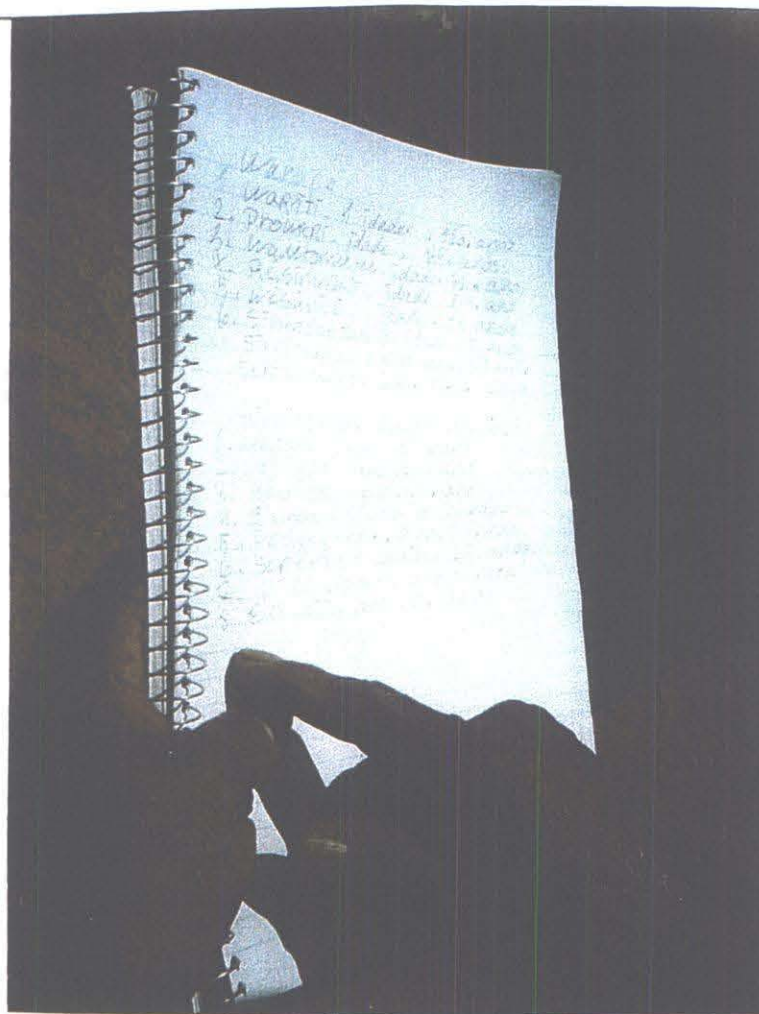
Enfim, o que queremos chamar a atenção nessa introdução sobre os aspectos jurídicos envolvidos na demarcação de terras indígenas é que a caracterização técnica das áreas 4 e 5 como terras de ocupação tradicional Xavante – conforme roteiro estabelecido pela Portaria 14 – é possível de ser demonstrada, como veremos no decorrer do relatório. Entretanto, não podemos esquecer também que uma das questões de fundo que permeia a identificação e a delimitação dessas áreas não se restringe apenas a uma inquestionável demonstração técnica. Como nos chama atenção Oliveira Filho & Almeida (1998):

"Imaginar que uma identificação de área indígena corresponda a um simples ato técnico, como buscar antigos cemitérios ou capoeiras, algo tão fácil e direto como verificar impressões digitais, tipo físico ou amostras sangüíneas, não tem o menor fundamento.(...) Uma compreensão racional e científica dessa etapa do processo demarcatório intitulada identificação supõe, portanto, uma investigação antropológica especializada e dirigida, bem como a compreensão plena de que a proposta que daí resulta é um fenômeno político, isto é, um fenômeno que possui igualmente uma dimensão de barganha na qual os atores buscam maximizar os seus interesses face a um certo contexto histórico e uma determinada correlação de forças." (Oliveira Filho & Almeida, 1998:76/77-grifo dos autores).

O desafio colocado aqui é pois o de avaliar com seriedade as complexas redes



ACAMPAMENTO DE ASSENTADOS ESPERANDO A DEMARCAÇÃO DOS LOTES PELO INCRA - (DENTRO DOS LIMITES ENTRE ÁREAS 3 E 4, REIVINDICADAS PELOS XAVANTE



LISTA (ELABORADA PELOS VELHOS) DE XAVANTE MORTOS EM CAÇADASE CONFLITOS, QUE ESTARIAM ENTERRADOS NAS IMEDIAÇÕES DO RIBEIRÃO MARIA, RIBEIRÃO DO BOI (CEMITÉRIO DE WAZASÉ) CÓRREGO XAVANTE (FAZENDAS PONTAL, RIO MARIA, ESTIVADO, RIBEIRÃO XAVANTE - ÁREA 5)

Handwritten mark

políticas existentes entre índios e não-índios na região objeto desse estudo e as consequências políticas que ali emergirão, a partir do momento que essa demanda Xavante - como outras que estão em curso (além das que virão) - for atendida.



PRIMEIRA PARTE - ORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL E HISTÓRIA

1. Identificação do grupo

Os **XAVANTE**³ - autodenominados *A'uwe* - formavam com os Xerente do Estado do Tocantins, os Xakriabá de Minas Gerais e os já extintos, Acroás, um grande grupo conhecido na literatura antropológica como *Acuen*, pertencente à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê. Todos estes sub-grupos Acuen, conjuntamente com os Kaiapós, Kraôs, Goiás, Karajás, Javaés, entre outros, dominavam, disputavam e compartilhavam todo o território do centro-oeste brasileiro, antes da invasão das frentes de expansão não-indígenas. Na literatura de viajantes, bandeirantes e missionários esses grupos do chamado Brasil Central, ficaram conhecidos como *Tapuias*, em oposição aos grupos do tronco Tupi, denominados *Tamoios* e localizados no litoral brasileiro.

Os Xavante não devem ser confundidos com os *Oti-Xavante* do oeste do estado de São Paulo e os *Ofaié (Opaié)-Xavante* do extremo sul do Mato Grosso, grupos que não possuem nenhuma característica em comum. Segundo a versão mais aceita, o nome Xavante lhes foi atribuído por não-índios visando sua diferenciação dos demais Acuen, particularmente, em relação aos Xerente, do qual se separaram por volta de 1820.

Segundo Lopes da Silva (1984:203), "*a história do povo Xavante é marcada pela condição de transitoriedade em relação aos territórios habitados*". Tal característica não deve ser vista como um aspecto estrutural do "ser Xavante", mas sim, como fruto das circunstâncias históricas a que foram submetidos no decorrer dos séculos de contato com segmentos não-indígenas. Essas relações históricas dos Xavante com a sociedade nacional, e as disputas territoriais daí decorrentes, serão objeto de análise detalhada mais a frente.

É possível adiantar que relatos orais de velhos Xavante recolhidos, por exemplo, por Giaccaria & Heide (1972) e Lopes da Silva (1992) indicam a presença do grupo "junto ao mar" em períodos não datáveis. Os primeiros registros oficiais assinalam sua presença na antiga Província de Goiás por volta de 1750 e no leste mato-grossense - onde se encontram atualmente - a partir de 1820.

O total da população atual Xavante é estimado em quase 10.000 pessoas, que se

³ A presente apresentação dos aspectos centrais da cultura Xavante são uma síntese de estudos etnológicos específicos a seu respeito, elaborados nos últimos trinta anos. (Maybury-Lewis [1967] 1984; Giaccaria & heide, 1972; Müller 1976; Vidal e Müller 1978; Lopes da Silva [1980] 1986, 1983, 1992; Aytai 1985; Menezes, 1985; Lopes 1988; Nunes 1997; Carrara 1997a, entre outros).

distribuem por cerca de 100 aldeias que, por sua vez, se encontram espalhadas por 8 terras indígenas, sendo 6 delas territorialmente descontínuas. A estimativa populacional acima será discutida de maneira pormenorizada no capítulo relacionado à reprodução física e cultural Xavante.

Terra Indígena	Situação Jurídica	Extensão (ha)	População Atual	Municípios	
Areões	Homologada	218.515	913	Água Boa	1
Chão Preto	Delimitada	8.060	40	Campinápolis	2
Marawatsede	Homologada	165.241	0	Alto da Boa Vista	3
Marechal Rondon	Homologada	98.500	433	Paranatinga	4
Parabubure	Homologada	224.447	3.883	Campinápolis, Água Boa e Nova Xavantina	5
Pimentel Barbosa	Homologada	328.966	1.361	Água Boa	6
Sangradouro/ Volta Grande	Homologada	100.280	933	Gen. Gomes Carneiro Poxoréu	7
São Marcos	Homologada	188.478	2.078	Barra do Garças	8
Ubawawe	Homologada	52.234	70	Novo São Joaquim	9
		1.384.721	9.711		

1.1. Modo de vida, morfologia social e exploração do meio ambiente.

Os estudos sobre as sociedades Jê, das quais os Xavante fazem parte, apontam como uma de suas características principais a convivência de um sistema tecnológico "simples"- quer dizer, adaptado de maneira equilibrada às condições ambientais em que vivem - com um sistema social extremamente complexo.

Todo o universo sociocultural destes povos organiza-se através de um dualismo estrutural, gerador de uma multiplicidade de sistemas de metades nos planos sociais das relações de parentesco, de trabalho, de rituais, de faixas etárias, de gênero, etc. Isto encontra expressão em complexos rituais, organizados a partir de grupos cerimoniais masculinos, grupos de nomeação, classes de idade, times esportivos, etc.

No caso Xavante, a base deste ordenamento diádico ideal está centrada na oposição estrutural entre *waniwimhã* (nós) e *wasire'wa* (eles) (Maybury-Lewis, 1984), que se expressa fundamentalmente nas relações de parentesco que, por sua vez, são a base na qual são formados todos os grupos sociais Xavante – clânicos, políticos, ritualísticos, etc.

Segundo os Xavante, no plano de suas instituições, sempre existiram três clãs

que se diferenciam fundamentalmente e publicamente através de motivos distintos de pintura corporal. São eles: O *wawë*, *Poredza'ono* e *Toptató*. Cada um desses clãs é formado por uma série de linhagens que possuem características, direitos e propriedades específicas, além de pinturas corporais próprias. Os O *wawë* e os *Toptató* fariam parte, segundo os Xavante, "do mesmo lado", enquanto os *Poredza'ono*, "do outro". Essa oposição é mantida no plano institucional Xavante, dentre outras maneiras, através da regra da exogamia de metades - ou entre os clãs -, quer dizer, os homens de um lado só podem casar com as mulheres do outro. Cada Xavante necessariamente se identifica, e é identificado, pelos demais membros do grupo como pertencente a um dos clãs citados. Sua pertença a um deles é um direito transmitido por descendência patrilinear (de pai para filho ou avô paterno para neto). Os clãs, por seu turno, também são organizados a partir da regra de exogamia: o indivíduo (seja homem ou mulher) é terminantemente proibido de se casar dentro do própria clã. A regra de residência pós-casamento é uxorilocal: o genro mora na aldeia (ou no segmento residencial) do sogro. Entretanto, é possível encontrar variações dessa regra. (filhos, mesmos casados, morando com seus pais, por conta, via de regra, dos arranjos políticos oriundos do casamento). Geralmente, os Xavante fazem restrições seríssimas aos casamentos com não-índios e, mesmo com outros povos indígenas, apesar de ambos ocorrerem, mas com pouca intensidade. Quando ocorrem, "os de fora" são incorporados às lógicas de parentesco, com todos os direitos e deveres ali existentes.

Em termos sócio-cosmológicos, são vários os rituais que compõem a cultura Xavante. A grande maioria conta exclusivamente com a participação masculina. Dentre eles destacam-se: *Uiwede*, as famosas corridas de tora de buriti; o *Wai'á*, cerimonial que busca fortalecer a integridade do grupo; o *Oi'Ó*, cerimônia para despertar a coragem em meninos menores de dez anos; o *Waté'wa*, cerimônia de furação de orelha, que acontece a cada cinco anos e é direcionada exclusivamente para os jovens adolescentes (*wapté*).

De acordo com Giaccaria (1990), o valor simbólico que a água possui para os Xavante é tão importante quanto ela o é para sua sobrevivência física (reprodução da pesca e da caça). Diferenciam, por exemplo, a água corrente (rios) da água parada (lagoas), respectivamente povoadas por bons espíritos (*ötède'wa*) e maus espíritos (*u'utede'wa*). O banho é uma atividade muito apreciada pelo grupo, desde os cotidianos até os cerimoniais, como aqueles realizados na festa do *Wai'á*.

As relações propriamente políticas Xavante – expressas também em rituais, como na pintura corporal e, principalmente, através de um intenso facciosismo – baseiam-se, por um lado em uma série de deveres e direitos estipulados pelas relações hierárquicas

de parentesco, pelas rivalidades históricas entre grupos locais interno à sociedade Xavante e, simultaneamente, pelas articulações contextuais e distintas daqueles grupos com diversos agentes não-indígenas historicamente presentes nas regiões que habitam permanentemente (quando lhes foi permitido fazê-lo).

Tais grupos locais são formados por sub-grupos menores, denominados por pesquisadores – e não pela população indígena - como facções: coalizão política entre segmentos de linhagem (bisavô, avô, pai, filho, neto, etc) com origens distintas, que dão apoio a um determinado cacique ou liderança e vivem em constante competição, buscando o domínio político de cada uma das aldeias, como também da comunicação e articulação com os demais agentes não-índios. Em cada uma das aldeias é possível encontrar uma, duas ou diversas facções aliadas ou em disputa pelo poder, dependendo da situação histórica vivenciada. Via de regra, grupos de aldeias, apesar de rivalidades faccionais, por possuírem laços de parentesco e políticos muito próximos, ocupam e exploram com exclusividade um determinado espaço territorial dentro do território indígena.

Em decorrência dessa forma de apropriação territorial e da nova situação de convivência com a sociedade nacional, apesar de ser evidente a auto-identificação dos Xavante como parte de um mesmo povo e, portanto, como responsáveis pela terra indígena como um todo, o pleito pelo reconhecimento de terras de ocupação tradicional têm sido encaminhados de acordo com a demanda de cada um dos grupos locais existentes em um dos atuais territórios. (Wenzel & Paula, 1999). No plano especificamente político ainda, há também uma instituição muito forte entre os Xavante, o conselho dos homens adultos Xavante (Warã), que responde pelos processos decisórios que exigem maior responsabilidade.

O dinamismo derivado das múltiplas relações assinaladas até aqui gera diversos tipos de fragmentação, que ganham expressão mais contundente através do aumento do número de aldeias e caciques. Por conseguinte, novos arranjos políticos, sociais e cerimoniais são formados, entretanto, tais alterações dificilmente implicam na rejeição dos vínculos parentais e, muito menos, colocam em cheque a unidade interna do grupo.

Os Xavante tradicionalmente exploram o meio ambiente em que vivem através da caça, pesca e coleta, atividades que se associam à uma agricultura de coivara complementar. Por implicação direta dessas formas de apropriação do meio ambiente, a necessidade de um amplo território sempre foi o fundamento da constituição e da reprodução do grupo. Gostam do cerrado por sua amplitude, por ser aberto em comparação à floresta tropical, encontrada em todo o seu território nas matas-de-galeria

que se formam ao longo de todos os cursos d'água. Apreciam as matas ciliares porque nelas sempre encontram água e muita abundância de raízes e frutas - base diária de sua dieta. É aí também, que se encontra o melhor solo para o cultivo de suas roças, atividade incorporada com cada vez mais intensidade após o contato. Além disso, as mata-galerias são geralmente locais bons para caçar, pois os animais se sentem atraídos pela sombra fresca e úmida ali existente. De maneira estratégica, constroem suas aldeias sempre em campo aberto, sobre solo limpo e próximas às matas. Como chama a atenção Carrara (1998:58),

"Embora não seja possível perambular mais por grandes extensões de terra como antigamente, os Xavante utilizam cada pedaço das reservas diminutas a que estão circunscritos na procura de vegetais e animais usados na alimentação, nas práticas cotidianas e rituais, agrícolas, medicinais, na elaboração dos mitos e, principalmente, nas concepções cosmológicas que os orientam em suas relações cognitivas e de usos das espécies naturais do ambiente - Cerrado."

A coleta sempre foi o ingrediente mais importante na dieta básica dos Xavante, devido à existência abundante dos produtos e a facilidade com que são encontrados pelo cerrado a dentro. Colhem mel, diversos frutos, raízes e plantas medicinais. Além disso, coletam material para confecção de artesanato. Segundo Maybury-Lewis (1984), "...sem a caça, a cultura Xavante seria muito diferente; mas sem a coleta, os Xavante não seriam jamais capazes de existir".

As atividades acima descritas estão intimamente associadas ao conhecimento que os Xavante possuem sobre a natureza, suas potencialidades e limites. Nas Segunda e Terceira Partes deste relatório serão apresentadas e discutidas de modo mais detalhado, as articulações entre as atividades produtivas e a formas de apropriação específicas do meio ambiente exercidas pelos Xavante.

Diante do contato com as frentes de expansão e da conseqüente redução do seu território tradicional, os Xavante se viram obrigados a buscar outras alternativas para suprir sua dieta alimentar, derivando daí o uso mais intenso de outras atividades que não as mais tradicionais. Lopes da Silva sintetizou no trecho abaixo de que modo os aspectos tradicionais e modernos são compartilhados ao mesmo tempo pelas chefias Xavante:

"A disputa pela chefia segue os padrões tradicionais e a busca de prestígio, através do exercício da generosidade e da sabedoria, conta hoje, em sua essência com elementos diretamente vinculados à situação

de contato. Assim, a distribuição generosa de bens manufaturados como fonte de prestígio político explica a presença frequente de líderes Xavante nos centros urbanos; a necessidade fundamental de domínio do código da sociedade nacional, que permite manipular as relações com os brancos e influir nas decisões que afetam diretamente a realidade indígena, faz com que os Xavante aliem demonstrações de 'autenticidade' (belicossidade, exotismo) à criação de um novo cargo político – o de 'secretário', como dizem – cujos requisitos são dos modos de proceder e pensar dos brancos." (Lopes da Silva, 1986:51).

Em decorrência dessas mudanças, as atividades de caça e coleta realizadas em seus territórios tradicionais cederam espaço, a partir da década de 80, gradativamente a outros tipos de "caça" e "coleta", atividades realizadas em territórios mais distantes, como São Paulo, Rio de Janeiro e, principalmente, Brasília. Segundo Toral (1986):

"Aos poucos, os Xavante vão conhecendo e sabendo usar, para conseguirem seus objetivos, os muitos mecanismos de pressão existentes na sociedade brasileira, e revelando incrível originalidade nas suas, sempre novas, formas de reivindicação. Dessa forma, o 'gravador do Juruna', o acesso costumeiro à imprensa, a realização de 'performances culturais' (indivíduos pintados e discursando em sua própria língua com borduna na mão) realizadas em corredores ou salas de Ministérios ou da FUNAI, invasão de gabinetes, sequestro de ônibus, são apenas uma amostra da determinação, e da imaginação, com que se dedicam à perseguição de seus objetivos. (...) Uma liderança que volta de mãos vazias, sem nada a oferecer, está evidentemente fracassando onde outros triunfaram e isso, evidentemente, tem um custo político alto na sua comunidade de origem." (Toral, 1985:344)

Em suma, entender o que é "ser Xavante" hoje é compreender como se dá o entrelaçamento dos aspectos tradicionais de sua cultura - desde as formas de apropriação econômicas e do meio ambiente, até sua cosmovisão em relação aos "brancos" -, com suas estratégias de sobrevivência histórica e de antigas e atuais articulação políticas, nas quais, a cada dia que passa, são incorporados novos atores não-indígenas.

1.2. Territórios Xavante

Apesar de um tanto quanto extenso, a apresentação do tema Território Xavante se faz necessária devido à sua complexidade histórica e política. Para entender o porquê dos Xavante atualmente viverem em sete terras indígenas no estado do Mato Grosso, demarcadas de maneira descontínua, é preciso pois retomar um pouco da trajetória do grupo - marcada por convívio forçado com os "civilizados", fuga e migrações - através do seu contato com as diversas e distintas frentes de colonização durante mais de três séculos de história.

1.2.1. Os Acuen em Goiás - Xavante e Xerente - e os primeiros contatos (1750-1800).

Através das análises lingüísticas (Rodrigues, 1986; Urban, 1992; Montserrat, 1994) e com base na história oral indígena, nos relatos e nos documentos deixados por funcionários de governo da Província de Goiás e por viajantes e missionários que percorreram o centro-oeste brasileiro durante os séculos XVIII e XIX, é ponto pacífico entre diversos autores (Nimuendajú, 1942; Maybury-Lewis, 1984; Ravagnani, 1991; Farias, 1990; Lopes da Silva, 1992) que os Xavante e os Xerente atuais compuseram outrora o mesmo grupo etnolingüístico, autodenominado Acuen.

Existem registros orais da localização dos Acuen, em tempos provavelmente anteriores ao século XVIII. Uma delas assinala que

"segundo a tradição oral Xavante, seus primeiros contatos com não-índios ocorreram em terras "junto ao mar" (Giaccaria e Heide, 1972; Lopes da Silva, 1992).

Parece ser consenso que os Xavante, junto com os Xerente, ocuparam porções contíguas de um extenso território que compreendia as antigas províncias de Goiás, Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais e foram também simultaneamente atingidos pela guerra de conquista patrocinadas pela Coroa através do incentivo à organização de bandeiras e apoio à frentes pioneiras. (ver mapa a seguir)

Esse processo de conquista do território Acuen pelos "civilizados" se estenderia explicitamente para além do período colonial, através da articulação entre a Igreja e o Estado (catequese, diretórios, os grandes aldeamentos goianos do século XVIII e presídios militares no século XIX.). A partir do século XVIII serão constantes as indicações sobre os primeiros contatos mais intensos com os "brancos" por parte dos Xavante. Por exemplo, os aldeamentos do Duro e Formiga, ao norte da província de Goiás, foram construídos em 1750 e 1751 para alojar os Xacriabá e os Acroá, respectivamente. Em seguida, com a "submissão" dos Acroás, Xacriabas, Caiapós, Javaés e Carajás, que,

segundo Alencastre, viviam “...perfeitamente nas suas aldeias do Duro e da Formiga, S. Pedro da Nova beira, Maria I, S. José do Mossâmedes, Santana do Rio das Velhas, etc.”, os esforços da conquista seriam direcionados para os Xavante, pois estes,

“assolavam a repartição do norte, desde as margens do rio Maranhão, até o Pontal.” (Alencastre, 1979 [1863]:245).

Durante os anos de 1784 a 1788, no governo de Tristão da Cunha, foram construídos e/ou reformados outros aldeamentos para os Xavante que

“..passaram a residir em vários aldeamentos oficiais, entre eles São José de Mossamêdes, construída em 1755 e reformada em 1788 para recebê-los; Carretão e Pedro III... Salinas ou Boa vista...” (Ravagnani, 1989:135).

Para termos uma idéia estimada do tamanho da população Xavante à época do seu primeiro contato, no aldeamento de Pedro III foram contados, em 1788, de 3 a 5 mil Xavante.

Com o fim do ciclo do ouro em Goiás, os grandes aldeamentos patrocinados pela Coroa foram à falência. Como consequência direta, ocorreu uma dispersão generalizada dos índios até então aldeados

“..para as povoações dos bárbaros: os do norte aumentaram o número dos Chavantes e Cherentes e Canoeiros...” (Cunha Mattos *apud* Brasil, 1924:198).

Com a mudança do eixo da economia - mineração para agropecuária - as principais vias de acesso ao norte goiano (os rios Tocantins e Araguaia) continuavam no século XIX ainda ocupadas pelos Acuen (Xavante e Xerente), Karajás, Apinajé e Canoeiros. (Ravagnani, 1991:58).

É assim que no início do século XIX, temos uma nova etapa da guerra de conquista. Com a redução e extinção de grande parte das nações indígenas da província – os grandes aldeamentos financiados pela Coroa já haviam cumprido, em parte, a sua função – foram criados os Presídios Militares. Segundo Ravagnani,

“... com a finalidade de isolar os índios Xavante e Xerente do desenvolvimento que se iniciava no Araguaia e ao mesmo tempo garantir sua navegação, fundou-se o presídio de Santa Maria do Araguaia”.
(1991:58/59).

A resistência dos Xavante e Xerente - que nesse momento já haviam

experimentado e recusado o contato - era tão intensa que a Coroa Portuguesa elabora a Carta Régia de 1811, que declarava guerra aos índios do centro-oeste da seguinte maneira:

*"...falho os meios brandos, será preciso empregar a força armada contra o índio, sendo esse recurso, de que se deverá lançar mão, para conter os Apinayé, **Xavante**, **Xerente** e Canoeiros, porquanto suposto que os insultos por eles praticados tenham origem no rancor que conservam pelos maus tratos experimentados e partidos de alguns comandantes das aldeias, não resta, presentemente, outro partido, senão intimidá-los e até destruí-los, se necessário for, para evitar os danos que causam."* (Carta Régia de 1811 *apud* Silva Neiva, 1986:591).

Os Xavante seriam citados nesse período ainda quando atacaram e destruíram em 1813, numa coalizão com os Karajá e Xerente, o já referido Presídio Santa Maria do Araguaia, destinado ao cárcere indígena:

"três nações coligadas, xerentes, xavantes e carajás, pondo em campo todos os seus homens de guerra, marcharam contra Santa Maria, e no dia 11 de fevereiro de 1813 o assediaram." (Alencastre, 1979[1863]:332).

Muito provavelmente, o foco da guerra da conquista, ao se direcionar para os Xavante e Xerente, fez com que esses grupos - já então distinguidos na literatura oficial - optassem por destinos diferentes. É nesse registro que Ravagnani apresenta a tese de que a separação definitiva entre os Xavante e Xerente se deu em virtude de uma provável "estratégia" dos dois sub-grupos Acuen diante do contato com as frentes de expansão agropastoris que vinham em sentido NE←SO.

*"Era quando os favoráveis se mantinham em seu território indiferentes ou até desejosos pelo contato com os 'civilizados', enquanto aqueles que se recusavam a isto, com grande mobilidade horizontal, procuravam se afastar, espalhando-se pelo norte da província, atacando arraiais, fazendas e aldeias, como aconteceu em 1824 com Graciosa. A estes os colonizadores começaram a lhes chamar de **Xavante** e por suas atitudes deram-lhes os adjetivos 'ferozes', 'bravios', 'bárbaros', (...) aos outros chamaram-lhes de **Xerente**."* (Ravagnani, 1991:67).

Essa separação definitiva entre Xavante e Xerente teria, segundo ao autor, ocorrido por volta de 1820, quando os Xavante iniciaram paulatinamente a migração para oeste, em direção aos rios Araguaia e, posteriormente, das Mortes, enquanto os Xerente teriam permanecido na bacia do médio Tocantins, onde ainda se encontram atualmente.

1.2.2. A ocupação Xavante do leste mato-grossense (1820-1930).

De acordo com registros de narrativas orais, no processo de migração para o leste do Mato Grosso, os Xavante fundaram aldeias na beira do rio Araguaia, depois o atravessaram, e novas aldeias foram fundadas à beira do rio Cristalino. Como as frentes de colonização continuavam a avançar em sua direção, os Xavante finalmente atravessaram o Rio das Mortes e ocuparam um amplo território a oeste, sendo consenso para muitos autores que parte desta região teria pertencido originalmente a outros índios, tais como os Bororo, Karajá, Araés (extintos) e Bakairi.

"Em contraponto com a fuga com que procuravam deixar dos colonizadores para trás, os Xavante enfrentaram a necessidade da conquista de novos territórios, o que explica enfrentamentos com os Karajá e, posteriormente, com os Bororo, a oeste do rio das Mortes. "
(Lopes da Silva, 1984:205/206).

Sbaderlotto (1996:91) é preciso quanto a esse tema: os Xavante, nesse processo de fuga do contato com os "brancos" teriam conquistado um amplo território, expulsando para o norte os índios Tapirapés e Caiapós; para as praias do Araguaia, ao Leste, os Karajás; para o sul os Bororos; e para o oeste os Kajabís e Bakairís. O território Xavante no início do século XX teria como limites assim os seguintes pontos: a leste limitado pelo baixo Rio das Mortes; ao norte pelos contrafortes da Serra do Roncador; a oeste pelo Rio Ronuro e Batovi, formadores do Xingu; e ao sul pelo alto e médio Rio das Mortes⁴.

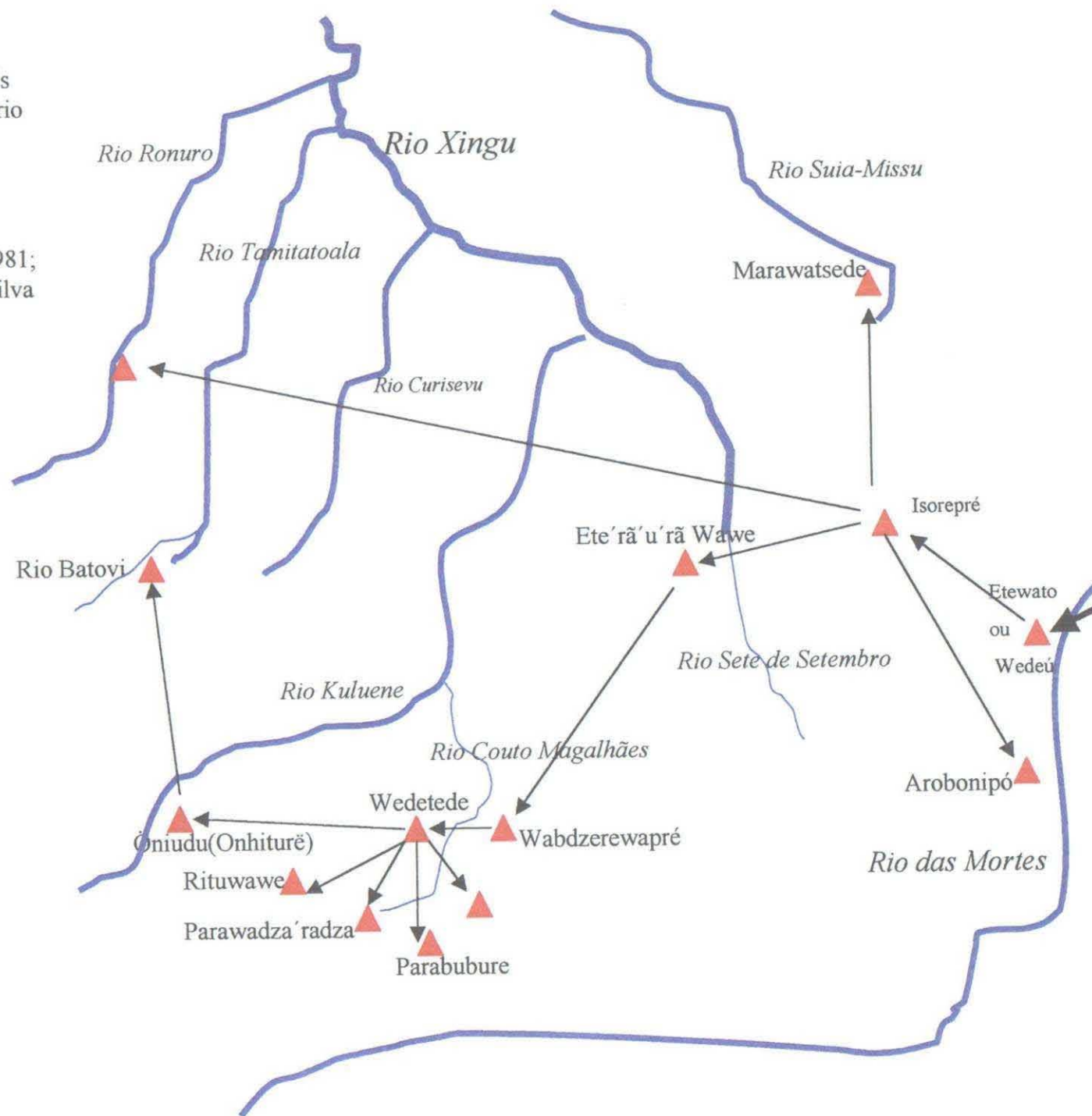
"Aquele liberdade sem peias, aquela vastidão imensa e rica em caça, frutas e peixes, imensidão que percorriam incansáveis de abril a novembro, o quanto suas pernas aguentavam, provocou na tribo uma rápida explosão demográfica e em poucos anos os 500 emigrados alcançaram alguns milhares de silvícolas rudes e audaciosos. "
(Sbaderlotto, 1996:91)

⁴ Ver também "Estudo nº 012/3a.SC/79 (item 5.2.) do CNS de 21.08.1979" e "Processo 1812/81" - Arquivo/Funai), entre outros.

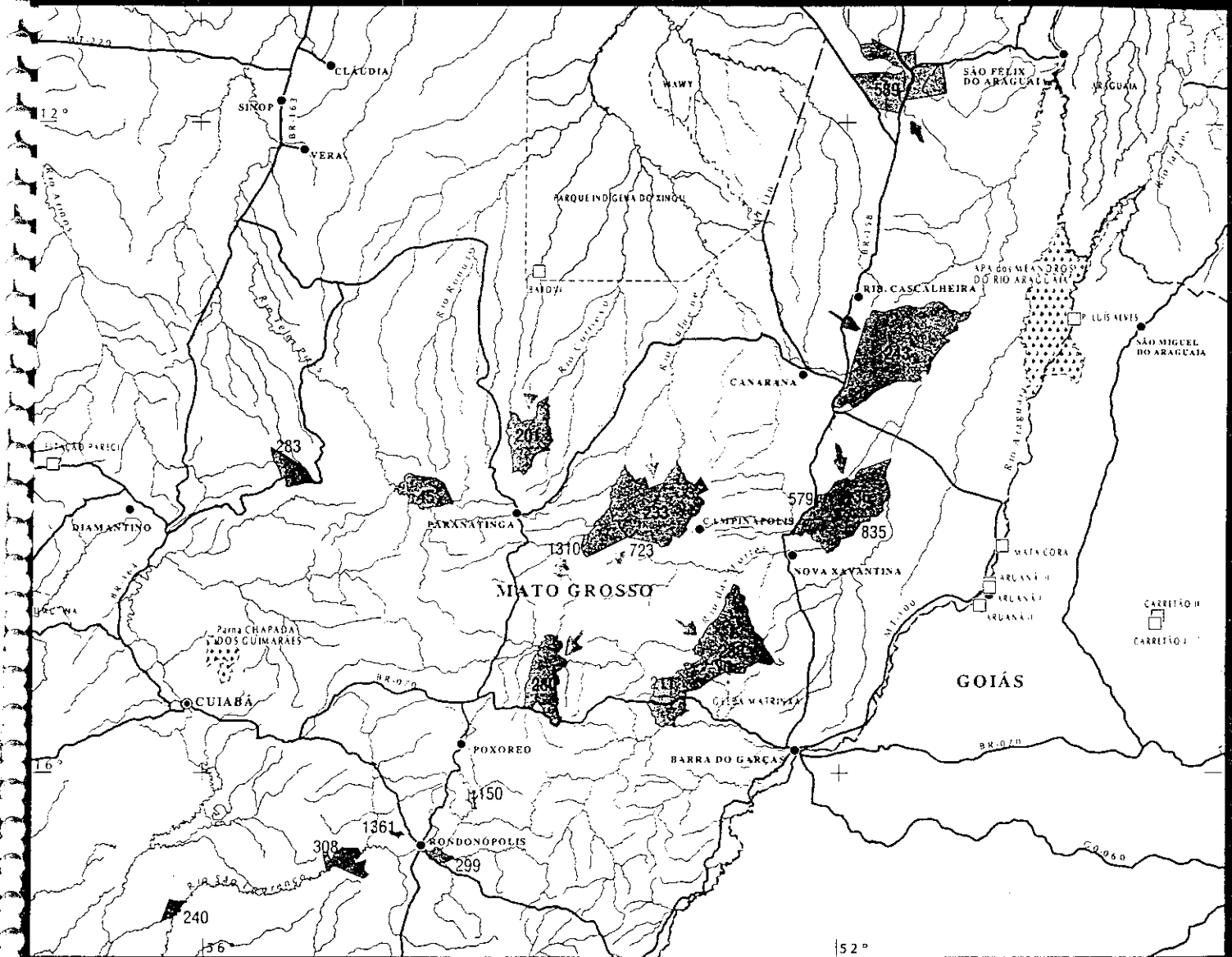
Migrações e fundações das principais aldeias Xavante após a travessia do rio das Mortes.

Período aproximado: 1820 a 1940

Fontes: Depoimentos Xavantes a: Giaccaria e Heide (1972); Batista, 1981; Maybury-Lewis (1984); Lopes da Silva (1986 e 1992), entre outros.



15. LESTE DO MATO GROSSO



---	limite interestadual	TERRAS INDÍGENAS
—	rodovia implantada	■ reconhecida oficialmente
- - -	rodovia planejada	□ apresentada em outro capítulo
⊙	capital de Estado	
●	cidade	
▨	Unidade de Conservação federal	
▧	Área militar	

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/2000

40 0 40 80 Km

São várias as informações recolhidas a respeito das primeiras aldeias Xavante na região da Serra do Roncador, por pesquisadores tais como Giaccaria & Heide, 1972; Sbaderlotto, 1996; Ravagnani, 1991; Maybury-Lewis, 1984; Lopes da Silva, 1986 e 1992; Luiz de Paula e Wenzel, 1998; Carrara, 1998; Serpa, 1996; Batista, 1981, etc).

No mapa a seguir (estilizado) está assinalado como se deu a ocupação Xavante após a travessia. É importante alertar que, dependendo do grupo local ao qual pertence o interlocutor indígena, a versão da ocupação varia desde a região, o período histórico e mesmo o nome da aldeia em questão, pois esses circuitos históricos possuem dentro do sistema Xavante significados políticos e simbólicos próprios. Uma das versões mais comuns é a de que a primeira aldeia Xavante na região do rio das Mortes seria denominada pelos mais velhos como *Etsewató* ("Pedra Distante"), na cabeceira do *Ôprabaó'á* ("Água Limpa"). Em seguida, em virtude das disputas internas, grupos Xavante teriam fundado a aldeia *Wedé'u*. Logo depois fundariam *Ísórepré* ("Pedra Vermelha") que é a denominação Xavante para a Serra do Roncador, considerada na verdade "aldeia-mãe", devido a grande quantidade de Xavante que ali habitaram por longo período. Seguiria a essas fundações, a ocupação de áreas mais a oeste, em direção às cabeceiras do Xingú, formando uma infinidade de outras aldeias em um processo dinâmico motivado por crescimento demográfico, apropriação territorial entre os próprios grupos Xavante, surgimento de doenças, estratégias políticas de ocupação territorial, etc. O nome e a localização de alguma dessas aldeias são lembrados pelos velhos Xavante ainda hoje: *Ete'rá'u'rá Wawe*, *Wedetede*, *Wabdzerewapre*, *Rituwawe* e *Parabubu* na região dos rios Couto Magalhães e Sete de Setembro; *Oniudu* ou *Onhiture* e outra *Rituwawe*, na região do rio Kuluene; e *Marawatsede*, na região do rio Suiá-Missu.

Um parecer da Funai sintetiza a ocupação inicial dos Xavante, após a travessia do rio das Mortes :

"Um deles [um dos grupos Xavante] segue para o Culuene e se subdivide em outros dois grupos que vão se localizar no Rio Batovi e outro nas cabeceiras do Ronuro. Um outro vai para o Culuene, num ponto mais baixo do que o grupo anterior...Conforme se verifica, essas informações se referem à movimentação do grupo Xavante que, entre 1870 e 1900 saiu da região onde hoje é Pimentel Barbosa e veio a se estabelecer em vários aldeamentos nas mesopotâmias dos rios Morte/Culuene e, Culuene/Batovi. Verifica-se também que grande é o trânsito na área e que os índios ocupam periodicamente os aldeamentos formados e que sempre a eles retornam após breve afastamento." (Parecer de Hélio da

Rocha Santos - técnico da Funai - 17.04.1979 - mimeo).

Ou ainda, segundo, a antropóloga Angela Baptista, do antigo DED/Funai:

"De acordo com relatos de historiadores pode-se afirmar que a extensa região compreendida entre os Rios da Morte e Ronuro foi desde o final do século XIX o habitat exclusivo dos índios Xavante até a metade do século XX quando começam a surgir os primeiros civilizados após a atração efetuada por Francisco Meireles em 1948 e a chegada da Fundação Brasil Central no núcleo João Alberto, hoje Xavantina." (Baptista, Angela - FUNAI - Processo 1812/81 – Folha 65)

O cacique Abraão apresentou o seguinte relato em nosso trabalho de identificação:

"Xavante atravessou Rio das Mortes. Para beira do Rio de Mortes, para baixo de Rio das Mortes morou nosso avô, Butseri, nome de Xavante. Primeiro Xavante, outro Oribiwe, Srimne, Apsikré. Eles foram morar no Wude´u, aldeia antiga, 1901. Depois de Wude´u, começou Xavante a andar. Perto da aldeia São Pedro, pararam lá em cima. Xavante fazia gravata. Segundo aldeia é assim, Abazinhoronhoze, em 1903, antigo. Ai Xavante chegou na aldeia Roncador, Isorepre. Mais para frente do Pimentel Barbosa. Terceiro aldeia Isoropre, tava começando a espalhar. Depois, Ete´rã´u´rã Wawe, de aldeia. Depois andaram no braço do rio Sete de Setembro, Petropá, na língua nosso. Depois Wabzerawapre. Muito espinho perigoso do mato. Xavante brigou em Ete´rã´u´rã Wawe, matou companheiro, fez guerra, ai metade vai embora para Arboronipo, divisa ...tem aldeia na cabeceira de Canguru. Depois morar São Domingos, morar Capitariquara, depois Xavantina, depois Areões. Depois mudou para cá, de novo, nosso avo, no Couto Magalhães, 1910, 1920. Briga muito, amansar companheiro. História não é misturado. Nossa história, nosso clã, tem Parabubu, Kuluene, tem aldeia Santa Clara, São José. Wedetede, Couto Magalhães. Rituwawe é Parabubure, aldeia antigo, muito antigo. Xavante não para, não para, quer brigar, quer andar, sem parar. Antigamente morava Onhiuture. Na aldeia Santa Maria, beirada do Couto Magalhães. Depois, perto do Couto, mais a frente, córrego do Felipe. Projeto Jaraguá é pedaço de terra do Xavante, lá tem muito tucum do mato, espinho cumprido, muito perigoso."

Ao que tudo indica, após a travessia do rio das Mortes, durante quase 100 anos, entre 1830 e 1930, os Xavante optaram por ficar longe das frentes pioneiras de contato que, gradativamente, iam os encurralando ao ocuparem todo o território nacional.

“O novo habitat protegia-os, por enquanto, das frentes de expansão que na Província de Goiás, e também em outras, nesta mesma época, arrasavam com as populações nativas. O rio Araguaia constituía o último limite dos colonizadores, além do qual era sertão pouco conhecido, porém, bastante cobiçado por suas possíveis riquezas...A longo prazo o habitat era muito vulnerável. Os rios Araguaia e Mortes eram navegáveis em toda sua extensão e um convite para futuras penetrações. (RAVAGNANI, 1991:76).

Após anos de relativo isolamento, período no qual ocorriam eventualmente escaramuças com não-índios que se aventuravam por aquelas paragens, em virtude da estratégia do Governo Federal de ocupar novos territórios - "marchando para o oeste" - iniciariam-se as tentativas de um segundo contato com os Xavante.

1.2.3. O segundo contato: colonização e esbulho territorial.

A década de 30

As primeiras tentativas de (re) contato e (re) pacificação mais sistemáticas com os Xavante, partiriam dos missionários salesianos, padres Pedro Sacilotti e João Baptista Fuchs. Após diversas tentativas de aproximação - com recusas veementes dos Xavante - em 1934, ambos seriam mortos por um dos grupos locais.

“O trabalho destes sacerdotes se caracterizou pela insistência, forçando os índios a aceitarem o contato, substituindo os presentes abandonados, reerguendo as cruzes que encontravam destroçadas, reconstituindo ranchos e roças desfeitas, sinais estes evidentes de uma recusa a qualquer aproximação.” (Ravagnani, 1991:91)

A partir daí, a retomada da guerra de conquista pelo "civilizado" do último território livre Xavante não cessaria até sua total rendição. Serão sucessivos os massacres realizados por segmentos de não-índios contra aldeias Xavante visando a desocupação da região para a colonização.

“ A década de trinta constituiu a pior fase para a tribo. Uma frente de expansão pastoril cercou seu território pelo leste, enquanto no sul estavam concentrados vários grupos de garimpeiros, nas margens dos rios Garças, São Lourenço e outros.” (Ravagnani, 1991:90)

JP

Organizam-se novamente, repetindo as estratégias do século XVII – já bem conhecidas pelos Xavante - novas bandeiras entre 1935 e 1938, tais como a “Bandeira Anhangüera” e a “Bandeira Piratininga” .

“Enquanto Fuchs e Sacilotti e mais tarde Chovelon [padre salesiano que conseguiu um breve contato com alguns Xavante] subiam e desciam o rio das Mortes, procurando grupos de Xavante para trocar presentes, e que à primeira vista desapareciam de seus seguidores, várias bandeiras circulavam na mesma área. Procuravam ouro e diamante, e por puro espírito de aventura, esperavam encontrar aqueles índios, o que os tornaria famosos.(...) [os membros da Bandeira Anhangüera] ...segundo seus idealizadores, foram os primeiros a andar na margem esquerda do Mortes, atingir a Serra do Roncador, explorar as vertentes do Xingu, coletar material etnográfico xavante, fotografá-los, filmá-los e a penetrar em uma aldeia povoada”. (Ravagnani,1991: 94-96)

São dessa época os primeiros registros oficiais por "brancos", de violentos ataques à aldeias Xavante, indefesas perante ao poder de fogo do "civilizado".

“ Somos os primeiros a perturbar o sossego daqueles nativos bravios. O avião passou, impetuosamente por sobre as casas e o mundo veio abaixo. E tudo desandou em formidável correria, onde se viam mulheres com crianças às costas, correndo para o mato; guerreiros com arcos distendidos; flechas que se cruzavam no céu, em nossa direção; bordunas que rodopiavam no ar e depois se precipitavam ao solo; e também gritos incitadores, medonhos, amortecidos pelo ruído infernal dos motores. E repetidas vezes descemos quase a pique sobre as malocas, e toda vez que o fazíamos, deparávamos com o mesmo espetáculo, impressionante: alvoroçados, ora reunidos, ora dispersos, os selvagens nos alvejavam com flechas de guerra...Além disso, na irresolução do momento, a tribo toda parecia tremer de espanto...Pelos matos e cerrados dos arredores, ocultavam-se as mulheres e crianças, após abandonarem suas choças, transidas de surpresa e assombro. (Ayres da Cunha apud Ravagnani,1991:103)”

O relato abaixo refere-se a descrição de um expedicionário que acompanhou as ações de campo dos novos bandeirantes sobre o território tradicional Xavante:

“Iam bem armados. Acampam aqui e ali; seguem sempre avante; vadeiam o rio das Mortes e não se cansam da procura que demora semanas e semanas. Guiados pelo faro sertanejo sabem que vão certos ao fim desejado, o que conseguem depois duma penetração de mais de trezentos quilômetros. Finalmente divisam a aldeia cuja destruição seria a recompensa prometida. Situava-se num vale circundado por pequenos morros e esta localização vinha a molde de oferecer condições estratégicas para que a desforra fosse integral. Contaram uma por uma as cento e vinte palhoças e calcularam em mil o número de habitantes. Os atacantes distribuíram-se em volta e, como fosse ao cair da tarde, aguardam a alvorada seguinte para a arremetida vingadora. Lá em baixo os selvagens dormiam tranquilamente não se sabendo ao alcance da surpresa e dos fuzis civilizados...Mal despontando o sol, das tendas de palha surgiam os gês, alguns para saírem do aldeamento, ao lado das mulheres acoradas no preparativo da refeição matinal. A deixa foi dada. Ecoou o primeiro, o segundo tiro e centenas de tiros partiram do círculo agressor que não se cansava de descarregar as automáticas. Os expedicionários relataram que aos primeiros tiros uma xavante ferida gritou: ‘Civilizados! Civilizados!’ Tiros de misericórdia fizeram cessar os gemidos morimundos, tendo o incêndio completado o vandalismo.” (Luis Sabóia Ribeiro, Caçadores de Diamantes apud Lincoln de Souza, 1953:25/26)

Após mais de dez anos de combates entre grupos Xavante e segmentos de não-índios, na qual imperou o estado de guerra total, o Estado resolveria finalmente mostrar sua face oficial naqueles rincões do Mato Grosso.

A década de 40

Em 1941 se estabelece em Vila Xavantina, que viria se tornar Nova Xavantina, a Fundação Brasil Central e agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que conseguem, finalmente, travar contatos “pacíficos” com grupos Xavante do baixo Rio das Mortes (região das atuais terras indígenas de Areões e Pimentel Barbosa).

“O objetivo da Fundação Brasil Central era fixar a população nômade do sertão e atrair novos habitantes. Foi estabelecido ‘um escrupuloso convênio com o Serviço de Proteção aos Índios, de modo que este resolvesse, a seu modo, mas em íntima cooperação com ela, um dos

mais delicados problemas que a penetração apresentava: a neutralização dos índios Xavante.” (Francisco Meireles apud Ravagnani, 1991:102)”

Um pouco antes de se iniciar a odisséia de Francisco Meirelles junto aos Xavante, uma primeira equipe de atração do SPI, chefiada por Pimentel Barbosa, tem fim idêntico aos padres salesianos em 1941. De 1941 a 1944 são inúmeras as tentativas da equipe chefiada por Francisco Meirelles, de estabelecimento de contato com grupos Xavante, que localizavam-se desde a beira do baixo e médio rio das Mortes até as cabeceiras do Xingú e os contrafortes da Serra do Roncador. Uma dessas tentativas é descrita por um dos membros da equipe:

“A um chamado seu surgiram uns quatrocentos índios alegres e risonhos, trazendo nas mãos flechas com as pontas quebradas, sem arcos, e bordunas que logo foram entregues como presentes, recebendo outros em troca. Quanto estes acabaram muitos índios se mostraram descontentes e, em pouco tempo começaram estrategicamente a fechar o cerco em torno do grupo de pacificadores. Meireles observando o comportamento inamistoso, ordenou a seus homens que arreassem às pressas seus cavalos, o que já se fez sob manifesta hostilidade. Fugiram em disparada correria, sob uma chuva de flechas e seguidos por vários índios que correram em seu encalço, num longo percurso. As baixas sofridas por Meireles e seu grupo se resumiram num ferimento sem gravidade...” (Em: Ravagnani,1991:105).

Finalmente, em 1944, o sertanista Francisco Meirelles conseguia em caráter oficial, pela primeira vez desde o século XVIII, estabelecer contato pacífico com um dos diversos grupos Xavante que, literalmente, já não tinha mais para onde correr.

“Encurralados, sem possibilidade de novas migrações, cercados por criadores de gado, com o território invadido por todos os lados, seus rios navegados por poderosas lanchas motorizadas, seus campos cortados por várias expedições, as aldeias tomadas de surpresa e atacadas com armas eficientes, suas casas vasculhadas e roubadas, fazendas e

povoados florescendo em suas terras. E por tudo isso encontravam presentes deixados aqui e acolá.” (Ravagnani, 1991:97).

Repete-se então a mesma história ocorrida 100 anos antes entre os Xavante e Xerente, pois outros grupos Xavante - principalmente os que se localizam mais a oeste, na região dos rios Culuene e Couto Magalhães - ainda continuariam resistir ao contato definitivo até metade da década de 50.

Aliás, é bastante esclarecedor o depoimento de um Xerente sobre o destino reservado aos Xavante a partir dessa época. Sabemos que esse sub-grupo Acuen já tinha então mais de 100 anos de contato intenso com a sociedade nacional, pois, ao contrário dos Xavante, tinham resolvido "aceitar" o contato em Goiás, pelos idos da metade do século XIX. Em 1940, como "retribuição" a sua submissão um século antes, os Xerente estavam praticamente extintos, dizimados por epidemias de sarampo e sífilis, e os poucos que restavam (cerca de 200 pessoas) viviam em pequenos locais em meio à fazendas de gado, além de estarem profundamente envolvidos com o alcoolismo. Sabiam muito bem dos "benefícios" que o contato intenso com os "civilizados" poderia proporcionar a uma população indígena. Essa sabedoria seria expressa no depoimento de um intérprete Xerente - que participava da equipe de pacificação - ao próprio Francisco Meirelles:

“Chico [Francisco Meirelles], deixa Xavante quieto...Xavante está muito melhor do que Xerente...Muito melhor do que outros índios que a gente vê por aí...Chico, deixa Xavante quieto.” (Ravagnani,1991:108).

Francisco Meirelles não daria - e nem poderia dar ouvidos ao conselho do intérprete Xerente - pois a marcha para o oeste brasileiro era então uma das razões do Estado nacional.

A década de 50

No início da década de 50 todo o território mato-grossense já vinha sendo loteado e vendido pelo Governo do Estado de Mato Grosso à empresas de colonização, já que os diversos grupos indígenas que ali habitavam já haviam sido extintos ou então reduzidos drasticamente.

Ao mesmo tempo, de maneira paradoxal, o mesmo Governo do Estado "doava aos Xavante", ironicamente, o território que eles, os índios, ocupavam no município de Barra do Garças, com uma extensão de quase dois milhões de hectares, conforme declarava o Decreto nº 903 de 28.03.1950, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso de 30.03.1950, sob número 10.874. De maneira estratégica, o decreto de doação seria

alterado em um dos seus artigos, o qual previa a devolução no prazo de dois anos dos referidos dois milhões de hectares ao Estado do Mato Grosso, caso o SPI não fizesse a sua demarcação. E foi, é claro, o que realmente aconteceu. (SERPA, 1990:169; Luiz de Paula & Wenzel, 1999:68).

“Em 1956, o Mato Grosso aprovou uma legislação que estabelecia a cessão de uma extensão razoável de terra na margem esquerda do Rio das Mortes ao SPI em benefício dos Xavante, com a condição de que, caso a terra não fosse inspecionada pelo SPI dentro de dois anos, ela reverteria para o Estado. As autoridades estaduais parecem ter suposto que isso realmente aconteceria pois as terras da reserva começaram a ser vendidas a particulares muito antes do fim deste prazo.” (Maybury-Lewis, 1984:46)

O padre salesiano Pedro Sbaderlotta é ainda mais contundente em sua avaliação, além de criticar o diminuto pedaço de terra que, de fato, teria sido doado ao Xavante:

“Deduzimos então que esse Decreto foi uma farsa, pois mal expirou o prazo, toda a esquerda do Rio das Mortes sofreu uma retaliação sem par, ‘in loco’ ou no papel, constante reservada para toda a tribo Xavante. Já vimos que chegavam a uns 2.200 membros os índios dos campos e cerrados. Tão somente uma área de 10.000 hectares (menos de 5 hectares per capita, quando cada pessoa numa família, mesmo recém-nascido, tem o direito de requerer 10.000 hectares) a bem à margem do Rio das Mortes, fronteira ao Posto Pimentel Barbosa, e terra alagadiça das águas, e cheia de águas estagnadas na seca.” (Sbaderlotta, 1996:96)

Paralelamente a esse suposto ato de complacência do Governo do Estado do Mato-Grosso para com os Xavante - desmascarado rapidamente - era elaborado pelo Serviço de Proteção aos Índios o Anteprojeto para a Criação do Parque Indígena do Xingu (P.I.X.), assinado pelo Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim, Heloisa Alberto Torres, Orlando Villas Bôas e Darcy Ribeiro, e remetido para a apreciação do Vice-Presidente da República, Dr. José Café Filho, em 27 de abril de 1952.

Os limites originais do P.I.X., indicados no anteprojeto de 1952, previam uma área total de quase 200.000 km quadrados. Em 1961, quando é decretada sua criação - Decreto nº 50.455 de 14 de abril - a área do P.I.X. fica limitada a 22.000 km quadrados, ou seja, quase 10% do previsto originalmente. (SERPA, 1990:169; Luiz de Paula &

JV

Wenzel, 1999:68).

Segundo o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que assessorou a elaboração do anteprojeto, houve uma enorme mobilização de grupos econômicos poderosos para que o PIX não fosse criado com o tamanho originalmente proposto:

"Além dos técnicos e das autoridades federais - componentes daquela comissão - estiveram presentes às discussões sobre o tema Senadores e Deputados do Estado do Mato Grosso, bem como o seu próprio Governador. [...] Corria o Projeto os seus trâmites normais quando soubemos que o Governo do Mato Grosso, sob a alegação de estar colonizando o sertão mato-grossense, estava entregando a Companhias especuladoras enormes áreas não só por todo o Estado como, particularmente, dentro dos limites do Parque Indígena do Xingú. Teria o Senhor Governador mudado de pensar com respeito ao P.I.X., vendo-o agora, como um obstáculo à colonização?" (Cardoso de Oliveira, 1954 in Lea, 1994:176)

A questão da preservação das cabeceiras do Xingú, que atualmente voltou a estar na moda, também já era preocupação no anteprojeto, pois os limites propostos as incorporavam em quase toda sua totalidade. Diz Lea (1994):

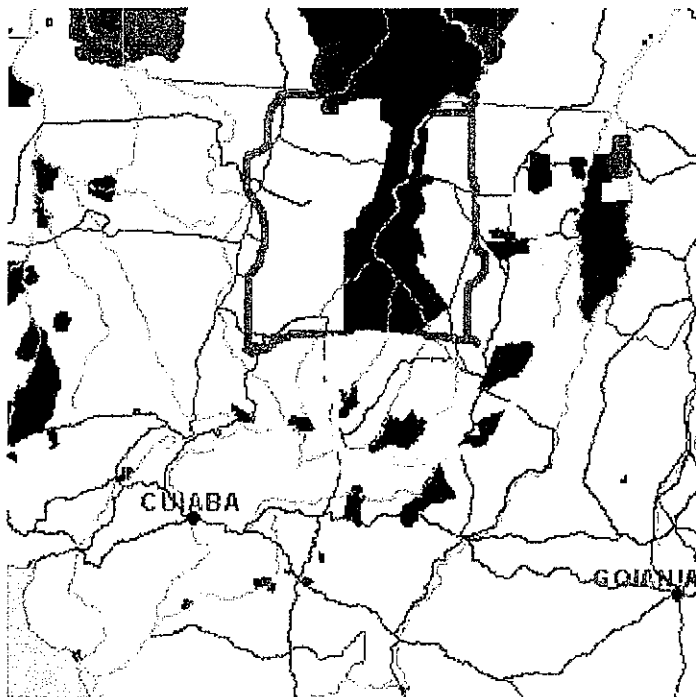
"Comparando com os limites propostos em 1952, no anteprojeto do Parque, os limites estabelecidos em 1961, consideravelmente menores, são também menos racionais. As cabeceiras dos principais rios em volta do Parque ficaram fora de seus limites. Os rios constituem a fonte de água potável para os índios, além da fonte principal de proteína. Na medida em que a frente de expansão da sociedade envolvente fecha seu cerco ao parque, a caça disponível nas matas diminui a cada dia que passa. Isto resulta em que, mesmo os povos que mais valorizam carne de caça, como os Suyá, Trumai, Juruna, Mebengokre e Kayabi, são obrigados a recorrer cada vez mais ao peixe para a obtenção da proteína necessária à manutenção de seu bem-estar físico. Se as cabeceiras dos rios, necessários para a subsistência e, portanto, para a sobrevivência dos índios, são entregues aos não-índios, os rios acabam sendo poluídos e seu estoque de peixe diminui." (Lea, 1994:75/76)

Não é por acaso que alguns dos povos indígenas que habitam o P.I.X. não param desde então de reivindicar a sua ampliação, cientes do processo de esbulho que foram

Anteprojeto de Criação do Parque Indígena do Xingu

Em vermelho: limites originais do Parque

Em amarelo: limites indicados para serem anexados ao Parque
(provável região de ocupação Xavante)



Plotagem dos limites aproximados - indicados no Anteprojeto - sobre mapa atual dos Povos Indígenas retirado do site do Instituto Socioambiental.

ms

submetidas suas terras tradicionais. Ao mesmo tempo, diversos organismos ambientais tem insistentemente denunciado à opinião pública o grau de devastação que há no entorno do Parque.

" O cenário é de guerra. À oeste da reserva existem mais de 700 serrarias. Ao sul, a monocultura da soja se alastra sem parar. Na porção leste, predomina a pecuária. E as madeireiras espalham-se para todos os lados. 'A única ameaça ambiental da qual o parque está livre é o garimpo. Pelo menos por enquanto', diz Villas Bôas, que já morou no Xingu e visita a reserva de seis a sete vezes ao ano. Há ainda um agravante: a poluição das cabeceiras dos rios. O indigenista compara o parque a um ralo que absorve a poluição dos rios que nascem fora da reserva e deságuam no rio Xingu. 'A sujeira deixada pelos pescadores, pelas fazendas, pelas criações de gado e pelos madeireiros contamina a água que bebemos e de onde tiramos o peixe que comemos', conta o índio Alupá Kaibi. 'Nossa riqueza é a terra, o índio depende da natureza para sobreviver, mas falta esclarecimento ao homem branco', relata o representante da tribo dos kaibi, originária do Pará." (ISTOE, 13.06.2001)

Mas, voltando a década de 50 e a questão territorial Xavante, observa-se em um dos artigos do anteprojeto de criação do P.I.X. que há um reconhecimento explícito da dimensão do território Xavante, o que torna indissociável a proposta de criação do P.I.X. e a questão territorial Xavante. É dito no artigo 4 -

"Fica anexado ao P.I.X, em caráter provisório, até a pacificação das tribos que a habitam, a área compreendida nos seguintes limites: norte - das nascentes do rio Liberdade, por uma linha geodésica, até a foz do rio São João no rio das Mortes; leste - e por este acima até a foz do rio Noidori; sul- da foz do rio Noidori e por este acima até suas nascentes; oeste - das nascentes do rio Noidori, por uma linha geodésica até o Posto Curisevu, sobre o rio Batovi (Tamitoala). Parágrafo único: Após a pacificação de cada tribo que habita nas terras anexadas ao P.I.X lhe será assegurado um território tribal, na forma da lei, voltando a área que o contorna ao domínio do Estado." (Anteprojeto de Criação do P.I.X).

Sabe-se que a única das tribos não pacificadas naquela época na região indicada era os Xavante. Ao afirmar que a referida área é necessária de ser anexada ao PIX para proteção dos grupos ali não pacificados, o anteprojeto parece reconhecer

automaticamente que essa área tratava-se então de uma área de ocupação tradicional Xavante.

Ao largo de toda esta discussão, estava sendo levada à cabo a estratégia final de liberação do território Xavante - principalmente os do Kuluene, Couto Magalhães e Suia-Missu - para o "civilizado", expressa pela invasão armada de suas aldeias até uma espécie de "guerra biológica" - da qual os Xavante atuais insistem em não esquecer - realizada através da doação de roupas contaminadas por vírus tais como o sarampo. Paralelamente, aos indigenistas do Serviço de Proteção aos Índios só restava criar postos de assistência para atrair os Xavante que sobreviviam a esse verdadeiro etnocídio, como são os casos do PIN Simões Lopes e PIN Paraíso. Outros grupos se asilavam e eram transferidos para as missões salesianas de São Marcos e Sangradouro. No quadro estão assinaladas essas transferências.

Período	Local do Exílio	Procedência
1.953 - 55	PIN Simões Lopes (PIN Paraíso)	Kuluene - Aldeias Oniuture e Rituwawe
1.953 - 55	Rio Batovi (PIN Marechal Rondon)	Kuluene - Aldeias Oniuture e Rituwawe
1.957	Sangradouro - Missão Salesiana	Couto Magalhães - Aldeia Parabubu
1.956 - 58	São Marcos - Missão Salesiana	Couto Magalhães - Aldeia Wedetede
1.958 - 59	São Marcos - Missão Salesiana	Couto Magalhães - Aldeia Parawanha'radze

Fonte: Giaccaria & Heide (1972) in Paula, Jorge Luiz, 1997:14

1.2.4. Década de 70: a recuperação territorial Xavante

Segundo Lopes da Silva (1986), uma forma possível de apreendermos a organização social, política e territorial Xavante seria dada através da existência, admitida pelos próprios Xavante, de três grandes grupos distintos através das seguintes variáveis:

"a) a intensidade e a qualidade dos contatos entre aldeias: parentesco e relações políticas de aliança, disputa ou cisão; b) continuidade ou não de permanência no território que ocupavam na época do contato; perda total/parcial do território original (à época da 'pacificação definitiva', durante a década de 40) ou a recuperação parcial/total do mesmo; c) os agentes do contato: representantes do Estado ou da Igreja cujas influências mais marcaram as relações do grupos Xavante com a sociedade nacional." (Lopes da Silva, 1986:35).

O primeiro grupo seria composto por membros das terras indígenas de Areões e Pimentel Barbosa; o segundo pelos das terras indígenas Marechal Rondon e da região do rio Kuluene (sendo que a este último estariam vinculados membros da região do rio Couto Magalhães) e um terceiro grupo formado pelos habitantes de Sangradouro e São Marcos (que também teriam vínculos com parte do pessoal do rio Couto Magalhães.)

“Toda a primeira metade do século XX é marcada pelas pressões sofridas pelos Xavante diante das frentes pioneiras, das bandeiras e das expedições oficiais e religiosas que visavam sua pacificação. Ressurgem os choques violentos entre índios e regionais. A pacificação oficial, em 1946, por Francisco Meireles junto a um dos grupos Xavante não significou a paz para a totalidade da população Xavante. Um dos grupos da região do Couto Magalhães foi massacrado em sua própria aldeia, em 1951/2. Epidemias e perseguições aos dos rios Culuene, Couto de Magalhães e Suiá-Missú explicam suas fugas dos territórios que ocupavam e sua transferência para outras áreas.” (Lopes da Silva, 1984: 205).

Nesse sentido, a complexidade da situação histórica das diversas terras indígenas Xavante se, por um lado, é fruto da especificidade de sua organização política faccional, por outro, é decorrente da política que o Estado nacional brasileiro lhes ofereceu no decorrer dos séculos de contato. Esses dois movimentos - interno e externo - estão contemplados nas variáveis sugeridas por Lopes da Silva acima. Isso, nos ajuda a compreender o desejo de unificação das suas descontínuas terras indígenas, ao observarmos como tais variáveis estão embutidas na história de formação de cada uma delas.

É importante ressaltar que se na década de 60 ocorreu uma intensificação drástica da ocupação quase que integral dos territórios tradicionais Xavante pelas frentes colonizadoras agropastoris, a partir da década de 70, na contra-mão desse processo, ocorreu gradativamente a recuperação lenta de frações territoriais dessa população indígena.

O antropólogo David Maybury-Lewis, que efetuou pesquisas com os Xavante em dois momentos diferentes, em 1956 e 1963, dá o seu testemunho, explicitamente pessimista, das violentas transformações que se abateram em parte das terras tradicionais Xavante:

"Quando voltei, em 1962, a situação já estava dramaticamente alterada. As margens do rio, entre Xavantina e Areões, estavam pontilhadas por pequenas fazendas. Rio abaixo, depois de Areões, havia poucos colonos mas a terra havia sido comprada, em sua maior parte, por companhias com sede em São Paulo e ocasionalmente chegavam turmas de trabalhadores, trazendo até mesmo um ou dois tratores, incumbidos de abrir estas fazendas. Os poderosos grupos de Xavante que anteriormente tinham conseguido manter os colonos afastados destas terras haviam sido reduzidos a quistos e estavam, pela primeira vez, cientes de sua impotência frente à invasão." (Maybury-Lewis, 1984:44).

Será somente a partir do final da década de 60 que os Xavante - já em plena recuperação demográfica, além de organizados politicamente - passarão a reivindicar junto à Funai seus antigos territórios. Segundo Carrara (1998:5):

"...a retomada do território Xavante não para por aí pois a população começa a demonstrar um crescimento, ainda na década de 70, com a assistência da FUNAI e dos salesianos. Porém, este crescimento populacional não foi acompanhado de um crescimento equivalente dos territórios, o que, certamente, provoca uma retomada justificada de antigos territórios de caça e coleta, os quais se encontram devastados por anos de atividade agropastoril na região."

A seguir é apresentado um histórico da formação de cada uma das terras indígenas Xavante atuais. O histórico da Terra Indígena Parabubure, objeto principal desse relatório, será apresentado após àqueles referentes as demais terras indígenas Xavante. Cumpre avisar que os históricos dessas terras, com exceção da Terra Indígena Parabubure, foram transcritos quase que na íntegra a partir do Relatório de Impacto Ambiental da Hidrovia Araguaia-Tocantins de autoria do antropólogo Eduardo Carrara, assim, a partir do parágrafo abaixo se abre aspas, pois trata-se de citação integral.

a) Terra Indígena Marawatsede

"Um dos grupos Xavante dissidentes de São Domingos (próximo ao Rio das Mortes) seguiu na direção norte (para a região do rio Suiá-Missu), onde fundaram Ö Tõ e Marãiwatsede (Maybury-Lewis, (1967) 1984). Mas, no início dos anos 60 (Ferraz e Mampieri, 1996:675), Ariosto da Riva (filho de imigrantes italianos) havia se apossado de uma grande área na região. Após trabalharem na abertura de picadas e pistas de pouso para ele em troca de alguns bens e alimentos, os Xavante tornaram-se um obstáculo

para a instalação da fazenda. Segundo Lopes da Silva (1992:372): "Em 1966, os sobreviventes do Rio Suiá-Missu, aldeia de *Marãiwatseté*, foram transferidos, doentes e muito desnutridos e após constantes conflitos com os brancos, em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), em missão da qual participaram padres salesianos. Vinham de suas terras, então consideradas como pertencendo à fazenda Suiá-Missu, controlada por um grupo italiano - e foram para a missão salesiana de São Marcos, próxima à de Sangradouro. Desocupada a fazenda, não mais recuperaram suas terras". Esta remoção (Ferraz e Mampieri, 1996:675-6) forçada dos Xavante resultou em tragédia pois de uma população de 300 pessoas, morreram 86 em consequência de uma epidemia de sarampo, assim que chegaram a São Marcos.(...) A região que os Xavante tiveram forçosamente de abandonar ficou sob a posse da Fazenda Suiá-Missu e, ao final da década de 60, com o *boom* dos incentivos fiscais (recebendo 30 milhões de dólares entre 1966 e 1976 da Sudam) a fazenda foi transferida para o grupo Ometto (SP). Em 1972 chegava a ter mais de um milhão de hectares, quando foi vendida para a Liquigás (grupo Ursini). O grupo Ursini foi a falência e, entre 1979 e 1981, todas as empresas do grupo passaram para o controle da ENI (Ente Nazionale Idrocarburi da Itália) que, quase sem querer, herdou também a Suiá-Missu. (...) No ano de 1987 o Incra (MT) fez um projeto de assentamento para 3500 famílias na porção norte da fazenda (Gleba Dom Pedro), projeto que foi engavetado após um ano, por causa da pressão dos latifundiários regionais, vizinhos do Suiá-Missu. Em 1989, com a justificativa de que ocorreram dificuldades de manutenção da infra-estrutura para dar suporte à atividade pecuária (pastagens e estradas), venderam-se 260 mil hectares da fazenda (constituídos por mata primária) ao grupo Garavelo (SP). Após esta venda loteou-se a área, revendida aos latifundiários regionais que intensificaram o desmatamento (20 mil ha) para a formação de pastagens, exatamente na área do projeto do Incra. Já na década de 90, a Campagna Nord/ Sud (CNS - entidade ambientalista da Itália que pesquisou os investimentos italianos na Amazônia, idem) estabeleceu contatos diretos com a Agip Petrolí e fez a proposta de restituição do Suiá-Missu aos seus legítimos donos. (...) Um grupo de trabalho (CNS/CTI/FUNAI) realizou, então, a identificação da área (200 mil ha, dos quais 168 mil dentro da fazenda Suiá-Missu) juntamente com um grupo de quinze Xavante, dentro dos municípios de Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia, área ocupada, há cerca de 20 anos, por pequenos e médios proprietários. Mas o território Xavante apresentava-se de certo modo "preservado" para a retomada do uso tradicional da mata e do cerrado. Assim, no início de junho de 1992, em reunião no Ministério da Justiça, em Brasília, os Xavante encaminharam uma carta à empresa com o pedido de retorno à Marãiwatsede, para

preparar as roças na estação seca, mesmo antes da conclusão do processo administrativo. Durante a ECO-92, o presidente da ENI dá uma declaração de que a fazenda era "uma perda de tempo" (cf. Ferraz e Mampieri, 1996:677) para a empresa e que seria restituída aos Xavante. Imediatamente após este fato, noticia-se a invasão da fazenda (área delimitada para os Xavante), organizada por políticos e fazendeiros locais, que não queriam os índios como vizinhos. Enquanto a ENI e a Agip Petrolí se preocupavam com a imagem da empresa (preocupados com a devolução da área), a subsidiária da Liquigás em São Paulo (proprietária da Suiá) fazia alianças com políticos, latifundiários regionais e grupos econômicos de Mato Grosso para manter a área em seu poder. Ainda em 1992 publicou-se o parecer técnico (DOU, 03/08/92, cf. Ferraz e Mampieri, 1996:677) relativo ao reconhecimento da Al Marãiwatsede que deveria seguir com a demarcação das terras e a declaração do ministro da Justiça. Paralelo a este processo, a FUNAI e a Procuradoria da República solicitaram por via diplomática a renúncia do domínio da fazenda por parte da empresa em favor da União e dos Xavante. Também a Coordenadoria de Defesa dos Direitos Indígenas entrou com ação cautelar (em outubro de 92) para resguardar a área pública (território indígena) contra queimadas e desmatamento, quando o IBAMA foi chamado sem nada ter feito. Mas a ação foi indeferida pelo Juiz de Mato Grosso.(...) No final de dezembro de 1992 (idem), o cacique Damião (da Aldeia Água Branca, representante do grupo de Marãiwatsede) vai a Roma para participar de uma reunião com 22 deputados do parlamento italiano e europeu, com representantes da ENI e de grupos de apoio italianos à devolução do território indígena. Parecia que a questão teria finalmente uma resolução, quando, num processo de responsabilização penal por corrupção, é preso Gabriele Cagliari (da ENI), que havia feito a declaração da área na ECO-92. Deste modo, somente em 1993 a Agip Petrolí atendeu a solicitação de renúncia de domínio da porção da fazenda incidente na Área Indígena Marãiwatsede, mesmo assim pedindo indenizações ao governo brasileiro pelas benfeitorias. Finalmente, representantes do governo italiano declararam que não se oporiam às iniciativas do governo brasileiro no sentido de reconhecimento oficial da Área Indígena. Não obstante, resta a resolução do problema do reassentamento de trabalhadores rurais sem terra que ocupam a área indígena (declarada indígena em portaria nº 363 do Ministério da Justiça) e estavam sendo cadastrados pelo INCRA. Ao mesmo tempo, transcorria a ação na Procuradoria da República para retirada dos grileiros que ocupavam com rebanho parte da área, durante as discussões entre os índios e a empresa italiana."

b) Terra Indígena Pimentel Barbosa

"De acordo com Graham (1995:30), *Isõrepré* (ou *Tsõrepré*) é considerada pelos residentes de Pimentel Barbosa a "aldeia-mãe" (original), fundada por aqueles Xavante que atravessaram o Araguaia. Os anciões situam-na na parte norte de Pimentel Barbosa, hoje em terra de fazendas da região. O grupo que permanece na região desta aldeia, próximo às margens do Rio das Mortes, ocupa este local ancestral até hoje. (...) Na década de 60, o SPI aceita a proposta de um fazendeiro para trocar o Posto São Domingos por um lugar próximo da aldeia original, Pimentel Barbosa ou *Etenhiritipá*. O SPI fica com as benfeitorias da fazenda e constrói, então, na margem esquerda do Rio das Mortes, um novo posto que fica conhecido como Pimentel Barbosa. Na décadas de 60 e 70 (Graham, 1995:37) surgem novas ameaças de invasão ao território indígena de Pimentel Barbosa, colonizadores e fazendeiros através de incentivos fiscais do governo federal, são encorajados a povoar e "desenvolver" economicamente o estado de Mato Grosso. Funcionários do governo envolvidos em atividades fraudulentas (tais como alteração de mapas) proporcionam a grileiros e grupos de fazendeiros títulos legais sobre as terras Xavante. Segundo Graham (*idem*), de acordo com vários empregados da FUNAI, em 1975, membros da FUNAI local fizeram uma demarcação fraudulenta da Reserva de Pimentel Barbosa. Houve uma fraude na demarcação e 70% do território determinado para a reserva foi loteado e vendido (cf. Serpa, 1990:149) e a terra ocupada por fazendas agropecuárias, objeto de inquérito da polícia federal (cf. Schiavini, 1980 In: Serpa, 1990:150). Em troca de mais de 100 mil hectares ao sul da reserva, os Xavante receberam 100 novilhas, 5 touros, 9 máquinas de costura, 10.000 cruzeiros em gasolina, 10.000 em roupa e um trator CBT. Mais tarde, os Xavante perceberam que os bens materiais apresentados eram de valor ínfimo comparado a quantidade de terras por eles ocupadas. Esta atividade dos fazendeiros dificultava sobremaneira a subsistência Xavante, tanto que no início da década de 70 alguns homens se transformavam em peões de fazendas (abandonando suas roças), cujos administradores promoviam relações amistosas ao trocarem com os índios: açúcar, café e outros pequenos presentes, para aplacar a sua animosidade. Mas as reclamações e retomada sobre o território não se fizeram esperar, quando a Fazenda AUTA (Associação da União de Taxis Aéreos), a sete quilômetros da aldeia Pimentel Barbosa, é atacada mais uma vez e seus ocupantes são expulsos por homens Xavante armados com bordunas, embora nenhuma violência (cf. Graham, 1995:38) tenha sido registrada. No mês de dezembro de 1978 os Xavante atacaram a Fazenda Real, Caçula e Acerere, queimaram casas e destruíram plantações. Em 1979, de acordo com Fernando Schiavinni (*idem*, p. 39), chefe de posto à época,

depois de uma série de conflitos com fazendeiros, o não cumprimento de promessas da FUNAI e o clima de tensão sobre a terra. O líder Warodí (filho de Apöwe) discursa por aproximadamente uma hora e os anciões decidem que estava na hora de expulsar todos os fazendeiros e mostram à FUNAI os limites da Reserva. Warodí chama líderes Xavante, que vieram de todas as áreas (exceto Sangradouro). Nesta ocasião é realizada uma cerimônia do *wai'a* (ritual Xavante já mencionado), dada a importância do fato. Em 1979, o Presidente Geisel assinou um Decreto nº 83.262 que devolvia aos Xavante o direito à sua antiga reserva, encarregando a FUNAI de desocupá-la. Com machados e facões (idem), acompanhados do alto por aviões da Força Aérea Brasileira sobrevoando a área, os Xavante começaram a cortar árvores e arbustos para marcar os limites da Reserva de acordo com sua própria demanda. Finalmente, ao final do anos 70 a FUNAI expulsa os fazendeiros e posseiros e, oficialmente demarca a Reserva de Pimentel Barbosa. Mas a demarcação realizada pelo General Ismarth Araujo de Oliveira, Presidente da FUNAI, excluía do território Xavante uma área de 170.000 ha.(...) Por volta de 1982, o último fazendeiro, de acordo com a vontade Xavante, tem seu gado removido do território indígena. Com permissão dos índios apenas uma família de colonos (família Arcanjos) permanece dentro da Reserva, localizados no canto nordeste do território, como um posto de vigilância contra intrusos. Resistindo a invasão dos fazendeiros, os Xavante iniciam o processo de recuperação de suas terras, não somente na Reserva de Pimentel Barbosa como nas outras reservas."

c) Terra Indígena Areões

"Segundo Maybury-Lewis ((1967) 1984:61), entre 1945 e 1950 houve uma divergência entre os *Xavante orientais* (habitantes do baixo Rio das Mortes) e a conseqüente migração de um grupo para o sul. O chefe deste grupo chamado Oribiwe conduziu sua comunidade para fora da região do Roncador e entrou em contato com regionais um pouco abaixo de Xavantina, mais ou menos em 1950. Este grupo de Oribiwe lutou com os *Xavante ocidentais* (habitantes dos rios Batovi e Simões Lopes e da região do Alto Rio das Mortes - Sangradouro e Meruri) que desceram para Xavantina em 1954. Oribiwe e seu grupo estabeleceram-se afinal na outra margem do Rio das Mortes, exatamente em frente a Xavantina, entraram em contato, em 1953, com os funcionários da Fundação Brasil Central. Mas a localização da aldeia (próxima à cidade) tendia a ameaçar as provisões da povoação que vinham de avião para a região. Assim, o SPI, a pedido da Fundação, enviou funcionário com instruções para estabelecer um Posto bem abaixo de Xavantina e convencer os Xavante a mudarem-se para o local. Em 1955, o SPI

fundava o posto indígena Capitariquara. (...) ...no começo do ano de 1958 metade da comunidade (aldeada na missão salesiana) mudou-se para Capitariquara. Nova aldeia é construída (cf. Maybury-Lewis, idem) a duzentos metros da missão de Santa Terezinha que, entre outras coisas, não aprovava a realização do ritual *wai'a*, o que criou tensões entre índios e missionários. Em 1958 juntaram-se à comunidade de Santa Terezinha os grupos de Xavante vindos de Areões. Na mesma época, os Xavante de Capitariquara se dividiram e alguns foram para São Domingos. (...) A presença de não-índios na área do Rio Areões era também intensa e os Xavante perceberam que suas lutas internas deveriam terminar, uma vez que os inimigos comuns eram os fazendeiros que ocupavam suas terras. A partir de um sobrevôo sobre a região, fazendeiros mediam as terras e requeriam a compra no Departamento de Terras e Colonização e o governo aceitava e vendia estes territórios. Em 1962, a região estava ocupada por fazendas entre Xavantina e Areões, terras compradas em sua maioria por empresas de São Paulo (cf. artigo do jornal - "O Estado de S. Paulo, SP., 19.03.1972 In: Serpa, 1990:142-143). Em 1973 Euvaldo Gomes, que administrava a área de Areões, fora demitido de suas funções por ser um obstáculo aos fazendeiros que tentavam grilar as terras da região, sendo que grupos poderosos do sul pressionaram a FUNAI no episódio da demissão (cf. artigo do jornal - "O Estado de S. Paulo, SP., 08.02.1973" In: Serpa, 1990, idem). Após estes acontecimentos, os Xavante de Areões e de outras áreas aguardavam com ansiedade os agrimensores contratados pela FUNAI e no mês de outubro de 1973 os fazendeiros recusaram-se a sair das terras demarcadas para a reserva. Mas a reserva de Areões foi demarcada e ainda alterada pelo decreto nº 75.426, de 27 de fevereiro de 1977, e posteriormente delimitada com a extensão de 218.515 hectares (Lopes, 1988:72). Nesta demarcação ficaram de fora os territórios Xavante ocupados pelas Fazendas Dois Corações e Santana (áreas interditas), além de uma área contígua a área de ocupação da aldeia *Tritópa*, próxima ao Rio das Mortes, anteriormente ocupada por uma fazenda."

d) Terra Indígena Marechal Rondon

"No começo dos anos 50 nenhum dos Xavante estava estabelecido junto a nenhum dos postos do SPI na região, visitando-os apenas ocasionalmente e não por muito tempo. Somente em 1955 uma comunidade Xavante (originária do Rio Kuluene) estabeleceu uma aldeia no local chamado Batovi. Outros grupos se juntaram aquele, vindos da região do Rio Kuluene (entre 1954 e 1955), dissidentes da aldeia *Õniudu* que chegaram ao rio Paranatinga e procuraram contato com o SPI no posto Simões Lopes (Lopes da Silva, 1992:370), ao lado da Aldeia Bakairi. No início da década de 50 é fundada a

aldeia de Simões Lopes. O posto Simões Lopes fora criado inicialmente para os Bakairi e, em 1962, ainda havia uma aldeia destes índios ao lado daquele. Em 1974, grupos Xavante da Aldeia Paraíso retornam a Simões Lopes. Os grupos Xavante (Lopes, 1988:64; Serpa, 1990:135-136) que se situavam então no Batovi e em Simões Lopes deram origem à Reserva Indígena de Marechal Rondon. O decreto nº 929 de 04 de maio de 1965 reservou para esses índios uma área de 50.000 hectares situada no município de Chapada dos Guimarães. Em 1960, houve uma intensificação do contato com não-índios, quando o garimpo de diamante atinge a região do Rio Paranatinga, sendo que o Posto Indígena Marechal Rondon localizava-se a sessenta quilômetros do povoado chamado Paranatinga. Mas os Xavante desta região foram pouco incomodados pelos garimpeiros. Entre 1970 e 1980 a FUNAI demarcou esta reserva com uma extensão de 67.000 hectares e não há indícios de que tenha havido conflito durante a fase de regulamentação."

e) Terra Indígena Sangradouro

"Em grupos, os Xavante resolveram deixar a aldeia *Parabubure* (massacrada em 1951 e assolada por epidemias de gripe e sarampo em anos subseqüentes) e procurar o contato com a sociedade envolvente, para aprenderem a usar armas de fogo e medicamentos utilizados no combate às doenças transmitidas pelos não-índios. Um dos grupos de Parabubu foi para além do Rio Noidori, próximo à propriedade de Manoel Gomes. Deste local uma parte seguiu para Cuiabá, em 1956, para falar com o governador, o qual colocou-os em um caminhão e deixou-os em Sangradouro (missão salesiana). A Missão de Sangradouro havia sido criada no início da década de 50 para a catequese dos Bororo. O grupo deixado em Sangradouro (antigo território de ocupação Bororo) ainda deslocou-se pelo território matogrossense durante aproximadamente um ano. Após uma divisão cada sub-grupo seguiu rumos diferentes e, no final de 1957, voltaram a Sangradouro. Outros grupos Xavante somaram-se a eles, originários de outras aldeias, pressionados pelo facciosismo político e o avanço da colonização. Por esta razão, Sangradouro acaba se tornando uma missão para os Xavante. A Reserva de Sangradouro foi criada pelo Decreto nº 71.105 de 14.09.1972. Mas, em julho de 1973, há um atrito entre os Xavante e os agrimensores contratados pela FUNAI, por estarem descontentes com a medição, a qual poderia fraudar os limites e extensão das terras originalmente demarcadas (cf. jornal - "O Estado de S. Paulo, SP, 26.07.1973 In: Serpa, 1990:137). A reserva possui uma extensão de 88.620 hectares. Em 1980 este grupo tentou ampliar a reserva, atravessando o Rio das Mortes em terras do Projeto Itaquerê,

embora não haja indicação de que tenham alcançado tal objetivo. A área de Volta Grande (território indígena Xavante contíguo a Sangradouro) continua interdita sem qualquer definição."

f) Terra Indígena São Marcos

"Em 1942 foi montado um posto de atração do SPI na Fazenda São Marcos (propriedade de Manuel Garcia), mas os Xavante não apareciam e os funcionários do SPI retiraram-se deixando o Posto aos seus cuidados. No dia 02 de janeiro os índios se aproximaram da fazenda, pouco mais de 200 com sarampo, varíola e muita fome. Ao tomarem conhecimento (cf. Maybury-Lewis, (1967) 1984:58) de que o Sr. Manuel Garcia Azambuja (dono de 20 mil alqueires da Fazenda São Marcos) planejava exterminar os Xavante (vindos de Parabubure, região do rio Couto Magalhães) que estavam acampados em suas terras, dando-lhes comida envenenada, os missionários salesianos convidaram-os a viver no Meruri. Segundo Marta M. Lopes (1988:67-8), o fazendeiro teria avisado o SPI da presença Xavante e vendo que nenhuma providência havia sido tomada, o próprio Manuel leva-os ao Meruri. Mas devido às hostilidades com o povo Bororo (antigos ocupantes da região) são transferidos para São Marcos. Um grupo Xavante (Lopes da Silva, 1992:371) saído de *Parawadza'radzé* (atual Reserva Parabubure) é que funda uma aldeia mais ao sul, em São Marcos, na área das missões salesianas. A área de São Marcos (antigo território Bororo) significou, cada vez mais, uma zona neutra em termos de relações faccionais, acolhendo membros de vários grupos Xavante que estavam em conflito no Baixo Rio das Mortes (na região de São Domingos, Areões e Capitariquera). Ao mesmo tempo, constituiu-se em zona de refúgio para aqueles que eram violentamente expulsos de suas terras na região do Couto Magalhães; Kuluene, Marãiwatsede e Ô Tõ (que chegaram em 1966 trazidos pelo avião da FAB) por ondas de massacre (promovidas por não índios) feitas por armas ou disseminação de doenças, como gripe e sarampo. Em 1968 o Decreto Estadual nº 564, de 18 de junho, reserva uma área para o uso dos índios de São Marcos. Segundo Lopes (1988:68): "Esse decreto não era conhecido deles (os Xavante), pois o índio Cipriano informou-nos que o governo de Mato Grosso não reservou terras para São Marcos. Declarou que por volta de 1957 e 1958 perceberam os Akwe (ou Akuen) que estavam cheios de vizinhos. Naquela época não tinham um palmo de terra. Daí em diante começaram a pedir primeiro para o SPI e depois para a FUNAI uma medida legal que lhes garantisse a terra". Somente em 14 de setembro de 1972, através do decreto nº 71.106 a reserva foi criada. No ano seguinte, lia-se na imprensa que as reservas para os Xavante foram criadas por decretos do Presidente da República,

entretanto os órgãos oficiais não tinham retirado os fazendeiros da região. Em 1974 foi noticiado (Jornal - "O Estado de S. Paulo", SP., 30.01.1974) o deslocamento de uma comissão da FUNAI para avaliar as fazendas estabelecidas nas áreas Xavante e desapropriar as existentes na Reserva São Marcos. Por várias vezes, no ano anterior, a polícia federal era chamada para apaziguar conflitos entre índios e fazendeiros. Diante deste quadro (Lopes, 1988:141), no dia 05 de setembro de 1975 era assinado um novo decreto (nº 76215), que estabelecia os limites definitivos da reserva São Marcos e sua extensão em 188.478 ha."

1.2.5. Terra Indígena Parabubure: antecedentes históricos e situação atual

A história específica dos grupos Xavante da mesopotâmia formada pelos rios Couto Magalhães e Kuluene se desenrolou de maneira análoga a de todos os Xavante de maneira geral. Entretanto, devido à resistência dos grupos ali residentes, as estratégias para suas expulsões acabaram por ser aparentemente um tanto quanto mais drásticas.

Logo após a travessia do Araguaia, grupos Xavante se dividiram e foram ocupar vários locais entre a Serra do Roncador e o rio das Mortes. Uma facção fundaria *Ete'rá'u'rá Wawe*, na região do rio Sete de Setembro (próximo a confluência dos rios Kuluene e Couto Magalhães). Um outro grupo dissidente migraria para a região da "Lagoa encantada", próximo a cabeceira Rio Couto de Magalhães, fundando a aldeia *Wabdzerewapré*. Por conta de uma epidemia de sarampo, esta aldeia se dividiria formando outras: *Rituwawe*, na região do Rio Couto Magalhães e *Õniudu*, no rio Kuluene. (Lopes da Silva, 1992:370). Novas cisões acontecem. Formam-se Parawadza'radzé e Parabubure nas imediações do Couto. Na última aldeia, os Xavante foram atacados e massacrados em 1951, por não índios dentro da estratégia de "limpeza" da região:

"Os velhos Xavante nos apontaram a cova coletiva onde estão sepultadas as vítimas daquele massacre, inclusive várias crianças. Este foi um momento tenso e emocionante, muitos deles perderam filhos e parentes sem poder reagir dado o ataque surpresa realizado pelos brancos"
(Serpa, 1990:06)

Em 1956, grupos Xavante ainda resistem tanto no lado do Kuluene como do Couto, mas muitos passam a adoecer devido o uso de roupas contaminadas por sarampo oferecidas pelos moradores da cidade de Xavantina. Os Xavante do Kuluene - *Onhinuturu* e *Rituwawe* - migram e se asilam no Posto Indígena Simões Lopes e Batovi, por volta de 1953-1954. Os do Couto Magalhães - *Parabubu*, *Wedetede*, *Parawanha'radzé* - se asilam nas missões salesianas de Sangradouro e São Marcos no mesmo período. (Luiz de Paula

& Wenzel, 1999; Serpa, 1990; Romero, 1978).

O retorno dos Xavante à região de confluência do rio Couto Magalhães, Kuluene e Sete de Setembro, começou a acontecer em 1964, através da liderança do cacique Benedito Loadzo, que estava refugiado com seu grupo na missão de Sangradouro. Percebendo que a decisão dos Xavante em retornar para área era irrevogável, em 1967, o governo de Mato Grosso reserva uma área de 10.000 ha. para o grupo de Xavante comandado por Benedito Loadzo, próximo a cabeceira do Couto Magalhães. Essa atitude, ao invés de "sossegar" os ânimos Xavante, acaba por encorajar outros grupos à retornarem e retomarem seus antigos territórios. É assim que a região assiste, no início dos anos 70, outros grupos Xavante reiniciarem o longo caminho de volta à suas terras tradicionais, a partir dos locais nos quais se encontravam asilados: as missões de Sangradouro e São Marcos e o Posto Indígena Simões Lopes e Posto Indígena Paraíso, no Batovi.

"A primeira característica destes Xavante é, portanto, o fato de terem abandonado o território de origem e, posteriormente recuperado suas terras no Culuene, para onde, a partir de 1974, transferiu-se toda a comunidade do PI Paraíso e uma parte dos moradores do Batovi." (Lopes da Silva, 1986:37)

O retorno Xavante à região encontrou-a dividida e loteado pelo governo estadual. Na região do Couto, por exemplo, os Xavante se defrontam com a poderosa Fazenda Xavantina. Segundo Lopes da Silva:

"A situação nesta área caracterizou-se, entre 1975 e 1980, por extrema tensão. A disputa tomou proporções trágicas na medida em que, durante a gestão do Gal. Bandeira de Mello à testa da FUNAI (1967-72), foram cedidas certidões negativas à Fazenda Xavantina S/A relativas a uma área aproximadamente dezoito vezes maior que a área então recuperada pelos índios... Os cemitérios das antigas aldeias parecem ter sido sistematicamente destruídos com o intuito de roubar aos índios tal direito... A intenção dos índios foi reaver integralmente a área de que foram despojados e as tensões foram de tal forma se agravando que, diante da sua disposição em enfrentar os jagunços da Fazenda Xavantina e possivelmente morrer pela terra, o governo viu-se forçado a conceder-lhes uma área satisfatória" (1986:39).

Não há como explicar esse tamanho ato de coragem sem que se leve em conta o

apego incomensurável dos Xavante pelos seus antigos territórios. A retomada das duas regiões - dos rios Kuluene e do Couto Magalhães - acontece praticamente de maneira simultânea, segundo as mesmas estratégias. Por exemplo, a partir de 1974, grupos de Xavante asilados no Posto Indígena Paraíso (atual Terra Indígena Marechal Rondon) - que tinham sido expulsos da região entre os rios Batovi e Kuluene - retornam gradativamente a região do último rio. Um dos caciques Xavante que participou ativamente do retorno à região do Kuluene assim descreveu o acontecimento:

"Em 1972, chegou quatro famílias. Aqui só fazendeiro. Posseiro. Então fazendeiro e posseiro tá juntando, brigar contra nós. Xinga muito comigo. Em 1974 eu trabalhar sozinho, junto de posseiro. Cheguei primeiro em Brasília, dia 15 de dezembro de 1974. Sai para cá Brasília, estrada de Goiânia. Eu, Barnabé, e meu cunhado Benjamim. Eu pedi primeiro área. Mas presidente FUNAI, general Ismart Araujo Oliveira ele marca área do tapera antiga, marca urgente, 1975. Aumentou Xavante, pessoal do Paraíso estava chegando aqui, pessoal da Aldeinha também. Eu pedi presidente de FUNAI 13 mil litros de óleo diesel mandar de Cuiabá, e ai trazer pessoa para cá. E agora está botando aldeia. Celestino primeiro passou aqui na Aldeona. Veio pedir fazenda Xavantina. Ai avisei ele para morar junto na Aldeona, mas Celestino não queria morar no Culuene, ele quer ir morar no Couto Magalhães. Ai demarcou área do Parabubu. Celestino pôs o nome de tudo como Parabubu. " (Cacique Abraão)

Devido a enorme pressão Xavante é demarcada a Reserva Indígena Couto Magalhães através do Decreto nº 75.426 de 27.02.75, reserva que havia sido proposta já em 1969 através do Decreto nº 65.212 de 23.09.69. Em 1976, através do estudo da FUNAI/RADAM seria proposta a criação da Reserva Kuluene com uma área de 51.000 ha que foi demarcada administrativamente. Apesar dessas conquistas, os Xavante continuariam inconformados com o tamanho das reservas. Ao mesmo tempo, continuava o retorno de vários grupos Xavante asilados nas missões de Sangradouro e São Marcos e no Posto Indígena Simão Lopes e Paraíso, no Batovi.

Em 1977, por exemplo, retornando da missão de Sangradouro, chega a área do rio Couto Magalhães o cacique Celestino (nascido na antiga Aldeia de Parabubu, às margens da cabeceira do mesmo rio), e reforça a disputa que o grupo de Benedito Loadzo já travava com a Fazenda Xavantina pela posse da terra.

Em 1979, a insatisfação Xavante ganha dimensões quase que incontroláveis e a

região torna-se objeto de estudo da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. (Luiz de Paula & Wenzel, 1999). No Estudo 220/3ª SC/79, de autoria da Secretaria Geral do CSN, são previstas diversas situações possíveis para o litígio em vigor. Dentre elas, é encaminhada a sugestão de se unificar as duas reservas Xavante, do Kuluene e do Couto Magalhães. Abaixo segue trechos do referido estudo, conforme descrito por Luiz de Paula & Wenzel (1999):

"O nível de tensão na área é bastante elevado estando a comunidade indígena plenamente consciente de seus direitos legais e da luta para readquirir, pelo menos parcialmente, seus antigos territórios. Os incidentes entre os silvícolas e a população envolvente são freqüentes." (...) "A solução aventada será de corajosa implementação já que ferirá interesses econômicos de grupos poderosos com amplas ligações e ingresso em diferentes níveis da administração pública." ... "Cabe entretanto observar, com inteira isenção de ânimo e pré-disposições, os seguintes fatos incontestáveis: - O grupo indígena pré-existiu ao civilizado; - O grupo indígena foi expulso da região por pressão armada e biológica; - A área pretendida é fração da anteriormente ocupada pela comunidade;" ... "Nas reuniões mantidas em Brasília e nas aldeias, o grupo indígena externou seu contentamento e satisfação com os limites ora propostos, conscientizando-se do descabimento da pretensão que mantinham sobre o vale do Ribeirão Piranhas e a gleba a leste do Ribeirão Felipe" (Estudo nº 020/3ª SC/79 - CSN).

Por pressão dos Xavante de Kuluene e do Couto – que apesar das divergências políticas e históricas unificaram sua lutas pela terra – seria finalmente, seguindo as recomendações propostas no Estudo do CSN, criada e demarcada Reserva Indígena Parabubure com 226.000 ha, através do Decreto 84.337 de 21.12.79. Na verdade, tratava-se da unificação das duas reservas. Citando o Estudo, os antropólogos Jorge Luiz de Paula e Eugênio Wenzel sintetizam da seguinte maneira essa decisão:

"Assim, adotava-se uma proposta intermediária, que sabia-se não atender as reivindicações da comunidade, reconheciam-se o seu "habitat imemorial", "temporariamente abandonado", ao mesmo tempo consideravam-se "fatos incontestáveis" que o grupo indígena "pré-existiu ao civilizado"; "foi expulso", "por pressão armada e biológica". Foi com base nestes argumentos que "eliminaram" áreas de caça e de coleta,

J)

consideradas "de pouca valia para a comunidade". Assim, finalmente veio a ser demarcada a atual T. I. Parabubure. Mas, tal como previram os próprios estudos do CSN, logo ressurgiriam as reivindicações." (Luiz de Paula & Wenzel, 1999)

Em 1979, o próprio ministro do Interior, Mario Andreazza reconhece - ao encaminhar a proposta de união das reservas indígenas Xavante do Couto Magalhães e do Kuluene - a maneira pela qual os Xavante que habitavam aquela região até 1950 foram de lá expulsos:

"Acossados pelas doenças, pela fome e pela violência, os índios foram obrigados a abandonar a região e buscar abrigo junto às missões religiosas e aos postos do antigo Serviço de Proteção aos Índios. Em 1955, os índios da Aldeia Onhinuture refugiaram-se no Posto Indígena Simão Lopes; em 1957, os de Parabubure fugiram para a missão de Sangradouro; em 1956/1958, os de Wedete De Pa e Rituwawe asilaram-se na missão de Merure; em 1958/1959, os de Parawanha'radze acoutaram-se em São Marcos, ficando o vale, dessa forma, inteiramente aberto à instalação dos civilizados. É imperioso destacar que o abandono temporário da área pelos Xavante deveu-se a três razões fundamentais: a cura de doenças, o preparo de uma geração nos hábitos e costumes dos civilizados e a busca de armas e remédios." (Andreazza, Mario David, FUNAI – Processo 0015/80 – Folha 02)

Ressalte-se que o próprio Conselho, ao admitir que a área de Parabubure é fração do território Xavante, vislumbra naquele momento as futuras insatisfações Xavante e as consequentes sequências de reivindicações que passariam a se tornar uma constante até os dias de hoje:

"Esta subchefia crê que a área proposta atende perfeitamente às aspirações e às necessidades atuais e futuras do grupo ameríndio. Que a área englobada é apenas uma porção da anteriormente sob o domínio e posse da nação Xavante, que precedeu de muito a corrente civilizada."(grifos nossos)

Ressalte-se que no caso da Terra Indígena Parabubure, desde 1985 se tem notícias das reivindicações pela sua ampliação. É conhecida a articulação dos Xavante realizada em 1985, quando parte de suas facções condicionaram seu apoio a escolha de Gerson da Silva Alves à presidência da Funai, em troca da aprovação do GT de

identificação da área de Volta Grande e do reestudo dos limites da Terra Indígena Parabubure. (Menezes, 1985/86:352).

Ao que tudo indica, os Xavante têm ciência de que suas terras atuais são fração do seu antigo território tradicional e, portanto, suas constantes reivindicações são apenas consequência dessa percepção histórica de esbulho territorial a que eles foram submetidos.

É a partir dessa saga heróica do contato dos Xavante com os "civilizados", que Lopes da Silva (1984:208/209), assinala que para esse povo, sua vivência histórica acaba por ser incorporada ao tempo mítico. É assim que, ao refletirem sobre o contato com os "civilizados", os Xavante distinguem três momentos chaves de encontro: a *estória de Tseredzadzuté*, a *estória de Mandu* e a *estória do Boto*.

A última estória, remete a separação definitiva dos Xavante em relação aos Xerente, por volta de 1820. As outras duas falam exclusivamente da experiência de contato: a primeira de um tempo no qual um antigo Xavante "*enrolava o cabelo e colocava o chapéu*" para ninguém saber que ele era Xavante, e então, se misturava com os "portugueses", "*para ouvir seus planos*"; a segunda, de um tempo em que um grupo Xavante trabalhava numa fazenda administrada pelos "brancos", onde recebiam maus tratos e comida escassa. Certo dia, teriam resolvido roubar um porco para comer, mas teriam sido denunciados e surrados. Brigaram então com o capitão da fazenda e sumiram no mato.

Os Xavante que sobreviveram através dos séculos contam e recontam esses eventos de geração em geração. Neles está contido a percepção da experiência histórica pelos Xavante: convivência com os "civilizados" para saber de "seus planos" - época em que os Xavante teriam residido "junto ao mar", próximos aos primeiros colonizadores portugueses - e depois, uma convivência forçada nos aldeamentos goianos. A história da separação dos Xerente - vistos pelos Xavante como seus "parentes" que perderam muito de sua identidade indígena - sintetizaria assim a experiência de contato com os "civilizados" e a sua recusa. Essa recusa, como vimos, não poderia ter continuado por mais tempo já que os "warazu" (brancos) são como "formigas", estão por todo lugar, dizem os Xavante. Segundo Lopes da Silva ainda, os Xavante têm plena consciência desse fato:

"O momento agora é outro e não há mais terra para onde se abrigar. Há, no entanto, um acervo de conhecimentos preservados pela memória, fruto das experiências históricas e das reflexões que mereceram por parte dos próprios Xavante. Experiências que hoje são a marca viva de uma história

120

heróica de defesa de seus direitos, de sabedoria no enfrentamento dos opositores, nascida de uma observação detida de seus padrões sociais. História heróica de combatividade e perseverança; de imposição, afinal, de seu próprio modo altivo de ser. " (Lopes da Silva, 1984:212).



SEGUNDA PARTE:

ATIVIDADES PRODUTIVAS E MEIO AMBIENTE

2. Introdução.

Felizmente a dimensão ambiental foi devidamente incorporada aos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas, permitindo uma melhor compreensão do uso e importância dos recursos naturais para as populações indígenas, bem como suas inter-relações com o ambiente regional.

A possibilidade e a importância desta abordagem "conservacionista" dos biomas englobados nas demarcações, colabora diretamente com a proteção dos ecossistemas regionais e com a manutenção da biodiversidade brasileira, beneficiando a todos dentro desta perspectiva ecológica – índios, brancos, fauna, flora, terra, água e suas gerações futuras.

Os levantamentos e investigações do uso dos recursos naturais (caça, pesca, coleta, plantas medicinais e outros) feito pelos Xavante, bem como sua interação com o ambiente regional e a classificação das diversas fisionomias de vegetação, foram realizados pelo G.T. (outubro a dezembro de 2.000) conforme metodologias empregues em Etnoecologia e Etnobiologia; valendo-se de padrões científicos para a análise do estudo.

Tais estudos foram realizados constantemente, durante todo o contato com os Xavante, obedecendo a critérios etnológicos e científicos. As informações eram coletadas através de conversas informais e entrevistas durante caminhadas e incursões pelas áreas reivindicadas e a terra indígena atual. Procurou-se selecionar os melhores informantes, segundo indicação das lideranças de cada aldeia visitada, combinando e completando as informações necessárias. Estudos sobre a Ecologia Humana (costumes) do grupo foram realizados diretamente nas aldeias visitadas através de entrevistas semi-estruturadas, principalmente com as mulheres, contrapondo informações de jovens e velhas. Nesse contraste, foi possível avaliar possíveis mudanças de padrões culturais entre as gerações Xavante.

Buscou-se garantir uma abordagem significativa sobre Ecologia Humana atual deste grupo Xavante, verificando possíveis mudanças de costumes que estão ou venham comprometer a integridade física e cultural destes índios, interferindo na sua relação direta com o meio-ambiente. Para tanto foram sistematicamente visitadas 11 (onze) aldeias que ocupam a região do Rio Kuluene, e que dependem de alguma forma das áreas reivindicadas neste trabalho para manter a integridade mencionada acima.

Todas as informações foram coletadas com o auxílio de tradutores indígenas competentes (professores, caciques, funcionário da FUNAI), garantindo sua plena compreensão.

Em campo, as áreas 4 e 5 foram tratadas separadamente, conforme portaria, mas, no entanto, física e ambientalmente ambas se complementam. Desta forma o presente relatório fundiu a análise e a exposição dos dados, desmembrando apenas algumas informações específicas.

Além das informações coletadas em campo, os dados e as análises aqui expressas e apresentadas, estão cuidadosamente embasadas e complementadas por textos, relatórios e discursos antropológicos, levantamentos e pesquisas científicas, imagens de satélite e planos de manejo – vindos de instituições de porte como a UNEMAT, UNB, USP, EMBRAPA, WWF, ISA e da própria FUNAI.

As terras indígenas, num futuro próximo, serão reconhecidas como verdadeiros santuários da vida silvestre e biodiversidade brasileira – berço cultural e ancestral - ganhando o devido respeito e merecimento da sociedade “*warazú*” (os “brancos”, para os Xavante), que habita o seu entorno, bem como das entidades competentes.

2.1. Identificação do contexto regional

A soma das áreas 4 e 5 equivale aproximadamente a 396.000 hectares, localizando-se na porção central do estado de Mato Grosso, estando totalmente inserida na microbacia do Rio Kuluene e Rio Couto Magalhães, um pouco abaixo da barra onde estes se encontram. Abrangem principalmente as áreas do município de Paranatinga e Água Boa, e uma pequena porção de Nova Xavantina e Campinápolis.

Segundo dados do ISA (2001), do total da área do município de Água Boa (1.157.634 ha) apenas 0,04 % estão inseridos em Terras Indígenas ou em Unidades de Conservação; e dos 2.432.466 ha do “gigante” município de Paranatinga outros 14 % fazem parte destas categorias. Nova Xavantina apresenta apenas 0,87 % de seu município com Terras Indígenas.

Toda esta região matogrossense continua a ser antropicamente caracterizada por uma colonização de exploração da terra, sobressaindo-se extensas plantações mecanizadas de soja e arroz, mas, principalmente, de pastagens naturais e artificiais referentes à pecuária de corte extensiva.

Essa colonização exploratória e desordenada, sem vínculos futuros com a terra, vem deixando há anos um rastro de degradação ambiental por onde passa, pois a cada ano novas áreas de cerrado estão sendo abertas e exauridas de sua fertilidade até

30

virarem pastos mal formados e improdutivos.

O estudo da Expansão Agrícola e Perda de Biodiversidade do Cerrado, divulgado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) no Brasil, atribui a destruição do cerrado ao crescimento das atividades pecuárias e agrícolas na região. Segundo o WWF, a expansão dessas atividades tem causado grandes impactos ambientais no cerrado, além de aumentar a concentração de propriedades e a pobreza na região (O ESTADO DE SÃO PAULO, 09/02/2.001).

Levantamentos recentes do ISA (Instituto Sócio-Ambiental), indicam um índice de desmatamento constante nos municípios do entorno da T.I. Parabubure, principalmente nas regiões de cabeceiras pertencentes à Bacia do Xingu; provocados principalmente pela expansão do cultivo de arroz e pecuária.

Somente no município de Paranatinga, pelos dados do IBGE, a área cultivada dobrou nos últimos anos, chegando a mais de 40.000 ha em 1.999 – a FEMA indica que no período de 1994 a 1999 (apenas 05 anos), quase 300.000 ha foram desmatados no município. Infelizmente, como pudemos verificar, boa parte desse total foi desmatado na área ora em estudo, apesar de já existirem reivindicações dos Xavante sobre a mesma e serem claras as evidências históricas de sua ocupação. Como se relatou anteriormente, desde quando foi feita a demarcação da T.I. Parabubure, os índios já reivindicavam essa área. No ano de 1996 foi dado início aos estudos de revisão dos limites da mesma. Não parece ser mera coincidência o fato de que a aceleração do desmatamento tenha se dado justamente nesse período.

Tabela 1: Avanço do desmatamento nos municípios da região.

Município	Até 1.994 (h a)	Até 1.997(h a)	Até 1.999 (h a)
ÁGUA BOA	434.074	512.546	529.381
CAMPINÁPOLIS	152.374	187.256	194.903
PARANATINGA	398.929	637.679	693.116

Fonte: FEMA (1.999)

Segundo WALSCHBURGER (1992) citado por MARINON (1998), a evolução cultural do homem se define sob diferentes relações com a natureza. A atual cultura ocidental vem implementando modelos de desenvolvimento em regiões tropicais que freqüentemente contradizem os objetivos de um desenvolvimento sócio-econômico e ambiental equilibrado, conduzindo a um modelo de exploração agrícola, extração de

recursos minerais e projetos de colonização que normalmente fracassam, ameaçam de forma radical a manutenção da biodiversidade regional e afetam as comunidades indígenas, negando o valor cultural e suas experiências no uso e manejo dos recursos naturais.

Portanto, cabe ressaltar que as tendências impostas pela gradativa degradação das áreas de entorno da T.I. Parabubure, provocam uma inviabilização do meio de vida tradicional Xavante – sendo que a demarcação das terras indígenas é necessária e contribui para conter ou pelo menos retardar este processo – garantindo ao menos o direito de escolha a estes nativos no que diz respeito ao seu “modo de viver” e a seu futuro como povo e nação.

As dimensões da nova Área delimitada nesta proposta, vão de encontro aos fatores negativos mencionados acima, pois além de englobarem território tradicional Xavante, propiciarão deter o acelerado processo de degradação ambiental na região por outras vias legais, e ainda, de forma mais eficaz, a promoção da abundância dos recursos naturais fundamentais para a sobrevivência dos Xavante que habitam a região.

Pelos dados do IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996, no município de Paranatinga ainda restavam 37% de vegetação nativa, o que corrobora o que foi observado visualmente, principalmente na área 5 (ilhas de matas nativas ou recuperadas).

2.1.1. VEGETAÇÃO

Apesar do grande impacto negativo e do descaso ambiental que acompanhou e acompanha os modelos de desenvolvimento regional, extensas manchas dos ambientes originais de cerrado e matas ainda permanecem representativos e preservados como refúgios para a fauna e flora – sendo que a paisagem regional e seus ambientes ainda encontram no momento grandes possibilidades e evidências positivas de regeneração.

O cerrado praticamente dominava toda a área de estudo e região, sendo o segundo maior bioma do país. A área proposta é atualmente recoberta por aproximadamente de cerrado na forma nativa, em outros 10 % da paisagem encontra-se em estágio secundário de regeneração.

A vegetação do Bioma Cerrado apresenta fisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres. A flora do Cerrado é característica e diferenciada de outros biomas – o uso de espécies vegetais pelos índios é imenso e abrangente, e mesmo as plantas que na prática não apresentam uso direto pelos Xavante, servem como alimento para animais, aves, peixes e até para abelhas – desta forma, como numa teia

ecológica, todos os ambientes e espécies deste bioma estão interligados, sendo ricamente importantes para a vida do povo Xavante.

As **Formações florestais** do Cerrado englobam vegetação com predominância de espécies arbóreas e formação de dossel; sendo as matas ciliares e de galeria que ocorrem associados aos cursos de água existentes na área, principalmente nas margens dos rios Kuluene, Couto Magalhães e seus ribeirões afluentes – dentre as principais espécies arbóreas, podemos citar pelo uso direto Xavante:

Angicos (Anadenanthera spp.), Aroeira (Myracrodruon urundeuva), Ipês (Tabebuia spp), Babaçú (Attalea speciosa), Jatobá (Hymenaea courbaril), Tucum (), Perobas (Aspidosperma spp), Ingás (Inga spp.), Marmelos (Alibertia spp.), Embaúbas (Cecropia sp.), dentre outras.

O Cerradão, que é uma floresta de árvores “retorcidas” típicas do cerrado, aparece em terrenos mais drenados; onde temos a Copaíba (Copaifera langsdorffii), Pindaíba (Xylopia aromatica), Faveiro (Dimorphandra mollis), Pequi (Caryocar brasiliense), Macaúba (Acrocomia aculeata), etc.

As Formações Savânicas englobam: - Cerrado Senso Stricto, que apresenta estratos arbóreo e arbustivo-herbáceo definidos.

- Campo cerrado = com árvores mais esparsas;
- Parque de Cerrado = caracterizado pela presença de árvores agrupadas em pequenas elevações do terreno – “Murundus”, geralmente ocorrendo sobre solos encharcados.

Dentre as espécies arbóreas mais freqüentes e de uso Xavante, temos:

Araticum (Annona crassiflora), Murici (Byrsonima sp.), Mangaba (Hancornia speciosa), jatobá (Hymenaea stigonocarpa), pequi; e as arbustivas Gabiroba (Campomanesia pubescens), Cajú (Anacardium humile) e canela-de-ema (Vellozia squamata), e o coquinho (Syagrus spp).

Nas áreas antropizadas, encontram-se plantas invasoras como a Brachiaria decumbens, capim-jaraguá, mata-pasto e capim gordura, muitas das quais exóticas.

As Veredas surgem com freqüência por toda área de estudo, caracterizando-se pela abundância da palmeira Buriti (Mauritia Flexuosa), importantíssima para os Xavante, em meio a agrupamentos de espécies arbustivas e herbáceas. Ocorrem em locais permanentemente alagados, geralmente junto às nascentes e córregos.

As veredas exercem papel fundamental na manutenção da fauna do cerrado, funcionando como local de pouso para a avifauna, atuando como refúgio, abrigo, fonte de alimento e local de reprodução também para a fauna terrestre e aquática (CARVALHO,

1991).

Nas bordas de suas áreas úmidas ocorrem várias gramíneas nativas, entre elas o capim-navalha, cuja semente é muito utilizada para artesanato. Supõe-se que a vereda seja um dos estádios para a formação ou expansão da mata de galeria (LORENZI, 1992).

Freqüentemente, por toda paisagem regional, **as veredas** aparecem como verdadeiros e **únicos “oásis”** no meio à vastidão de terras nuas, plantações de soja e pastagens – constituindo em muitos casos o único refúgio da fauna / flora silvestre - não fugindo é claro, das constantes ameaças de perturbação e desmatamento provocado pelas fazendas.

As **Formações Campestres** recobrem grandes porções da área estudada, sendo a fisionomia mais extensa em se tratando de vegetação nativa; sendo representadas pelo Campo Limpo, Campo Sujo e Campos de Murundus – devido ao ambiente em que ocorrem, podem ser secos ou úmidos.

Como o próprio nome sugere, estas fisionomias são compostas basicamente por um substrato herbáceo (gramíneas e ciperáceas) e arbustos esparsos; constituindo locais de alimentação natural para herbívoros, aves e tamanduás – desta forma são ambientes importantes para as caçadas Xavante.

Além de muitas de suas espécies vegetais possuírem propriedades medicinais e alimentares, sendo comumente utilizadas pelos índios.

2.1.2. FAUNA

Felizmente, segundo relato de muitos moradores das fazendas e dos assentamentos da região, a fauna silvestre ainda ocorre em abundância – abrigando várias espécies ameaçadas de extinção, como o **Tamanduá-bandeira** (Myrmecophaga tridactyla), o **Lobo-guará** (Chrysocion brachyurus), a **Onça-parda** (Felis concolor), a **Onça-pintada** (Panthera onca), o **Cervo-do-pantanal** (Blastocerus dichotomus) e o **Tatu-canastra** (Pridontes giganteus).

Os próprios Xavante afirmam constantemente a existência de “muita caça” nas fazendas do entorno da T.I.; nas quais muitas vezes entram pela necessidade de caçar.

A existência da fauna silvestre é fundamental para a sobrevivência física e cultural deste povo; sendo que na área de estudo ainda podem ser encontrados e até visualizados com certa freqüência muitos animais, além dos citados acima, como a Ema (Rhea americana), Anta (Tapirus terrestris), Lontra (Lutra enudris), Capivara (Hydrochoerus hydrochaeris), Veado-campeiro (Ozotocerus bezoarticus), Veado-catingueiro (Mazama sp.), Caitetu (Tayassu tajacu), dentre outros.

A região apresenta grande diversidade de aves, e também é extremamente rica em aves aquáticas como o Socó-boi (Tigrisoma lineatum), Garça-real (Piherodius pileatus), Cigana (Opisthocomus hoazin), Curicaca (Theristicus caudatus), Colhereiro (Ajaia ajaia), Cabeça-seca (Mycteria americana), dentre outros.

A ictiofauna é composta principalmente por Jaús, Pintados, Matrinchãs, Cachorras, Trairas, Pirararas, Pacus e Curimatãs.

2.1.3. RELEVO e SOLOS

A região está inserida num contexto de planaltos e planícies, caracterizados pelo Planalto dos Guimarães, apresentando variações de formas planas a morros residuais côncavos; de forma geral podemos dizer que o relevo varia de suavemente ondulado a ondulado - onde a hidrografia encontra-se bem encaixada em vales largos e pouco profundos, com vertentes pouco declivosas.

A paisagem é do tipo colinar, existindo relações entre inclinações do relevo, vegetação e cursos d'água; variando a altitude entre 600 e 800 metros (GIACCARIA & HEIDE, 1972).

Os solos, nas áreas mais planas, em sua maioria são compostos por Latossolos vermelho-amarelos, muito antigos, profundos, pouco férteis e com grande suscetibilidade à erosão.

Nos terrenos próximos aos rios e nascentes, temos solos hidromórficos e solos aluviais mais férteis devido à matéria orgânica provinda das matas galerias; justamente nestes solos que os Xavante fazem suas tradicionais roças de toco, que são a base de sua agricultura. Por serem mais férteis, estes terrenos sustentaram um dia grandes florestas Estacionais e Matas-galeria, hoje substituídas por plantações de arroz, soja e pastagens.

Outras grandes extensões, com relevo ondulado, apresentam solos Litólicos rasos associados com afloramentos de rochas, e Cambissolos mais evoluídos.

Destaca-se também a ocorrência de Areias Quartzosas, que são solos profundos, pouco desenvolvidos, pobres em fertilidade e com alta suscetibilidade à erosão.

2.1.4. CLIMA

Caracterizado pela presença de invernos secos e verões chuvosos, e classificado como Aw – Tropical chuvoso, pelo sistema de Köppen. Possui média anual de precipitação da ordem de 1500 mm, variando de 750 a 2.000 mm (ADÁMOLI ET AL., 1987 citado por RIBEIRO & WALTER, 1.998).

As chuvas são praticamente concentradas de outubro a março, e a temperatura média do mês mais frio é superior a 18 ° C.

Para os Xavante, a estação seca representa o período das grandes caçadas com fogo, e de intensa atividade ritual. O período das chuvas é a época das migrações (*Dzõmoni*), da coleta, do plantio. Assim, a própria vida dos Xavante é marcada pela estações (GIACCARIA & HEIDE, 1972).

2.1.5. HIDROGRAFIA

Uma forte e importante característica ambiental da área de estudo é composta por sua vasta e ramificada rede hidrográfica, que **abrange mais de 600** (seiscentas) **nascentes** formadoras de córregos e ribeirões volumosos, afluentes da principal microbacia regional – a do Rio Kuluene.

Dentre seus principais afluentes, que serão protegidos por esta proposta de demarcação, podemos citar o Ribeirão Maria e todas sua nascentes e veredas, e igualmente o Ribeirão Xavante, Ribeirão do Peixe, Ribeirão do Boi, Córrego São João, Ribeirão Paraíso e Córrego Grande, que estabelece uma das divisas da área.

A hidrografia local da área delimitada ainda conta com os tributários formadores da microbacia do Rio Couto Magalhães, como o Ribeirão Piranhas, Ribeirão Pedra Preta, Córrego Pato e Córrego Garça; sendo o Couto Magalhães o mais importante afluente do Rio Kuluene na Região.

Além de conter recursos hídricos fundamentais para a sobrevivência das populações humanas (índios e brancos) e da fauna / flora, estes ambientes aquáticos dão suporte físico e possibilitam a existência de extensas áreas úmidas, que por sua vez possuem uma grande riqueza natural, exercendo funções ecológicas essenciais.

Segundo alguns especialistas, o **Rio Kuluene é o principal formador do Rio Xingu**, sendo a Bacia do Xingu considerada a segunda mais importante do Brasil; este fato revela a enorme importância da Terra Indígena delimitada nesta proposta, para a conservação de recursos hídricos, pois condensa e protege o maior número de nascentes e cabeceiras de toda região.

Estudos recentes do WWF revelam que plantações de soja nas cabeceiras, tem acelerado o assoreamento dos leitos dos rios em Mato Grosso do Sul (O ESTADO DE SÃO PAULO, 9/02/2.001); podemos afirmar que esta situação se repete, sendo muito parecida na região de estudo, onde o crescimento do cultivo de arroz colabora para agravar este quadro.

Importante deixarmos o panorama bem esclarecido: Chegou o momento, meio

7.2

tardio, de começarmos a PONDERAR com clareza e eficiência os impactos sociais e ambientais das atividades produtivas ditas “modernas”. Em letras maiúsculas, O CERRADO FOI DEVASTADO EM 80 % DE SUA COBERTURA, portanto é incabível continuar com o crime - desmatamento e uso incorreto do solo em tempos “tão avançados”. Simplificando, certas regiões de fragilidade ambiental, como neste caso de mananciais de água doce, **não são apropriadas** para a prática agrícola ou pecuária intensa.

Estudos de uso e zoneamento agroecológico do solo, como o feito pelo RADAM BRASIL, devem nortear (“ser a cartilha”) a ocupação e a exploração econômica na região, visando diminuir os impactos causados; isto é, existem áreas “mais apropriadas” para a prática agrícola com menos prejuízos para a fauna/flora e recursos hídricos.

Com relação ao aproveitamento de recursos hídricos na região, a opção pela exploração agrícola levou à elaboração de um grande projeto de utilização dos rios Araguaia, Tocantins e rio das Mortes, que cortam a região, como uma hidrovia. Os estudos de impacto ambiental já demonstraram o grande impacto que a mesma trará sobre a população indígena da região, atingindo especialmente os Karajá e os Xerente, que vivem diretamente ligados aos Rios Araguaia e Tocantins, e os Xavante cortando as terras indígenas Areões e Pimentel Barbosa e criando condições para a intensificação da produção extensiva da soja, desta forma também atingindo diretamente a área em estudo e as outras terras Xavante. Os índios não estão alheios a essas ameaças e já manifestaram claramente a sua posição, não somente entrando na justiça para exigir que a legislação ambiental e indigenista sejam rigorosamente cumpridas, como também já fizeram um ataque ao porto que está sendo implantado nas proximidades da T.I. Pimentel Barbosa.

2.1.6. ÁREAS PROTEGIDAS

Em toda a grande e rica paisagem da região, existe uma única e isolada Unidade de Conservação – o **Parque Estadual do Kuluene** – que apresenta pequenas proporções, e infraestrutura mínima de fiscalização para efetivar a conservação da biodiversidade regional. Por esta proposta ficará fazendo limite como a nova Terra Indígena, com benefícios conservacionistas para ambas.

A Legislação Ambiental não é seguida à rigor, sendo praticamente desobedecida em seus parágrafos que tratam de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, com freqüentes desmatamentos e uso indevido desta áreas protegidas legalmente.

Apesar de “explicitamente” não possuir este caráter e função conservacionista, a

nova Terra Indígena delimitada, bem como as T.I. Parabubure e Ubawawe existentes – transformam-se nas únicas áreas “protegidas ambientalmente”, em proporções significativas para a conservação dos recursos naturais, culturais e paisagísticos da região.

Tabela 2 - Porcentagem de áreas com TI e UC dos municípios da região e sua inserção dentro da Bacia do Xingu.

Município	Área total do município (h a)	% com terra indígena ou Unidade Conserv.	% município dentro da Bacia Xingu
Água Boa	1.157.634	0,04 %	45,77 %
Campinápolis	577.571	39 %	73,67 %
Nova Xavantina	575.588	0,87 %	2,48 %
Paranatinga	2.432.466	14 %	81,12 %

Fonte: Instituto Sócioambiental / ISA (2001)

2. 2. ECOLOGIA HUMANA: modo de vida tradicional e atual do povo Xavante.

Felizmente o povo Xavante reagiu bem ao contato com os "brancos", e vêm reafirmando sua identidade cultural e buscando manter suas tradições. Algumas influências são marcantes e notáveis, mas nenhuma delas atrapalha profundamente sua interação física e cosmológica com o ambiente que os envolve e os sustenta há muitas gerações.

Fica evidente a existência de choques culturais entre as gerações Xavante, principalmente pela fala dos mais velhos “os jovens querem ser modernos”, e nas mudanças de alguns hábitos trazidos pela introdução de elementos manufaturados do “mundo branco” e na necessidade crescente do consumo destes objetos.

“ Os jovens de antigamente também não valorizavam sua cultura e não buscavam manter as tradições, mas foram envelhecendo e sentindo a necessidade espiritual de retomar sua verdadeira identidade cultural – tornando-se os velhos que hoje lutam para manter as raízes culturais de seu povo.” (Padre Bartolomeu Giaccaria. Depoimento

peçoal)

Conclui-se por este relato experiente, que o povo Xavante sempre possuirá um esteio de suas tradições, na figura respeitada dos mais velhos.

Pelo total de 11 aldeias visitadas, localizadas na região dos rios Couto Magalhães (*Norõ tsurã*) e Kuluene (*Ö'wara*); pode-se comprovar a continuidade dos costumes tradicionais, a começar pela disposição das aldeias em forma de ferradura – todas voltadas para o curso de água principal (*Panõu*).

As mulheres mais velhas sempre coletam raízes e batatas-selvagens para alimentação e ensinam para as mais novas: “*Nunca vamos deixar de coletar.*” Em maio comem bolo de milho, feitos com o milho já duro; em setembro pegam *rã'titó*, formiga-rainha, para comer. As meninas desde criança já acompanham a mãe por todos os lados, aprendendo cedo os árduos trabalhos de mulher.

Os homens Xavante, nas épocas de chuva, dedicam-se à agricultura e caçam mais aos sábados, incorporando assim nosso calendário e horários. Ainda coletam muitas frutas e coquinhos, e sempre se utilizam de plantas medicinais – aprendem a usar as plantas através dos sonhos. Em época de festas, cada aldeia precisa de mais de 100(cem) brotos de buritis para fazer os enfeites, material sem o qual os rituais e a razoável quantidade de artesanatos vendida nas cidades não existiria. Comem bastante peixe atualmente, e em algumas aldeias os jovens preferem pescar do que caçar, devido à facilidade dos anzóis. As caçadas são freqüentes em todas as aldeias, e apesar da introdução de armas de fogo, a maioria ainda caça com arco e flexa. Diminuíram-se muito as caçadas coletivas, e as caçadas e coletas familiares (*Dzomõri*) quase deixaram de existir por falta de espaço, comprometendo parte importante da transmissão de conhecimentos para os jovens. A carne de caça é muito importante para o mundo Xavante, pois se o Xavante não come carne de caça, ele acredita que não sonha – e todo o seu mundo de crenças, cantos, rituais, histórias e ensinamentos importantes – são construídos através dos sonhos. Na alimentação, apesar da manutenção do costume de se comer muitas frutas, castanhas, milho, carne de caça e peixe, a introdução do arroz trouxe conseqüências desagradáveis, pois tornou-se a base da alimentação Xavante, debilitando de certa forma a saúde da população.

O principal propósito desta descrição foi o de comprovar a manutenção cultural deste povo, pois como afirmado em diversos *Warã* (*conselho dos homens*) assistidos.

“Não adianta só ter a Terra, sem possuir as tradições e sem saber aproveitá-la”.

As tradições são a alma do povo Xavante, e ela continua intensamente viva –

N²

cabendo aos órgãos competentes a oportuna demarcação de suas terras para garantir a sua sobrevivência.

"A Terra significa espaço para a expansão populacional e cultural deste povo, espaço para as caçadas e coletas familiares, e retomada de mitos, tradições e histórias antigas"

A última noite de trabalho na aldeia São Pedro soou como um presente: Entardecer colorido pelo forte e belo canto dos *Wapté* e seus padrinhos, que repetido à meia-noite despertou todos os espíritos, transportando os presentes para épocas distantes, de glórias, entusiasmos e alegria.

2.3. ETNOECOLOGIA : Os Xavante e o ambiente regional.

"Os Xavante gostam do cerrado por sua amplidão, por ser aberto em comparação à floresta tropical... consideram a mata como uma comodidade." (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Tratando de seus hábitos semi-nômades, quando faziam constantemente grandes caminhadas de exploração pelo seu território, fica fácil compreender esta citação; além do mais, os Xavante como grandes caçadores sentem muito mais emoção em perseguir suas presas nos ambientes abertos de cerrado, e *"nem o índio mais forte e rijo suporta debater-se contra galhos e moitas de espinhos de uma mata, da mesma maneira que uma anta"*.

Segundo MAYBURY-LEWIS (1984):

*"Os Xavante não escondem seu profundo desagrado pelos espaços fechados. Chamam-nos *rówastédi* (lugar ruim), e referem-se ao cerrado como *rópetsedi* (lugar bom, bonito), é no cerrado que realmente vivem, construindo suas aldeias sempre em campo aberto. Em resumo: pensam na mata como sendo estranha e feia e desdenham os povos que fazem da mata o seu lugar"*.

Atualmente, devido à "sedentarização" do grupo, as áreas de mata passaram a ser mais valorizadas, pois constituem-se áreas importantíssimas para a prática agrícola de subsistência, para a conservação dos recursos hídricos e como "criatório" de caças muito apreciadas.

"Embora não seja possível perambular mais por grandes extensões de terra como antigamente, os Xavante utilizam cada pedaço das reservas

be

diminutas a que estão circunscritos na procura de vegetais e animais usados na alimentação, nas práticas cotidianas e rituais, agrícolas, medicinais, na elaboração de mitos e principalmente nas concepções cosmológicas que os orientam em suas relações cognitivas e de usos das espécies naturais do ambiente. É a partir destes conhecimentos e significados simbólicos atribuídos aos animais e plantas que os Xavante transformam e "fazem parte" da natureza do cerrado." (CARRARA, 1.998).

2.3.1. OS NOMES, AS PLANTAS E AS MULHERES

A maneira como os Xavante compreendem e traduzem a linguagem do mundo natural que os envolve, transparece de forma marcante na denominação dos fenômenos naturais e nos seus próprios nomes, principalmente no das mulheres.

Segundo LOPES da SILVA (1.986), são cinco os radicais dos nomes femininos: 'RE (periquito); 'RO'Ó (macaco); PÊ (peixe); TSINÖTSE'E (quero-quero); WAUTOMO (árvore).

A nomenclatura das espécies vegetais, na sua maioria estão associados a alguma característica:

- 1) frutos – *tömoti rä rudu* (=fruto amarelo áspero).
- 2) folhas – *itsu' rowaré* (=folha com espinho seco).
- 3) madeira – *wede ipré* (=madeira vermelha).
- 4) propriedades medicinais – *a ma ré* (=resina para tosse).
- 5) associada a animais – *poozé ó moné* (=chifre de cervo).
- 6) odores – *wedehu udze* (=galho de cheiro gostoso)

Com relação ao hábito das espécies também ocorrem distinções, identificam: arbusto de fruta (*i'wareire*), de côco ('*rere*), de sombra (*awã*), reto (*awãrã*) e arbusto para fazer corda de pescoço (*dadzadapri'rine*). (MARINON, 1998).

A nomenclatura das plantas e de outros elementos naturais apresentam um papel importante na cultura Xavante – sendo utilizados como radicais dos nomes próprios femininos; demonstrando a total interação deste povo para com o ambiente regional.

A atribuição de nomes às aldeias e de topônimos, em língua Xavante, também é geralmente ligada aos elementos naturais que compõem uma determinada paisagem, sendo especialmente usados aqueles que identificam o lugar por algum elemento especialmente importante de coleta. É o caso do próprio nome da T. I. Parabubure, que é uma raiz comestível.

2.3.2. AMBIENTES IDENTIFICADOS E EXPLORADOS.

Por suas necessidades e hábitos alimentares, materiais e representações simbólicas, os Xavante conhecem muito bem as potencialidades do ambiente em que vivem; identificando com precisão e explorando os vários ecossistemas regionais.

Reconhecem e classificam diversos ambientes, com base principalmente nas diferentes formações vegetais. A numeração entre parênteses localiza os principais ambientes identificados, em sua área de ocorrência, **conforme mapa**.

Tabela 3: Classificação Xavante dos ambientes e seus usos específicos

NOME XAVANTE	AMBIENTES	USOS ESPECÍFICOS
<i>Itehudu</i> (1)	Campo cerrado	Caça e * coleta (frutos, ovos, raízes, medicinais, lenha)
<i>Amhu</i> (2)	Cerrado	Caça e coleta
<i>Tsirã'pré</i>	Campo cerrado sobre solo vermelho/cascalho	Caça e coleta
<i>Ró'warã</i> (3)	Campo limpo	Caça e coleta medicinais
<i>Marã</i> (4)	Mata	Caça (anta e porcos do mato), coleta, ** extração de madeira, mel / cera de abelhas e agricultura
<i>Si'nõ</i> (5)	Mata de cabeceiras	Caça e coleta
<i>Sinõ'wae</i>	Mata galeria bem fechada	Caça, coleta, extração e agricultura
<i>Marã'zaide</i> (6)	Cerradão	Caça, coleta, extração
<i>Sipiti'marã</i> (7)	Mata galeria	Caça, coleta, extração
<i>Tessi'marã</i>	Mata de morro	Caça, coleta, extração
<i>Ubratanã</i>	Mata suja de taboca (babuzal)	Caça e extração (matéria-prima p/ flechas, peneiras e casas)
<i>Brudú</i>	Capoeira velha (área de roças abandonadas)	Agricultura
<i>Sinõ u wawe</i>	Capão de mata de brejo	Caça e coleta
<i>Pá'nãsi</i>	Mata-ciliar (beira de rio)	Caça, coleta, extração
<i>Sadarã</i> (8)	Áreas úmidas alagáveis com campos de murundus	Caça e coleta de plantas medicinais
<i>Isõ'upá</i> (9)	Áreas alagadas permanentes	Área de caça de cervos e veados.
<i>Terãirê</i> (10)	Morros (serra)	Serra de coleta ancestral de jabutis
<i>Tepá'údu</i>	Morros onde ocorre um cactus pequeno – údu	Coleta de jabutis e medicinais
<i>Tiriwatasu'á</i> (11)	Beiradas de várgeas	Caça e coleta
<i>Uiwêde'hu</i> (12)	Buritizal	Caça, coleta (frutos e palhas), extração de toras de buriti
<i>Uiwêdenã'rada</i>	Cabeceiras com buritis	Caça e coleta
<i>Ó'wawe</i>	Rios	Banho e pescaria
<i>Pú</i>	Lagoas	Pescaria
<i>Ó'pá</i>	Córregos	Água para beber, banhos, rituais e pesca
<i>Ó'á á</i>	Cachoeiras	Banhos, rituais

* coleta (=frutos, folhas, cocos, raízes, batatas, lenha, palhas, medicinais, palmitos)

** extração (= madeira p/ casas, bordunas e pilões; mel e cera de abelhas)

NO

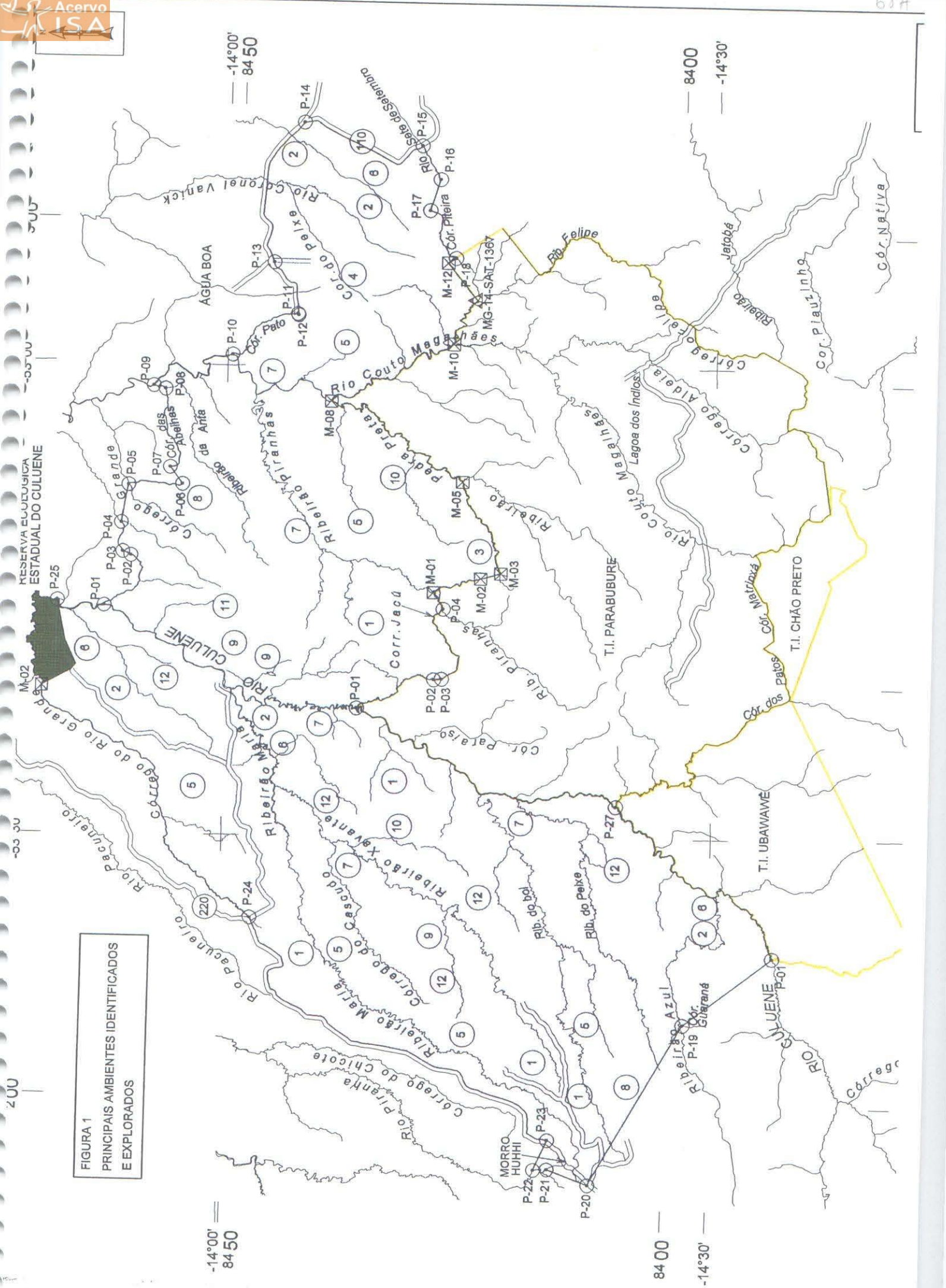


FIGURA 1
PRINCIPAIS AMBIENTES IDENTIFICADOS
E EXPLORADOS

-14°00'
84 50

84 00
-14°30'

200
400
600

-14°00'
84 50

84 00
-14°30'

Analisando o mapa, vemos que a ocorrência de alguns desses ambientes, apesar de serem de grande importância, são bastante raros. É o caso do campo limpo, por nós observado apenas na região das cabeceiras do córrego Pedra Preta; a área conhecida pelos Xavante como Marã, um tipo específico de mata, observada na região das cabeceiras do córrego Peixe; a paisagem conhecida pelos Xavante como Tiriwata'suá, observada apenas na área 4, em região próxima ao rio Culuene; bem como as áreas conhecidas como Sadarã, observadas apenas nas cabeceiras do córrego do Boi e do córrego das Abelhas.

Certos ambientes, como as áreas alagadas denominadas *Isõ'upá*, merecem atenção diferenciada, pois são referências quase que "mitológicas" dentro da área estudada (sua recorrência é grande tanto na área 4 como na 5). Porém, nem sempre todo ambiente semelhante recebe dos índios a mesma denominação.

Um dos principais ambientes de *Isõ'upá* referidos, localiza-se na **Área Quatro** em sua porção norte, este ambiente é descrito como sendo uma importantíssima região de caça utilizada pelos antepassados; por se tratar de uma extensa área alagada com pouca profundidade é tida como um ambiente que não oferece perigo, já que as lagoas profundas são habitadas pelos *U'utede'wa* (maus espíritos) – sua característica natural, favorece o aparecimento de gramíneas, tornando-se pasto natural para animais silvestres – principalmente para os grandes cervos que praticamente são avistados apenas nestes ambientes e para os demais cervídeos. Sendo um campo limpo alagado, facilita a caçada e o cerco aos animais, agradando muito aos índios; também é referida como área de criatório de jacarés, botando seus ovos nestes lugares; os *Aihõ're* (jacaré) são considerados espíritos bons e generosos – “ dizem que foram eles que lhes deram várias qualidades de alimento e curaram diversas doenças do povo Xavante”.

Sua existência é tão simbólica e importante, que toda a região é denominada de *Isõ'upá*.

2.3.3. IMPORTÂNCIA e o SIGNIFICADO da ÁGUA

Os Xavante têm orgulho de seu patrimônio cultural, muito rico e não totalmente conhecido por nós. Cultivam-no com carinho e nota-se que suas cerimônias são orientadas por uma idéia central: o culto da vida e da fecundidade (GIACCARIA, 2.000).

Para os Xavante, a água não é apenas elemento essencial à sobrevivência, encerra também valor simbólico; onde o banho possui muita importância, e é considerado um ato rico de significados e de efeitos mágicos. A “água viva” dos grandes rios, assim como a “água morta” das grandes lagoas, é povoada por espíritos. Nos rios habitam os



Foto 1: vista do Isõ 'upá – área ancestral de caça de cervos.



Foto 2 : meninos imitando banho ritual dos *Wapté*.

ps

espíritos bons espíritos, os *Ótede'wa* e , nas lagoas, os maus, denominados *U'utede'wa*. Conta uma lenda que os *U'utede'wa*, querendo raptar as mulheres Xavante, fizeram muitas cabaças boiarem na superfícies do lago. Quando as mulheres viram, quiseram alcançá-las à nado, mas os maus espíritos, com redemoinhos, as atraíram para o fundo, para suas habitações (GIACCARIA, 2.000)

Segundo este mesmo autor, a palavra *Mro* (banho) indica o matrimônio. Portanto, o banho não se reduz ao simples contato da água com o corpo, mas significa a união íntima e eficaz que ela proporciona ao ser humano. Assim que nasce, o Xavante recebe o primeiro banho imediatamente após de ter cortado o cordão umbilical – “serve para fazer a criança crescer forte e bela”.

O banho, e assim por dizer: a água, é parte integrante da maioria dos rituais e cerimônias Xavante, estando presente em todos os rituais de iniciação – um exemplo marcante, é o banho que se estende por um mês antes do ritual de iniciação masculina: a perfuração das orelhas; onde os *Wapté* passam o dia inteiro dentro da água durante este período.

De tudo isso se depreende que a água corrente, a água viva, tem para os Xavante um rico simbolismo. É fonte de vida, força e beleza (GIACCARIA, 2.000).

Trazendo estes relatos para a realidade atual, fica evidente a importância da conservação da “pureza” das águas para a saúde física e espiritual do povo Xavante, tanto que eles nunca ocupavam os mesmos córregos ou rios para fixarem suas aldeias. Com o crescimento populacional, as aldeias vêm se multiplicando com certa frequência, sendo motivo de preocupação a escolha de novas áreas onde o povo possa viver com saúde e abundância, além da manutenção das imprescindíveis condições sanitárias básicas.

Interessante é o fato atual dos Xavante reconhecerem e valorizarem a importância do aspecto conservacionistas das matas, principalmente no que se refere à proteção das cabeceiras, recursos hídricos e pesqueiros. **“Os rios estão secando, a água tá ficando suja e poluída, os peixes tão sumindo”** são termos frequentes em seus discursos. Costumam afirmar, e com razão que os fazendeiros não respeitam as nascentes **“passam o trator por cima”** e usam muitos venenos (agrotóxicos) nas lavouras que **“envenena a terra e os rios”**.

Sabem com clareza, da degradação ambiental provocada pela má exploração das terras ao redor de suas reservas e com todo razão reivindicam o direito de “cuidarem” dessas terras e águas para seus netos; pois são eles e “ela” que garantirão a perpetuação cultural de seus antepassados.



Foto 19 : Pasto “quase” improdutivo destruindo uma nascente.



Foto 20 : A Terra e o futuro pertencem às Crianças – Inssiwairú !!

do

Como em nossa sociedade, um ambiente degradado só pode gerar uma sociedade nociva e também degradada – a demarcação destas áreas permitirá com que a natureza trabalhe de forma positiva, sem muitas interferências, tanto restabelecendo com vigor seus ambientes, como devolvendo a dignidade cultural ao povo Xavante que habita estas regiões. Em outras palavras, se a natureza morre o povo índio morre junto com ela, e nós gradativamente junto com ambos.

2.3.4. TEDE'WA – Donos Xavante de elementos da natureza.

Segundo GIACCARIA & HEIDE (1972), além do chefe político existem outros “chefes” com tarefas precisas a cumprir; são os chamados “donos” – os *Tede'wa*, que possuem “propriedades” de determinadas espécies animais e vegetais, fenômenos da natureza, ornamentos corporais e objetos cerimoniais.

Os *Tede'wa* possuem funções e conhecimentos específicos dentro do grupo; ocupando papel de destaque em festas, caçadas e cerimônias. Sendo que tais conhecimentos e objetos cerimoniais são utilizados como forma de “agrado” entre os clãs.

Wamaritede'wa (dono do wamari – árvore que possui a propriedade de fazer sonhar) tem a atribuição principal de sonhar e, em ocasiões particulares, prever o futuro através de sonhos.

Wahubtede'wa (dono do tempo) – controlar o tempo, fazendo com que não chova durante o tempo da seca; também tem poder sobre os raios.

Utötede'wa (dono da anta) – tem a função de chamar as antas para que os homens consigam caça-la: “na grande caça, na noite que precede o dia da queimada, ele senta-se no *warã* do acampamento de caça e canta *utötede'wanhôre* (um canto fixo), enquanto os outros imitam o assobio da anta. No dia seguinte, executado o canto *'rãymé*, ele vai á caça com os outros e lança no fogo um pó tirado dos frutos que a anta come, *aõ* (jatobá) e *itsiuwaréné*, para que ela saia do seu esconderijo.”

Uhötede'wa (dono dos queixadas) – conhece em profundidade os comportamentos do animal sobre o qual detêm poderes mágicos.

Wahitede'wa (dono da cobra) – além de conhecer bem as espécies de cobra, cultiva plantas medicinais que curam picadas de cobra.

Tsimiötede'wa (dono do veneno) – pode enfeixar inimigos por intermédio de seu conhecimento de espécies naturais e ritos específicos.

Em relação às espécies animais ainda podem ser citados ***Hu'utede'wa*** (dono da onça), ***Patitede'wa*** (dono do tamanduá) e ***Ritide'wa*** (dono dos gafanhotos). Como os

anteriores, estes donos não só possuem conhecimentos detalhados do comportamento destes animais, como exercem funções rituais que orientam a ação Xavante de transformação simbólica e material de plantas e animais do cerrado (CARRARA, 1998).

A existência destes dons e conhecimentos aprimorados, vêm a confirmar a profunda interação e dependência do povo Xavante para com o ambiente natural, a partir do qual constrói sua concepção cosmológica de existência, elaborando através do "sobrenatural" práticas e habilidades que facilitam sua vida cotidiana ao mesmo tempo que a transformam em algo "mágico", demonstrando a real interdependência entre os mundos no qual estão inseridos.

2.4. ETNOBOTÂNICA: conhecimento e uso de plantas medicinais

Apesar do contato com a medicina alopática, o uso de plantas medicinais sempre está presente na rotina cotidiana das aldeias. Em todas as 11 aldeias pesquisadas ficou comprovada a utilização de plantas e preparados medicinais pela população índia – afirmam precisar de médicos e de remédios do "branco", só quando os casos são mais graves, ou por não conhecerem a cura para certas doenças mais recentes, advindas dos sucessivos contatos com os *Warazú* (brancos).

Felizmente, até as mães mais novas afirmaram ainda utilizar plantas medicinais e o conhecimento dos "curadores" para tratar de seus filhos e que confiam no poder de cura destes tratamentos "**remédio de branco não cura não, só faz melhora, mas não cura**", dizem os mais velhos.

Cada aldeia ou grupo doméstico possui um *Dawede'wa* (curador), que detêm conhecimento e poder sobre as plantas medicinais, geralmente são os homens mais velhos, sendo que seus conhecimentos de plantas, uso e tratamento de doenças são compartilhados por sua esposa, que também está autorizada a empregá-los.

Segundo CARRARA (1998), cada *Dawede'wa* dos vários grupos domésticos da aldeia conhece plantas medicinais específicas que outros *Dawede'wa* não conhecem, e por esta razão, uma mesma doença pode ser tratada com plantas diferentes, tornando o remédio ainda mais eficaz (segundo os Xavante), uma vez que pode unir os conhecimentos dos curadores. Este conhecimento é considerado secreto (*tsimi'uripê*) e somente aos parentes de mesma ascendência patrilinear, à exceção da esposa pode ser transmitido, pois do contrário o remédio perde sua força e poder de cura.

Interessante ressaltar que ocorre na cultura Xavante, um maior compartilhamento dos conhecimentos, não existindo senhores ou "pajés" donos absolutos destes.

O senhor Roberto Unedi, índio antigo e *Dawede'wa* da aldeia Córrego da Mata,



Foto 3 : “ Curador”
antigo em atividade.
Seu Roberto.



Foto 4: Processo de
aplicação de plantas
medicinais.

afirmou aprender a utilizar a maioria das plantas medicinais através de sonhos: **“sonho com a planta, e vou experimentando até acertar a maneira certa de usar”**.

Durante as caminhadas com o GT pelas áreas 4 e 5, seu Roberto Unedi sempre procurava alguma planta medicinal para demonstrar seu uso, e freqüentemente voltava trazendo cascas, galhos, folhas ou raízes de alguma planta, dizendo ser rara e difícil de encontrar; mantendo reservas destas em sua casa para casos de emergência.

CARRARA (1.998) também cita que os *Dawede'wa* recebem seus conhecimentos através de seus antepassados, pelos sonhos.

Os modos de uso são os mais variados possíveis, desde emplastos, fumaça, escarificações na parte afetada até cordinhas e partes da planta amarradas no corpo.

“Xavante antigo fazia milagre mesmo, hoje ninguém mais acredita”

Tabela 4: Principais plantas medicinais citadas e seus ambientes de ocorrência

NOME XAVANTE	AMBIENTES	UTILIZAÇÃO
A'õ (jatobá)	Mata (marã)	Raiz serve para diarreia
A'õ'õire (jatobá)	Cerrado (amhu)	Raiz para diarreia
Uhätete'pá	Cerrado	Dor de estômago
Uminiásinhorõurezé	Cerrado	Gripe forte / dor garganta
I'subzadzé	Cerrado / campo	Pneumonia
Darãzewédé	Cabeceiras (si'nõ)	Dor de cabeça
Wessui're	Campo (itehudu)	Febre
Dazadatówédezé	Campo	Febre alta
Dazadawaréwedezé	Campo	Dor garganta
Da'hizewédezé	Campo	Dor joelho / inchaço
Isitorou're	Campo	Gonorréia / febre
Weteparé	Campo	Feridas
Issui're	Campo	Uso medicinal não revelado
're ré	Campo	Vômito (amarra cordinha)
Usuimiuzé	Campo	Medicinal não revelado
I'pá	Cerrado (amhu)	Medicinal não revelado
Issuaré	Sadarã (brejo)	Febre / dor cabeça
'Rãwede	Mata (marã)	Febre alta / dor cabeça
Zara'é	Campo	Pneumonia
Nõ zãmãwã prã né	Sadarã	Micose
Utepara'né	Cerrado	Malária
We	Cerrado	Queimadura
Widerã'ré	Cerrado	Ótimo para diarreia
Wë deuwaüzé	Cerrado	Raiz para vermes (foto)
Datóptó bdzé	Cerrado	Tosse
Poozé õ moné	Campo (itehudu)	Contra cansaço
Wetepá'uara	Mata-ciliar (pã'nãsi)	Proteção contra doenças
Wedehu'uzé	Mata (marã)	Esquentar o corpo
Isorõ'uzé	Mata	Resfriado
Isu'pá	Mata-ciliar	Dores no corpo
Apsi	Mata-ciliar	Febre (amarra no pescoço)
U ru'wõ	Mata	Vômito (amarra no peçoço)
Wede nhorõ tóptsupó	Mata	Força (amarra cordinha)
Wede'u	Mata	Coragem / força
Itsõ rõ hudu	Cerrado	Coragem

ND

<i>Upanho'ssi</i>	Mata	Fazer amizades / proteção
<i>Wedea' ré</i>	Cerrado / campo	Picada de cobra
<i>Umnhi'ãtsi</i>	Campo	Medicinal
<i>Nhõrõ' u' redzé</i>	Campo	Medicinal
<i>Wede'uwawahõ</i>	Campo / cerrado	Esfriar o corpo / febre
<i>Tã'wapsá</i>	Campo/ cerrado	Ritual - espanta chuva forte
<i>Wetepá, ré</i>	Mata-ciliar	Ritual - espanta chuva

2.5. ETNOZOOLOGIA : conhecimento sobre animais e aves.

Não só a atividades de caça como os próprios "animais de caça" ocupam posição de destaque no conhecimento Xavante da natureza. Este fato pode ser notado quando examinamos a classificação de animais que são por eles considerados caça e estão incluídos numa categoria abrangente - *Abade nõri* - "animais de caça" (CARRARA, 1.998).

A maioria dos caçadores e principalmente os "donos" (*tedewá*) possuem um refinado conhecimento dos hábitos da cada espécie caçada, seus alimentos e habitats preferidos e reconhecem facilmente suas pegadas.

A partir da diversidade de animais silvestres que habitam os ambientes do cerrado, fica fácil compreender a dimensão e riqueza do conhecimento sobre os "bichos", sejam eles pequenos ou grandes mamíferos, répteis ou aves.

CARRARA (1.998), lista mais de 45 espécies diferentes de mamíferos classificados e utilizados pelos Xavante, além de 20 espécies de répteis.

Também em estudos na Reserva São Marcos, registrou 237 nomes Xavante para espécies diferentes de aves; sendo algumas utilizadas como alimentação e a maioria têm suas penas empregadas na confecção de flechas, ornamentos corporais e instrumentos cerimoniais.

Este nomes Xavante de animais e plantas fazem parte dos sistemas ênicos de classificação do meio natural e são parte indissociável da ação social indígena de transformação dos elementos naturais em alimentos, cultura material e símbolos (presentes nos rituais e mitos) por meio do pensamento e da produção econômica (CARRARA, 1998).

O emprego desses conhecimentos também foi observado nas aldeias visitadas. Por exemplo, em nossos deslocamentos pela área avistamos um dia um veado, imediatamente solicitando o nosso guia que parássemos para que ele pudesse abatê-lo. Apressando-se em atirar de dentro do carro, o caçador não foi feliz no tiro, errando o alvo. No dia seguinte, ao passarmos pelo mesmo local, lá novamente estava o veado. Dessa vez o caçador não errou a pontaria, tendo a presa permanecido estática enquanto ele

preparava o tiro. Ao perguntarmos porque motivo o veado estava no mesmo local e não fugiu ao nos aproximarmos, o caçador apenas disse que havia chegado a hora do bicho morrer. Porém, ao insistirmos mais no assunto, também nos indicou outros dados sobre aquele ambiente, inclusive a existência de uma barragem de água salobra bem próxima, o que o tornava propício à permanência da caça.

Faz-se necessário pesquisas e estudos etnozoológicos mais detalhados, que possibilitem uma maior compreensão deste profundo universo Xavante.

2.6. Apropriação socioeconômica e cultural Xavante

A maneira pela qual os Xavante fazem uso de um ambiente aparentemente tão pobre, tirando seu sustento e satisfazendo suas necessidades, é um dos aspectos de sua vida que impressiona forçosamente qualquer observador.

Em resumo, a vida dos Xavante era tão bem adaptada a seu ambiente que, mesmo já em 1958, um visitante ficava com a impressão de abundância e eficiência em sua aldeias que contrastava intensamente com a sensação de pobreza e inadequação transmitida pelos vilarejos da população não-índia do Brasil Central (MAYBURY-LEWIS, 1984).

O processo sucessivo de forçosa “sedentarização” do grupo, o intenso contato com a civilização, os projetos da Funai e a introdução de produtos manufaturados, trouxeram algumas mudanças na maneira de viver e de explorar o ambiente em que vivem.

Comprovadamente, estas mudanças e influências ainda são superficiais em se tratando de uso dos recursos naturais, sendo que a forma de subsistência e economia Xavante baseia-se quase que totalmente na caça, pesca, coleta, agricultura e produção e venda de artesanatos. Em outras palavras, **dependem imensamente do ambiente em que vivem para continuarem existindo física e culturalmente.**

Importante ressaltar, que as principais mudanças estão se dando no âmbito simbólico/ cultural, e na “maneira” de exploração dos recursos naturais; porém os Xavante dificilmente vão diminuir ou deixar de explorar intensamente os ambientes do cerrado.

2.6.1. CAÇA

Para os Xavante, as caçadas representam a principal atividade desenvolvida pelo grupo, e sempre ocuparam papel de destaque em todas as conversas e discussões.

Impressionante ouvir um caçador descrever com precisão sonora suas caçadas, e mais impressionante ainda observar a disposição e competência de um velho caçador de



Foto 7: carne de caça sendo preparada no campo – método para conserva-la até ser levada para a aldeia.



Foto 8 : Giral para guardar caça – acampamento de caçadas registrado fora da TI Parabubure, na área 5.

do

85 anos correr "feito doido" cerrado adentro, na busca ou captura de alguma presa, mesmo que ela for apenas um pequeno tatu.

"Conversam longamente a respeito de onde determinado animal foi visto e todos os detalhes do rastreamento e da morte do animal, do ponto exato onde penetrou a flecha fatal, em que ângulo e com efeito."
(MAYBURY-LEWIS, 1984).

A alegria estampada no rosto e nos gestos de um velho caçador da Aldeia Córrego da Mata, seu Saul, ao relatar "com muitos sons" que matou naqueles dias um tamanduá-bandeira com uma única flechada, é algo memorável. Caçar, portanto, "é o meio mais comum de expressão da virilidade masculina", pela demonstração de resistência, força, coragem, rapidez e agilidade. Normalmente, todo caçador fica sem beber água durante as caçadas e come muito pouco, dizem que é para atrair as presas e manter certa "relação mística" com os animais – uma forma de permissão e sacrifício para abatê-los.

A **importância da caça** não está apenas no seu valor alimentar nutricional, como principal fonte de proteínas, mas também no âmbito das representações; sendo utilizada nas prestações políticas entre os clãs, como presente nas relações sociais e indispensável nas trocas cerimoniais, festas e rituais.

Interessantíssimo, é a afirmação: "se o **Xavante não comer carne de caça, ele não sonha**". E toda a construção de seu mundo simbólico e cotidiano é concebida através dos sonhos - músicas, danças, rituais, mitos, plantas medicinais, cura de doenças, lugares bons para novas aldeias, etc...

Segundo MAYBURY-LEWIS (1984), os Xavante, antes do contato, ficavam pouco tempo nas aldeias pois sempre realizavam expedições de caça e coleta pelo cerrado; e os planos de uma caçada comunitária (*hõnono*) eram discutidos durante vários dias e com antecedência pelo *Warã* (conselho dos homens maduros).

Portanto, não é somente em ocasiões cerimoniais, como o casamento, o *danhono* (iniciação masculina) ou *datsiwãiwére* (ritual de cura), que realizam expedições de caça; frequentemente realizam caçadas individuais ou de duas e três pessoas.

Durante a estação seca, nos meses de junho a setembro, as caçadas coletivas são mais intensas, onde ritualisticamente utilizam o fogo (*du*) como estratégia de caça; na estação úmida realizam caçadas individuais nas proximidades das aldeias, e nas matas das fazendas vizinhas à procura de antas e porcos-do-mato.

Segundo o antropólogo Jorge Luiz de Paula, em relatório de 1997, os Xavante classificam as caçadas de acordo com sua finalidade:



Foto 5: Caçador em plena atividade – detalhe para o arco de tucum.



Foto 6 : Seu Bil (direita) com antigo companheiro de caçadas
Feição orgulhosa - quando menino roubou a cabeça da onça !

JK

HÖMONÖ : caçada coletiva que envolve a maior parte dos homens da aldeia, geralmente feitas no fim da estação seca, durando uma semana em média. A técnica consiste em buscar e seguir o rastro dos animais.

ABÁ : caçada curta, de apenas um dia, feitas em qualquer época do ano – preferencialmente em áreas de mata.

DÚ : caçada coletiva de apenas algumas horas, que utiliza a queimada como técnica para se obter o melhor resultado possível. Envolve ainda uma série de ritos propiciatórios (GIACCARIA & HEIDE, 1.972), com a participação dos “donos” dos animais e do “dono do tempo”.

DABATSÁ : caçada realizada com o exclusivo fim cerimonial de celebrar um casamento, em qualquer época ou local. Para ela são convidados os parentes dos noivos.

ITESERE : caçada para cerimônia de casamento, todavia só é utilizada quando é necessário a realização de uma cerimônia rápida.

DZOMÖRI : é uma verdadeira migração, nele participa toda a família, sendo os caçadores acompanhados de suas mulheres e filhos, genros e agregados das famílias. Atualmente, a sua duração é mais curta, cerca de duas semanas; porém antigamente, duravam meses. Realizada durante o período das chuvas, sua principal função era a de manter a família em épocas de escassez.

Citando os importantes estudos de MAYBURY-LEWIS (1.984) e GIACCARIA & HEIDE (1.972):

"Tradicionalmente semi-nômades, os Xavante exerciam um sistema de rotação nas caçadas e expedições de coleta. Originalmente possuíam as "caçadas familiares", ficando até dois meses distante da aldeia. Estas caçadas familiares não serviam apenas para coleta de caça, mas também de frutas, castanhas, raízes, plantas medicinais, peixe, mel, tartarugas e seus ovos, etc. Um aspecto essencial destas caçadas era o treinamento dos adolescentes no procura e coleta de produtos naturais e conhecimento do seu território."

Como verificado em 11 (onze) aldeias, as caçadas ainda continuam em evidência; mas as caçadas familiares (*dzomöri*), essenciais à sobrevivência física e cultural do grupo e importantíssimas para o treinamento e amadurecimento cultural dos jovens, praticamente não existem mais devido à redução territorial.

Pelas declarações, podemos comprovar que falta treinamento para os grupos de jovens, em se tratando de conhecimento de seu território, exploração dos recursos naturais e habilidade com técnicas de caça - devido principalmente à falta de espaço para as caçadas familiares que era um dos principais veículos para a transmissão ancestral

destes conhecimentos.

LEEuwENBERG et alli (1994), que estudou sistematicamente o manejo de caça na Reserva Xavante de Pimentel Barbosa, também afirma: atualmente é claramente observado que falta um treinamento intensivo para os grupos de jovens.

Em entrevista durante o GT, os velhos índios comentam: *“Antigamente, depois da plantação saía-mos com toda a família para festejar, esperando as plantas das roças crescerem; andava-mos longe, durante muitos dias e por todos os lugares, à procura de caça, raízes e frutos, e ensinando os mais novos a viver e conhecer os segredos do cerrado.*

“Hoje não tem mais espaço pras caminhadas e caçadas longas, tudo está tomado por fazendas, e os fazendeiros não deixam caçar como antes”.

“Nós caminhava-mos por toda esta área, e a queremos de volta!”.

Normalmente eram construídos acampamentos duradouros para abrigar as famílias durante o *dzomöri*, sendo usados em várias temporadas. Fato, é que muitas vezes falecia algum membro da família, que era sepultado no local dos acampamentos; tornando estes lugares referência e algo “sagrado”. Atualmente, a maioria destes lugares está ocupada por fazendas, e os velhos referem-se a eles com grande insatisfação, pois os entristece muito verem estes lugares arados por tratores – sinal de desrespeito.

Estes **depoimentos e fatos** mostram uma das importâncias e a real necessidade da área reivindicada neste processo, pois engloba áreas ancestrais de caçadas familiares.

Dizem que *“as mulheres sentem fome de carne de caça (mrandi) e ficam com os olhos ardendo enquanto os maridos ou genros não trazem.”.*

Ainda utilizam o arco e a flecha mais que as armas de fogo, e em se tratando de animais caçados, por ordem de importância consideram a anta, o queixada, o caitetu, o cervo, o vedo, o tamanduá e o tatu.

Tabela 5: Composição de coleta de caça (1.991 a 1.993) – T.I. Pimentel Barbosa.

ESPÉCIES	% total
Porcos-do-mato (queixada e Caititu)	48 %
Tamanduás	20 %
Cervídeos	14 %
Tatus	11 %
Antas	4,5 %
Outros	2,5 %
	N = 1.703

Fonte: Leeuwenberg (1994)

Nas cerimônias de casamento obrigatoriamente a carne de anta tem que estar presente **“sem carne de anta fica feio”**; como também o tamanduá, o porco-do-mato, e o veado. Algumas aves também são caçadas para o consumo, como as emas, os jacus, os mutuns e a perdiz. Para os adornos e artesanato, caçam algumas aves para retirar as penas como a ema, a seriema, o papagaio, as araras, os periquitos, o gavião, o uruburei; e geralmente as crianças são incumbidas da tarefa de caçar as aves menores.

Segundo GIACCARIA & HEIDE (1.972), outros animais também caçados com objetivo utilitário ou ritual são: a onça-pintada (o caçador muda seu próprio nome), a onça-parda (osso para furação de orelhas), o veado (chocalho de unhas, couro), serpentes (feitiçaria), queixada (osso para furar sementes), cotia (osso para formão) e lagartos (rabo para enfeite de flecha).

Um velho índio da Aldeia Estrela, o senhor Bil (*Tseretsuire*), comentou com muito orgulho e empolgação, que no seu tempo de criança, eles eram proibidos de comer carne de algumas caças, e que certa vez seu avô estava assando uma onça e ele sorrateiramente roubou a cabeça e foi comer escondido – os velhos ficaram assustados, pensando que fosse feitiçaria.

Este comentário denota a importância simbólica de certas espécies de caça para os Xavante, pois são marcos históricos na vida deles.

Seu Bil exclamou depois da fotografia: *“escreve na foto que aí está o menino que roubou a cabeça de onça que seu avô estava assando”*.

Desta forma, as caçadas, mais que uma atividade econômica, constitui-se numa atividade social. Nelas são ativados praticamente todos os mecanismos de representação, como os grupos de idade, as relações de parentesco, as instituições políticas; os mecanismos de redistribuição e não-diferenciação; além de fazerem um elo com o mundo mítico/religioso. As caçadas atualizam a tradição e as formas próprias de organização social dos Xavante.

Tabela 6: Fauna silvestre utilizada como principais espécies de caça.

NOMES POPULARES	NOME XAVANTE	CIENTÍFICO
Anta	Uhôdo	Tapirus terrestris
Veado-mateiro	Poné	Mazama americana
Veado-catingueiro	Ponéere	Mazama gouzoubira
Veado-campeiro	Poodzé õ moré	Ozotocerus bezoarticus
Cervo	Aihô	Blastocerus dichotomus
Caitetu	Uhô	Tayassu tajacu
Queixada	Uhô	Tayassu pecari
Tatu-canastra	Warã wawe	Priodontes giganteus
Tatu-galinha	Warãhudu	Dasyus septencinctus
Tatus (diversos)	Warãre	
Onça-pintada	Hu	Panthera onca
Onça-parda	Atsada'a	Felis concolor

30

Tamanduá-bandeira	<i>Padi</i>	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>
Tamanduá-mirim	<i>Patire</i>	<i>Myrmecophaga tetradactyla</i>
Paca	<i>Ra'wa</i>	<i>Agouti paca</i>
Cutia	<i>Dzohurure</i>	<i>Dasyprocta agouti</i>
Capivara	<i>Ubdö</i>	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
Preá		
Ema	<i>Mã</i>	<i>Rhea americana</i>
Perdiz	<i>Wi'i</i>	<i>Rhynchotus rufescens</i>
Mutum	<i>A'rã'ru</i>	<i>Crax fasciolata</i>
Jacú	<i>A á pré'pá</i>	
Pato do mato	<i>Mã'u</i>	<i>Cairina moscata</i>
Seriema	<i>Wa'ridi</i>	<i>Cariama cristata</i>
Araras / papagaios		<i>Psittacidae</i>
Tucanos		<i>Ramphastidae</i>
Gaviões		<i>Falconidae / accipitridae</i>
Pombas		<i>Columbidae</i>
Jabutí	<i>U'ã</i>	<i>Geochelone sp.</i>

2.6.1.1. Importância da caça como fonte de alimentação

Através de observações diretas, em Pimentel Barbosa, LEEUWENBERG (1.994) estima que a fonte principal de proteína animal do povo Xavante é a caça, consistindo em aproximadamente 85-90 %. O gado é raramente consumido. O restante da proteína animal consumida consiste em peixes, tartarugas e ovos. O mesmo pode ser observado na área em estudo, talvez com uma maior importância proporcional para o consumo de peixes, devido à maior proximidade de rios e córregos piscosos.

A queixada, o caititu, o veado-campeiro e o tamanduá-bandeira são as principais fontes de biomassa.

Tabela 7: Biomassa de carne de caça por grupo de animais

GÊNEROS	% do total
Tayassuidae (porcos-mato)	30 %
Cervidae (cervos e veados)	29 %
Myrmecophagidae (tamanduás)	19 %
Tapiridae (anta)	18 %
Dasypodidae (tatus)	2 %
Outros	2 %

Fonte: Leeuwenberg (1.994)

Os Xavante aproveitam 65 % do peso bruto de cada animal. Os crânios são quebrados para consumo do cérebro e para aproveitamento de toda carne da cabeça (LEEUWENBERG, 1994).

Fato comprovado, é que a quantidade de caça existente na T.I. Parabubure, é insuficiente para garantir a quantidade mínima de proteína animal necessária à plena sobrevivência da população indígena.

"Povo adoecendo muito por falta de carne de caça na comida, carne de vaca não é boa e comida do branco é muito fraca" Miguel (Ahö pö re)

Durante uma semana de permanência na Aldeia Córrego da Mata, pode-se acompanhar a coleta de caça, os animais abatidos e os locais de captura.

- 1 tamanduá-bandeira → perto da aldeia – dentro da T.I.
- 1 anta → matas da Faz. Novo Mundo (área 4)
- 2 queixadas → matas da Faz. Novo Mundo (área 4)
- 2 emas → Faz. Xavantina (área 4)

Esta aldeia abriga umas 120 pessoas, sendo assim, esta caçada foi suficiente para suprir a necessidade protéica da comunidade por uma semana; mas quase que a totalidade da coleta de caça foi obtida fora da área da T.I. demarcada.

Em outras aldeias visitadas, a quantidade de coleta de caça foi bem pequena, pois alegam que as melhores áreas de caça estão muito distantes e dentro das fazendas; é unânime a afirmação dos caçadores: “**Precisamos sempre sair fora da Reserva para caçar**”.

Tratando-se da IMPORTÂNCIA NUTRICIONAL para os Xavante, analisemos:

A medicina indica um consumo diário mínimo de 60 a 70 g de proteína.

Smith (1.976) admite que a carne de caça possui 20 % de proteínas.

65 % do peso bruto da caça é aproveitado (Leeuwenberg, 1.994).

O consumo protéico indicado por quilo de peso corporal, segundo critério divulgado pelo W.H.O. é de 0,70 gramas (SMITH, 1976 citado por LEEUMENBERG, 1994).

Admitindo-se no presente, que aproximadamente 40 % das necessidades diárias de proteínas dos Xavante vêm de outras fontes (peixes, castanhas e vegetais), ainda necessitariam de 200 gramas de carne de caça por dia para complementar sua dieta – como aproveitam 65% do peso bruto de cada animal, temos um total necessário de 350 gramas de biomassa de caça / dia / indivíduo – num total anual de 120 quilos por indivíduo adulto.

Este “bom padrão alimentar”, em torno de 250 g de carne de caça / dia, foi encontrado na Reserva Rio das Morte em 1993, por pesquisas de LEEUWENBERG.

Pela estimativa populacional de Parabubure, para a região do Kuluene e Couto Magalhães, de 3.000 índios; e considerando-se uma média entre adultos e crianças } aproximadamente **300.000 Kg.** de biomassa de caça são necessários por ano.

2.6.1.2. Coleta Potencial e Sustentabilidade

Para garantir este volume, a coleta de caça potencial exige uma área mínima, que possibilite sua **sustentabilidade natural** - baseado em pesquisas de ROBINSON &

REDFORD (1.991), que estudaram a coleta potencial de caça na Amazônia, a área mínima necessária à sustentabilidade das principais espécies de fauna cinegética (caça) neste caso Xavante **ultrapassaria 1.000.000 hectares** contínuos de Reserva – facilmente !

Tabela 8: Coleta potencial de caça e peso médio das principais espécies.

ESPÉCIES	COLETA POTENCIAL	
	Indivíduo / 100 h a / ano (Robinson & Redford)	PESO MÉDIO (Emmons, 1990)
QUEIXADA	0,83	35 kg
CAITETU	2,41	25 kg
ANTA	0,03	230 kg
Veado-mateiro	0,67	40 kg
Veado-catingueiro	1,23	15 kg
Tamanduá-bandeira	2,80	30 kg

Fonte: Leeuwenberg (1.994) e Emmons (1990)

Dados das tabelas 5 e 6, analisados juntamente com a quantidade anual de biomassa de caça necessária (300 mil kg.) para a boa nutrição de 3.000 Xavantes, apresenta números interessantes:

A caçada de anta - **responsável por 20 % das proteínas e fundamental nas cerimônias de casamento** - necessitaria abater 300 (trezentos) indivíduos de anta por ano. Para tal, somente uma área **mínima de 1 milhão** hectares possibilitaria manter sua "coleta potencial" dentro de um padrão sustentável.

Para a sustentabilidade de caça dos porcos-do-mato (queixada e caitetu), que **representa 30 % da biomassa caçada**, seriam necessários 3.000 indivíduos por ano. Contrapondo com uma média de sua coleta potencial – temos uma área mínima de 200.000 hectares; sendo que estes obrigatoriamente devem constituir áreas de matas, já que estes animais pouco utilizam o cerrado para alimentação e reprodução.

Em suma, aproximadamente **1 milhão de hectares** de áreas preservadas são necessários na região, para contemplar estes ambientes de matas e os demais ambientes naturais em proporções significativas que possibilitem a **sustentabilidade da atividade de caça.**

2.6.1.3. Conservação e Manejo de fauna

A maioria dos habitats do cerrado foi devastada em pouco tempo, com perda da diversidade da fauna e flora típicas deste tipo de habitat. A reserva Xavante se encontra hoje também em isolamento biológico com relação a outras reservas indígenas. A degradação do cerrado no entorno vem causando constante declínio nas populações da fauna; e os Xavante dependem quase inteiramente destes recursos faunísticos para sua

alimentação (LEEuwENBERG, 1.994).

Dentre os aspectos conservacionistas mais relevantes, a degradação e supressão de habitats, é um dos fatores mais preocupantes, juntamente com a excessiva caça furtiva, que concorre para o declínio das populações e conseqüentemente extinção local de espécies; o processo de fragmentação dos habitats do cerrado isola populações silvestres, “enfraquecendo-as” geneticamente e também colaborando para seu declínio.

Proprietários, moradores e funcionários das fazendas que compõe as Áreas de estudo, afirmam categoricamente em todas a visitas, sobre a existência de muitos animais silvestres nas matas e no cerrado; os índios completam: **“caçada fora da reserva está mais fácil que antes”** – isto indica que os animais estão concentrados devido à degradação e destruição dos ambientes regionais, ocasionando problemas pela falta de habitats e sobreposição dos nichos alimentares – aumentando a competição entre as espécies e entre os próprios indivíduos de cada espécie, o que conseqüentemente colabora para um acentuado declínio populacional futuro.

Somente a existência de “muitos bichos” não significa conservação ambiental e pelo contrário, muitas vezes significa falta de espaço causado pela interferência antrópica.

Importante ressaltar, que a potencialidade de caça, da mata e do cerrado são praticamente iguais, pois ambos fornecem 50 % do total de carne de caça consumido !!

É fato consumado no meio acadêmico internacional, a impossibilidade de se “conservar” em padrões viáveis populações de fauna / flora silvestres em pequenas áreas de reservas, sem que entrem em desequilíbrio ecológico e com o tempo desapareçam.

Como outro forte exemplo, peguemos um animal topo de cadeia alimentar, simbolicamente fundamental para os Xavante: a **onça-pintada** ou a **onça-parda**; das quais tiram um osso usado ancestralmente para perfurar as orelhas no ritual de iniciação masculina – este osso só pode ser utilizado em um único ritual, necessitando de uma nova onça a cada iniciação – por aldeia.

Segundo CRAWSHAW, que estudou territórios utilizados por onças através de radio-colar, a área de uso para cada indivíduo é de 30 Km² (= 3.000 hectares); tomando como base uma população mínima “provavelmente” viável de 350 indivíduos – seriam necessários **1 milhão de hectares contínuos** para manter esta população em proporção satisfatória que permita sua caça.

Para dizer que não exageramos, populações mínimas viáveis para mamíferos de topo de cadeia, são consideradas acima de pelo menos 500 indivíduos.

LEEuwENBERG (1.994), estudando manejo de caça em Pimentel Barbosa, afirma que a caça de anta não é mais sustentável e sua continuidade vem causando um

declínio na população. Este caso repete-se em Parabubure, onde os caçadores dizem que **“a anta está muito difícil de encontrar”**; uma vez que a capacidade reprodutiva da anta é demorada e lenta, sua população corre sério risco de extinção local – salvo pela demarcação urgente desta Área e pela adoção de técnicas de manejo e rodízio de caçadas pelos Xavante.

A demarcação da área proposta, juntamente com a terra indígena já demarcada e das áreas 2 e 3 que ainda continuam em estudo, chegará próxima da dimensão ideal, favorecendo imensamente a conservação destas espécies e das outras amplamente caçadas. Porém, não será somente a demarcação de terras a solução definitiva do problema de sustentabilidade, até porque a população Xavante continuará a crescer. Serão necessárias outras medidas acessórias, tais como o aperfeiçoamento do sistema de manejo de caça tradicional, maior fiscalização das condições ambientais do entorno da área e a criação de outras alternativas de sustentação alimentar e econômica do grupo.

2.6.1.4. Principais áreas de caça.

Pelos relatos dos indígenas e através de uma análise visual feita durante os levantamentos; a disponibilidade de caça, dentro da T.I. Parabubure na região dos rios Kuluene e Couto Magalhães, é muito insipiente, perto das necessidades crescentes da população que aí habita.

Este fato, segundo teorias conservacionistas, pode ser decorrente: primeiro, das populações de fauna silvestre estarem em desequilíbrio ecológico devido à uma intensa sobreposição da caça furtiva exercida pelos índios; segundo, das populações estarem melhor distribuídas pela Reserva Indígena, já que esta não apresenta fragmentação e supressão de habitats e, terceiro, os animais ficaram muito “ariscos” devido às caçadas constantes e migraram para as áreas do entorno da Reserva.

Diversos proprietários, moradores e funcionários das fazendas do entorno da T.I. afirmaram em todas as visitas durante o GT, a existência de muitos animais silvestres nas matas e cerrados – ficando comprovado que a área de estudo abriga populações consideráveis de praticamente todas as espécies de animais e aves caçadas pelos Xavante.

Perto das aldeias encontram caças pequenas como tatus, jabutis e tamanduás; precisando sair da Reserva para caçar porcos-do-mato, antas, veados, cervos e emas.

Os caçadores afirmam que a Reserva possui muitas aldeias vizinhas e que assim **“a caça some, vai embora”**, pois as áreas de caça estão muito pequenas e sobrepostas, já que cada aldeia possui sua própria área limitada. JP

Repetindo o afirmado, trechos acima, as melhores áreas de caça atualmente encontram-se fora dos limites da T.I., nos fragmentos de vegetação nativa, ainda preservados das fazendas do entorno.

As áreas de caça reivindicadas nesta proposta, além de seu valor econômico e cultural; possui um enorme valor simbólico e sentimental, já que constituem locais ancestrais de caçadas, onde muitos de seus antepassados estão sepultados.

“Dzomöri não existe mais, não tem mais espaço. O branco revirou a terra, e os bicho não brota mais” (Cacique Benjamim, aldeia São Pedro)

Os principais locais de caça, identificados e delimitados neste trabalho estão descritos a seguir, especificados segundo área de ocorrência; e localizados pontualmente na figura 2.

σ Principais locais de caça: ÁREA 4

Nesta área 4, identificada e delimitada, encontramos em primeiro plano uma área ancestral de caçadas de Cervo-do-pantanal e veados, o *Isõ'upá*, localizada nos limites da faz. Mineiros – neste lugar cercam e abatem facilmente a caça. Sendo utilizada em anos consecutivos pelas Aldeias Córrego da Mata, Estrela e Jacu.

Dentre outras áreas utilizadas freqüentemente por estas aldeias, podemos citar: várgeas com campos de mata e matas-ciliares denominadas *Tiriuwatasu'á*.

Matas, campos e cerrados da região do cemitério do Serezá, na Faz. Santa Fé.

Campos cerrados extensos e cerrados da Faz. Novo Mundo, onde em agosto realizaram caçada com fogo, matando: 1 anta, 1 veado, 1 tamanduá, 2 catetos e 3 tatus.

Matas-galeria e cerradão das Faz. Mineiros e Xavantina para caça de porcos-do-mato e antas.

Matas-galeria do rio Kuluene, extensas e ainda preservadas.

Mata-ciliar e cerradões da região do cemitério do avô do Cacique Alexandre, área de acampamento ancestral de caçadas.

- Em épocas de festa, necessitam caçar dentro da Faz. Xavantina.

A outra porção desta área é freqüentemente explorada pelas Aldeias Salvador, São Pedro e Estrela.

“Temos inveja daquele lugar com muitos bichos, e queremos de volta pra nós - pra poder caçar em paz” . Fala do cacique Benjamin referindo-se às matas das Faz. Pietá, Mata Verde, Ipê e Repembau.

“Queremos terra, pra ter espaço para as caçadas de casamento”- povo da aldeia Salvador.

Os cerrados e matas que compõe a Gleba Martins e fazendas do entorno (Pietá, Ipê Amarelo e Mata Verde), constituem um dos únicos lugares onde ainda se realizam as escassas e tão importantes caçadas familiares. Sendo que anos atrás, foi construído um acampamento de *Dzomöri* da aldeia São Pedro nesta região, onde permaneceram por mais de 40 dias caçando e coletando alimentos.

Região das Faz. Pietá e Mata Verde são referidas como áreas antigas de dança ritualística dos velhos; onde realizaram caçadas de fogo ano passado. Citam ainda que as cabeceiras do córrego *Að'zaidi'pá*, nestas proximidades, é um lugar com muitas antas.

Ainda na Faz. Pietá, local da velha aldeia *Tsö'rãpudzé*, próximo ao córrego Wanick, temos áreas de acampamento de caçadas coletivas, onde numa região de "matas altas" (mata estacional e cerradão), mataram 20 queixadas e muitas antas.

Na Faz. Ipê Amarelo, ainda encontram-se campos, cerrados e matas preservadas, onde caçaram uma anta no mês de outubro.

As matas do entorno do rio Couto Magalhães são ótimos pontos de caça. As reservas de vegetação da Faz. Potrilo constituem-se importantes áreas para caçadas de festas e casamentos, porém nas últimas caçadas (julho/agosto) utilizaram o fogo (*du*), havendo conflitos com os proprietários.

Diversos córregos, como o do Pato, o Garça e Wanick, apresentam matas e veredas em bom estado de conservação, favorecendo as caçadas. Matas-galeria e cerradões que ocupam o entorno do Ribeirão Piranhas, também são áreas onde a fauna silvestre é caçada com certa facilidade.

σ Principais locais de caça : ÁREA 5

Nesta área, diversos locais foram identificados como importantes pontos de caça; à começar pelas matas preservadas e áreas úmidas de toda a margem esquerda do rio Kuluene, utilizadas pelas aldeias Córrego da Mata, Santa Fé, Jacu, Paraíso, Santa Cruz, Auwe'ubsimidze e Aldeiona.

As nascentes, veredas e matas que acompanham as microbacias do Ribeirão do Peixe, do Ribeirão do Boi e córrego São João encontram-se em bom estado de conservação, sendo constantemente utilizadas pelas aldeias.

A região da barra (encontro) do Ribeirão Xavante com o Ribeirão Maria apresenta matas e cerrados bem preservados, bem como áreas úmidas importantes para a reprodução de aves e animais.

A Faz. Pontal é referida como importante local de caça da aldeia Santa Cruz, porém seu proprietário não permitem as caçadas.

Na Faz. Garças existem enormes áreas de buritizais e veredas para as caçadas, onde durante os estudos foram avistadas grande quantidade de emas, veados e algumas antas.

A Faz. Rio Maria ainda esnoba algumas áreas extensas de mata, cerrado e cerradão, onde avistou-se muitas emas.

Nos limites da Faz. Paraíso, encontram-se importantes locais de caça e coleta da aldeia Wawe, para festas e casamentos, porém são proibidos de entrarem.

Acampamentos de caça foram registrados nas extensas áreas de campo, cerrado e cerradão preservados, que ocorrem próximo as nascentes do Ribeirão do Boi e nas encostas de serra que margeam o Ribeirão Azul; sendo obrigatoriamente incluídas nesta proposta.

Uma serra conhecida como *E'tewazi*, próxima às nascentes do lado direito do Ribeirão Xavante, são consideradas ótimas para coletas de jabutis.

2.6.2. COLETA

"Comida de branco enfraquece o índio, nós nunca vamos deixar de coletar frutas e raízes do campo" Pecissari

Sem a caça, a cultura Xavante seria muito diferente; mas sem a coleta, os Xavante não seriam jamais capazes sequer de existir. Chegavam a ficar sem carne durante vários dias seguidos – porém nunca se passava um dia sem que os produtos naturais da região estivessem à mão (MAYBURY-LEWIS, 1.984).

Nos dias atuais, apesar das influências do "mundo do branco", ficou claramente comprovado pelos estudos de campo, que as várias raízes, cocos, palmitos e frutas ainda compõe parte importante da dieta alimentar do povo Xavante.

a) ALIMENTAR

A coleta de produtos do cerrado e das matas com finalidades alimentares, são atividades exclusivamente femininas; onde as meninas desde criança acompanham as mães para ajudar no transporte dos produtos coletados, aprendendo assim a tradição.

Segundo GIACCARIA & HEIDE (1972), a importância da coleta está no fato de, ao contrário da caça, prover a aldeia de um recurso alimentar constante. Também durante as migrações a coleta é fundamental.

Normalmente, as aldeias são fixadas obrigatoriamente próximas de boas regiões de coleta, isto implica em regiões que possuem certa diversidade de ambientes, como cerrados, cerradões e mata.

A variedade e quantidade dos produtos coletados ainda é muito grande,



Foto 9 : coquinhos e brotos de buriti obtidos em coleta. (alimentação e artesanato_



Foto 10 : coleta de frutas com as crianças (fora da Reserva) – Alegria Pura !

ds

MAYBURY-LEWIS (1984) e GIACCARIA & HEIDE (1972) colocam em destaque as diversas variedades de raízes e tubérculos utilizadas quase que exclusivamente pelos Xavante, num total de 14 variedades, salientando sua importância na alimentação.

Dentre estas variedades de "batatas-do-mato" como se referem, atualmente ainda é muito consumida e apreciada a *monihõiré*, coletada nas matas; também *udedu*, *wõ*, *buruwõ*, *pidzi* e *mo õ niá* são variedades de mata ainda consumidas. No cerrado são coletadas a *patêde* e a *poneé're*.

A estação seca é a época mais apropriada para a coleta e consumo destas raízes, pois dizem que no tempo das chuvas ficam "aguadas".

As mulheres mais velhas, quando indagadas sobre a possibilidade de suas filhas abandonarem o costume ancestral de utilizarem estes alimentos, exclamam: **"Nós nunca vamos deixar de coletar e as comidas do campo, por que devemos desaprender?"** *Pecissari* (Ald. Jacu)

Afirmam existir muitos "carás" e raízes do mata "boas para comer", e que são muito fáceis de encontrar; embora para algumas mães jovens falte o devido conhecimento.

"Sempre Levamos nossas filhas e netas juntas conosco, para que aprendam a conhecer e a coletar as boas comidas do campo."

Quando possível coletam ovos de perdiz, *nampré* e ema; e em setembro saem em busca de *rãititó* (formiga rainha dos sauveiros).

Outro grupo de alimento muito coletado, principalmente por ser rico em proteína vegetal, são os coquinhos nativos, dentre eles o mais citado e apreciado é o do babaçu (*Norõwede*) de onde retiram nutritivas castanhas; o óleo extraído destas castanhas também é utilizado como cosmético para se passar nos cabelos e no corpo associado ao urucum.

Abundantes, as palmeiras de babaçu ocorrem nas matas e por isso são freqüentes nas áreas de roças, facilitando a coleta dos frutos.

Os cocos são uma fonte perene de alimento. Sem dúvida alguma, o mais importante é o coco da palmeira de babaçu (MAYBURY-LEWIS, 1984).

O Buriti (*uiwêde*), a Bocaiúva (*a'ódo*), o Bacuri (*Tiriwede*), e a Buritirana (*ariwêde*) também são palmeiras importantes na alimentação Xavante, utilizando-se de seus frutos, castanhas e palmitos, que são muito consumidos e apreciados.

A grande vantagem dos palmitos, é que além de saborosos e nutritivos, podem ser coletados durante o ano inteiro.

As diversas frutas do cerrado são amplamente saboreadas pelos Xavante,



Foto 13 : Caitetu de
estimação.

Foto 14 : confecção de
baquités com brotos de
buriti (artes./utensílio)



25

coletando-as principalmente durante a estação das chuvas, dentre as mais citadas aparece o Piqui (*abare*), o buriti (*usu*), o jatobá (*a'õ*), a mangaba (*ritó*), as marmeladas (*tomonti*), a mirindiba (*irãihã*), o caju do cerrado e outras de nome específico Xavante: *tininim*, *rititopré*, *rebérã sirã*, *ü'pinire*, *tiriwawe*, etc.

A manga, introduzida na maioria das aldeias, é uma festa para as crianças e muito consumida por todo o grupo.

Apreciam muito mel de abelhas, sendo sua coleta uma atividade basicamente masculina; conhecem e classificam umas dez meliponines (abelhas nativas) da região, entre elas citam *apdzö*, *itomorã*, e *aptõmri*.

b) ARTESANAL: Tanto homens como mulheres participam igualmente desta coleta; inclui-se aqui diversos materiais necessários à confecção de ornamentos, utensílios domésticos, ferramentas, tintas, armas e objetos rituais. Dentre os quais, segundo PAULA (1.997) destacam-se:

Arco : ® madeira de tucum da mata

Flechas : ® taquara (ti) / taquarinha / buritirana / cipó-imbé /

® Cera de abelhas

Pilão : ® madeira de pequi / aroeira / ipê

Instrumentos musicais : ® cabaças / sementes de *patsé* /

® sementes de capim-navalha (*aé*)

Cordas : ® palhas de Tucum do cerrado / Buriti / Babaçu

® entrecascas de diversas árvores (imbiras)

Cestos e Esteiras : ® palhas de Buriti / Buritirana / Babaçu

Ornamentos : ® folhas de Buriti – estojo peniano

® Cordas de Tucum / Buriti / embiras – pulseiras e tornozeleiras.

® Brincos de vários arbustos / colares de *Aé*

® Colar de algodão (*abazî*)

Ornamentos distintivos : ®cordões *tsatede* e *weterãti* (dono da anta)

®Cordões de Buriti, cipó e Tucum / brincos de talo de Buriti e

ipanihoné (dono dos queixadas)

Uso mágico / ritual: ® *wamari* (árvore que faz sonhar)

®raízes de *wetsua're* / *panitsihudzu* / *wadzarapzé* / *weterã'ti* e *wederutupá*

(pós para controlar o tempo)

® jatobá / *itsiuwamrené* (caçada de anta)

® algodão-roxo / sementes de Aé (colares usados nas cerimônias de casamento e nomeação)

® folhas e fibras de buriti (confeção máscaras *Wamnhörö* e capas *No'oni*)

® toras de Buriti (corridas)

As tradicionais bordunas são feitas à partir de madeira de Aroeira, Sucupira e de outra espécie identificada pelo nome Xavante de *Pooné buturã né*.

Nas pinturas corporais utilizam o genipapo (*uderã*) e o urucum.

As casas são construídas com madeira de aroeiras, ipês, angicos, sucupiras, bambus e taquaras; nas paredes utilizam folhas de babaçu, e para a cobertura folhas de buriti, sapé ou de *norõ'rê* que aparece em áreas úmidas; no entanto preferem as folhas de buriti que duram mais, em média 3 anos.

A maioria dos ornamentos de uso ritual e as toras de buriti utilizadas nas freqüentes corridas entre os grupos de idade, só podem ser usadas uma única vez; daí precisarem existir em abundância dentro do território indígena.

A coleta e o uso de plantas medicinais ainda se faz constante e praticado por toda a população indígena; estando mais bem descrito no item Etnobotânica.

Algumas expedições de coleta são parte integrante de certos rituais, como o coleta dos materiais para a confecção das máscaras *Wamnhörö*, no ritual de iniciação. Durante o *Wai'á* as mulheres fazem uma coleta de batatas chamada *Abahi*. No ritual de cura (*Datsiwaiwere*), quando o doente é uma mulher, faz-se uma coleta de cocos e frutos (PAULA, 1.997).

Sem sombra de dúvidas, a coleta ainda constitui-se uma das atividades mais importantes para a manutenção cultural e sobrevivência física do povo Xavante de Parabubure.

As principais espécies vegetais citadas pelo povo Xavante, estão listadas no anexo 2.

2.6.2.1. Principais locais de coleta.

Assim como a caça, muito dos materiais e alimentos utilizados pelos Xavante, em certas aldeias encontram-se fora dos limites da Reserva Indígena; necessitando muitas vezes de um dia inteiro de caminhada para sua coleta.

Estes locais encontram-se pontuados no mapa de FIGURA 2.

Como o afirmado pelas mulheres da aldeia Estrela:

"Buritis estão longe da aldeia, sempre precisamos de buritis e não está tendo".

no

“Tudo que os Xavante precisam estão dentro das áreas de fazendas – caça e palhas só encontra nas fazendas.”

Um dos problemas observado, é que algumas fazendas roçam as áreas de cerrado que estão nas proximidades do limite com a Reserva Indígena, somente com a intenção de evitar a entrada dos índios; diversas áreas foram encontradas abertas e abandonadas sem nenhuma finalidade. Infelizmente, ainda é grande e visível o preconceito em relação à presença da população indígena na região:

“Quando índios entram nas fazendas, donos dizem que é pra roubar gado e não para pegar buriti – não precisamos do gado deles.” Dona Ida (‘Ro’o dawa)

A maioria das aldeias visitadas reclama que as “boas” áreas de coletas estão cada vez mais longe, precisando andar muito para se chegar até elas – principalmente para a coleta de frutos e brotos de buritis – que são fundamentais para a cultura e uso cotidiano dos Xavante.

Por outro lado, nas fazendas localizadas nas Áreas 4 e 5, existem hoje alguns bons pomares formados com diversidade de frutíferas, as quais já são utilizadas pelos Xavante e que irão facilitar a fixação de novas aldeias com a demarcação das terras, colaborando com a alimentação da população indígena.

ÁREA 4:

Várias aldeias, dentre elas São Pedro, Salvador, Estrela, Jacú e Córrego da Mata, utilizam freqüentemente recursos naturais obtidos em locais de coletas incluídos na proposta da área 4 reivindicada.

Citam locais próximos às nascentes, cabeceiras e margens do Ribeirão Piranhas, Rio Couto Magalhães e Ribeirão Pedra Preta como ótimas áreas de coleta; e locais dentro da Faz. Xavantina, como a serra *Têrãirê* – boas para a coleta de jabutis.

A aldeia São Pedro, coleta material (*Ti*) para a confecção de flechas nas fazendas Pietá, Mata Verde e Repembau, pois afirmam não ter mais perto da aldeia este material específico.

ÁREA 5:

Dentro desta proposta, estão incluídos locais de coleta das aldeias Wawe, Paraíso, Santa Cruz, Córrego da Mata e Santa Fé; que afirmam coletar do “outro lado do Kuluene”, como dizem.

A aldeia Wawe, que possui barco de alumínio e está localizada num ótimo ponto de travessia do Kuluene, necessita e utiliza de locais de coleta dentro das fazendas Paraíso e Maria; coletam buritis longe – “fora da Reserva” gastando um dia inteiro para ir e voltar, caminhando até as nascentes, veredas e margens do Ribeirão do Peixe e Ribeirão do Boi.

Uma coleta de mangas e outras frutas, feita fora da Reserva pelas crianças da aldeia Wawe, foi registrada numa fazenda antiga localizada próxima aos limites da Reserva – em áreas abandonadas desta fazenda encontram-se muitos pés de mangas, goiabas, jabuticabas e buritis – sendo importante ponto de coleta, já que esta aldeia é nova e ainda não possui frutíferas em sua localidade.

A alegria de se caminhar cantando junto com os “Xavantinhos” é muito contagiante; ainda mais quando voltam com seus *baquités* cheios de frutas para casa.

Quatro deles, bem abraçados e felizes, iam gritando e dançando na frente : insiwairru, insiwairru, insiwairru . . . (meu amigo) .

Outros locais de coleta utilizados pelas aldeias Paraíso, Santa Cruz, Wawe, Santa Fé e Córrego da Mata além das microbacias dos ribeirões do Peixe, do Boi e Córrego São João; são as regiões de nascentes, margens e veredas dos Ribeirões Xavante e Maria.

As mulheres da aldeia Paraíso, afirmam sair da Reserva para coletar, indo até as margens do Ribeirão Xavante e Ribeirão Maria:

“Lugares com muitos bichos, frutas e bastante buritis.”

Quando indagadas sobre as longas distâncias percorridas, exclamam:

“Costumamos ir sempre até estes lugares, não achamos longe não, antigamente íamos mais longe – Ribeirão Xavante está perto !”

2.6.3. P E S C A

Segundo MAYBURY-LEWIS (1984),

“ a pesca provavelmente não era tão importante para os Xavante antes de seu reencontro com os brancos. Sua preferência pelas viagens por terra e pelo campo aberto significava que não passavam muito de seu tempo nos rios. Atualmente, porém, a introdução dos anzóis de metal e da linha de nylon transformou-os em pescadores apaixonados.”

Com toda certeza os apetrechos de pesca facilitaram muito esta atividade, tornando-a constante e indispensável para a sobrevivência do grupo. Tanto que nas

aldeias visitadas, freqüentemente pedem por linhas e anzóis como presente.

A pesca, cada vez mais vem sendo utilizada como importante forma de se obter proteína animal, completando a dieta alimentar da população indígena, em quase sua totalidade.

Na maioria das aldeias pesquisadas, foi unânime a afirmação de que comem peixe o ano inteiro, isto se valendo para todas as casas pesquisadas; sendo que os jovens preferem atualmente pescar do que caçar.

Sem dúvida, os animais de caça estão muito mais difíceis de serem encontrados nas proximidades das aldeias, do que córregos e rios cheios de peixes – incentivando ainda mais esta atividade.

Com a introdução da linha e do anzol, até as crianças foram instruídas em como pescar, completando quase que diariamente em certas aldeias, a alimentação de sua família e delas próprias.

A gradativa escassez de carne de caça, levou a pesca a fixar-se como importante fonte de proteínas animal, e além de seu valor cultural tornou-se fundamental para a sobrevivência física do grupo.

A valorização da pesca possui um lado conservacionista positivo, pois colabora para a diminuição da pressão de caça sobre algumas espécies animais, favorecendo a reprodução e o aumento populacional; também vinculando a existência abundante de peixes com a preservação das matas-ciliares e cabeceiras dos rios e córregos e conseqüentemente aumentou a preocupação dos índios com “a saúde das águas”.
Afirmam:

“Os fazendeiros estão envenenando os rios (uso de agrotóxicos) e destruindo as cabeceiras – os peixes estão sumindo.”

Nas aldeias localizadas mais ao centro da Reserva, e distante dos grandes rios piscosos, o costume da pescaria é menos intenso; mas nem por isso deixa de ser realizada e valorizada como fonte de alimento.

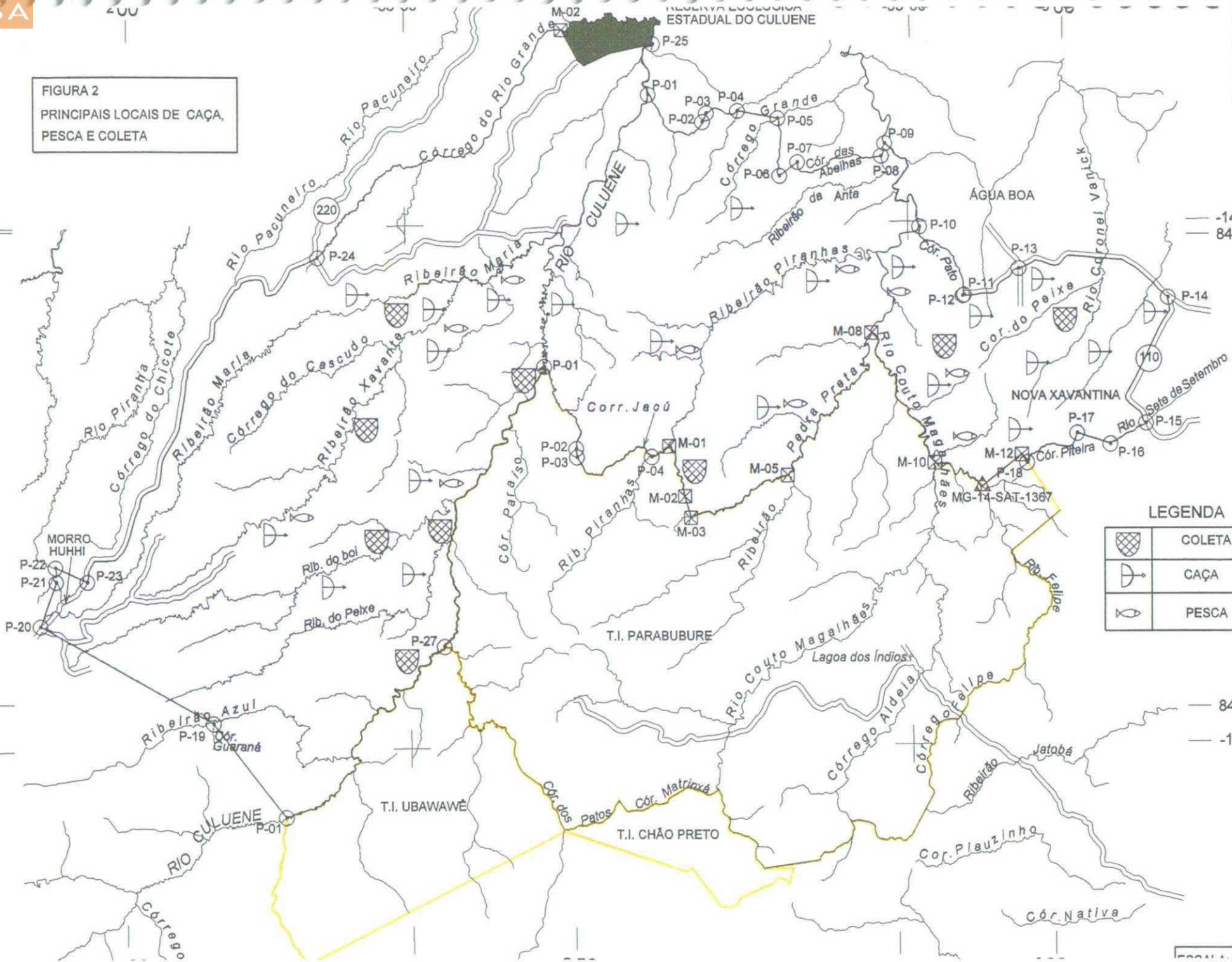
Uma tendência constatada é de que as novas aldeias tendem a se fixarem perto de rios, ribeirões e córregos bons de peixe, e que a pesca venha cada vez mais a complementar as necessidades protéicas da população indígena. Portanto, as áreas reivindicadas são fundamentais para garantir a conservação e manutenção dos estoques pesqueiros da região, tão importantes para os Xavante no presente e mais ainda num futuro próximo.

Como dito anteriormente, pescam durante o ano inteiro de maneira individual com linha e anzol, e em alguns lugares já utilizam tarrafas; na estação seca (julho a outubro) ^W

FIGURA 2
PRINCIPAIS LOCAIS DE CAÇA,
PESCA E COLETA

-14°00'
84 50

-14°00'
84 50



84 00
-14°30'

8400
-14°30'

LEGENDA

	COLETA
	CAÇA
	PESCA

realizam a pescaria coletiva com Timbó – *abawadzi* – (cipó que ocorre na mata) envolvendo toda a aldeia na atividade.

Para esta pescaria são realizados ritos propiciatórios, onde pedem permissão para os *Ótedewa* - espíritos “donos dos rios” ou para os *U’utedewa* (donos dos lagos), dependendo de onde será realizada a pescaria.

A pesca consiste em cortar pedaços do Timbó (*Abawadzi*), fazer maços com os talos e dentro de um córrego bater seguidamente com um bastão neste maço e mergulha-los na água; desta forma o Timbó solta uma substância toxica que faz os peixes boiarem – facilitando sua captura que é feita com arco e flechas especiais (*ariwede*) com pontas de tucum para esta finalidade – tornando esta pescaria numa “caçada na água”, o que agrada muito a todos os participantes, inclusive às mulheres.

Os Xavante também nomeiam, classificam e conhecem muito bem os comportamentos dos peixes – citando 44 nomes diferentes de espécies de peixes (CARRARA, 1998).

Preferem para alimentação o Matrinhã (*Pehöire*), o Jaú (*Tepewatsé dé dzaú*), o Pintado (*Tsadahi'rãpó*), a traíra (*Pedzató*), o Pacu e o Tucunaré.

2.6.3.1. Principais locais de pesca .

Alegam que os melhores rios piscosos da região estão sendo muito pescados pelos turistas e por comerciantes que utilizam redes de pesca, diminuindo a cada ano a quantidade de peixes nos rios.

Dentre os melhores rios e córregos para a pesca, elegem locais que estão contemplados nesta proposta de demarcação; inclusive áreas importantes de travessia e de corredeiras também estão incluídas na proposta.

Futuramente, a pesca esportiva devidamente explorada, pode ser introduzida nas áreas indígenas, como fonte alternativa de renda.

ÁREA 4 :

Compreende o Ribeirão Piranhas (*E tessiriê'pá*) e diversos córregos que compõe sua microbacia; o Ribeirão Pedra Preta (*Sidzib'pá*), o rio Couto Magalhães (*Norötsu'rá*) e seus córregos afluentes e também a margem direita do rio Kuluene (*Onhi'udu*).

ÁREA 5 :

Abrange as microbacias do Córrego do Peixe (Waratapa), Córrego do Boi (Norowedeza'i tipá), Córrego São João (Norowedeza'i di), Ribeirão Xavante, Ribeirão

Maria e também as margens esquerda do rio Kuluene.

2.6.4. AGRICULTURA

Segundo MAYBURY-LEWIS (1984), na época de seus estudos (dec. 50), os Xavante não eram lavradores muito eficientes porque consideravam o trabalho agrícola enfadonho e também porque não eram pressionados pela necessidade de complementar sua dieta abundante com produtos cultivados. Sua vida nômade dificultava a prática de uma agricultura mais intensiva.

Este dado histórico contrapõe-se com a realidade Xavante, pois hoje não apenas dedicam muito mais tempo às atividades agrícolas do que antigamente, como incorporaram certos produtos cultivados como a base de sua alimentação cotidiana, principalmente o arroz e a mandioca.

Antes do contato, plantavam em suas roças de "toco" sete variedades de milho Xavante (*nodzö*), feijão (*uhî*) e abóboras (*uzã'né*), todas espécies domesticadas pelos índios. Dentre estes produtos, o mais importante era e continua sendo o milho, utilizado na preparação de bolos que compõe as trocas e ritos cerimoniais.

Para os Xavante, o produto das colheitas era pensado mais como alimento para ser usado nas celebrações do que como fonte essencial para a sobrevivência da comunidade (MAYBURY-LEWIS, 1984).

Praticamente o modo de produção agrícola não mudou muito, mantendo-se as tradicionais roças de toco feitas em locais de matas; onde o uso de ferramentas facilitou muito o trabalho, e o ateamento de fogo ainda é utilizado na limpeza dos terrenos (dizem que evita as pragas).

O sistema agrícola funciona desta forma:

Junho = derrubam a mata

agosto = colocam fogo (sobrando os tocos, daí o nome "roça de toco")

setembro = plantam milho, feijão e melancia

novembro / dezembro = plantam o arroz

janeiro / fevereiro = colhem o milho e plantam abóbora

fevereiro / março / abril = colhem o arroz

Preferem obrigatoriamente as áreas de mata-galeria para a agricultura:

"Terra é mais fresca nestes lugares, terra é mais boa, dá mais forte as plantas e o milho fica muito bonito."

Plantam durante 3 anos no mesmo local, depois abandonam a área que se regenera numa capoeira (*brudú*) – voltando daqui a 6 anos para utilizar novamente esta

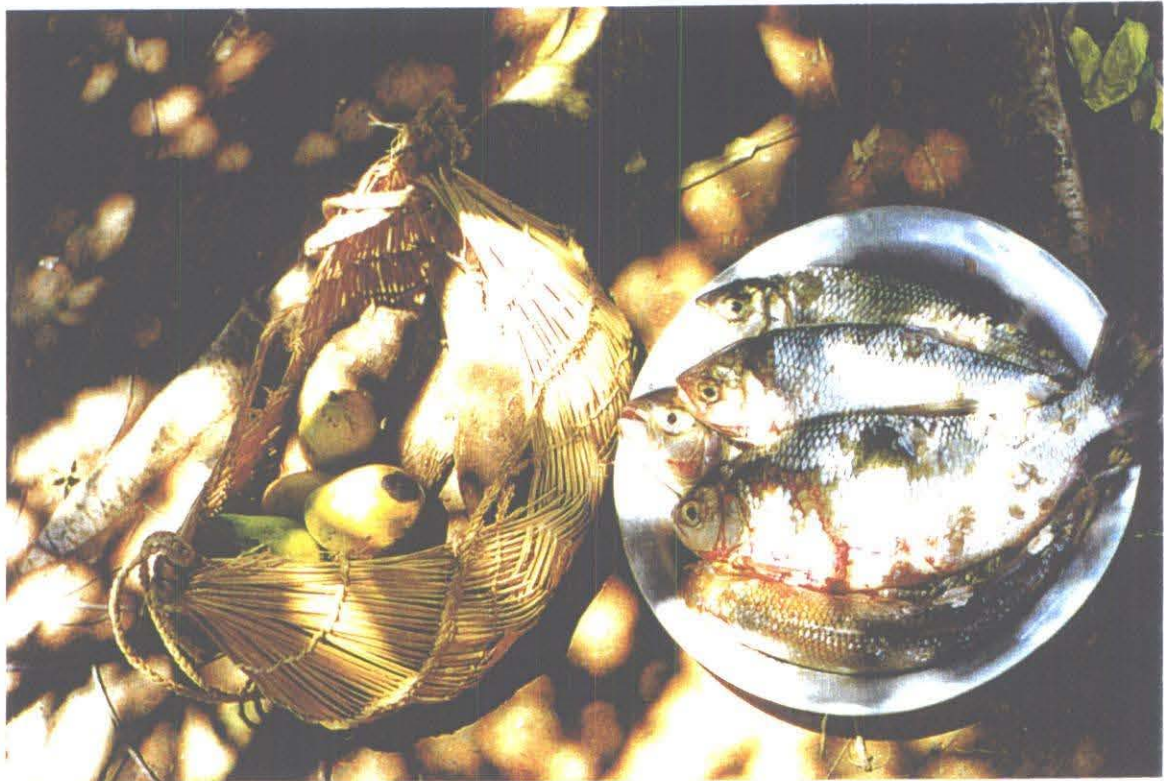


Foto 11: Peixe muito apreciado (matrinhãs) e mandioca das roças.



Foto 12: Roças de toco dentro da faz. Xavantina (área 4)

00

área.

A necessidade do aumento da produção de alimentos devido ao processo de “sedentarização” do grupo, fez com que a áreas de roça praticamente dobrassem de tamanho, necessitando agora da mão-de-obra masculina para ajudar nos cuidados; antes sendo esta uma atividade de responsabilidade feminina. Na família, compete ao genro trabalhar para o sogro, sendo retribuído por este com a confecção de armas para seu uso.

Segundo GIACCARIA & HEIDE (1.972), haviam rituais propiciatórios para a agricultura, como o *Adö'öwaridzé*, que consiste em pedir aos antepassados as sementes; também afirmam que os meses de colheita são: “... meses de abundância, nos quais o problema da busca de alimentos é menos dramático e a aldeia pode viver um período de serenidade e paz, suspender a atividade de caça e de coleta, dedicar-se à confecção de armas e, principalmente renovar a sua união, celebrando as festas tradicionais.”

No presente, as roças possuem aproximadamente um hectare (1 ha) por família, sustentando em média 13 pessoas – numa aldeia com 20 famílias, seria necessário um mínimo de 60 hectares de mata, para garantir o rodízio de roças a cada 3 anos.

Algumas culturas foram introduzidas depois do contato, como o arroz, a mandioca, a batata-doce, o amendoim, o mamão, a moranga, a melancia e a banana, sendo que esta já foi muito cultivada em algumas aldeias para a venda, mas, no momento, devido ao baixo preço, às dificuldades de escoamento e ao ataque das pragas teve o seu cultivo diminuído. A mandioca, a batata-doce e as abóboras são cultivadas o ano todo principalmente em pequenas roças junto das casas, na própria aldeia; facilitando o cuidado e aproveitamento.

Outros produtos ancestrais, além dos milhos, feijão e abóbora, ainda cultivados nas roças de toco, são o algodão-roxo nativo (*abazí*), utilizado na confecção dos colares masculinos; o urucum (utilizado nas pinturas corporais) e o cará selvagem (*mo ð niá*).

Muitas aldeias já não possuem boas áreas de mata propícias à prática agrícola nas suas proximidades, utilizando-se agora de bicicletas para se chegar mais rápido até as roças, que distam muitas vezes a mais de 3 horas de caminhada da aldeia.

Foi registrada a existência de roças de toco localizadas fora dos limites da T.I., dentro da Faz. Xavantina – Área 4; tais roças pertencem a moradores da Aldeia Córrego da Mata, que alegam não existir mais áreas de mata próximas da aldeia para se fazer “boas roças” – **“as terras boas de mata já estão ocupadas, e as que sobraram estão muito longe.”**

Este fato acrescenta mais uma forte justificativa para a ampliação da T.I. Paraburure. *JP*

No presente fica constatado, que os Xavante dedicam bastante tempo aos trabalhos agrícolas em suas roças, principalmente os homens mais velhos da aldeia.

É fato consumado e amplamente conhecido, que a introdução do cultivo do arroz, acentuada pelo "Projeto de Desenvolvimento" adotado para o povo Xavante, teve consequências problemáticas para a população indígena; principalmente, não pelo fato dos projetos terem fracassado, mas pelo uso dependente que o povo Xavante passou a fazer do arroz – incorporando-o no seu cotidiano como alimento principal de sua dieta, em detrimento muitas vezes dos alimentos nativos do cerrado.

Não é sem razão que os velhos e velhas reclamam:

"Arroz não enche barriga e manga não é comida de índio"

"Comida do branco enfraquece o índio, traz doenças"

Através de entrevistas com as equipes de saúde (FUNASA) que atuam em Parabubure, e dados de relatórios antigos; fica fácil comprovar a grande incidência de doenças relacionadas aos quadros de desnutrição ou subnutrição, como pneumonias, diabetes e diarreias.

Em períodos de entressafra, principalmente na época das cheias (quando a pesca é impraticável), os Xavante só se alimentam de arroz, que muitas vezes, se esgota nas roças e é comprado na cidade com o dinheiro das aposentadorias dos velhos Xavante e dos professores bilíngües (CARRARA, 1998).

Segundo LOPES DA SILVA (1.992) o "Projeto Xavante" tinha a finalidade de dar "autonomia econômica" e promover a "autodeterminação dos índios", através da agricultura mecanizada do arroz, onde o excedente seria comercializado. Assim, seria intensificada a exploração do cerrado e os índios, por intermédio da rizicultura, seriam fixados a um território limitado, tornando-se produtivos em matéria agrícola.

Estava claro, que com o passar do tempo, essa região do Mato Grosso seria aberta à colonização e que os Xavante teriam que enfrentar o problema de sobreviver numa fração de seu território original. Se pudessem ser induzidos a incorporar a agricultura, teriam a vantagem de se adaptar, aos poucos, a uma situação inevitável; além disso, a tarefa de administrá-los seria bem mais fácil (MAYBURY-LEWIS, 1.984).

O objetivo de transformar os Xavante em agricultores sedentários, para se apoderar de parte do seu território, continuou a ser perseguido ao longo dos anos. Porém, só no final dos anos 70, com o Projeto Xavante, que envolveu altíssimos investimentos, se conseguiria desestruturar o modo de produção próprio dos Xavante, tornando-os ainda mais dependentes (PAULA, 1.997).

Felizmente, voltaram às suas tradicionais roças de toco, que nas aldeias visitadas possuem finalidade exclusiva para subsistência; agora com o crescimento paulatino da população, necessitam de áreas de mata para continuarem produzindo e assim cumprir seu importante papel cultural – através do uso tradicional do milho nas cerimônias - e no complemento das necessidades alimentares crescentes da população indígena.

Se, em relação à sua sobrevivência física, as doenças adquiridas logo após ao contato foram a maior ameaça que os Xavante sofreram; podemos considerar, sem dúvida, a implantação dos projetos de agricultura mecanizada, como sendo uma das maiores ameaças já enfrentadas contra sua sobrevivência cultural (PAULA, 1.997).

2.6.5. CRIAÇÃO de ANIMAIS e AVES

Os Xavante utilizam-se, pelo que foi observado nas aldeias, de pequenas criações para sua própria subsistência, principalmente de galinhas caipiras e patos (menor quantidade), em galinheiros próximos das casas ou simplesmente soltas no quintal, como é mais de costume – quase todas as casas possuem criação de galinhas para períodos de escassez.

Os filhotes de animais e pássaros silvestres capturados nas caçadas são criados como amistosos bichos de estimação, recebendo carinho das crianças, e por isto mesmo raramente são abatidos para o consumo. Não foi registrado a criação de animais silvestres para o consumo de carne; sendo esta, uma atividade que pode ser desenvolvida futuramente visando a melhoria nutricional da população e diminuindo a pressão de caça sobre algumas espécies, principalmente a de porcos-do-mato.

A PECUÁRIA, é praticada em pequena escala por algumas poucas aldeias, como a aldeia São Pedro, que conserva seu rebanho afastado da aldeia, para ser utilizado preferencialmente em comemorações festivas, datas religiosas e nos encontros entre as aldeias.

Apesar da tentativa da introdução da pecuária ao cotidiano Xavante, mais uma vez com o objetivo de substituir as atividades tradicionais de caça e coleta, e assim justificar a diminuição de seu território; a criação de gado não foi aceita e nem realizada em grande escala – sendo que o povo Xavante pouco provavelmente abandonará suas tradicionais caçadas para se alimentarem de carne de gado – as caçadas alimentam o espírito e a cultura deste povo, que nunca vai morrer.

Tanto a pecuária extensiva, como a criação de outros animais (porcos, cabras, carneiros) pode colaborar com uma melhoria na subsistência indígena e diminuir em algumas épocas do ano a pressão de caça em benefício das espécies silvestres e

consequentemente dos próprios índios; mas nunca deverá ser imposta como uma atividade econômica principal, em função apenas de poder vir a ser rentável do ponto de vista material.

A Terra Indígena delimitada engloba diversas fazendas com pastagens renovadas e em bom estado de uso, além de pastagens abandonadas onde a vegetação nativa começa a regenerar-se. Uma das expectativas dos índios é a de ter o apoio da FUNAI ou de outras instituições para a utilização destas pastagens, na forma de possíveis arrendamentos, direcionando o dinheiro arrecadado em melhorias na saúde, comunicação e educação. Embora isto seja complexo, do ponto de vista legal, poderiam ser buscadas formas de aproveitamento dessas pastagens, pelo menos até que a vegetação nativa inicie sua regeneração, recompondo gradativamente estes ambientes antropizados.

“Um carro não é uma anta, um boi não é um cervo”

Esta frase, dita por um Xavante, sintetiza claramente a consciência dos índios da diferença e da influência que todos os produtos do “mundo do branco” introduziram no seu modo de viver. Estes, na maioria das vezes, são tidos como bens pessoais – mudando e desestruturando o sistema tradicional de redistribuição Xavante, baseado na reciprocidade.

2. 6. 6. OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

As terras indígenas Xavante, por possuírem grandes quantidades e diversidades de recursos naturais (madeira, animais de caça, peixes, minério, etc) acabam por ser bastante cobiçadas pelos regionais. A derrubada e a venda de madeira - com e sem o consentimento dos Xavante - tem se tornado, de modo preocupante, uma atividade constante em diversas aldeias em decorrência da redução drástica de fontes tradicionais de subsistência (como a caça) e o aumento da necessidade de consumo de produtos não indígenas. Estamos pois diante de uma nova estratégia de sobrevivência que merece atenção redobrada e ações a curto prazo não para reprimí-las, mas sim, para torná-las socialmente e ambientalmente sustentáveis. A pesca predatória nos rios que abastecem a T I Parabubure segue o mesmo padrão da extração de madeira e requer, da mesma forma, projetos de manejo urgentes. As atividades de garimpo na região estão sob controle, embora os boatos da existência de reservas minerais dentro de territórios indígenas despertem o interesse pelo garimpo, inclusive dos próprios índios, novamente por uma estratégia de sobrevivência. A venda de artesanatos apesar de ainda não ser muito intensa, é uma presença marcante em quase todas as aldeias; constituindo-se numa atividade econômica de razoável importância, principalmente para custear as



Foto 15: Produção de colares com sementes de capim-navalha – Aé.
A cordinha finíssima é feita de folhas de tucum c/ cera de abelhas



Foto 16 : Cerrado totalmente recomposto dentro da Reserva (15 anos) - antigo pasto da faz. Xavantina.

Jo

viagens e as estadias na cidade e a compra de produtos manufaturados que muito apreciam. Segundo relatos, as peças artesanais mais belas dos Xavante são aquelas utilizadas em cerimônia e rituais sagrados, possuindo significado simbólico e por isto não são comercializadas. Os artesanatos mais vendidos nas cidades e que têm boa aceitação, são os belos colares da semente *Aé* (capim-navalha) muito procurados e facilmente vendidos, os *Baquités* (cestos fechados de buriti) de diversos tamanhos e os espanadores de penas de ema. É importante ressaltar que a produção artesanal Xavante é utilizada na vida cotidiana das aldeias e nos ritos e cerimônias e serve, portanto, à cultura e a sociedade Xavante. Essa constatação implica na necessária reserva de recursos naturais de matérias-primas para a confecção destas peças de cultura material. Dentre outras atividades econômicas que não envolvem diretamente a exploração dos recursos naturais, podemos citar como importante a aposentadoria, recebida pelos velhos das aldeias, e que constitui no presente importante fonte de recursos utilizados na obtenção de produtos manufaturados das cidades (roupas, calçados, colchões, sabão, sabonetes, açúcar, farinha de mandioca, café, etc...); devido às relações de parentesco, quase tudo o que se adquire com o dinheiro das aposentadorias acaba sendo desfrutado por toda a aldeia.

Há também outra alternativa de rendimento econômico para os Xavante que vem através de doações, principalmente de igrejas evangélicas e católicas, de ONG's internacionais, de Prefeituras Municipais vizinhas e da própria FUNAI, colaborando em grande parte para a manutenção das aldeias com produtos manufaturados e ferramentas. Foi verificado, que os caciques sempre pedem "algum presente", de preferência gado aos fazendeiros vizinhos, para a realização de festas de fim de ano e encontros entre aldeias. Neste caso cabe observar que os Xavante têm plena consciência de que as terras hoje ocupadas pelas fazendas vizinhas foram expoliadas do seu território tradicional (PAULA, 1997).

2.7. ASPECTOS CONSERVACIONISTAS.

A macro região Biogeográfica de Domínio dos Cerrados, onde situa-se o território tradicional Xavante, nas terras do Mato Grosso; de acordo com o que é proposto por PRODIAT (1.984) caracteriza-se pela ocorrência de duas zonas ecológicas, o Domínio dos Cerrados (campos, campo de Murundum, cerrado e cerradão) e uma segunda sendo o Domínio das florestas de transição da Pré-Amazônica (Floresta semidecidual e Aluvial).

Em particular esta sua porção central, do médio Araguaia Mato Grossense, distingue-se por estabelecer zonas de transição – **Ecótonos** - com as Florestas

Estacionais.

Os Ecótonos são consideradas áreas de “conflito” e contato entre diferentes ambientes naturais, tendo sua biodiversidade aumentada nestas regiões, devido a um maior número de habitats disponíveis e interação entre fauna / flora de domínios biogeográficos distintos.

No Brasil, segundo levantamentos recentes da WWF, perdura-se **somente 20 %** das áreas naturais de **Cerrado** – estudos internacionais desta mesma instituição aponta o Cerrado brasileiro como uma das 25 “Áreas de Hotspots” importantes para conservação no mundo, isto é, de maior biodiversidade do planeta e que encontram-se ameaçadíssimas – sendo **Prioridade Conservacionista Mundial**.

O Cerrado brasileiro abriga mais de 6.500 espécies vegetais, sendo responsável por 30 % da fauna e flora brasileira; e por 5 % da fauna e flora mundiais. Estando apenas uma pequena porção de seu precioso patrimônio natural “protegidos” (se é que podemos afirmar) em Unidades de Conservação (Estaduais ou Federais).

Nesta importante região de Ecótonos, o número de Unidades de Conservação é ainda muito menor e insignificante.

Segundo LEEUWENBERG (1.994), antes da grande “ocupação e migração para o interior” dos anos sessenta, existia uma abundância de caça, peixes, insetos, frutas e ervas do cerrado; com a vinda de projetos gigantescos para plantação de soja, arroz e pasto, o cerrado passou a ser sistematicamente “aberto” ou desmatado em mais de 80 % de sua área total em menos de 30 anos.

Apesar dos índios brasileiros não serem aqueles Românticos “Protetores da Natureza”, como sempre os idealizamos; suas **Reservas** mantêm-se praticamente intactas em se tratando de vegetação e habitats. Levantamentos recentes do ISA comprovam um índice de desmatamento de apenas **5,55 % na T.I. Parabubure**.

Os Xavante, bem como outras tribos, provocam impacto apenas com a sucessiva caça furtiva – que pelo fato das “diminutas” Reservas nas quais vários grupos estão inseridos, e em virtude da crescente ascensão populacional de seu povo, este impacto acaba tornando-se negativo e prejudicial às populações de animais silvestres caçadas.

Imagens do satélite Landsat TM, processadas pelo INPE em 1.997, mostram o “Verde intenso” de Parabubure em contraste com as áreas antropizadas das fazendas do entorno. Estando este contraste visualmente registrado pela FIGURA 3.

Uma análise mais detalhada destas imagens indica que aproximadamente 40 % dos ambientes de cerrado ainda recobrem a totalidade da área proposta; apresentando

ambientes naturais conservados ou em estágio secundário de regeneração.

Existindo uma grande diversidade de ambientes nesta região, visto a classificação Xavante, estão aqui agrupados em suas fisionomias principais : **mata** (ciliar, galeria, estacional e cerrado); **cerrado**; **campos** (limpo, sujo, de murundus, áreas úmidas e pastos em regeneração) e **áreas antropizadas** (pastos, culturas e terra-nua).

As pastagens em recuperação (pastos abandonados) foram classificadas como campo sujo por apresentarem, em sua maioria, indicativos e evidências de boa resposta regenerativa; apesar das gramíneas exóticas, estes ambientes são frequentemente utilizados pela fauna silvestre, possuindo uma função ecológica positiva.

Tabela 9: Percentual remanescente por ambiente em cada área.

Ambientes	Area 4	Área 5
Mata	7%	10%
Cerrado	10%	15%
Campos	18%	20%
Áreas Antropizadas	65%	55%

Frente a dados históricos e comparativos de outras regiões do Mato Grosso, onde dentro da Bacia do Xingu o desmatamento total até 1.997 representava 18 % de sua área no estado, sendo que do total **apenas 2 % foram registrados em reservas indígenas** e 98 % em fazendas do entorno. Estes números avaliam e justificam a importante e oportuna demarcação desta Terra Indígena proposta; efetivando a futura conservação de ecossistemas que “ainda” permanecem consideravelmente preservados, além de acelerar e permitir a recomposição natural das áreas antropizadas de cerrado – garantindo assim a tão almejada reprodução física e cultural do Povo Xavante.

Resumindo, este é o **momento oportuno**, antes que devastem a porcentagem de cerrado ainda remanescente na região.

Quem perde e sofre com a destruição do cerrado, além dos Xavante? A humanidade e todo o Planeta !!

2.7.1. Conservação e sustentabilidade dos Recursos Naturais

Os Ecossistemas são produto de uma história evolutiva única, cuja estabilidade e perpetuação dos biomas está garantida pelo Equilíbrio Ecológico (Homeostase) entre seus diversos componentes.

Para garantir e viabilizar a conservação dos recursos naturais dentro de uma reserva, seja ela indígena, extrativista ou Parque; dois fatores ecológicos são

fundamentais na sustentabilidade: diversidade de ambientes (habitats) X dimensão e formato da reserva; em se tratando de reservas para uso sustentável, como no caso das Terras Indígenas, o fator **correto manejo X capacidade de suporte** populacional torna-se obrigatório.

A delimitação das áreas 4 e 5 foi concebida segundo os **modelos conservacionistas** mais recentes, que prevê o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais; sendo que as Áreas 4 e 5 unidas na paisagem regional, contemplam plenamente os fatores citados acima (diversidade de habitats X dimensão) completando e retificando o formato da T. I. Parabubure para próximo do modelo ideal que é o circular, segundo os propostos por DIAMOND (1.973), modelo este que também encontra eco na própria cultura Xavante como sendo o modelo ideal de organização do espaço, a partir da concepção espacial da própria aldeia. Não raras vezes ouvimos queixas dos Xavante quando orientávamos a delimitação das terras por limites naturais, alegando eles que dessa forma o desenho da área ficava irregular e "feio". Estes objetivos estéticos declarados pelos Xavante, contudo, guardam profundo conteúdo simbólico, buscando refletir no espaço físico o seu modo de organização tradicional.

a) **FLORA:**

Embora menos visível, a diversidade florística da região também sofre com a diminuição acelerada de seus ambientes naturais, com a destruição dos habitats e com o isolamento de populações provocadas pelo constante desmatamento.

Pontualmente, a área proposta, apresenta ambientes conservados e "intocados"- constituindo cerrados, cerradões e matas extensas e volumosas, fundamentais para a manutenção de populações de fauna e flora que são imprescindíveis ao Povo Xavante.

Outro fator importante a ressaltar, é o **grande poder e velocidade de regeneração** dos ambientes de cerrado – citado normalmente nas literaturas; colaborando positivamente para a rápida recomposição das áreas antropizadas e aumentando assim a disponibilidade de alimentos e habitats tanto para os Xavante, quanto, principalmente, para a fauna silvestre.

Como observado em diversas áreas de pastagens abandonadas, dentro da T.I. Parabubure, o **cerrado volta com força total**, estando num período de 10 (dez) anos completamente restaurado.

A ocorrência natural do fogo no cerrado, é apontada como benéfica pela maioria dos pesquisadores, **favorecendo a diversidade florística**; porém se ocorrer anualmente numa mesma área, torna-se negativa e prejudicial à diversidade das espécies vegetais e

consequentemente para a fauna silvestre.

O fogo não é um fenômeno estranho ou exógeno ao cerrado. Assim, todo evento de queima causa um distúrbio nos ecossistemas, mas apenas aqueles que se afastam do regime de queima normal provocam perturbações e estresses nos ecossistemas. A produção de alguns frutos é estimulada pela queima em espécies como a marmelada (*Alibertia edulis* e *A. myrciifolia*), murici (*Byrsonia crassifolia*) e tucumã (*Astrocaryum* sp.) (DIAS, 1998).

Uma forte perturbação é considerada quando temos: - queimas com alta frequência (anual ou bianual); - queimas com baixa frequência (cada 20 anos ou mais); - queimas em grandes áreas (acima de 10.000 ha). Portanto, tanto o regime de queima utilizado pelos pecuaristas na renovação das pastagens nativas (bianual), quanto aquela praticada nos últimos trinta anos nas Unidades de Conservação – podem ser consideradas anormais e estressantes para os ecossistemas (DIAS, 1998).

O regime normal de queima, durante a época de exploração exclusiva dos índios jê, entre os quais os Xavante, teria sido de queimas a cada 5 a 10 anos, entre janeiro e julho.

Portanto, o uso do fogo em caçadas (dú) realizadas anualmente pelos Xavante, é **benéfico para os ambientes abertos de cerrado**; para tal necessitam de **grandes extensões de cerrado**, para que não haja sobreposição anual destas caçadas num mesmo local. A **terra indígena em estudo**, quando demarcada, permitirá um **"maior rodízio"** dos locais de caçadas com fogo – evitando a diminuição da diversidade e a deterioração gradual dos ambientes de cerrado que utilizam com esta finalidade.

2.7.2. RECURSOS HÍDRICOS e PESQUEIROS

Nem precisamos falar que **"Água é Vida"** e está intimamente ligada ao mundo simbólico Xavante; como vale lembrar que os estoques pesqueiros tornaram-se importantíssimos para a sobrevivência física do povo Xavante, como fonte insubstituível de proteína.

Uma intensa ramificação da rede de drenagem e uma quantidade fabulosa de nascentes (cabeceras), formadoras de grandes rios como o Kuluene que é um dos principais formadores do Rio Xingu; faz da área de estudo uma **prioridade conservacionista**, que aliada às necessidades do povo Xavante, torna-se quase uma **obrigatoriedade**.

As áreas delimitadas neste relatório (4 e 5) abrangerão quase 10 % da bacia do Rio Kuluene, nesta importante e delicada região de cabeceiras; Somando-se às terras

indígenas já demarcadas, temos um total de 15 % desta bacia protegida.

A **conservação dos recursos hídricos**, suas nascentes, córregos e veredas, bem como a existência abundante de peixes nos rios, está intimamente ligada com a presença maciça de matas-ciliares e matas-galerias preservadas; com toda certeza as ainda remanescentes na região estudada somente se manterão devidamente preservadas, caso estas terras sejam devolvidas aos seus antigos habitantes indígenas.

“Muito peixe antigamente, hoje as cabeceiras estão desmatadas”

O uso incorreto e exploratório do solo, bem como o uso abusivo de fertilizantes químicos e defensivos agrícolas utilizados nas fazendas colaboram sensivelmente para a degradação destes recursos naturais.

O cerrado brasileiro já perdeu 80 % de sua cobertura vegetal original, o que poderá comprometer uma das mais importantes reservas de água doce do planeta (O ESTADO de SÃO PAULO, 9 / 02 / 2.001).

Outro fator preocupante, que será consideravelmente diminuído com a demarcação desta Terra Indígena, é a erosão e perda de solo causado pela água da chuva – os sedimentos podem ser considerados um dos maiores poluentes das águas superficiais, bem como agentes causais de assoreamento nos canais e cursos d’água, além da eutrofia (Resck & Silva, 1.998).

Dependendo das diferentes culturas, manejo, tipo de solo e declividade do terreno, a perda de solo é ainda maior; segundo dados de Dedek et al. (1.986) a perda de solos de cerrado pode ultrapassar as 53 toneladas / hectare / ano em solos descobertos, e ser respectivamente de 8 e 9 ton / ha / ano para o arroz e soja.

As fazendas da região como um todo desrespeitam as leis ambientais básicas – invadindo as APPs com arados para reformas de pasto e agricultura, impedindo a recomposição florística destes ambientes, e o que é pior colaborando imensamente com o processo de **assoreamento das principais bacias hidrográficas** da região e consequentemente da Bacia do Xingu.

Aproximadamente metade (50 %) das áreas antropizadas das microbacias do Ribeirão do Boi, Maria, Xavante, do Peixe, Piranhas e demais córregos - todos incluídos nesta proposta – são áreas de agricultura ou pastagens, onde a terra-nua aparece como cenário principal e marcante na paisagem - ocupando o equivalente a 100.000 hectares.

Cabe lembrar que este levantamento foi realizado por imagens de satélite de 1.997, ano que coincidiu com o auge do aumento das atividades agrícolas e pecuárias nos municípios da região, talvez impulsionados pela “proposta” da hidrovía no Rio das Mortes.

Tais atividades persistem, com também os **impactos provocados** - se em maior ou menor escala, não importa - a partir deste fato e imagem regional procuramos "mensurar" , quantificar tal impacto num determinado período, **tornando-o "mais visível"**; já que parece ser o mundo moderno governado por cifras e números.

Tendo como base esta área, e a similaridade de solos, um simples cálculo revela dados surpreendentes sobre perda de solo e assoreamento:

terra-nua = perda de 53 ton / ano / h a (Dedeck et al., 1986)

plantação de soja / arroz = perda de 9 ton / ano / h a (idem)

100.000 h a x 53 ton = 5.300.000 toneladas por ano.

100.000 h a x 9 ton = 900.000 ton / ano

Fazendo uma média entre o preparo do solo até a época da colheita, temos uma perda calculada em aproximados **3 milhões de toneladas ano**; que dependendo do manejo, do tipo de solo e da inclinação do terreno pode vir a ser muito maior.

Os sedimentos, provindos da erosão do solo, invariavelmente têm como destino os cursos d'água, causando o assoreamento e prejudicando o abastecimento de água, a geração de energia, a navegação, além de afetar as Matas de Galeria (RESCK & SILVA, 1.998).

A demarcação das áreas pleiteadas favorecerá a rápida recomposição inicial da vegetação nativa (recobrimento por capins e gramíneas), impedindo a perda excessiva de solo; sendo que em pouco mais de um ano este número elevado de **perda de solo cairá para 0,1 %** que é a porcentagem estimada de perda de solo cobertos por gramíneas e vegetação nativa, segundo DEDECK ET AL. (1.986).

Outro ponto importante, eliminará o uso de agrotóxicos em toda esta região de intensa rede de drenagem.

Para finalizar, considerando que a perda de solo total na Área Delimitada ultrapasse os **Quatro milhões de toneladas** - depois da demarcação, com o abandono da agricultura mecanizada e pecuária extensiva, este número preocupante **cairá para 4 mil toneladas por ano** - diminuindo e revertendo a padrões naturais o processo de assoreamento dos rios da região - influenciando positivamente a Bacia do Xingu, para onde todo a água desta região aflui, e que segundo especialistas, é considerada a segunda bacia hidrográfica mais importante do país.

Antes = 4 milhões ou mais X Depois = 4 mil

2.7.3. Impactos Ambientais .

“Desmatamento traz doenças, doenças vêm pelo vento”

Esta frase de um velho índio sintetiza a preocupação e as consequências danosas da destruição dos ambientes naturais; demonstrando uma **“mítica” verdade** conservacionista – o desmatamento e o descaso ambiental fazem **adoecer a Terra, a Água, os Bichos e as Plantas**; enfraquece os Espíritos e os próprios seres humanos – “responsáveis” pela destruição.

Com toda certeza, o **desmatamento** e sua conseqüente supressão e fragmentação excessiva dos ambientes (habitats), constitui-se o maior impacto ambiental da região estudada. Os índios, principalmente os mais velhos acompanham este processo degradativo com muito desgosto, pois sabem das necessidades de seu povo e veneram pelo espírito e memória dos seus antepassados que reinaram bravamente nestas terras.

O desmatamento por si só abala todo o equilíbrio ecológico regional; diminuindo, fragmentando e extinguindo habitats importantíssimos para a perpetuação da fauna e flora, adensando e isolando populações de fauna, colabora com a extinção local de espécies – além de aumentar e catalizar o processo de assoreamento das principais bacias hidrográficas regionais e estaduais.

Segundo dados da FEMA (1.999), nos últimos cinco anos (1.994 a 99) o município de Paranatinga desmatou 295.000 hectares de cerrado e Água Boa outros 95.000 ha; numa **média de desmatamento de 78.000 h a / ano**. E tudo indica que estes valores devem continuar.

Pegando a Bacia do Xingu como unidade amostral, e utilizando dados do Laboratório de Geoprocessamento do Instituto Sócioambiental / ISA (2.001), temos um índice de desmatamento constante nos municípios da região:

Água Boa já desmatou 48 % de sua área dentro da Bacia do Xingu, Canarana 40 %, Nova Xavantina 31%, Paranatinga 20% e Campinápolis 19%.

Lembrando que estas regiões são “cabeceiras” formadoras do Rio Xingu, e que o **desmatamento nas terras indígenas** dentro da bacia representa **menos de 2 % do total**.

O processo de uso, podemos dizer exploração do solo, após o desmatamento também exerce impactos ambientais negativos:

A aplicação contínua de fertilizantes químicos e o uso indiscriminado de **agrotóxicos** contamina águas subterrâneas e os rios, afetando na reprodução dos peixes e muitas vezes inviabilizando o abastecimento humano. É importante salientar que, apesar de virem sendo investidos recursos na implantação de sistemas de abastecimento

de água nas aldeias da região, a grande maioria das aldeias não possui qualquer sistema, utilizando-se de água retirada dos córregos e rios da região para seu consumo diário. Onde estes sistemas existem a captação é feita do subsolo, através de cacimbas ou poços semi-artesianos, cuja qualidade pode ser afetada pela contaminação dos lençóis freáticos. Porém, mesmo onde existem sistemas de abastecimento o consumo de água colhida diretamente nos córregos é ainda frequente, especialmente pelas crianças que passam boa parte dos dias quentes a brincar na água, como também pelos caçadores, coletores e pescadores, que como vimos costumam percorrer grandes distâncias em busca de seus produtos.

O sistema de preparo dos solos agrava sua susceptibilidade à erosão, contribuindo sensivelmente com o processo de assoreamento.

As nascentes, córregos e ribeirões que afluem dentro da Área proposta, estão suscetíveis e já sofrem grande influência destes impactos negativos. Além destas águas e lugares serem utilizados frequentemente pelo Povo Xavante, desaguam no rio Kuluene, Ribeirão Paraíso, Couto Magalhães e Ribeirão Pedra Preta que fazem divisa com a T.I. Parabubure e são pontos importantes de pesca e banho para muitas aldeias – portanto expondo a população indígena a estes impactos e a possíveis contaminações.

A **pesca comercial**, praticada com redes, também pode ser considerada um impacto, já que colabora para a diminuição das principais espécies pesqueiras, influenciando negativamente sua reprodução e distribuição pelos rios e córregos da região. Existe uma insipiente indústria de turismo de pesca implantada na região, sendo que algumas fazendas da área em estudo possuem estrutura para a recepção de pescadores, além de já existirem algumas pousadas com essa finalidade. Nas temporadas de pesca os rios Kuluene e Couto Magalhães são frequentados por pescadores do sul do país, que geralmente acampam nas margens dos mesmos. A fiscalização dos órgãos ambientais é quase inexistente, porém, nos últimos anos foram feitas várias apreensões de material de uso irregular, inclusive espingardas de caça. Várias vezes foram registrados conflitos entre índios e pescadores que invadiram a área demarcada.

A **pecuária**, segundo observações de campo feitas por LEEUWENBERG (1.994), causa impacto negativo na fauna silvestre, principalmente para os ungulados da região; pois o gado compete com os herbívoros, transmite doenças bovinas para os animais silvestres, causa dispersão de plantas e gramíneas não nativas e exóticas, altamente agressivas ao ambiente, e afasta pelo cheiro e barulho os animais silvestres.

Além, é claro, de exercer pressão sobre a necessidade de abertura de novas

áreas de cerrado para pastagem, e de colaborar intensamente com a erosão e compactação do solo.

O Código Florestal (Lei 4.771 / 65) em seu Artigo 2º. Considera Áreas de Preservação Permanente (APP) as florestas e demais formas de vegetação ao longo dos rios ou qualquer curso d'água – de no mínimo 30 metros para rios com menos de 10 metros de largura, e de 50 metros ou mais para os rios com largura maior que 10 metros.

Nas nascentes, ainda que intermitentes, considera APP um raio de 50 metros de largura.

Como comprovado "in loco", as **fazendas não respeitam a legislação ambiental** em vigência, principalmente em se tratando de proteção dos mananciais e Áreas de Preservação Permanente; destruindo matas-ciliares e reduzindo-as a larguras mínimas muito aquém da prevista legalmente; além de invadir nascentes e veredas.

O Artigo 3º do mesmo Código Florestal considera APP as vegetações naturais que apresentam, como uma de suas finalidades "atenuar a erosão das terras". Abrigando também nesta categoria as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a manter o ambiente necessário para preservar espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção.

Tendo como base os referidos artigos e a realidade ambiental, a maneira mais sensata de fazê-los valer para a região de estudo, é a decretação como Terra Indígena da Área Delimitada. Garantindo não apenas a aplicação íntegra da Lei Federal, mas principalmente a conservação e preservação dos recursos naturais que ela almeja, e que são imprescindíveis para a sobrevivência física e cultural do povo Xavante.

Cabe lembrar, que a **íntegra proteção e conservação** ambiental destes mananciais e dos demais ecossistemas regionais, constitui forte desejo e reivindicação de toda uma "consciente" sociedade nacional e internacional.

Interessante, a estreita relação e dependência da cultura Xavante com as palmeiras de Buriti (*uiwêde*), que por incrível coincidência, obra da natureza ou "sobrenatural", ocorre sistematicamente em abundância nas cabeceiras, nascentes e veredas – justamente nos ambientes onde a degradação do "homem branco" é menos impactante, pois ocorrem em áreas protegidas por lei (Áreas de Preservação Permanente).

Importante ressaltar que devemos considerar Parabubure como um todo, com uma população de mais de 4.000 índios em gradativo crescimento; bem como "pensar" em todo Povo Xavante, pois sendo a Terra Indígena demarcada poderá vir a ser ocupada por facções que hoje se encontram em outras terras – amenizando e ou solucionando

conflitos políticos internos que acompanham e marcam a existência Xavante.

Decorrente da fixação das aldeias, e com o crescimento da população, as áreas de caça foram diminuídas e sobrepostas; a falta de “espaço” assentou a exploração da fauna – tomando-se intensa e excessiva nos arredores das aldeias, e causando um desaparecimento local das principais espécies de caça.

O gradativo aumento da população indígena e sua concentração também causam um aumento constante da pressão de caça, e segundo LEEUWENBERG (1.994) somente com a implantação de um **sistema de rotação da caça**, o uso da fauna cinegética voltará a ser sustentável e poderá manter-se para as futuras gerações. Este sistema de rotação é mais próximo daquele utilizado pelos Xavante antes do contato com o mundo branco, quando ainda eram semi-nômades – caso não voltarem para o sistema de rotação a caça não poderá se recuperar e irá diminuindo até sua extinção, acabando com a caça de maneira definitiva.

Portanto, a demarcação desta Terra Indígena torna-se imprescindível para a **implantação de um sistema rotativo de caçadas**, e conseqüentemente para a conservação deste importante recurso natural.

“Caso as populações de fauna de caça diminuam – conforme previsto se as práticas atuais de caça permanecerem – existe uma séria ameaça de subnutrição devido à falta de proteína animal, principalmente entre as crianças. Os Xavante dependem quase inteiramente da carne silvestre. A pecuária não faz e nunca fará parte da cultura Xavante”.

O potencial conservacionista dos ambientes da terra ora identificada é grande e ricamente diversificado, funcionando como ótimos habitats reprodutivos para a fauna silvestre. Tanto os velhos como os jovens índios estão conscientes da diminuição da caça, e que esta precisa ser feita com **critérios de manejo** para ser mantida viável – a demarcação dessa Terra Indígena incentivará a redistribuição do grupo, diminuindo a pressão de caça; propostas de manejo e conservação das espécies caçadas poderão ser amplamente discutidas e implantadas.

A falta de espaço desmotiva e impede os Xavante de manterem certas atividades ancestrais de caça, como o *Dzomöri*, que percorre grandes distâncias - as **caçadas familiares (dzomöri)** são **extremamente importantes para a transferência de conhecimento tradicional** sobre caça, pesca, plantas medicinais e coleta de frutas e raízes alimentares. Fato presente é que a geração jovem Xavante possui menos interesse sobre caça e coleta, pois falta muito conhecimento e treinamentos advindos destas caçadas familiares.

A criação das condições para um aumento das caçadas familiares poderá garantir a transferência do conhecimento tradicional para as novas gerações; sem esta segurança dos jovens a comunidade pode perder sua firmeza, o conhecimento de suas terras, da caça e da defesa de sua própria cultura (LEEJWENBERG, 1.994)

A demarcação efetiva desta proposta favorecerá a **retomada de antigas tradições** de caça, importantes tanto para os índios como para a própria fauna silvestre – diminuindo a pressão de caça hoje existente e propiciando o aumento reprodutivo das principais espécies caçadas; favorecendo assim o equilíbrio ecológico entre as populações.

Estudos futuros sobre manejo de fauna e seus habitats, bem como levantamentos da densidade populacional das espécies caçadas que habitam as Áreas propostas, são de extrema importância para se iniciar uma séria discussão sobre o “crescimento do povo Xavante” e a **capacidade de suporte** de suas terras; para que “não ultrapasse os limites ecológicos da região, prejudicando a si mesmos”.

Outro ponto a ser considerado, é a frequente utilização de armas de fogo calibre 22 nas caçadas; o que representa em média uma perda de 25 % da fauna que poderia ser consumida. LEEJWENBERG (1.994) sugere a **substituição do calibre 22 para o calibre 20**, diminuindo a perda de fauna e recuperando o treinamento dos jovens no espírito da caça tradicional, pois a espingarda calibre 20 exige o mesmo talento do caçador que exigem o arco e a flexa (tendo que se aproximar do animal). A sugestão da troca servirá para a conservação da fauna ameaçada e para a recuperação cultural das caçadas.

O PRONABIO e o WWF afirmam com base em pesquisas e levantamentos, que a **biodiversidade existente nas terras indígenas é maior e mais significativa que a presente nas Unidades de Conservação** - necessitando de incentivos para seu devido manejo e assim conservação. Sendo que em muitos casos, a manutenção da biodiversidade (principalmente fauna) torna-se viável somente com a retificação das Terras Indígenas.

“Queremos novas áreas pra deixar crescer os bichos, as aves, os peixes e também para deixar crescer o mato”. Cacique Cipriano

O povo Xavante necessita e utiliza os ambientes do cerrado, de forma sazonal – cada época do ano exploram um determinado recurso natural, seja para alimentação ou para manutenção de sua rica cultura ancestral.

O uso frequente e sazonal dos principais ambientes que compõe a paisagem

regional, e a estreita relação e dependência do povo Xavante para com os recursos naturais; **comprava a importância da Área delimitada** nesta proposta, onde a grande diversidade dos ambientes (habitats) aliada à sua favorável extensão proverá em todos os períodos do ano os recursos alimentares e culturais necessários à plena sobrevivência do Povo e da Alma Xavante; bem como à **sobrevivência e conservação da fauna e flora** silvestre que são partes fundamentais da Alma e da cultura deste Povo do Cerrado.

O potencial conservacionista dos biomas englobados nesta proposta é animador e bastante favorável ao uso sustentável dos recursos naturais; contribuindo positivamente para o equilíbrio ecológico das principais populações de fauna e flora utilizadas pelos indígenas.

O correto uso e manejo "ecológico" desta Área permitirá a sobrevivência atual e futura do Povo Xavante – sem a necessidade de exploração de atividades econômicas que possam causar impactos prejudiciais ao ambiente e à própria cultura Xavante.

A Demarcação destas áreas, além de ser oportuna e fundamental para os Xavante, possui um valor ambiental intrínseco – podemos dizer "para a humanidade"; protegendo integralmente mais de 600 nascentes e mananciais aquíferos juntamente com seus ambientes de matas, veredas, buritizais e fauna associados, se protegerá também mais de 80.000 mil metros dos ambientes ripários que compõe as margens do Rio Kuluene, além de outros 45.000 metros de matas das margens do Rio Couto Magalhães.

Infelizmente, a inclusão da cabeceira do rio Kuluene - e os afluentes da mesma - não são mais possíveis de se realizar por conta de estar dentro da parte urbana de Paranatinga. Seria importante que o órgão ambiental local - a FEMA - realizasse um estudo e uma proposta de proteção nessa região, quem sabe, com a criação de uma Área de Proteção Ambiental específica.

Apesar disso, sendo a microbacia do Kuluene uma importante bacia de drenagem que flui para o Rio Xingu, a demarcação das áreas em questão colaborará positivamente para a manutenção dos regimes hidrológicos regionais e para a diminuição do desastroso processo de assoreamento que sofre esta importante bacia brasileira – a segunda mais importante.

Essas Terras Indígenas, quando de domínio e fiscalização dos índios, e sendo utilizada sob uma ótica "sustentável" de manejo dos recursos naturais, tornar-se-ão uma grande **reserva da Biodiversidade**, detentora de belas paisagens naturais da região; com êxito conservacionista igual ou até superior ao de muitas Unidades de Conservação – para tal necessita de envolvimento e de trabalhos integrados entre as entidades competentes, como ONGs, Universidades, IBAMA e FUNAI.

Projetos futuros sobre estudos e manejo de caça serão muito oportunos e importantes; e com certeza vistos e aceitos com “bons olhos” pelos Xavante, dado a demarcação desta T.I.

Todo o simbolismo culturalmente presente na alma do Povo Xavante aparece como peça importante neste processo de “luta” por suas terras ancestrais - possuindo seu valor prático - através da **confirmação** e do **aumento da auto-estima** do grupo; e quem já andou com seus velhos e crianças, sabe muito bem a importância deste simbolismo.

Somente com a **demarcação dessas áreas de ocupação tradicional** será possível a retomada de um sistema de caça rotativo – o “mais próximo daquele utilizado pelos Xavante antes do contato”; sendo um estímulo para a prática das caçadas comunitárias (dzomörn), praticamente inexistentes no presente devido à falta de espaço, e que são fundamentais no treinamento dos jovens e indispensáveis para a perpetuação cultural do povo Xavante.

“Nós caminhávamos com nossa família por toda parte, aprendendo com nossos pais e avós e ensinando para nossos filhos, e agora queremos estas terras de volta – queremos dar esta alegria aos nossos netos” Ahô pô re (velho Miguel)

Os Xavante estão cientes da maior responsabilidade “conservacionista” que precisam ter sobre suas terras, inclusive sobre sua própria cultura.

“Criaram a bandeira do Brasil, só que ninguém respeita – ninguém respeita a Natureza. A riqueza do índio é a Terra”.

A demarcação desta proposta abrirá novos caminhos para a discussão sobre a condição indígena atual, seus caminhos e sobrevivência futura; estando esta ligada diretamente à conservação e uso racional dos recursos naturais. Em outras palavras, podem ser responsabilizados pelo destino de seu próprio futuro – e que “estamos” dispostos a compartilhar deste futuro com seu povo, não de forma paternalista, mas como verdadeiros amigos.

Torna-se cada vez mais clara a importância “Educativa e Cultural” desta demarcação; pois não só a FUNAI estará “dando mais terras para o índio” como diz a população branca, mas estará inaugurando um novo marco no “modus vivendi” dos Xavante da região do Kuluene – discutindo aberta e seriamente a sobrevivência física e cultural deste povo em suas hoje limitadas terras.

Os Xavante precisam passar a encarar a realidade de seu futuro, reconhecendo a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais de suas reservas e adotando

formas de manejo – embasadas em pesquisas científicas competentes que levem em conta os aspectos culturais de seu povo.

Resumindo, esta proposta garante as condições físicas e ambientais necessárias ao Povo Xavante que habita esta região, de pelo menos terem opção de escolha sobre seu próprio futuro e autonomia, assim como de continuarem vivendo o mais próximo de suas antigas tradições.

“A Terra é pros nossos netos. . . depois que sair o cheiro do branco da terra, que o mato crescer, o Xavante começa a usar, mudar aldeia e fazer as roças – Deixar a terra ficar bonita – precisa de nascentes pras novas aldeias. Warazú não cuida da terra, queremos terra pros nossos filhos e netos e o Xavante quer a terra pra cuidar e manter as matas e os bichos, se não a tradição acabará e não seremos mais ninguém – SOMOS ANIMAIS que DEPENDEM da NATUREZA.” Cacique Alexandre (Ald. Córrego da Mata)

TABELA das PRINCIPAIS ESPÉCIES VEGETAIS UTILIZADAS pelos XAVANTE

TABELA: espécies vegetais, ambientes de ocorrência e utilidade

Nome popular	Nome Xavante	UTILIDADE	Ambiente
Mirindiba	<i>I'raihã</i>	Alimento / atrai caça	Campo
	<i>I'tepó</i>	Atrai caça – anta	Campo
Marmelo	<i>Tômoti</i>	Alimento / atrai caça	Campo / mata
Mangaba	<i>Ritó</i>	Alimento / atrai anta	Cerrado
Cumbaru	<i>Wederã'pó</i>	Alimento – castanha	Cerrado
Babaçú	<i>Norôwede</i>	Alimento / esteiras / cobertura e parede de casas	Mata
	<i>Titiwatsu'á</i>	Alimento	Áreas úmidas
Bocaiúva	<i>A'ódo</i>	Alimento	Cerrado / mata
Gameleira		Alimento para fauna	Mata-ciliar
Chichá		Alimento fauna e peixes	Mata-ciliar
Buriti	<i>Uiwéde</i>	Alimento / artesanato / ritual / cobertura de casas	Nascentes e veredas
Algodão-roxo	<i>Abazí</i>	Artesanato / enfeite corporal	Cerrado / roças
Araticum	<i>I'tepauara</i>	Alimento / alimento fauna	Cerrado
Taquara	<i>Ti</i>	Artesanato / flechas	Borda de mata-ciliar
Buritirana	<i>Wareiré</i>	Alimento / artesanato	Mata-ciliar / vereda
	<i>Itomoroassu</i>	Raiz fortificante	Cerrado
	<i>Titopré</i>	Alimento	Cerrado
Pequi	<i>Abare'wéde</i>	Alimento / madeira para pilão	Cerrado / cerradão
	<i>Tininim</i>	Alimento / alimento fauna	Cerrado
Jenipapo	<i>Wederã</i>	Tinta para o corpo (ritual)	Mata-ciliar / galeria
Tucum – mata		Madeira para arco	Mata
Tucum	<i>Norôihã</i>	Linha para arco	Cerrado
Bacuri	<i>Tirirê</i>	Alimento	Cerradão
Capim navalha	<i>Aé</i>	Artesanato (colares)	Áreas úmidas

Cará	<i>Mo õ nia</i>	Alimento	Mata
Batata nativa	<i>Uwã</i>	Alimento	Mata
Batata nativa	<i>Poné e re</i>	Alimento	Cerrado
Aroeira	<i>Brudu</i>	Pilão / estrutura de casas	Mata / cerradão
Imbira	<i>Wamãni</i>	Corda para enfeites e artesanatos	Mata
* Imbira-preta		Corda para enfeite (proteção)	Mata-ciliar
Taquara	<i>U'mrana</i>	Confecção de peneiras	Mata / capoeira
Sapé		Cobertura de casas	Áreas úmidas
Batata nativa	<i>Udedu</i>	alimento	Mata
Batata nativa	<i>Wõ</i>	Alimento	Mata
Batata nativa	<i>Udzapodo</i>	Alimento	Áreas úmidas
Batata nativa	<i>Moni õ i'ré</i>	Alimento (comem muito)	Mata
Batata nativa	<i>Buruwõ</i>	Alimento	Mata
Cará selvagem	<i>Tomotsuihõire</i>	Alimento	Mata
Cará selvagem	<i>Patêde</i>	Alimento / medicinal	Mata
	<i>Wessutêde</i>	Folha para assar bolo de milho e peixes	Mata
Pindoba	<i>'re 're</i>	Cobertura de casas / esteiras	Beira de brejos
Sucupira	<i>Norõ'rê</i>	Bordunas / estrutura casas	Mata / cerradão
	<i>Waréirê</i>	Alimento (fruta)	Cabeceiras
	<i>Pooné buturãné</i>	Madeira para bordunas	Mata
	<i>Reberã si aõ</i>	Alimento (fruta)	Mata
	<i>Õ piniré</i>	Alimento / alimento fauna	Mata / cerrado
Jatobá da mata	<i>A'õ</i>	Alimento	Mata
Jatobá cerrado	<i>A'õ'õire</i>	alimento	Mata
	<i>Ú'airê</i>	Alimento (fruta)	Cerrado
	<i>Reberã tsirã</i>	Alimento (fruta)	Mata
palmeira	<i>Ariwêde</i>	Madeira para ponta de flechas	Mata
lixeira	<i>Ra'tsú</i>	Lixa para arcos e artesanatos	Cerrado
ipê	<i>Sirru'wede</i>	Madeira para pilão / casas	Cerradão
Cará selvagem	<i>Pidzi</i>	alimento	Mata
	<i>Maiá'ré</i>	Alimento (raiz)	Mata
Imbira *	<i>Itsitsa'riti'ru</i>	Cordinha preta (proteção)	Cerrado
Imbira	<i>Imanané</i>	Cordinha (proteção)	Borda de mata-ciliar
Imbira	<i>Wete'rãti</i>	Cordinha branca (ritual)	Mata
	<i>Wede tob a</i>	Embira para cordas	Mata
Pindaíba	<i>Da tob todzé</i>	Medicinal / cola para brincos	Mata / cerrado
Timbó	<i>Abawadzi</i>	pescaria	Mata
Ingá	<i>'renho</i>	Alimento / alimento fauna	Mata-ciliar
	<i>Itsu'wa'ré</i>	Pintar corpo / alimento para peixes	Mata
Gengibre	<i>Tsibdzibi</i>	medicinal	Mata
Palmeira	<i>Abarudu</i>	Cordas para enfeite	Cerrado
Urucum	<i>Bõ</i>	Pintura corporal e artesanatos	Roças
Cabaças	<i>Um'ré</i>	Uso doméstico / artesanatos	Cerrado / mata
Guatambu	<i>Pawi</i>	Ritual / cabos ferramentas	Cerrado / mata
Angico	<i>Wederutunoró</i>	Cordas / madeira casas	Cerradão / cerrado

TOTAL : 70 espécies + 40 espécies medicinais (citadas no texto) = 110

* Imbiras = entrecasca de diversas árvores e arbustos.

JP

TERCEIRA PARTE:

HABITAÇÃO PERMANENTE E REPRODUÇÃO FÍSICO-CULTURAL XAVANTE

3. A vitória contra a extinção

Como vimos na Primeira Parte desse relatório, a trajetória Xavante até o ano de 1940 do século XX foi marcada pela fuga do contato com o "civilizado" - afora um curto período de convivência nos aldeamentos goianos durante o século XVIII - e pela decorrente necessidade de conquista de novos territórios.

É assim que por volta de 1820/1830 grupos Xavante passaram gradativamente a ocupar a região leste do estado do Mato Grosso desde o rio das Mortes até as cabeceiras dos rios formadores do rio Xingú - Ronuro, Sete de Setembro Kuluene, Couto Magalhães e Batovi. Essa ocupação não foi fácil. Tiveram que guerrear, disputar, expulsar e conquistar territórios de outros grupos indígenas - como os Bororos - fato este que por si só já demonstraria o incontestável direito Xavante a posse desses territórios.

Vimos também, que na década 1940, parte dos Xavante "optaram" pelo contato pacífico com os "brancos", enquanto que outros que o continuaram a recusar - como é o caso dos grupos dos rios Kuluene e Couto Magalhães - foram quase que dizimados através de armas de fogo e da chamada "guerra biológica" (doação de roupas contaminadas com sarampo), tendo que abandonar seus territórios e buscar asilo nas missões salesianas e nos postos de atração criados pelo SPI. As frentes de colonização puderam então ocupar, o "vazio demográfico" que passou a reinar no cerrado.

Nesse processo aldeias desapareceram, mortos foram enterrados e áreas de caça e de coleta foram destruídas. Entre os morros e os rios - que serviam como referência imemorial para orientação do grupo em suas andanças pelo cerrado - e suas terras atuais, passaram a existir fazendas de criação de gado e de plantação de grãos.

Por outro lado, desde os primeiros momentos do contato dos Xavante com segmentos da sociedade nacional, até recentemente, sempre houveram notícias de diversos tipos de barbaridades cometidas contra essa população no sentido de exterminá-las. Não por acaso, ao que tudo indica, as recusas históricas dos Xavante em relação ao contato com o "civilizado", foram por muito tempo baseadas neste tipo de experiência traumática para sua população. Por exemplo, Zoroastro Artiaga ao referir-se a experiência dos Xavante no aldeamento de Pedro III, ainda no século XVIII, assinala que:

"Dia a dia aumentava a indignação e lavrava a revolta surda contra o cristão bruto e anti-social que reduzia suas liberdades, escravizava seus

filhos e mulheres e não respeitava seus direitos. Veio a rebelião surda. Os aventureiros um dia envenenaram as suas cacimbas com cianureto de potássio, causando-lhes, só em uma noite, 500 mortos. Era a hecatombe que chegava, porque em Lisboa resolveram que o Xavante rebelado deveria ser extinto para limpar os sertões, onde havia ouro, muito ouro.”
(Artiaga, 194(?): 123)

Depois de ficarem relativamente isolados do contato durante quase cem anos no leste-matogrossense, a experiência dos Xavante com os "civilizados" voltaria a ser traumática.

O caso dos grupos Xavante da região do Couto Magalhães e do Kuluene seria mais drástico ainda. O já citado Estudo nº 012/3a.SC/79 de 21.08.1979, da Secretaria de Administração do Conselho de Segurança Nacional (Wenzel & Paula, 1999), afirma em seu item 6.4 que:

"Além das ações armadas, os silvícolas sofreram ataques biológicos em larga escala. Roupas e alimentos contaminados eram deixados ao seu alcance e até mesmo lançados de avião sobre suas aldeias buscando disseminar doenças - sarampo, gripe, etc. - para os quais possuíam pouca resistência orgânica."

Além das doenças, a própria mudança na dieta alimentar Xavante, com a introdução de produtos advindos pelo contato, passaria a ser prejudicial ao grupo.

O cacique Abraão, da aldeia Aldeona, dá o seu testemunho a respeito dessas mudanças:

"Atravessa rio Couto, até Etesirire. Até córrego Piranha, não tem fazenda, nem fazendeiro, nem fazenda Xavantina, não tem nada. Warazu morava longe até nos Estados Unidos, warazu morava longe até Portugal, Itália, Roma. Tudo seu avô longe, eu não conhece. Aqui Brasil é não tem warazu preto, não tem warazu cabelo arrepiado, só cabelo cumprido, Xavante velho, antigo, anda pelado, branco tá xingando. Área é da comunidade, é da união, é do indígena. Xavante não morreu nada. Doença de branco entrou em Xavante, Xavante tá fraco, comida sal, molho, doce, rapadura, marmelada, é misturado, é doença de Xavante. Xavante antigo não tem nada, tá limpo, limpo, índio puro, toma água pura, comida puro, carne puro, peixe puro, sem sal, nada, é sadio xavante antigo. Hoje tem doença. Eu tenho doença reumatismo, dor de coluna,

barriga, meu pescoço, minha cabeça doi, porquê? Doença de branco. Warazu trouxe roupa velha, usada, ai manda doença. Antigamente Xavante andava no mato natural, tá acabando. Nossa tribo avô, a mãe, só passava no mato, batata raiz, do mato, comer assado, cará do mato, "onirepre", "tomusu", "usapodo", "munia", "pidihire", xavante antigo come do mato, não tem ferramenta, tira raiz com borduna, pau arrancado de raiz, mulher de xavante antigo é muito forte, não tem diabete, não pega diarréia, nada, antigamente é melhor. Então precisa Xavante hoje pedi terra para aumentar da área, warazu tira tudo fazendeiro até levou até Rio Grande Sul. Vai embora. Outro fazendeiro mora em São Paulo, vai embora para São Paulo então. Área dele é São Paulo. Mato Grosso é filho empresário, não tem nada. Bisavô meu não falou nada de comerciante, de fazendeiro, meu pai não falou nada. Não é amigo de xavante, meu avô não falou nada. Xavante antigo não conhece remédio de warazu, não conhece aplicar injeção."

Corroborando a notável representação Xavante a respeito das mudanças trazidas pelo contato, sintetizada no relato acima, Darcy Ribeiro cita as avaliações que o médico sanitário Amaury Sadock de Freitas Filho fez a partir de seu trabalho com um dos grupos Xavante, ainda em 1954:

"Devemos ao médico sanitário Amaury Sadock de Freitas Filho (1954) algumas observações de primeira mão sobre o estado de nutrição dos Xavante, tribo que apenas inicia o convívio com civilizados e conserva ainda os hábitos alimentares tradicionais. Em seu inquérito sobre a alimentação daqueles índios, demonstra que a... 'vida simples, ao ar livre, aliada a uma alimentação de produtos colhidos próximo à residência e com todas as suas características nutritivas, fez com que o índio, instintivamente, tivesse seus hábitos alimentares de acordo com as suas necessidades nutricionais e apresentasse o tipo físico padrão, que seria o ideal do brasileiro. O Xavante mantém a sua saúde e sua bela aparência física graças a um regime alimentar racional e instintivo, que pode ser constatado se analisarmos sua alimentação contendo todos os princípios essenciais à vida....de um modo geral, entre homens e mulheres não foi verificado nenhum caso de deficiência nutricional. Também não foram consignadas cáries dentárias de vulto." (Freitas,1954 apud Ribeiro,1996:317)

JK

O mesmo Darcy Ribeiro é taxativo ao contrastar a diferença entre os Xavante avaliados e os dados de outros grupos indígenas do Mato grosso que, na época, já tinham contato secular com os "civilizados":

"São expressivos da decadência física dos grupos indígenas em contato com civilizados, e em confronto com estas observações sobre os xavante, os resultados do exame clínico realizado pelo dr. Leão da Mota, em 1955, numa amostra de 1189 índios Kaiowá e Terena do sul do Mato Grosso que mantêm contatos seculares com civilizados. Desse total, 729 índios – ou seja 60% - apresentavam sinais clínicos de anemia e subnutrição."
(Ribeiro, 1996:317).

Não é por acaso que o asilo dos grupos Xavante nas missões salesianas na década de 50 do século XX, buscou, entre outras coisas, a obtenção de remédios para cura de doenças e a conseqüente recuperação demográfica. (Wenzel & Paula, 1999).

É a partir dessas reflexões que se articula a terceira parte desse relatório denominada Habitação Permanente e Reprodução Física e Cultural Xavante.

Como foi apresentado na Introdução, o retorno dos Xavante para a região dos rios Kuluene e Couto Magalhães, a partir de 1965, foi realizado visando a recuperação do que parte de seus grupos locais consideram como fração do seu antigo território tradicional. Ao mesmo tempo, a rápida recuperação demográfica que os Xavante apresentaram na década de 70 foi também fator decisivo para que essa retomada fosse idealizada e materializada gradativamente.

Estamos assim falando da ocupação permanente de um determinado espaço territorial, o qual, desde pelo menos o final do século XIX - afora os cerca de 6 anos que estiverem asilados nas missões e nos postos do SPI - tem sido utilizado pelos Xavante para sua reprodução física e cultural.

Um autor sugeriu um exemplo bastante interessante para ilustrar a necessidade que as populações indígenas têm em relação ao espaço territorial e a relação dessa necessidade com a idéia de habitação permanente:

"Em primeiro lugar é preciso desqualificar a interpretação segundo a qual a posse de um território indígena se manifesta apenas ali onde ocorrem edificações e áreas de cultivo permanentes. A impropriedade de tal interpretação pode ser facilmente caracterizada por meio de um exemplo hipotético. Imaginemos que um ser de outro planeta chegasse a Terra sem qualquer conhecimento de sua estrutura produtiva no campo e

sobrevoasse uma grande fazenda dedicada à pecuária. Não restringiria ele a propriedade à casa-sede e às construções ao seu redor? Imaginaria ele que as vastas extensões ocupadas pelos pastos pertencem àquilo que chamamos de fazenda? " (Fausto, Carlos - 1990:6)

Tendo essa imagem como ponto de partida, tentaremos demonstrar que a demanda dos Xavante de Parabubure em relação às áreas 4 e 5 será compreendida através da articulação dos quatro critérios elencados no artigo 231 da Constituição Federal de 1988 que assim define uma terra de ocupação tradicional: a) *sejam por eles habitadas em caráter permanente; b) utilizadas para suas atividades produtivas; c) imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar; d) necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.*

3.1. Grupos locais, disputas faccionais e controle territorial.

Segundo Lopes da Silva (1984), os Xavante tiveram que admitir, no decorrer dos últimos 20 anos do século XX, a inexorabilidade do contato permanente com os "brancos", após inúmeras tentativas e mais tentativas de distanciamento.

"A tática da busca de territórios ainda não colonizados, sem dúvida alguma, esgotou-se. Não há mais para onde fugir. O enfrentamento é inevitável. A consciência de que constróem com os territórios atuais uma relação de novo tipo – definitiva – parece ter brotado entre os Xavante nestes últimos dez, quinze anos. Até então, os territórios eram espaços temporários e cada experiência de convívio íntimo com os brancos deixava a certeza dessa transitoriedade." (Lopes da Silva, 1984:205)

Essa tomada de consciência de que não há mais "para onde fugir" pode ser um dos fatores mais fortes a mover o desejo Xavante pela revisão dos limites de seus atuais territórios. É como se eles tentassem, enquanto é possível, garantir territórios suficientemente amplos para que a intensa dinâmica de ocupação e reocupação territorial dos seus grupos locais - agora, dentro de fronteiras definidas e definitivas - possam ter continuidade no futuro.

A dinâmica acima referida é decorrente da organização sociopolítica Xavante que é constituída por grupos locais - um conjunto de linhagens e de segmentos residenciais (sogros, genros, filhas, netos) alinhados politicamente e historicamente - que possuem direitos sobre determinadas porções do seu território tradicional.

N

"Assim, é preciso dizer que, no sistema Xavante tradicional, como é fato entre as sociedades indígenas brasileiras de modo geral, cada grupo local (a aldeia, neste caso) controla um território que seus membros sentem coletivamente como seu. Isto era feito, tradicionalmente, por meio da guerra. Na qualidade de membro do grupo é que o indivíduo tem direito a explorá-lo e usufruir de seus bens." (Lopes da Silva, 1986:47)

Esse sistema, que parte da rivalidade intra-grupal, é de tal modo organizado que acaba por implicar no controle coletivo do território de maneira bastante eficaz.

"A terra é coletiva, o acesso a ela e às matérias primas para o trabalho artesanal é essencialmente o mesmo para todos os membros do grupo; o conhecimento do meio ambiente e das técnicas de sua transformação é socializado; a acumulação dos bens é impedida por mecanismos de redistribuição criados a partir dos laços de parentesco, de relações rituais e políticas e de outros sistemas de classificação social (como as classes de idade entre os Jê, por exemplo). Tudo isto permite que a noção de propriedade individual exista dentro de limites muito precisos." (Lopes da Silva, 1986:47)

Compreende-se assim as disputas que envolvem, por exemplo, o processo de identificação de uma área considerada tradicional pelo grupo, como é o caso focalizado no presente relatório.

Os antropólogos Eugênio Wenzel e Jorge Luiz de Paula (1999) já observaram as implicações desse aspecto sociocultural Xavante - amplamente estudado por autores como Maybury-Lewis (1984) e Lopes da Silva (1986) - ao afirmarem no relatório de identificação referentes às áreas 2 e 3 que:

"Tradicionalmente, cada grupo ou aldeia ocupa um território, mais ou menos delimitado, que considera exclusivamente como seu. Embora se considere a existência de um território comum, pertencente aos Xavante como um todo, as reivindicações costumam ser encaminhadas de forma isolada. Nem sempre os interesses de um grupo correspondem à totalidade dos Xavante da respectiva Terra Indígena. Sendo legítimas todas as reivindicações existentes e convergindo todas no mesmo sentido, a revisão dos limites da T.I. Parabubure, acertadamente corresponde a etapas distintas, nas quais se inserem os presentes trabalhos de identificação, constituindo parte dos trabalhos de revisão dos

JP

limites da T.I. Parabubure, que há muito era pretendida."

A existência de todo esse dinamismo social, expresso nos processos de apropriação territorial é, sem dúvida alguma, um dos fundamentos de toda a organização sociopolítica Xavante, pois ao permitir a readequação e a realocação política e social dos seus inúmeros grupos locais, obriga a que ocorra uma contínua distribuição e redistribuição dos espaços utilizados para caça e coleta, como para a fundação de aldeias.

A disputa ganha contornos mais complexos ainda, pois em tempos imemoriais os bisavós e avós dos atuais indivíduos ou grupos de indivíduos Xavante ocuparam a mesma área sobre litígio atualmente, seja através de residência, de caça, de coleta, etc. Em outras palavras, em termos de *ocupação tradicional* do local almejado - a sua ocupação por gerações antigas Xavante - vários grupos Xavante teriam os mesmos direitos de posse.

Para termos uma idéia de como essa rivalidade entre agrupamentos Xavante extrapola inclusive os seus limites territoriais, uma de suas lideranças explicou-nos que ocorrem entre eles negociações sobre o controle político das relações com as cidades circunvizinhas às suas terras. Essa "ocupação simbólica" das cidades por determinados grupos Xavante se concretiza, entre outras coisas, pela disputa entre as facções Xavante do "controle" das administrações locais da Funai nas referidas cidades. Campinópolis e Nova Xavantina, por exemplo, são espaços territoriais definidos como de ocupação exclusiva de agrupamentos de aldeias rivais dos Xavante de Parabubure. Esse interesse em manter a exclusividade da ocupação de determinadas cidades advém desde a óbvia necessidade ao acesso de produtos não-indígenas, como a gasolina e o óleo diesel, até a preservação unilateral das mais diversas relações sociais e políticas com atores não indígenas regionais.

Por outro lado, é preciso lembrar que, por detrás de toda essa rivalidade intra-grupal, atua o sistema Xavante de parentesco - base de toda e qualquer relação sociopolítica existente - que permite a ocorrência de uma estratégica rotatividade na posição de chefia dos grupos locais, que não cabe aqui se alongar devido a sua complexidade. De qualquer forma, é importante reter que o resultado dessa equação - com o passar das gerações - implicará na reconstituição da organização política hierárquica dos grupos locais. Por decorrência direta, mudar-se-ão os indivíduos que detêm o controle político do grupo local - através de uma complexa relação entre genro e sogro - e, portanto, outros indivíduos passarão a ter acesso à fração de um território do qual até então estavam excluídos. Essa dinâmica, além do mais, impede que algum

indivíduo Xavante venha a se tornar "proprietário" por mais de uma geração de alguma parte do seu território. Daí a forte característica comunitária e coletiva da posse de seus territórios.

3.2. Evolução demográfica e ocupação territorial

O total da população atual Xavante é estimado em quase 10.000 pessoas, que se distribuem por cerca de 80 aldeias que, por sua vez, se encontram espalhadas por 9 terras indígenas, sendo 7 delas territorialmente descontínuas. Como outros povos indígenas, os Xavante sofreram um acentuado decréscimo populacional nas diferentes fases do contato com os "civilizados". A partir da década de 70, com a demarcação dos seus territórios, o crescimento demográfico passa a ser constante, a uma taxa média de quase 5% ao ano.

Algumas estimativas populacionais indicam que na época dos primeiros contatos com a sociedade nacional, por volta de 1.750 teriam sido contados entre 3 e 5 mil Acuen (Xavante e/ou Xerente), que estariam aldeados no Aldeamento de Pedro III. Frei Rafael de Taggia assinala que em 1852 residiriam no aldeamento de Teresa Cristina, a beira do rio Tocantins, cerca de 4.000 índios Xavante e Xerente, portanto, Acuen.

Difícilmente essas estimativas podem ser incorporadas fielmente, pois a sobreposição identitária entre os Acuen - Xavante e Xerente, (além de Xacriabás e Acroás, segundo alguns pesquisadores) - impede que se tenha de fato um número populacional próximo à realidade.

De qualquer forma, como foi visto na Primeira Parte (item 3 -Território Xavante), o trabalho que a Coroa teve para submeter os Acuen (particularmente, os Xavante e os Xerente) leva a supor que se tratava de um grupo com uma quantidade populacional muito grande.

É só com a chegada das missões salesianas, do SPI e do antropólogo David Maybury-Lewis, na década de 50, que se tem dados mais próximos a realidade sobre a população Acuen remanescente, Xavante e Xerente.

No quadro abaixo são apresentados os dados estimados da população Xavante a partir de 1958.

FONTE	População	Ano de Referência
SPI, Missão, D. Maybury-Lewis (1984)	1.100	1958
SPI, Missão, D. Maybury-Lewis (1984)	1.465	1963
Giaccaria e Heide (1972)	2.160	1969
Funai - in: Lopes da Silva (1986)	3.340	1977
Funai - in: Lopes da Silva (1986)	3.405	1980
Funai	4.412	1983
Funai - in: Graham (1995)	4.834	1984
Funai - in: Carrara (1998)	6.091	1988
Funai	7.104	
Governo do Estado do MT(*)	9.836	1994
Prodeagro(*)	9.154	
Funai	7.985	1996
Equipe de Saúde/ FUNAI / PNUD / PRODEAGRO/ Registros da ADR-Xavantina(*)	10.221	1998
DSEI / FUNASA - Barra do Garças	9.601	2000

* Fontes: Wenzel & Paula, 1999

A partir do quadro acima é possível observar que até 1988 ocorre um crescimento demográfico bastante uniforme e lógico entre os Xavante. Não obtivemos os dados populacionais Xavante entre 1988 e 1994, o que acaba sendo bastante prejudicial para qualquer tentativa mais séria de análise do crescimento demográfico dessa população.

Essa afirmação acaba sendo corroborada tanto pela profunda divergência que os dados fornecidos por diferentes fontes passam a apresentar a partir justamente de 1994. As três fontes dos dados populacionais Xavante referentes ao ano de 1994 são incompatíveis entre si. Os dados fornecidos pela Funai estão bem abaixo dos outros dois.

São incompatíveis também os totais populacionais apresentados em 1998 e em 2000. Se os dados das duas fontes (Prodeagro e Governo do MT) de 1994 estiverem corretos, a população Xavante de 1998, conforme apresentada no quadro, também está correta, devido a maior lógica existente na linha de crescimento entre elas. Portanto, em 1988 teríamos uma população Xavante de **10.221** habitantes. Esse número levaria ao questionamento dos dados apresentados pela Funai e pelo DSEI relativos ao ano de 2000: é impossível que a população Xavante tenha sofrido uma redução de quase 10% em dois anos - de 10.221 para 9.601 - sendo que a taxa de crescimento continua alta, como veremos mais abaixo. Por outro lado, se os dados da fornecidos pela Funai desde 1994 - excetuando-se 1998 - estão corretos, assim como o fornecido pelo DSEI - Barra do Garças em 2000, os dados de 1994 do Prodeagro e Governo do Mato Grosso e de 1998 estão superestimados, e portanto, a população atual Xavante é de **9.601** habitantes.

A mesma logicidade se mantém quando observamos a evolução dos totais populacionais de cada uma das terras indígenas a partir do contraste com os dados assinalados no ano de 1998:

Terras Indígenas	1977 (a)	1980 (a)	1984 (a)	1988 (b)	1996 (b)	1998 (c)	2000 (d)
Areões	303	347	511	594	759	855	913
Parabubure	1066	1179	2104	2697	3162	4320	3883
Pimentel Barbosa	266	269	526	673	1068	1139	1361
Sangradouro	548	497	446	524	807	1156	933
São Marcos	1010	993	1032	1366	1813	2304	2078
Marechal Rondon	111	120	215	237	376	447	433
Total	3304	3405	4834	6091	7985	10221	9601

Dados retirados das seguintes fontes: (a) Graham, 1995:54 (b) Carrara, 1998:5 (c) Wenzel & Paula, 1998:42-44 (d) DSEI - Barra do Garça/MT

Devido as incongruências acima apresentadas seria necessário um aprofundamento da análise demográfica dos Xavante atualmente. A começar pela recuperação dos dados demográficos das aldeias Xavante no período de 1988 e 1994.

Em relação a taxa de crescimento populacional, o Distrito Sanitário Indígena de Barra do Garças - ver quadro abaixo - indica que o crescimento da população Xavante no ano de 2000 foi de 3,8%, o que corrobora a alta taxa de crescimento das populações indígenas no Brasil de maneira geral.

Terra Indígena	População	TBN	TBM	TC
Areões	913	57,6	25,2	3,2
Marechal Rondon	433	69,3	9,2	6,0
Parabubure	3.883	39,7	13,1	2,7
Pimentel Barbosa	1.361	55,1	15,4	4,0
Sangradouro	933	50,4	12,9	3,8
São Marcos	2.078	44,3	12,5	3,2
Total / Média	9.601	52,7	14,7	3,8

Fonte: DSEI- Distrito Sanitário Indígena/Barra do Garças-MT (2000)

Nota-se, entretanto, que é justamente nas duas terras indígenas mais populosas - Parabubure e São Marcos - que a taxa de crescimento dos Xavante é a mais baixa entre todas: 2,7% e 3,2%, respectivamente. Por outro lado, os dados apresentados a respeito do crescimento demográfico Xavante de Parabubure não se adequam ao que foi observado na área. A taxa de nascimento e a de mortalidade são surpreendentemente e excessivamente baixas. É como se, ao mesmo tempo, os Xavante dessa terra indígena estivessem contando com um exemplar atendimento a saúde e realizando por conta própria um controle demográfico radical. Essas situações não foram observadas em campo, pelo contrário, segundo os Xavante, haveria muitos problemas com a questão da assistência a saúde e a taxa de natalidade seria bastante alta. Não conseguimos, portanto, explicar as contradições aqui apresentadas.

Ressalte-se ainda que com o aumento demográfico (independente de suas taxas) e com os novos hábitos adquiridos do "branco", as áreas indígenas - tais como Parabubure - passam a apresentar problemas de acúmulo de toda espécie de lixo, problemas que vêm a se somar ao já difícil quadro de falta de infra-estrutura sanitária na maioria das aldeias.

Isso nos leva a equação saúde/terra para as populações indígenas que é, na verdade, uma equação de variáveis interdependentes. Quer dizer, quanto mais reduzido o território indígena, mas fragilizada se encontra a condição geral de saúde do grupo. Ao contrário, quanto maior o território, maiores possibilidades o grupo tem de encontrar meios para equilibrar os desequilíbrios advindos pelo contato. A necessidade de espaço territorial entre os grupos locais indígenas é fundamental para uma reprodução física saudável. Todos eles têm consciência de que a aglutinação num local só pode ser um fator determinante na transmissão de doenças, devido tanto a conscientização realizada através de oficinas de saúde, como também pela sua própria experiência histórica.

É importante ressaltar por fim, que é bastante intensa a mobilidade da população Xavante, seja entre as suas sete terras indígenas, seja nas cidades. Inclusive, há muitas famílias Xavante que residem temporariamente em cidades circunvizinhas as suas terras ou mesmo em grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Torna-se assim necessário estabelecer urgentemente mecanismos que permitam identificar as variações que estes fatores causam sobre a quantidade populacional indígena, sob pena de não podermos avaliar com absoluta segurança a sua evolução demográfica e todas as conseqüências daí resultantes, desde as relacionadas à saúde e à educação, até àquelas de cunho mais sociopolítico, como é o caso da ampliação das terras indígenas.

3.3. Fragmentação de aldeias, dinâmica faccional e demografia

Os Xavante organizam o espaço de suas aldeias através de uma distinção estrutural: o centro e a periferia, expressão, novamente, do dualismo estruturador de sua sociedade a que nos referimos na primeira parte do relatório.

"...o ponto central sendo o pátio da aldeia - onde se destaca o warã, ponto de encontro diário do conselho dos homens maduros, instituição política fundamental da vida Xavante - espaço eminentemente público e jurídico, cenário dos grandes rituais. Esse espaço central é circundado por um caminho amplo, que passa defronte às portas das casas, estabelecendo, portanto, a mediação física entre o espaço central associado aos homens e a esfera doméstica, domínio das mulheres. De cada casa partem caminhos que levam seus moradores ao pátio, ao warã, e ao rio. Um outro caminho envolve as casas por detrás e marca os limites entre o espaço social constituído pela aldeia e os domínios não domesticados, os campos cerrados. Do lado em que o círculo não se completa, são a mata-galeria e o próprio rio, que servem de divisa." AS

(Lopes da Silva, 1983:44)

Essa formação ideal da aldeia Xavante, evidentemente, vem sofrendo modificações com o passar do tempo advindas da intensificação do contato com a sociedade nacional. Por exemplo, essas mudanças podem ser observadas no formato das casas. O original tem cedido lugar a outros menos estéticos, adquiridos da relação com os sertanejos. Essa mudança, longe de ser desejada, é fruto do processo de sedenterização pelo qual o grupo tem passado, obrigando-os a contruir casas mais duráveis que as tradicionais. (Lopes da Silva, 1983).

Outra mudança que pode ser observada no padrão tradicional de organização do espaço Xavante é expresso pelo fenômeno da fragmentação de suas aldeias. No caso dos Xavante de Parbubure esse processo pode ser datado no começo da década de 80, com o processo inicial de divisão das aldeias Aldeona, Couto Magalhães e Parabubure, especialmente.

Este fenômeno geopolítico está bastante vinculado ao processo de autonomia (econômica e política) que os Xavante vão experimentando com o passar do tempo. Dentre alguns dos fatores mais importantes que estão por detrás da fragmentação das aldeias Xavante podemos apontar: a) ocupação territorial estratégica articulada ao aumento demográfico; b) desavenças e alianças políticas históricas entre grupos locais; c) a afirmação e emergência de novos papéis sociais (caciques, secretários, professores; agentes de saúde; diretores de associação, vereadores; etc); e) a entrada no campo político regional de novos atores não-indígenas.

Como se vê no mapa a seguir, a maioria das aldeias fundadas antes de 80 tem como origem os grupos locais que vieram das terras indígenas São Marcos, Sangraoduro e Marechal Rondon. Percebe-se também, mesmo visualmente, que o processo de fracionamento das aldeias é constante e vai aumentando a cada década. Observe que, apesar do mapa ser estilizado - portanto, sem as referências geodésicas exatas - percebe-se que o processo de fracionamento das aldeias se dá de forma estratégica, com a ocupação territorial integral da terra indígena.

Nos quadros a seguir, estão reproduzidos os dados referentes à quantidade populacional de cada uma das atuais aldeias da Terra Indígena Parabubure, assim como o posto indígena ao qual pertencem, desde 1988, segundo diversas fontes. Nota-se novamente, pelos totais de cada ano, que os números de 1998 não coadunam com a lógica de crescimento demográfico que os demais apresentam, como já discutido na seção anterior.

Posto Indígena Kuluene/Ubawawe					
Aldeias	1988	1996	1998	2000 (FUNAI)	2000 (DSEI)
1. Água Limpa	0	29	70	73	67
2. Aldeinha	160	125	138	87	113
3. Aldeona	194	244	255	104	242
4. Alto da Vitória	0	15	27	25	23
5. Alvorada	0	0	46	59	44
6. Auwe	0	0	68	74	78
7. Baixão	31	29	48	35	32
8. Betel	0	22	32	28	29
9. Cohab	0	0	50	31	43
10. Colina	0	0	48	20	0
11. Cor. da Mata	71	131	140	113	115
12. Lagoinha	21	0	27	31	0
13. Médice	0	0	0	54	0
14. Novo Paraíso	213	224	200	178	164
15. Santa Cruz	209	97	135	107	118
16. Santa Fé	0	0	40	44	44
17. Sucuri	30	11	140	134	141
Total	929	927	1.464	1.197	1.253

Posto Indígena Campinas					
Aldeias	1988	1996	1998	2000 Funai	2000 DSEI
1. Boa Vida	0	87	72	56	55
2. Nova Campinas	285	141	180	166	173
3. Chão Preto	0	56	61	106	116
4. Jerusalém	0	22	33	51	51
5. Mato Grosso	0	51	40	29	27
6. Santa Helena	35	34	44	36	41
Total	320	391	430	444	463

Posto Indígena Ita					
Aldeias	1988	1996	1998	2000 Funai	2000 DSEI
1. Brasil	16	41	58	34	39
2. Buritizal	93	67	86	159	114
3. Egito	32	68	72	63	77
4. Etepore	0	66	77	59	59
Total	141	242	293	315	289

JP

Posto Indígena Xavante/Couto Magalhães					
Aldeias	1988	1996	1998	2000 Funai	2000 DSEI
1. Central	0	0	38	30	27
2. Couto Magalhães	0	41	55	28	38
3. Espírito Santo	36	52	78	52	69
4. N.Sra. Aparecida	52	17	39	11	12
5. Onça Preta	0	0	0	30	37
6. Parínea	0	0	0	51	-
7. Salvador	0	0	38	30	25
8. Santa Clara	0	142	166	171	164
9. Santa Maria	58	43	68	0	45
10. Santa Rosa	0	0	78	56	49
11. S. Domingos Sávio	182	90	92	97	101
12. São Felipe	50	137	148	187	166
13. São José	137	89	119	96	98
14. São Paulo	12	29	56	0	28
15. São Pedro	180	268	308	242	271
Total	707	908	1.283	1.081	1.130

Posto Indígena Estrela					
Aldeias	1988	1996	1998	2000 Funai	2000 DSEI
1. Barreiro	0	36	32	39	39
2. Estrela	172	176	188	158	158
3. Jacú	34	55	77	70	71
4. Piranhão	0	0	45	77	66
Total	206	267	342	233	334

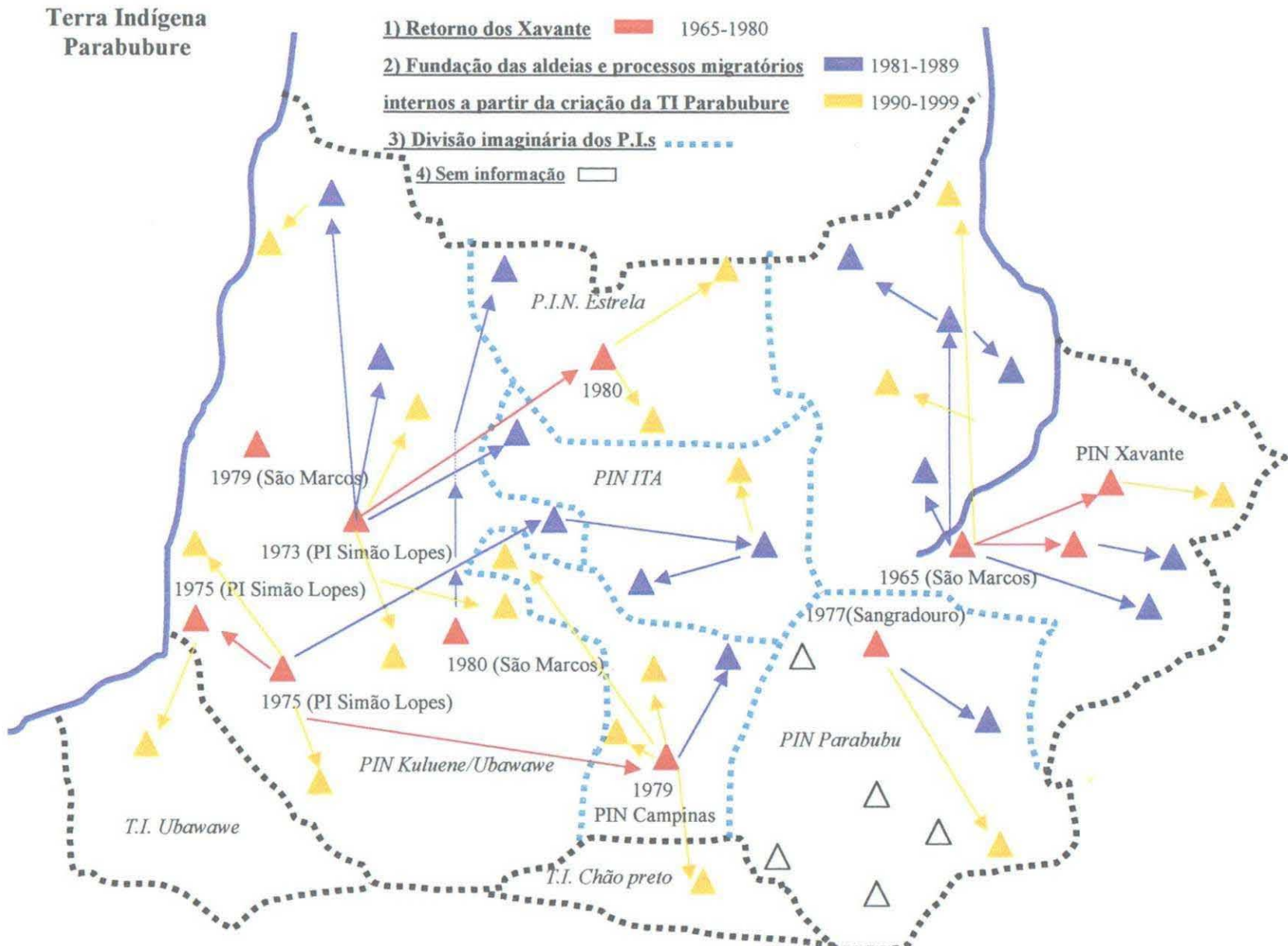
Posto Indígena Parabubu					
Aldeias	1988	1996	1998	2000 Funai	2000 DSEI
1. Mata Verde	0	0	0	-	60
2. Mata Virgem	0	0	0	-	16
3. Palmeiras	32	34	68	-	50
4. Parabubu	132	95	54	-	59
5. Pedra Preta	12	20	58	-	34
6. Santa Luzia	19	28	32	-	23
7. Santo André	30	42	47	-	34
8. Santo do Céu	0	10	24	-	19
9. São João Batista	41	79	88	-	61
10. São Jorge	68	89	110	-	46
11. Serra Verde	0	0	27	-	12
Total	334	397	508	-	414

Observações:

- O número "0" indica: 1) quando aparece nos três primeiros anos (1988, 1996 e 1998) a aldeia não havia sido fundada; 2) quando aparece no ano 2000, a referida aldeia não existe mais.
- No caso das aldeias do P.I.N. Parabubu, a ADR-Campinópolis - que nos forneceu os dados das demais aldeias da T.I. Parabubure - não havia realizado levantamento populacional.
- As aldeias Mata Virgem (com 16 pessoas) e Mata Verde (com 60 pessoas) foram identificadas pelo DSEI - Barra do Garças, mas não foram arroladas na listagem fornecida pela ADR - Campinópolis.

AD

Terra Indígena Parabubure



Não por acaso, a organização administrativa da Terra Indígena Parabubure reflete a dinâmica da política faccional Xavante propiciada pelas disputas existentes entre suas lideranças mais expressivas e as fragmentações das aldeias daí resultantes. Atualmente, existem cinco postos indígenas (P.I.N.s) nos quais os chefes - todos Xavante - são indicados pela facção que detém o controle político contextual das aldeias que se encontram sob a jurisdição do respectivo posto. Segundo o antropólogo Jorge Luiz de Paula (1997):

"O desenvolvimento de aldeias da Terra Indígena Parabubure pode ser resumido, a partir da demarcação em 1980. Das 6 aldeias existentes na T.I. Parabubure, iniciais, passou-se a 16 em 1985, sendo 7 no PIN Kuluene e 9 no PIN Xavante (LOPES DA SILVA, 1986:305-7). Em 1988 são 20 aldeias e em 1995 somam 41. Pode-se verificar que tal incremento implicou na necessidade de reorganização do espaço e, conseqüentemente, tornou-se essencial a retomada daquelas terras, que embora sempre tenham sido reivindicadas e até reconhecidas como parte do seu território, foram eliminadas da demarcação, alegando-se sua pouca utilidade." (Paula, 1997: 44)

Vejamos no quadro abaixo como tem se manifestado o processo de fragmentação das aldeias Xavante. É importante destacar que esse processo inicial de reocupação territorial, a partir dos anos 80, passaria a se suceder de maneira cada vez mais acentuada nos anos subseqüentes. A fundação de novas aldeias continuaria a contar, em maior ou menor grau, com o apoio tradicional da FUNAI e das missões salesianas, mas, não há como negar também que o apoio de outras novas agências de contato - tais como as igrejas evangélicas e ONGs - passa a ser um novo ingrediente no contexto atual.

Postos	Quantidade de Aldeias			
	1988	1996	1998	2000
PIN Kuluene	8	10	16	17
PIN Xavante	8	10	13	13
PIN ITA	3	4	4	4
PIN Campinas	2	6	6	6
PIN Estrela	2	3	4	4
PIN Parabubure	7	8	9	11
Total	30	41	52	55

50

De maneira geral, outro fator que influi decididamente nesse processo de fragmentação das aldeias Xavante é proporcionado pela disponibilidade de cargos de professor e agente de saúde, conquistados junto às administrações municipal e estadual. Esses cargos tendem a possibilitar uma fonte de recursos extra até então inexistente para as facções Xavante, o que permite um rompimento mais seguro de uma facção minoritária que se retira de uma determinada aldeia-mãe.

É importante lembrarmos que já na década de 70, Lopes da Silva alertava para os critérios de fragmentação das aldeias Xavante:

“Os Xavante, nos últimos anos, têm aliado o facciosismo que caracteriza seu sistema político tradicional (vide MAYBURY-LEWIS, 1.984) a uma estratégia muito atual de defesa de seu território. Assim é que as disputas faccionais somadas à recuperação demográfica do grupo tem levado sistematicamente a cisões que propiciam, através do surgimento de novas aldeias, a ocupação, controle e fiscalização das várias áreas de cada reserva” (Lopes da Silva, 1.986:49).

Na mesma linha, o antropólogo Jorge Luiz de Paula (1997), assinala que a fragmentação das aldeias Xavante é, além de expressão da sua dinâmica faccional, o motor da constante reorganização do espaço territorial do grupo, derivando daí a necessidade de ampliação territorial. Diz o autor:

“Porém, cada grupo (ou aldeia) busca constituir um território próprio, o que cria uma área de fricção entre os diversos grupos. No caso da T.I. Parabubure, a reocupação do território perdido é fundamental para que a dinâmica interna dos grupos seja mantida. Caso contrário, situações como a relatada anteriormente fatalmente levarão a conflitos internos. Os processos de cisão servem para aliviar tensões internas, carecendo porém, de um espaço físico adequado. Pode-se prever que, tão logo sejam demarcadas estas terras, ou antes, um novo arranjo entre os grupos será estabelecido. A criação e a transferência de aldeias, inclusive a partir de Sangradouro, São Marcos e Marechal Rondon, mas principalmente das aldeias mais populosas, será efetuada. As novas aldeias deverão ocupar as regiões extremas da área, onde houver disponibilidade de acesso.” (PAULA, 1997:39)

3.4. Da habitação permanente à reprodução física e cultural Xavante

Nas áreas em estudo - denominadas 4 e 5 - não existem aldeias atualmente. Segundo alguns Xavante, existiram aldeias nessas áreas, entretanto, nas lembranças dos velhos que nos acompanharam no processo de identificação, não emergiu nenhuma referência mais forte que pudesse caracterizar a existência (ou vestígios de existência) de aldeias antigas. Porém, esses territórios estão situados na área de abrangência das antigas aldeias das regiões do Kuluene e Couto Magalhães e nos quais as expedições de caça e coleta tradicionais Xavante são realizadas desde tempos imemoriais. Mesmo não havendo referências concretas sobre a existência de aldeias nesses territórios, contudo, é necessário compreender o que eram as expedições chamadas de "dzömori" eram muito mais que uma simples caçada, muito menos aquilo a que se convencionou chamar de "perambulação". Além de fazerem parte da tradição Xavante, os "dzömori", como já vimos constituíam-se numa verdadeira escola. Implicavam em um deslocamento de todo um grupo familiar, por vezes bastante numeroso. Sendo geralmente feito na estação chuvosa, tinha duração prolongada, podendo durar até 06 meses. Muitas vezes um "dzömori" era iniciado por um grupo familiar com o objetivo de aliviar as tensões dentro do grupo ou deste em relação a outros grupos da aldeia, nestes casos, o retorno somente se daria após cessada a possibilidade de conflito. Os deslocamentos se davam para um território definido, o qual era utilizado sempre pelo mesmo grupo familiar durante várias gerações. Cada grupo familiar se deslocando para territórios diferentes, esses territórios eram de fato considerados como de posse daquele grupo. Dessa forma, os próprios acampamentos de "dzömori", costumavam possuir estrutura mais duradoura que outros acampamentos de caça, para que parte dela pudesse ser reaproveitada em futuras expedições. Outro forte apelo para a ligação entre um grupo familiar e aquele território de "dzömori" era o fato de que não raras vezes ocorriam falecimentos no local, provocados por doenças ou conflitos com inimigos, sendo os corpos ali mesmo enterrados. Como vimos anteriormente, boa parte dos cemitérios referidos pelos Xavante se referem a mortes ocorridas em expedições desse tipo. Por outro lado, parece ser bastante claro que essas áreas - particularmente a área 5 - foram utilizadas pelos Xavante como um corredor entre as aldeias do Kuluene e as antigas aldeias dos rios Batovi e Paranatinga, assimcomo, atualmente, ainda o são, entre a Terra Indígena Parabubure e a Terra Indígena Marechal Rondon.

Como foi visto detalhadamente na segunda parte desse relatório, existem diversos argumentos sobre as atividades "produtivas" e "ambientais" realizadas pelos grupos locais Xavante do Kuluene e do Couto Magalhães nas área 4 e 5 e, portanto, não

iremos repetí-los aqui.

Apenas recolocaremos aqueles argumentos em outro plano, buscando articulá-los com os temas dessa parte, quais sejam, os da habitação permanente e da reprodução física e cultural do grupo.

Segundo Maybury-Lewis, em 1960, o padrão semi-nômade de vida dos Xavante estava sob ameaça, por conta das mudanças advindas do contato permanente com as frentes de colonização e da conseqüente redução drástica do seu território tradicional. Diz o autor:

"Até recentemente os Xavante eram seminômades. A comunidade estava localizada, portanto, no lugar em que grandes casas cobertas com folhas de palmeira eram construídas. Em sua fora, assemelhavam-se a grandes colméias e eram feitas para durar alguns anos. Todas as expedições de caça e coleta que caracterizavam os períodos de vida nômade tinham ali seu ponto de partida e de chegada mas seus habitantes passavam a maior parte do ano em regiões mais ou menos distantes. Nos períodos de nomadismo, durante as viagens construíam abrigos muito menores que eram ocupados uma única noite, às vezes uma semana ou duas, mas nunca mais do que isso. Esse padrão seminômade de exploração da área circundante foi consideravelmente alterado ultimamente, desde 1960, aproximadamente." (Maybury-Lewis, 1984:50)

Lopes da Silva, observando a realidade dos Xavante de Parabubure, durante a década de 70, sintetiza algumas das mudanças que atingiram as populações indígenas contatadas pelas frentes de colonização :

"Redução dos limites do território controlado pelos índios; perda de áreas ricas em produtos da coleta; escassez da caça pela proximidade de fazendas e vilas; desequilíbrio demográfico (redução drástica da população nos anos iniciais do contato, podendo ou não haver recuperação posterior) devido a doenças e eventualmente a conflitos na disputa pela terra; necessidade de bens manufaturados e experiências com a venda da força de trabalho; parecem ser compulsões que necessária e inexoravelmente se impõem às populações indígenas em contato com a sociedade nacional. Os Xavante não escapam a regra" (Lopes da Silva, 1986:40)

Quase quarenta anos após a constatação de que as expedições coletivas de caça



**VISTA DO MORRO HU'UHI ("OSSO DA ONÇA") - (LIMITE OESTE/SUL -
ÁREA 5)**



**ESTRADA DE SÃO JOSÉ DO COUTO PARA PARANTINGA - PARTE DA
ESTRADA FICARÁ DENTRO DA ÁREA 5 E OUTRA PARTE DEMARCARÁ O
SEU LIMITE OESTE**

Handwritten signature or initials.



**FORMAÇÃO TRADICIONAL DAS CASAS XAVANTE
(= ETESERI'RE)**

FOTO SEM AUTORIA. EM LOPES DA SILVA, 1983: 36



VISTA DA FAZENDA ESPÍRITO SANTO: AO FUNDO, *ETESERI'RE* = A FORMA DAS "CASAS XAVANTE" (ÁREA 4)



ETESERI'RE DE PERTO (FAZENDA PASTORIAL COUTO MAGALHÃES - BANCO SAFRA - ÁREA 4)

e coleta estariam em vias de desaparecimento por causa da pressão da sociedade nacional, conforme o testemunho pessimista do antropólogo Maybury-Lewis, tais atividades ainda continuam a ser realizadas por grupos locais Xavante no entorno de seus territórios atuais - ou seja, nas áreas 4 e 5 - conforme exaustivamente descrito e ilustrado na Segunda Parte do relatório. Aliás, são frequentes as queixas dos ocupantes não índios dessas áreas contra as "invasões" dos índios para suas caçadas, sendo estas reveladas ao GT pelos proprietários, além de haverem várias delas registradas na FUNAI, nas Delegacias de Polícia e tendo inclusive já sido movidos processos judiciais para o reparo de perdas. Isso apenas reafirma a ação atual Xavante sobre esses seus territórios de ocupação ancestral.

Os antropólogos Jorge Luiz de Paula e Eugênio Wenzel (1999:9) corroboram essa informação ao afirmarem que:

"Mas, as expedições de caça e coleta, pela sua importância na atualização da cultura e pelo papel revitalizador da identidade étnica que representam, jamais deixaram de ser praticados; mesmo que reduzidas na sua frequência e período de duração. Nos períodos de migração, conforme a época do ano ou a finalidade da expedição, vários grupos dirigem-se ao cerrado ou às matas remanescentes, fazendo ali abrigos provisórios, nos quais permanecem por vários dias."

Os argumentos que legitimam a posse antiga dessas áreas são encontrados nos discursos inflamados dos velhos Xavante e de registros documentais, como foi visto em diversos momentos desse relatório. As incursões atuais de grupos Xavante nesses locais aparecem nas falas de moradores não-índios de assentamentos vizinhos à terra indígena Parabubure. Por exemplo, segundo um morador da Gleba Martins I - assentamento do INCRA que está em parte dentro dos limites reivindicados -:

"Índio não trabalha. Só caça. Caçaram mais de setenta queixadas e um monte antas no ano passado aqui na região."

Segundo Ubiratam, filho do cacique Gabriel da aldeia Paraíso, em 1978 ele escreveu um bilhete para um dos fazendeiros da área 5, "Seu Cesar" - solicitando autorização para caçar.

"Ele não deixou no começo. Aí eu disse para ele será que você sabe quantos bichos tem em sua fazenda? Não sabe porque não são seus, são para caçar. Aí seu César entendeu e começou a deixar a comunidade caçar, menos as emas porque elas comem a cobra." (Ubiratam, aldeia



Paraíso)

Em nossa primeira reunião com os Xavante, como no decorrer do trabalho de identificação, foi-nos apresentado por alguns caciques uma série de documentos que comprovariam que foram eles os primeiros a reivindicarem as áreas em identificação e que portanto seriam eles que deveriam identificar o local e não "outros". Para termos uma idéia da rivalidade entre grupos locais, a área 5 é disputada pelo menos por três deles, sendo que dois desse grupos já possuem inclusive nomes para o local: Hu'uhi ("osso da onça") e Carapato (em homenagem a um Xavante sequestrado por brancos no local).

Tanto o morro Hu'uhi (**Ponto 1**), localizado na área 5 - na estrada para Paranatinga - como o morro Eteseri're (**Ponto 2**), localizado na Área 4 - nas fazendas Espírito Santo e Banco Safra - são referências imemoriais dos Xavante mais velhos.

O nome Hu'uhi quer dizer "o osso da onça". O evento que motivou a nomeação daquele morro faz parte da narrativa histórico-mitológica dos grupos da região de Parabubure, sendo cultivado como exemplo de valentia e destemor do seu povo. Como toda narrativa desse tipo existem várias versões diferentes, cada uma ressaltando com mais detalhes a bravura de um antigo caçador que, conforme contam os Xavante naquele local matou uma onça. Numa dessas versões, contam os Xavante que há muito tempo atrás em uma caçada coletiva - não há como precisar essas datas - um grupo pernitoou na região desse morro. Os Xavante ali reunidos descobriram que uma onça estava por matar muitos porcos-do-mato, o que dificultava arranjar alimento para o grupo. Um dos caçadores lutou então bravamente contra a onça até que conseguiu matá-la e enterrá-la naquele local. Em outra versão, a onça teria atacado um companheiro do caçador e já estaria a ponto de devorá-lo, quando o mesmo a enfrentou, matando-a. Em todas as narrativas, curiosamente, o narrador sempre identifica o bravo caçador com o seu grupo familiar, através dos laços de parentesco que teria com o mesmo, sendo sempre identificado como "meu avô" ou "meu tio". O morro não tem nenhuma característica física especial, mas é facilmente identificado por qualquer Xavante à grande distância, sendo sempre uma referência de localização espacial para os mesmos. O fato de ser o nome e a história conhecidos de todos os Xavante da região, ressalta a importância do mesmo dentro do seu universo simbólico.

O morro de nome Eteseri're, que quer dizer "parecido com casinhas", é assim nominado pelo seu formato que, segundo os Xavante, lembra bastante a imagem das suas casas quando dispostas em seu formato tradicional. Alguns velhos disseram que o morro Eteseri're, devido ao seu formato particular, servia como referência para a organização de caçadas e coletas antigamente. Disseram ainda que na região do

Eteseri'ne havia muita caça, mas que hoje diminuiu muito porque lá *"tem muito pasto de boi"*. Mesmo assim, principalmente os Xavante do médio Couto Magalhães, realizam individualmente caçadas e coletas no local. O fato de a maioria das casas hoje não adotarem mais o formato tradicional, tornam o Eteseri'ne uma referência também de caráter simbólico, evocando permanentemente na memória dos Xavante os tempos anteriores ao contato, tempos em que eram um povo bravo, temido e senhores de muitas terras.

Não custa lembrar que, como dissemos na parte introdutória e na segunda parte, a indistinção é regra básica a nortear a análise das atividades econômicas e das relações com o meio ambiente manifestas pelas populações indígenas.

"Há limites mais ou menos tênues, mais ou menos traduzíveis geometricamente. Há lugares de ocupação antiga, aos quais se retorna em circunstâncias específicas, que os índios consideram seus não exatamente em termos físicos, mas se opõem a sua eventual degradação física por terceiros, pois perderiam seu valor simbólico". (Santilli, 1999)

Nesse sentido, um simples acidente geográfico aos nossos olhos - como o são os morros citados - representa tanto uma referência concreta para caçadas, como também possui um alto valor simbólico para os Xavante como um todo. Como nos chama a atenção Oliveira Filho & Almeida:

"Na realidade o universo conhecido (e explorado materialmente) pelos índios virtualmente não tem limites, incorporando áreas que são periféricas ao seu habitat e tendencialmente abarcando até mesmo pontos míticos, sem possibilidades de traçar uma fronteira precisa entre a geografia e a sua cosmologia." (Oliveira Filho & Almeida, 1998: 90)

Nesse registro está também outro elemento que referencia a ocupação tradicional de um espaço territorial por um grupo indígena: seus cemitérios. Esses locais costumam ser vistos como uma prova incontestável da posse indígena da terra e da habitação permanente do grupo no local. Não custa lembrar, aliás que o intervalo de tempo em que os Xavante não habitaram permanentemente a região objeto desse estudo não passou de 6 anos (1959-1965), sendo que os motivos para essa ausência foram exaustivamente demonstrados até aqui.

Um dos cemitérios que identificamos com os Xavante, localizado na Fazenda São Luís, área 4, foi de Rairinté (**Ponto 3**), avô do atual cacique da aldeia Córrego da Mata, Alexandre Rairinté. Seu avô morreu em uma caçada, aproximadamente entre 1935



**CEMITÉRIO DE RAIRINTÉ - (FAZENDA DOS MINEIROS OU SÃO LUIZ -
ÁREA 4)**



**PROVÁVEL LOCAL DO CEMITÉRIO DE SEREZA - (FAZENDA SANTA FÉ -
ÁREA 4)**

Handwritten mark

e 1940 (é bastante difícil para os Xavante precisarem datas antes do re-contato definitivo com os brancos, que se deu a partir de 1940). O pai de Alexandre, Aarão Simriru - portanto, filho de Rairinté-avô - o levou para conhecer o cemitério em 1978, pouco antes de morrer. Em 1988, Alexandre visitou o local e exigiu do dono da fazenda que o limpasse e o cercasse.

De todos os cemitérios que visitamos este sem dúvida foi o de mais fácil de identificação em virtude, é claro, do cuidado que o cacique Alexandre teve em preservá-lo no decorrer dos anos. A atitude deste cacique não deve servir de parâmetro para que se julgue a atitude dos demais Xavante em relação a outros cemitérios com maior dificuldade de identificação. Explica-se. Não é hábito dos Xavante visitar seus "mortos" e seus cemitérios como o fazem alguns grupos indígenas, como os Karajá do Tocantins, ou mesmo nós, os brancos, sendo reconhecido a quase inexistência entre o grupo de culto aos mortos. (Lopes da Silva, 1984). Ou seja, a procura por cemitérios, pelo menos entre os Xavante, acaba por se transformar numa enorme responsabilidade para seus velhos, pois é a partir de suas memórias que se busca reencontrar locais nos quais foram enterrados seus mortos num passado bastante remoto.

Exemplo disso foi o cemitério de Sereza. Na área 4 encontramos, após dois dias de procura, vestígios do que poderia ser o seu cemitério (**Ponto 4**). Quem o encontrou foi o irmão mais novo de Sereza, Roberto Unedi, que mora atualmente na aldeia Córrego da Mata. A morte de Sereza, segundo Unedi, se deu em um momento no qual todo um grupo Xavante - homens, mulheres e crianças - coletavam seda de buriti por causa de um ritual de nomeação que aconteceria brevemente. Aliás, como hoje ainda acontece, com o mesmo objetivo e no mesmo local, apesar de estar ocupado por não índios - "provisoriamente", alertam os Xavante. A morte de Sereza teria acontecido por volta de 1950 (sempre lembrando que as datas mencionadas pelos Xavante devem ser vistas apenas como uma referência aproximativa). Segundo o cacique Alexandre:

" Tudo é parente aqui. Ele, Unedi, é irmão de Sereza. O irmão dele é Lauro, cacique da aldeia Boa Vida. Ele era pequeno e acompanhou o enterro, era irmão caçula (de Sereza). Tá vivo ainda. Sereza morreu de doença de coração. Eles estavam tirando seda de buriti para os grupos tirowa, ai fez acampamento os pais dele aqui, ai faleceu um rapaz aqui, há três anos atrás eu coloquei aqui um pauzinho, sinal cruz aqui. Foi eu que coloquei aqui. Trouxe o irmão dele aqui, o Francisco, o irmão do Lauro, o Lauro também veio aqui. Nos mostra quando não estava gradeado ainda. Nos encontramos ainda um monte de terra . Agora já foi

NO

arada mais de duas vezes. Nos estamos em cima agora, na nossa presença, vocês também estão olhando para contar, para fazer história verdade." (cacique Alexandre, Aldeia Córrego da Mata)

Ou seja, passados quase 50 anos em média da morte de um de seus parentes, a tarefa de identificação dos cemitérios - da mesma forma que uma área de caça, de coleta ou mesmo de antigas moradias - acaba sempre gerando uma certa angústia, perceptível no semblante preocupado dos velhos Xavante.

Soma-se a isso o fato de que grande parte das áreas reivindicadas, nas quais poderia-se em tese encontrar os cemitérios ou indícios de sua existência, sofreu violentas transformações ambientais e, por consequência, paisagísticas, por conta da constituição de pastos artificiais ou campos para plantação de grãos. Não foi apenas uma vez que notamos os velhos Xavante ansiosos e preocupados, investigando toda a área ao redor do ponto imaginado como local de um determinado cemitério, na expectativa de encontrar indícios de sua existência.

Oliveira & Almeida (1998) fazem um alerta importante para o quanto essa busca de vestígios materiais é bastante limitada no que diz respeito à legitimação de uma área indígena:

"Imaginar que uma identificação de área indígena corresponda a um simples ato técnico, como buscar antigos cemitérios ou capoeiras, algo tão fácil e direto como verificar impressões digitais, tipo físico ou amostras sangüíneas, não tem o menor fundamento. (...) Na verdade, continuam os autores, trata-se de perceber que o processo de identificação nada mais é do que 'um fenômeno político, isto é, um fenômeno que possui igualmente uma dimensão de barganha na qual os atores buscam maximizar os seus interesses face a um certo contexto histórico e uma determinada correlação de forças." (Oliveira Filho, 1998:77)

A sensação gerada no GT pelo processo de busca dos cemitérios foi de inteiro constrangimento, nos levando à convicção de que a importância disso nos trabalhos de identificação deveria ser reduzida ao mínimo, se não mesmo eliminada, por dois motivos: primeiro, por que ninguém em sã consciência vai sair por aí "cavocando a terra" em busca de cadáveres para comprovar ou não a legitimidade de uma demanda por terra; segundo - e, principalmente - por conta do constrangimento que causa a todos os seus participantes (índios ou não-índios) através de uma sensação de desrespeito a um aspecto cultural tão íntimo e caro a qualquer povo: a relação com seus mortos. js

O Ribeirão Xavante, tributário do rio Kuluene - que atravessa parte da área 5 - é um local de imenso valor simbólico para os Xavante (**Ponto 5**). O fato de ter recebido dos brancos o nome desse povo é indicativo, senão da existência de aldeia naquele local, o que não ficou comprovado, pelo menos de encontros com esses índios ali. Segundo a memória Xavante, conforme o depoimento dos velhos das aldeias Aldeona, Santa Cruz e Auwe, que nos acompanharam na identificação, em algum momento do início do século passado, teria ocorrido um confronto entre brancos e um grupo Xavante na região, ou ainda, segundo outra versão, entre um grupo de índios ("parentes") a serviço dos "brancos" e um grupo Xavante. Essas versões, que nos foram recontadas nas aldeias Aldeona e Santa Cruz, encontram-se já registradas em cartas enviadas à Funai, conforme reproduzimos trechos abaixo:

"Área união outubro sempre. Primeiro as terras indígenas antigo (terra antiga do povo Xavante do Culuene). Ano 1915, agora município de Paranatinga-MT. Em 1915 não tinha ocupação de não índios. Em 1915, na região que hoje é município de Paranatinga, os Xavante estavam em expedição de caça, com acampamento com crianças e mulheres, quando chegaram os brancos e mataram 35 Xavante. O Jose Carapato era criança nesta época e sobreviveu ao ataque, ele tinha 7 anos. Os brancos raptaram Jose e levaram para a cidade, interior. Ele viveu até 1998 casado com índia Terena, na cidade de Aquidauana Mato Grosso do Sul, onde morreu. Antigo, área vazia. Eu, cacique Abraao Rumori Xavante, que agora, para voltar, retorno da área indígena tribo Xavante." (Documento endereçado a Roque de Barros Laraia, então Diretor de Assuntos Fundiários, em 04. 04.2000).

"No passado houve grande massacre de índios Xavante, que foi praticado por outros nossos parentes que haviam sido manipulados por alguns oficiais. Este massacre aconteceu onde hoje é conhecido pelos próprios brancos como Córrego Xavante, reconhecendo a nossa existência nesse lugar. (...) A área mencionada vem sendo reconhecida, visitada e vigiada constantemente pelos Xavante, motivo pois lá jazem os restos mortais dos nossos pais, que na época não puderam ser sepultados. Mais recentemente naquela área houveram várias comunidades, a minoria das quais acabou por causa de uma epidemia que atacou os Xavante, em 1963, matando muitos índios, tendo sido deixado lá muitos cemitérios."



**OS VELHOS OLHAM PARA O XINGU: "QUEREMOS EMENDAR"
(ESTRADA SÃO MIGUEL DO COUTO - PARANATINGA)**



**ENCENAÇÃO DA LUTA NA QUAL TERIAM MORRIDO MUITOS XAVANTE
(AO FUNDO, CÓRREGO XAVANTE - ÁREA 5)**

ps

Mas a que a etnia branca não vem respeitando os cemitérios." (Ao presidente da Funai sr. Sullivan Silvestre de Oliveira - cacique Josue Tsere´rureme - Aldeia Santa cruz - Rio Culuene.)

Nas imediações do Ribeirão Xavante, próximo à cabeceira do Ribeirão Maria - outro afluente do rio Kuluene localizado na área 5 - tentamos encontrar sem sucesso o cemitério de Pesehú, uma mulher Xavante que teria falecido em uma caçada coletiva - *dzomori* - pelos idos dos anos 50 do século XX (**Ponto 6**). O cacique Abraão, junto com os demais velhos que nos acompanhavam, escreveu os nomes que lembrou de vários Xavante que estariam enterrados em diversos locais espalhados pela área 5. Dentre eles estariam, Wariti, Prowari, Rosisinã, Wasase, Sereware, etc.

Parte destes estariam enterrados no que um dos velhos chamou de Cemitério de Wazase, na região do córrego do Boi (**Ponto 7**) :

"Em 1974, meu tio Sirimate morava aqui. Ta vivo, mora lá em Marechal. Ele morava aqui, quando começou a pegar gripe, febre, tudo perigoso, ficou com medo. Ai não tem remédio. Vai embora, para Marechal. Aqui morreu Xavante. O nome do cemitério é cemitério sagrado, Wazase. Vieram do Batovi e fizeram aldeia aqui, dois anos. Ai doença pegou e eles voltaram para Marechal. Quando Xavante caçava , atravessava (o rio Kuluene) para caçar, visitava aqui. É filho de Wzasé, ele mora longe, aldeia São Pedro. Eu não é filho, eu sou só sobrinho (do Wzasé), eu estou só acompanhando vocês, para ensinar. Eu quero receber diária, tô andando... Americano desceu aqui em 1948, aqui fruta de jatobá (ao), também tem planta de buriti". (Cacique Abraão).

O cacique Gabriel, que não participou do trabalho de identificação no campo, posteriormente também apontaria a existência de cemitérios tais como de Watomumã e Siriwipi, que teriam morrido por volta de 1950 na região próxima à confluência do Ribeirão Azul, além também de ter escutado que antigamente teria ali existido uma aldeia. Nessa mesma região, que foi pela equipe visitada, encontramos um acampamento recente de caça dos Xavante da aldeia Paraíso.

Os Xavante, como de praxe, tem nomes próprios para os rios e ribeirões que cortam as áreas reivindicadas. Assim, denominam o Ribeirão Peixe de Waratapa; de Etipe, ou Nrowededze, o Ribeirão do Boi; de Wederureze o Ribeirão Azul.

Já na área 4, entre o Banco Safra e Projeto Jaraguá, os Xavante identificaram um local no qual teriam existido aldeias antigas Xavante, tais como Tsuwaipopo, *no*

Nororaiwawe, Pahiwatsarobre, apesar de, evidentemente, não existir nenhum vestígio visual (**Ponto 8**). Essa aldeia teria sido atacada por "brancos" (garimpeiros) em tempos antigos. A identificação do local ainda é possível, segundo o cacique Benjamim da aldeia São Pedro, por que a aldeia ficava próxima ao morro Daho´rene, o qual avistamos bem de perto (**Ponto 8**).

"Atacaram, guerreando os Xavante, do outro lado, mataram muito. Então o índio Xavante se afastaram correndo para cá. [apontando a direção]. Ai começaram de novo a guerrear até os brancos fugirem, mataram muito cavalo...Vinha de lá...Goιάs Velho...que atravessou no Rio Araguaia. Ai fizeram ataque de guerra com cavalos...A aldeia ficava mais perto do outro lado do Rio Dahorenepa...(o branco chama de rio do Perdiz). A Aldeia chamava Dahorene. O cemitério não aparece mais, tá tudo gradeado. O cemitério do meu pai não está aqui nessa área [área 4]. Vai ficar de fora, tá muito longe [apontando para a região da terra indígena Areões]". (cacique Benjamim- aldeia São Pedro)

Os depoimentos dos velhos Xavante, com os quais percorremos as área 4 e 5, são bastante taxativos quanto aos motivos que os levariam a reivindicar a ampliação de suas terras, ou, melhor, a recuperação de suas terras, segundo a visão nativa desse conflito.

"Antigamente só caçava. Agora precisa coisas do waradzu. O velhos, vamos morrer, queremos a terra. Os jovens querem dinheiro da FUNAI, Quem pede terra são os velhos, para os netos, bisnetos. Vocês trabalham e recebem diária. A Reserva de Mato Grosso tem juiz, deputado, senador, etc. Xavante não tem nada. Só terra para caçar. (Cacique Abrão, aldeia Aldeona)

A necessidade da existência de um espaço territorial amplo para a reprodução física e cultural dos Xavante de Parabubure no entorno da mesopotâmia formada pelos rios Kuluene e Couto Magalhães, área de sua habitação permanente, é fundamental pelos vários motivos descritos até aqui.

Conforme foi discutido no início desse capítulo, por conta de suas estratégias estruturais de apropriação territorial, é fundamental a existência de espaços amplos entre as habitações permanentes de cada um dos grupos locais Xavante: a apropriação desses espaços de entorno é calculada detalhadamente, evitando assim que ocorram sobreposições indesejadas entre as áreas exclusivas de caça e coleta de cada um

daqueles grupos. Esse aspecto sociocultural Xavante se reflete, inclusive, em suas reivindicações de ampliação junto à Funai, como já observado anteriormente.

Por outro lado, a ampliação territorial é necessária também pelas articulações de parentesco, políticas e cerimoniais existentes entre esses mesmos grupos e aqueles que residem temporariamente em outras terras indígenas - particularmente as de Marechal Rondon, São Marcos e Sangradouro - o que permite derivar a existência de um sentimento de identidade única, que passou a ser ameaçada pela fragmentação e redução de seu território tradicional.

Apesar das sucessivas campanhas contrárias a ampliação de terras indígenas veiculadas pelos órgãos de maneira geral, é o próprio jornal Diário de Cuiabá que reconhece, de maneira surpreendente, que:

"A população dos índios Xavante, espalhadas em seis áreas a leste de Mato Grosso, está aumentando consideravelmente. As estatísticas, que apontavam para cerca de 2 mil habitantes na década de 60, indicam hoje mais de 9 mil índios. Por conta deste crescimento, a comunidade que já esteve ameaçada de desaparecimento enfrenta agora problemas de falta de espaço para sobreviver e conservar as tradições." (Diário de Cuiabá, 01.06.97)

Em suma, se antes os grupos locais Xavante constituíam as fronteiras territoriais internas de sua "nação" através de negociações intermináveis ou mesmo através de guerras, a redução de seus territórios e sua ocupação por segmentos da sociedade nacional têm implicado, com o constante aumento demográfico, na dificuldade do complexo sistema sociocultural Xavante funcionar de maneira eficaz. É para esse detalhe que os velhos Xavante estão chamando a atenção quando solicitam a ampliação de suas áreas. É para esse detalhe que as autoridades envolvidas com a questão territorial indígena no Brasil e no Mato Grosso deveriam se voltar atentamente.

Há, pois uma alegação básica dos Xavante em relação as áreas 4 e 5: são territórios de caça e coleta tradicionais dos grupos locais que habitam permanentemente a região do Kuluene e do Couto Magalhães, territórios sem os quais a possibilidade da reprodução física e cultural, não apenas da atual geração Xavante de Parabubure, mas, principalmente, de suas futuras gerações estará seriamente comprometida.

Quarta Parte:

Levantamento Fundiário

O cerrado brasileiro é considerado uma região como grande potencial de expansão da fronteira agrícola, reunindo as qualidades necessárias para a produção de grãos (grandes extensões de terras férteis e planas, com enorme potencial hidrográfico), e uma localização geográfica privilegiada, o que possibilita a diminuição de custos de transporte, através da implementação de corredores "multi-modais" (ferrovias, hidrovias e rodovias).

O processo de modernização do principal setor produtivo do estado do Mato Grosso - o setor primário, tradicionalmente voltado para a pecuária extensiva - tem sido fortemente acelerado através da incorporação da terra disponível pela agroindústria de exportação de grãos - em especial, o arroz e a soja. De maneira geral, parte das terras mato-grossenses mantém esse padrão conforme indicam as tabelas apresentadas: as áreas plantadas relacionadas à lavoura temporária (soja e arroz) vem aumentando significativamente durante toda a década de 90. As áreas plantadas, dedicadas a esses dois produtos, duplicaram entre 1990 e 1999. Entretanto, a exceção de Paranatinga - que duplicou sua área plantada de arroz no período analisado - os demais municípios do entorno da Terra Indígena Parabubure, apresentam ou uma estagnação ou um decréscimo gradativo no tamanho das áreas dedicadas à lavoura temporária.

Como podemos observar pelos dados indicados, a clássica paisagem mato-grossense de pastagens (naturais e artificiais) continuam, apesar das rápidas transformações, a registrar o apego à pecuária extensiva, sentimentos generalizados por todo o estado: o total somado das áreas plantadas, dedicadas ao arroz e a soja em 1999 (3.361.000 hectares), não chega nem de perto ao total utilizado em pastagens naturais e artificiais (cerca de 22.000.000 hectares, em 1996). Corroboram essa tendência os dados apresentados: em 1990, o Estado contava com um rebanho de aproximadamente 9.000.000 cabeças, enquanto que em 1999 esse número já saltava para mais de 17.000.000 de cabeças. Os municípios focalizados apresentam também idêntico padrão de crescimento. Trata-se, pois, tanto de um estado como de uma micro-região, voltados para a produção pecuária.

Essas constatações corroboram estudos efetuados por pesquisadores como Ariovaldo Ubelino (1998) que assinalam um fenômeno interessante que ocorreria nos entornos das terras indígenas situadas no Mato Grosso: as terras indígenas estariam cercadas - diriam alguns mais otimistas, "protegidas" - por pastagens naturais e artificiais

Áreas plantadas, produção, rendimento médio.
Censo Agropecuário - 1996/ IBGE

PRODUTO	LOCAL	ANO					
		1996	1997	1998	1999	2000	2001
SOJA produção (T)	<i>Mato Grosso</i>	3.064.000	4.118.000	5.319.000	5.490.000	6.060.000	7.473.000
	Água Boa	56.470	23.400	43.670	48.990	62.307	29.035
	Campinópolis	3.600	210	840	210	0	0
	Paranatinga	7.900	2.351	4.250	15.000	9.600	8.458
SOJA área plantada (ha)	<i>Mato Grosso</i>	1.500.000	1.680.000	2.023.000	2.300.000	2.190.000	2.630.000
	Água Boa	35.000	12.770	19.850	20.413	23.070	10.383
	Campinópolis	2.000	100	400	100	0	0
	Paranatinga	6.000	1.090	1.700	7.000	4.000	3.810
SOJA Rendimento Médio (quilos / ha)	<i>Mato Grosso</i>	2.006	2.453	2.629	2.364	2.764	2.836
	Água Boa	1.619	1.832	2.208	2.399	2.699	2.700
	Campinópolis	1.800	2.100	2.100	2.100	2.400	0
	Paranatinga	1.320	2.156	2.500	2.154	2.400	2.219
ARROZ Produção (T)	<i>Mato Grosso</i>	420.000	580.000	812.000	762.000	694.000	1.727.000
	Água Boa	32.226	39.063	68.626	41.190	37.273	45.846
	Campinópolis	4.300	3.400	4.900	5.500	3.600	4.505
	Paranatinga	24.200	31.000	56.000	47.000	29.000	67.200
ARROZ área plantada (ha)	<i>Mato Grosso</i>	381.000	549.000	476.000	422.000	355.000	731.000
	Água Boa	28.000	33.200	44.500	21.500	17.500	25.100
	Campinópolis	3.600	5.000	3.300	3.300	2.000	2.650
	Paranatinga	18.000	33.000	37.000	28.000	16.000	35.000
ARROZ Rendimento Médio (quilos/ha)	<i>Mato Grosso</i>	1.184	1.196	1.704	1.827	1.956	2.377
	Água Boa	1.146	1.176	1.542	1.920	2.130	1.828
	Campinópolis	1.200	1.239	779	1.500	1.800	1.700
	Paranatinga	1.499	982	1.500	1.642	1.800	1.920
GADO BOVINO (cabeças)	<i>Mato Grosso</i>	9.041.200	11.681.000	12.653.000	14.153.000	16.337.000	17.200.000
	Água Boa	184.710	295.802	295.802	295.802	341.742	358.063
	Campinópolis	76.000	102.000	102.000	116.000	136.000	151.000
	Paranatinga	159.000	275.000	291.000	303.000	332.000	303.000

Utilização de Terras - 1995
Censo Agropecuário: 1996/IBGE

<i>Utilização de Terras</i>	Água Boa	Campinópolis	Nova Xavantina	Paranatinga	Mato Grosso
Lavoura Permanente	1.876,750 (0,30%)	3.249,308 (1,28%)	4.182,202 (0,99%)	3.037,860 (0,19%)	169.733,572 (0,50%)
Lavoura Temporária	42.361,240 (6,63%)	3.105,534 (1,23%)	12.600,022 (2,98%)	51.203,490 (3,25%)	2.782.011,424 (2,00%)
Lavoura em Descanso	13.471,350 (2,10%)	4.860,252 (1,92%)	7.807,020 (1,85%)	23.466,780 (1,50%)	494.417,923 (1,00%)
Pastagem Natural	89.569,714 (14,00%)	43.110,028 (17,10%)	78.277,990 (18,57%)	239.061,094 (15,22%)	6.189.573,385 (13,00%)
Pastagem Artificial	281.501,920 (44,02%)	143.590,521 (56,98%)	177.277,340 (42,05%)	512.935,850 (32,64%)	15.262.488,002 (31,00%)
Matas Naturais	169.798,609 (26,54%)	33.567,406 (13,32%)	104.735,824 (24,85%)	592.506,058 (37,70%)	21.475.765,376 (44,00%)
Matas Artificiais	7,500 (0%)	0,000 (0%)	0,500 (0%)	12.000,000 (0,76%)	67.829,071 (0,15%)
Terras Produtivas Não utilizadas	20.761,625 (3,25%)	11.417,530 (4,57%)	12.439,120 (2,96%)	51.450,060 (3,27%)	1.446.047,950 (3,00%)
Terras inapro- Veitáveis	20.247,373 (3,16%)	9.071,046 (3,60%)	24.195,362 (5,75%)	86.127,756 (5,47%)	1.961.795,839 (4,00%)
Área Total	639.596,081 (100%)	251.971,625 (100%)	421.515,380 (100%)	1.571.788,948 (100%)	49.849.662,542 (100%)

2

que, quando comparadas a produção de grãos, seria uma atividade menos prejudicial ao cerrado, devida a rápida recuperação que esse bioma apresenta. É importante destacar ainda, pelos dados apresentados, que há importantes áreas preservadas no entorno da Terra Indígena Parabubure, como foi analisado detalhadamente na segunda parte do relatório.

Os números apresentados são decorrentes das políticas públicas federais e estaduais que vem sendo implementadas desde a década de 50 do século XX no estado do Mato Grosso através da incorporação contínua e gradativa das suas extensas planícies de cerrado pela produção agropecuária.

A transformação que essa nova forma de apropriação da terra acarretou no modo de vida das populações indígenas locais é incontestável, sendo que a cobiça pelos seus territórios e a sua contínua redução, são as conseqüências mais visíveis desse processo "civilizatório".

"A consequência imediata dessa política econômica sobre a região habitada pelos Xavante foi a intensificação significativa da migração espontânea, resultado da instalação tanto de cooperativas de assentamento de posseiros como de empresários. O salto demográfico é visível: Mato Grosso passou de 330.610 habitantes em 1960 para 612.887 em 1970 e 1.169.812 em 1980 (Lopes, 1988:50-2). Ilustrativa, a esse respeito, é a relação de 64 projetos de pecuária aprovados pela Sudam em 1970 nos municípios de Barra do Garças e Luciara, no Mato Grosso (Davis,1989:145-7). (...) Segundo Menezes (1982:64), os empreendimentos agropecuários e os projetos fundiários na região, a partir do início da década de 70, transformam-na numa das maiores produtoras de arroz do mundo." (Lopes da Silva,1992:374).

Nem as áreas indígenas se safaram da lógica desenvolvimentista que se abateu no centro-oeste brasileiro, sendo que as tentativas de implantação de projetos agrícolas desde então têm sido marcadas pelo total fracasso. O Projeto Xavante de produção de arroz, durante a década de 70, é o símbolo maior da ineficácia de projetos com esse perfil.

Entre as conseqüências sociais e políticas desse processo de colonização, dentre todas as variáveis contraditórias que apresenta, uma é bastante evidente: não há como negar que a situação entre índios e parte dos não-índios ali vivenciada é marcada há tempos pela tensão e preconceito mútuo, como vimos na parte histórica desse relatório. É lamentável que nada pareça ter mudado, passados tantos anos.

As manchetes de jornal abaixo coincidem com o reinício dos pedidos de ampliação da terra indígena Parabubure.

"Vinte e cinco agentes da PF, a pedido da Funai, foram enviados à TI Parabubure para investigar os conflitos entre os Xavante da região e exploradores de madeira, ocorridos nos últimos dias." (O Estado do Mato Grosso, 24.02.96)

"Um conflito entre Xavante e madeireiros que atuam em suas reservas, deixou três mortos e dois feridos durante o Carnaval, na região de Campinápolis (MT)." (Jornal da Tarde, 21.02.96)

"Um novo conflito entre Xavante e brancos poderá eclodir a qualquer momento na região do Médio Araguaia, nos municípios de Campinápolis, Água Boa, Novo São Joaquim e Paranatinga devido a possibilidade de criação de uma nova reserva indígena na região." (Diário de Cuiabá, 22.10.96.)

"Índios estariam comprando armas para conflito interno". (A Gazeta do Vale do Araguaia, 27 a 02 de novembro de 2000)

Como vimos na introdução, nas palavras de um fazendeiro, trata-se, no limite, de uma guerra entre "judeus" e "palestinos".

Mas quem são os "judeus" (ou os "palestinos", não importa) da contenda? Os relatórios de identificação tendem a descrever com profundidade e riqueza de detalhes o modo de vida de um dos lados da contenda, o dos índios, é claro. Entretanto, o desconhecimento do modo de vida da população do entorno das terras indígenas - e suas trajetórias históricas para chegar até ali - é evidente, e ajuda a manter preconceitos de toda ordem. E, infelizmente, as informações que nos chegam sobre os segmentos da sociedade nacional que interagem com as populações indígenas são, como não poderiam deixar de ser, enviesadas e estigmatizadoras: madeireiros e garimpeiros que invadem as áreas indígenas; grandes fazendeiros com capangas armados até os dentes; posseiros que dizimam o pouco que resta da caça na região, etc.

Ora, o que temos aqui não é, de novo, uma repetição justamente do que pretendemos evitar: o preconceito e o estigma imemorial que os povos indígenas sofrem há séculos? Se é uma verdade histórica incontestável parte dessa imagem ameaçadora dos não-índios, é verdade também que parte desses não-índios em nada tem a ver com os descalabros cometidos contra os índios no decorrer dos séculos.

Em outras palavras, num processo de resgate histórico - que tem seu sentido em lugares mais apropriados - os índios tornam-se os "bons selvagens" da contenda que se desenrola sob o manto da cegueira institucional dos órgãos envolvidos com a questão da terra, enquanto que os não-índios (sejam eles quem for) são colocados numa vala comum e automaticamente condenados, simplesmente por serem "brancos" e conviverem com "índios".

"Não será, então, preciso conhecer esses não-índios ocupantes das terras indígenas, para não se repetir o antigo esquema etnocêntrico e excludente, mola ideológica propulsora de certo imperialismo? A resposta parece ser afirmativa, e há, pelo menos, dois motivos para tal postura: uma certa 'dívida' com os não-índios, vale dizer, a recuperação de um histórico descaso estatal, e a necessidade de se saber melhor sobre os índios através dos seus interlocutores cotidianos." (Almeida & Fachin, 1999:137)

Com essas preocupações em mente, tentamos, na medida do possível, levantar alguns dados sobre as biografias dos ocupantes não-índios do entorno das terras indígenas Xavante, que se escondem por detrás das estatísticas econômicas apresentadas no início do presente capítulo.

Deveria ser dedicado muito mais espaço a essas descrições e análises, mas a dificuldade que o grupo técnico teve em conseguir interagir com os não-índios foi muito grande: eles, os não-índios, nos viam como aliados dos índios e, portanto, seus inimigos. Assim, as informações que se seguem foram fruto muito mais de interlocuções esporádicas que tivemos com alguns não-índios, do que necessariamente de uma sistemática pesquisa que os envolvesse, como seria necessário.

Vejamos alguns dados referentes à formação dos principais municípios no entorno das terras indígenas Xavante.

a. Água Boa:

Entre 1950 e 1960, chegaram ali os primeiros produtores e empresários da região sul/sudeste. Em 1970 é concretizado o primeiro projeto de colonização organizado pela COMAGRI - Comercial Agrícola e Colonização Ltda. Em 1974 novos projetos de

colonização são realizados pela COOPERCOL. Em 1975 chegam novos contingentes de colonos, agora através da COOPERCANA. Em 1975 funda-se o núcleo urbano de Água Boa e em 1979 é criado o município.

b. Canarana:

De 1972 a 1975 chegam os primeiros colonos e se formam agrovilas, através da CONAGRO e da Empresa Cacique Empreendimentos. Em 1979 é criado o município.

c. Campinápolis:

Em 1973 é formado o povoado de Jatobá vinculado à Barra do Garças, com pequenos produtores de Goiás e Minas Gerais Trata-se de uma extensão do movimento de colonização de Nova Xavantina. Em 1980 o povoado é transformado em distrito, e em 1986 município.

d. Paranatinga:

Em 1963 é erigido um pequeno povoado por conta da mineração de diamantes no rio Paranatinga. Em 1969 é transformado em distrito e em 1979 em município.

5. Nova Xavantina:

Foi criada em 1944 como Vila Xavantina por conta do estabelecimento da Fundação Brasil Central. No decorrer dos anos foram criados assentamentos de colonos vindos do Norte e Nordeste. Em 1974 ocorre um primeiro grande projeto de colonização capitaneado pela CONGAGRO. Em 1980 transforma-se em distrito e em 1986 em município.

6. Gleba Martins I:

Localiza-se em Água Boa e na área 4. A capacidade do assentamento é de 55 famílias, com 74 hectares cada uma. Foi criado através da Portaria nº 013/10.01.95/INCRA.

(Fonte:EMPAER - Estudos de realidade dos Municípios - 1997 Cuiabá/MT).

Note-se que, os processos de fundação e criação caminham paralelamente a retomada e criação das terras indígenas Xavante. Essa constatação só vem corroborar uma lamentável situação: o que de fato ocorreu na região foi a realização de uma estratégia equivocada de política pública para a região. Essa política que, infelizmente, continua a acontecer, tem como resultado final o confronto entre índios e não-índios., sendo que, estes últimos, muitas vezes são tão vítimas como os primeiros.

Por decorrência, não podendo significar prejuízo para as populações indígenas em hipótese alguma, é preciso avaliar com a devida seriedade o impacto social que o processo de identificação das áreas do entorno da Terra Indígena Parabubure vai causar

aos moradores da região, particularmente sobre os pequenos proprietários e os assentados. Temos ali desde assentados do INCRA - como é o caso da Gleba Martins I - até grandes empreendedores, como é o caso do Banco Safra. Foi, inclusive, um dos fazendeiros da área 4 que nos alertou para essa realidade, já que não era esse o foco de nossa observação. Segundo ele, devido aos investimentos que os grandes fazendeiros já fizeram em suas fazendas, os processos indenizatórios - apesar de demorados - tenderiam a lhes permitir uma recuperação financeira razoável, enquanto que as diversas famílias de assentados não teriam o mesmo destino.

Essa população não índia rural (posseiros) e "urbana" (residentes em cidades circunvizinhas a terra indígena), sem contar com o apoio honesto de nenhuma instituição (apenas com os aproveitadores de plantão), estão entregues a própria sorte em meio à luta pela posse e pelo domínio de um pedaço de terra.

É preocupante, e seria hipocrisia da nossa parte não colocarmos essa questão: qual será o destino das populações rurais não índias localizadas nas áreas 4 e 5. Por exemplo, em um acampamento de beira de estrada por nós visitado, existe cerca de 100 famílias, vivendo em condições sub-humanas há pelo menos um ano e meio. Aguardam, segundo eles, a demarcação de lotes de uma certa Fazenda Santa Cruz, já desapropriada. Segundo informações recolhidas na cidade de Campinópolis, esse acampamento foi iniciado em 1998, "*por causa das eleições... coisa de político*". A maior parte dos assentados são moradores ou ex-moradores da própria cidade. O estranho disso tudo é que já era de conhecimento público que os Xavante pleiteavam essa fazenda - localizada entre as áreas 3 (objeto também de reivindicação Xavante) e 4 - desde 1995. Curiosamente, depois das primeiras tentativas oficiais de reaver essa parte do território Xavante, várias fazendas da região foram oferecidas ao INCRA para desapropriação com fins de reforma agrária. É público e notório o fato de que muitas desapropriações de terras no Mato Grosso foram feitas atendendo aos interesses dos proprietários, os quais muitas vezes facilitavam ou até mesmo promoviam a invasão das mesmas.

Voltamos, pois, ao descaso do poder público: essa "política de cerco", efetuada por ignorância ou por má-fé, ao colocar "fazendeiro contra índio" e "posseiro contra índio", só tende a complicar mais ainda o quadro fundiário já caótico existente nessas regiões e armar estopins com consequências imprevisíveis no futuro.

Outro exemplo dessa falta de sensibilidade do poder público é a cidade de São José de Couto - distrito administrativamente pertencente a Campinópolis e vizinho à Terra Indígena Xavante - que adquiriu uma estrutura mínima, segundo alguns de seus moradores, a partir de 1988. São José do Couto depende quase que exclusivamente dos

gastos efetuados pelos trabalhadores que residem nas fazendas circunvizinhas. Seus moradores (cerca de 2000 pessoas) são oriundos de Goiânia e outras cidades do Mato Grosso. Vieram, em sua maioria, por conta das notícias da descoberta de garimpo na região. Alguns, que nos confundiram com "gente do INCRA" - "vocês vão dar título para nós" - afirmaram que a área de São José do Couto é considerada uma "área branca", eufemismo para "terra grilada".

Nesse mundo contraditório dos não-índios, é possível perceber, inclusive, uma certa rivalidade entre moradores das cidades e grandes fazendeiros na região. Essa rivalidade foi expressa, por exemplo, pela afirmação de alguns moradores de uma das cidades de que os Xavante tinham mesmo direito a terra "pois são deles mesmos", mas que "a Funai" deveria demarcar as terras dos fazendeiros "lá de cima" - referência explícita as áreas 4 e 5 (foco desse relatório) - pois "não produzem nada" e não às áreas 2 e 3 (outra reivindicação Xavante), pois essas áreas "matariam a cidade".

É lamentável observar que só com a chegada de GTs de Identificação de terras indígenas - ou seja, em um momento de bastante tensão política - é que os graves problemas socioambientais da região em questão acabam por vir à tona. Antes e depois desse acontecimento, a ocupação territorial desenfreada e destrutiva é uma constante e os poderes públicos federal, regional e local, numa falta de estratégia, digamos, suicida, parecem assistir a tudo isso de "olhos fechados" até que "a bomba" exploda. Em meio a esse descaso generalizado, índios e não-índios sobrevivem "do jeito que pode" - expressão nativa -, o que inclui, entre outras coisas, negociações ilegais de madeira, minério, pesca, etc.

Dois estudiosos da relação SPI/Funai e índios, já chamaram a atenção para esse tema ao afirmarem que:

"As iniciativas do órgão tutor sempre se configuram como uma resposta a uma situação de emergência, correspondendo a um progressivo reconhecimento interno sobre as consequências catastróficas, para os índios e para a própria estrutura administrativa, de uma não intervenção."
.. A FUNAI só atua sob pressão, conhecida máxima entre todos os atores envolvidos neste processo: indigenistas, índios e funcionários... "É a gravidade atribuída ao caso que, em última instância, determinará o seu ritmo de tramitação." (Oliveira & Almeida, 1998:70/71)

Está, pois, mais do que na hora dos poderes públicos federal e estadual assumirem definitivamente suas responsabilidades sobre situações sociais de cunho tão dramático como a analisada nesse relatório. Por mais que alguns indivíduos se esforcem

de maneira isolada, os órgãos estaduais e os federais envolvidos com essa questão não se entendem.

A falta de uma estratégia conjunta para a resolução dos sérios conflitos fundiários existentes na região é notória, expressa pela ausência da organização de políticas de manejo ambiental e controle territorial, que envolvam tanto os índios como os não índios por toda a região. Uma primeira iniciativa nesse sentido seria a de organizar uma parceria séria entre os órgãos ligados à questão territorial e ambiental (federal, estadual e municipal), propondo e concretizando soluções para as pendências territoriais históricas demandadas pelos índios, como também - e aqui está talvez o maior desafio - apontando e viabilizando alternativas sustentáveis, social e ambientalmente, para os produtores da região, sejam eles grandes ou pequenos.

Mas há esperanças que advêm ironicamente justamente das mais trágicas situações. Como noticiou o Diário de Cuiabá (20.06.2001) recentemente, repercutindo a ação de parceria realizada pelo poder público federal e uma organização não-governamental, a situação no entorno do Parque Indígena do Xingu, como o é no entorno de qualquer terra indígena no Brasil, é catastrófica. Entretanto, o início da parceria realizada parece indicar futuros caminhos para que se implemente de fato um projeto de sustentabilidade social e ambiental no Mato Grosso.

"A busca desenfreada por madeira e a expansão agropecuária já começaram (sic) a ameaçar o equilíbrio ambiental da mais importante reserva indígena do Brasil: o Parque Nacional do Xingu. Uma expedição realizada no mês passado por fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), a pedido da organização não-governamental Instituto Socioambiental (ISA) e da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), verificou que o Parque já se tornou um verdadeiro oásis em meio às áreas destruídas da região nordeste de Mato Grosso."

Num futuro próximo espera-se que o argumento, inquestionável atualmente, de que as terras indígenas são verdadeiras ilhas de preservação em meio à degradação do entorno não indígena faça parte de um passado perfeitamente esquecível.

Para finalizar essa parte, retomando a questão fundiária local propriamente dita, é importantíssimo, por tudo o que foi falado acima, dar especial atenção à situação dos assentamentos identificados nas áreas 4 e 5 a partir do que está estabelecido no Artigo 4º do Decreto número 1775: JP



Foto 17 : Terra-nua (agricultura) invadindo Áreas de Preservação (APP)



Foto 18: Grande desmatamento em áreas de mata (Paranatinga)

do

"Verificada a presença de ocupantes não índios na área sob demarcação, o órgão fundiário dará prioridade ao respectivo reassentamento, segundo o levantamento efetuado pelo grupo técnico, observada a legislação pertinente."

Cumprе lembrar que, conforme reunião realizada com os representantes de alguns dos fazendeiros da área 4 e 5, em 10 de dezembro de 2000, foi-nos informado pelo advogado que os representava que o levantamento fundiário só seria permitido com a expedição de um mandato judicial.

O que foi levantado pela equipe são dados referentes ao levantamento de dados cadastrais das propriedades existentes nas áreas reivindicadas, através de pesquisa junto aos órgãos competentes. (INCRA e INTERMAT).



QUINTA PARTE - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

5. Reprodução física e cultural

No decorrer desse relatório foi tentado demonstrar que o consenso histórico sobre a tradicionalidade indígena das áreas 4 e 5 pôde ser constatado através de registros oficiais de não-índios, pela história oral recolhida junto ao grupo e, inclusive, pelos próprios ocupantes não-índios. Estes últimos parecem dar os principais testemunhos de que estas terras continuam sendo necessárias à reprodução física dos Xavante de Parabubure, já que são comuns as suas reclamações de que nelas eles continuariam a caçar, coletar e pescar. Como visto principalmente na segunda parte, nessas terras encontram-se recursos fundamentais para a reprodução física dos grupos locais Xavante do Kuluene e do Couto Magalhães, como a caça, a coleta e a pesca. Vimos também algumas referências com alto valor simbólico e cultural para os Xavante, que constam nas áreas reivindicadas, às quais devem ser consideradas como parte integrante de seu processo de reprodução cultural. A existência de sítios sagrados como os cemitérios e referências geográficas tais como os morros Hu'uhi e Eteserire são provas, materiais e simbólicas, incontestes dessa ocupação tradicional.

Os Xavante tem plena consciência de que as áreas reivindicadas não abarcam todo o território que por eles foi historicamente constituído. Embora os velhos expressem muitas vezes o desejo de ter de volta tudo aquilo que um dia já pertenceu aos seus ancestrais, este desejo está cercado de uma certa melancolia, ao qual em sua língua é identificada pela palavra "pezede", sentimento este mais aproximado do que chamamos nós de saudade. Porém, sabem que isso tem se tornado cada vez mais impossível de se concretizar com o passar do tempo. Sabem que a cada distrito criado, a cada assentamento do INCRA inaugurado, a cada município emancipado, tem-se como contrapartida o surgimento de obstáculos cada vez maiores para a sonhada recuperação territorial. Ao mesmo tempo eles sabem que nada poderá mais ser como antes. Mas, antes de tudo, tem plena consciência também que a reprodução física do grupo projetada no futuro depende integralmente de um território amplo e protegido das inúmeras ameaças ambientais presentes no entorno, tais como a contaminação contínua e inseqüente das cabeceiras dos rios que banham suas terras por agrotóxicos.

Um argumento socioambiental de extrema relevância, como vimos detalhadamente na segunda parte, pode ser expresso pelo fato de termos constatado que dentro dos atuais limites da Terra Indígena Parabubure vem ocorrendo uma intensa recuperação da vegetação nativa desde a sua retomada por parte dos Xavante na década

13

de 70. Esse fenômeno socioambiental implica, entre outras coisas, na retomada da reprodução de caça e no retorno lento, mas constante, de áreas de coleta e, principalmente, na clara demonstração dos Xavante de que, apesar de estarem fortemente pressionados pelo contato, pretendem manter a sua identidade cultural e os seus modos próprios de viver; indicando assim que a reconquista de novas áreas ao seguirem esse padrão, possibilitarão uma área de proteção ambiental e de reprodução da biodiversidade regional fundamental para a sobrevivência dos Xavante.

Tal constatação, positiva por si só, não pode ser comemorada com maior intensidade pois, paralelamente a essa recuperação ambiental, vem ocorrendo uma intensificação da pressão sobre a caça, a pesca e sobre as áreas de coleta devido à incontestável recuperação demográfica pela qual os Xavante de maneira geral, e particularmente, os de Parabubure, vem passando desde a década de 70. Aliás, uma recuperação demográfica facilmente identificada - como observamos na terceira parte do relatório (divergências à parte) - que independe da variação verificada em suas taxas anuais de crescimento médio quando comparadas a das demais populações indígenas do Brasil.

Cumpramos ressaltar que a intensa rede de relações de parentesco, históricas e políticas existentes entre os grupos locais Xavante de Parabubure com aqueles residentes nas terras indígenas de Sangradouro, São Marcos e Marechal Rondon, devem ser aqui levadas em conta. A migração dos grupos locais destas últimas para Parabubure é contínua desde a década de 70, como vimos. É como se os grupos locais Xavante de São Marcos e Sangradouro ou mesmo Marechal Rondon, se sentissem mais "em casa" em Parabubure, devido aos acontecimentos que relatamos amplamente no decorrer desse relatório. Não há dúvida, pois, como já chamaram a atenção os antropólogos Eugênio Wenzel e Jorge Luiz de Paula (1998), que imediatamente após a recuperação das áreas aqui pleiteadas haverá um novo processo de migração e reocupação territorial de Parabubure.

5.1. Gestão territorial

Em diversos momentos do decorrer do trabalho de identificação a equipe questionou os Xavante a respeito do que eles fariam com as áreas reivindicadas, uma vez que as conquistassem. A resposta de início era bem simples: "*primeiro vamos demarcar, depois a gente vê o que faz*". Em seguida, devido a maior intimidade, os velhos Xavante foram pensando em voz alta, pensamentos que podem ser sintetizados pela seguinte fala:

"Queremos a terra também para cria de netos, para plantação, para cria

jo

de gado, para produção."

O "também" da frase indica que para os Xavante é ponto pacífico que nas áreas 4 e 5 existem desde referências com valor exclusivamente simbólico para o grupo até áreas de caça (e para a reprodução dela) e de coleta que utilizam constantemente.

A questão colocada então é um tanto quanto mais polêmica: os Xavante também querem as áreas reivindicadas para "*para plantação, para cria de gado, para produção.*"

Esse tipo de demanda nos leva a discutir um ponto nevrálgico presente em qualquer reflexão séria sobre as perspectivas de sustentabilidade possíveis para as terras indígenas no Brasil.

Como foi visto exaustivamente na segunda e terceira parte deste relatório, é bastante evidente que os Xavante, como qualquer outro grupo indígena, atualmente não podem e nem conseguem mais sobreviver apenas e através da suas formas tradicionais de subsistência, a caça, a coleta e a pesca, por exemplo.

Segundo Marcio Santilli,

"Por maior que seja uma terra indígena, por melhor que seja a situação de fato em que se encontra, por mais generosos que sejam seus recursos, por mais que o povo ocupante se orgulhe de seus próprios modos de vida, uma vez estabelecido o contato, esse povo estará diante de novas necessidades que não podem ser supridas pela economia tradicional que praticava antes." (Santilli, 1999:41)

É de conhecimento público a ineficácia de projetos agrícolas grandiosos como aqueles levados a cabo durante o regime militar em áreas indígenas, como por exemplo, o Projeto de Desenvolvimento da Nação Xavante.

Pelo quadro econômico apresentado na Quarta Parte do presente relatório, o desafio de refletir e propor uma integração econômica diferenciada e sustentável para uma população indígena é imenso. Derivado dessa situação, é de conhecimento público a existência de experiências por parte de diversas populações indígenas no Brasil - e os Xavante não escapam a isso - com o arrendamento de determinadas porções de terra para fazendeiros interessados na criação de gado e plantação de soja. Sabe-se também da ocorrência constante da extração e venda de madeiras das terras indígenas para comerciantes não índios, permitidas ou realizadas pelos próprios índios.

O que talvez não se saiba, ou não se dê a atenção devida, é que apesar dessas experiências serem realizadas de maneira ilegal e totalmente insustentável (economicamente, ambientalmente e politicamente), elas são, infelizmente, de pleno

conhecimento de todos os órgãos envolvidos com a questão indígena.

Felizmente, como contrapartida a essa situação, existe no Brasil uma série de experiências de desenvolvimento sustentável em áreas indígenas e tradicionais, dadas através de manejos dos recursos ambientais existentes - e, mesmo, de manejo de recursos alienígenas -, previamente planejados e com a participação da comunidade envolvida.

Juliana Santilli (1999), ao comentar as atividades madeireiras existentes em áreas indígenas, chama a atenção para esse fato ao afirmar que:

"Certo é, entretanto, que o aproveitamento dos recursos madeireiros em projetos de auto-sustentação econômica desenvolvidos pelas próprias comunidades indígenas é legalmente possível, devido ao direito de usufruto exclusivo que têm sobre os recursos naturais do solo de suas terras. As normas do Estatuto do Índio e do Código Florestal devem ser lidas e interpretadas à luz dos novos princípios consagrados na Constituição. As atividades madeireiras destinadas à comercialização, entretanto, terão de ser desenvolvidas de acordo com as normas ambientais aplicáveis." (Santilli, 1999:57)

Essas experiências, não custa lembrar, tem tido êxito fundamentalmente porque se tratam de parcerias sérias e democráticas entre órgãos governamentais e não-governamentais. Não por acaso são estas experiências que têm possibilitado, senão o fim, pelo menos a redução, da destruição ilegal e insana que só beneficia grupos de interesse, pequenos ou grandes, que não tem a menor preocupação com um desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável.

Nesse sentido, a reprodução física e cultural de um grupo indígena atualmente deve ser pensada através de uma abordagem menos dogmática possível, ou seja, a partir de uma visão na qual essa reprodução - sem perder suas características essenciais - esteja aberta à incorporação de novas formas de produção econômica, e não somente àquelas consideradas tradicionais, possibilidade esta contemplada inclusive na legislação indigenista.

"Vê-se que o direito de usufruto assegura aos índios a utilização de todos os bens e recursos naturais existentes em suas terras, bem como a possibilidade de explorarem comercialmente tais recursos. Assim, os índios podem usar e fruir de suas riquezas naturais, tanto para seu próprio consumo quanto para suprir as necessidades de consumo de



bens de que não dispõem. Podem plantar, criar gado, caçar, pescar, navegar, extrair castanhas e outros alimentos, coletar frutos, fazer roças e aldeias, bem como extrair madeiras e garimpar. Quando tais atividades se destinarem a fins comerciais, entretanto, estarão sujeitos às normas legais específicas, inclusive de natureza ambiental." (Juliana Santilli, 1999:49)

No caso aqui focalizado, se a retomada das áreas reivindicadas pelos Xavante de Parabubure são de extrema importância para a sua reprodução física e cultural, entretanto, somente conquistá-las não basta. Em outras palavras, uma vez que os Xavante de Parabubure consigam concretizar legalmente seu anseio pela incorporação das áreas 4 e 5, é fundamental que as suas ocupações ocorram dentro de uma perspectiva inovadora.

O desafio colocado para os povos indígenas na atualidade, portanto, para os Xavante, não se restringe assim somente a conquista de seus territórios tradicionais, mas também, e tão importante quanto, a uma ocupação territorial que esteja articulada a um programa de gestão territorial e ambiental que contem com a participação ativa do grupo.

Nesse registro, não custa lembrar que há décadas atrás, Rodolfo Stavenhagen (1984) propôs a noção de etnodesenvolvimento como contrapartida aos sempre mal-fadados processos de integração forçada dos Estados sobre as populações tradicionais. Para o autor a integração dessas populações deveria basear-se em uma diretriz básica que articula de uma só vez, sustentabilidade econômica, social e ambiental. Para tanto, o etnodesenvolvimento: "a) deve possuir uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de uma grande número de pessoas; b) adotar uma visão interna ou "endógena" de crescimento; c) aproveitar as tradições culturais dos povos sobre manejo econômico; d) respeitar o meio-ambiente; e) usos dos recursos locais, naturais e humanos; f) participação popular nas tomadas de decisão." (Stavenhagen, 1984).

Experiências que poderíamos identificar como pertencentes ao campo do etnodesenvolvimento já estão sendo colocadas em prática na Terra Indígena Pimentel Barbosa, por exemplo. Segundo LEEUWENBERG (1999), através de discussões públicas no *Warã* (pátio central de reuniões) - que contam com a participação ativa dos Xavante - resultou num plano de manejo preliminar que busca conscientizar os Xavante da necessidade de que suas atividades produtivas (caça e pesca) estejam articuladas à sustentabilidade ambiental. Segundo o pesquisador, em uma área próxima da aldeia Pimentel Barbosa (de 65.000 hectares) não foram realizadas caçadas durante 18 meses. *Jo*

Além disso, foi acordado o adiamento do início das pescarias no rio das Mortes e seus afluentes por dois meses visando diminuir a pressão sobre a pesca. Como resultado, houve um aumento significativo do número de espécies de caça e coleta.

Essa experiência deveria ser estendida urgentemente para todas as terras indígenas Xavante, discutindo com a sua população - em virtude do esgotamento de suas fontes tradicionais de subsistência (caça e coleta) - alternativas sustentáveis social e ambientalmente para o próprio grupo como para o entorno. Para tanto, é fundamental que se organize grupos de discussão entre os órgãos envolvidos na questão indígena e fundiária (os governamentais, como o Ibama, Incra, Funai, Intermat, Fema e os não-governamentais ou tercerizados como os Distritos Sanitários Indígenas (Funasa) e outras organizações não governamentais interessadas). Experiências inovadoras como esta devem ser incentivadas, apoiadas e, quem sabe, em um plano ideal, assumidas como carro chefe da política indigenista do órgão tutor.

Tal perspectiva pode ser adotada independentemente da questão territorial aqui abordada, porém, guarda estreita relação com a mesma. Nenhuma política de desenvolvimento para os Xavante será sustentável se não levar em consideração as suas tradições e costumes, se não comportar a necessária e desejada reprodução cultural; se não levar em conta a necessária preservação do seu habitat, o cerrado; se não tiver a percepção da sua dinâmica demográfica e política; se não tiver a percepção que os mesmos pretendem manter fincada firme a sua raiz no passado, não com outro objetivo senão para projetá-la no futuro, incorporando o que lhes trouxe de útil e de inevitavelmente prejudicial o contato, porém sob a sua própria ótica e o seu devido controle. E nada disso será possível sem um adequado espaço territorial, o que ora se delimita administrativamente, mas que há muito foi conquistado e, apesar de tudo, vem ainda sendo ocupado, porque é fundamental e imprescindível.

5.2. Nomes das terras

Lopes da Silva (1986) já demonstrou como o ato de nominar, no caso da nomeação pessoal, entre os Xavante, está carregado de simbolismo e como este ato é gerador de compromissos sociais. O hábito de nominar os locais que servem e serviram de referência para seus ancestrais é também uma das características mais importantes da cultura Xavante. A nomeação dos lugares também traz uma grande carga simbólica e, em certo modo, é considerado um ato de apropriação. O nome do lugar está para sempre relacionado com a memória de quem o nominou. Dois exemplos são bastante significativos desse apego estratégico dos Xavante aos nomes. A Terra Indígena



ISOU'PA EM PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO POR PASTAGEM ARTIFICIAL



ISOU'PA PRESEERVADO - ÁREA DE CAÇA XAVANTE

ds

Ubawawe, anteriormente denominada de área 1 - uma das 5 áreas que compõem o quadro de demanda dos Xavante de Parabubure - passou a ter essa denominação por conta da pressão de um dos caciques Xavante, que agora se proclama "para fora", como o "responsável" pela área. O nome Terra Indígena Parabubure - que denomina desde 1979 a reunião das antigas reservas Couto Magalhães e Kuluene - é fruto da indicação de um dos mais influentes caciques Xavante, referindo-se à antiga aldeia Parabubu, pertencente aos seus ancestrais e que foi destruída por um massacre provocado por não índios. Por esse motivo, o nome não só não é consenso entre os demais grupos Xavante que ali residem, como também é motivo de tensão constante entre eles. Novamente, recorremos aos antropólogos já citados para solidificar o argumento aqui apresentado:

" Parte dos Xavante, concentrados em torno da liderança de Celestino, querem que a denominação PARABUBURE se estenda para toda área a ser reconhecida como Terra Indígena Xavante, enquanto outros, concentrados em torno do Posto Indígena Xavante, mostraram-se veementes ao exigirem a denominação NORÕ'TSURÃ, pelo menos para a área que corresponde ao nº 3 (WAIRÊ). Alegam ser uma denominação tradicional, e que sua área de terra nada tem a ver com o termo PARABUBURE. Norõ'tsurã refere-se aos babaçuais que se encontram na área, identificando seus habitantes."

Em nosso campo, os grupos locais Xavante com os quais compartilhamos os procedimentos de identificação, para não fugir a regra, indicaram nomes distintos para as áreas 4 e 5. A primeira deveria se chamar **Terra Indígena Iso'upa**, em virtude da grande presença de área de veredas denominadas por esse nome pelos Xavante. Entretanto, outro grupo indicou o nome de **Terra Indígena Norosurã**, o qual remete a um antigo ancestral de um dos grupos locais Xavante que teria sido chefe de uma das antigas aldeias que existiram da região. Quanto a área 5 um grupo local Xavante indicou que ela deveria se chamar **Terra Indígena Carapato** (referência a um ancestral de um dos grupos locais), enquanto outro grupo indicou o nome **Terra Indígena Hu'uhi** ("osso da onça"). Aparentemente, os nomes *Hu'uhi* e *Iso'upa*, por remeterem a recursos da "natureza", poderiam ser tidos como mais neutros politicamente e, portanto, serem os mais indicados. Mas não é isso que acontece. A nomeação, independente ao que remeta, já é resultado das disputas sobre o controle futuro da área, estejam elas decididas ou não. Em meio a estas divergências, uma posição foi consensual entre os grupos locais que nos acompanharam: o nome **Terra Indígena Parabubure** deveria ficar restrito ao "pedaço do Celestino" e não a terra indígena como um todo. Infelizmente, além desse precedente maior, qual seja, a denominação de toda a área como Parabubure, já existem outros

precedentes abertos como são os casos das **Terras Indígenas Ubawawe** e **Terra Indígena Chão Preto**, recentemente demarcadas.

Em vista dessas acirradas disputas pelo nome das áreas, que implicam, como vimos, em seu controle simbólico e prático pelos grupos locais Xavante, propomos que após a aprovação da demarcação das áreas atualmente reivindicadas pelos Xavante de Parabubure - inclusive as já demarcadas (TI Ubawawe e TI Chão Preto) - essa terra indígena passe a ser denominada legalmente, como um todo contínuo, de **Terra Indígena A'uwê Uptabi** - o que significaria mais ou menos literalmente "gente verdadeira", o qual é a própria autodenominação dos Xavante, adotada por todos os grupos. Os nomes reivindicados pelos grupos locais apareceriam no mapa oficial como "regiões" da terra indígena, sem fronteiras definidas, como ilustra o mapa. Essa reconfiguração foi-nos sugerida por algumas das lideranças dos próprios grupos locais litigantes.

5.3. Limites: argumentos físicos e ambientais

Antes de mais nada, é importante chamar a atenção para a sobreposição existente entre parte dos limites da área 4 nesse relatório delimitada e parte dos limites da delimitação da área 3, que já teve um primeiro relatório de identificação realizado pelos antropólogos Eugênio Wenzel e Jorge Luiz de Paula (1999). A sobreposição ocorre inclusive porque foram as mesmas lideranças (Benjamim e Cipriano) que os haviam indicados no GT anterior, tendo essas lideranças interesses comuns em relação às áreas 3 e 4. Devido à atualidade desse relatório em relação ao anterior - que delimitou a área 3 - devem passar a valer os limites aqui propostos no que se refere aquele trecho.

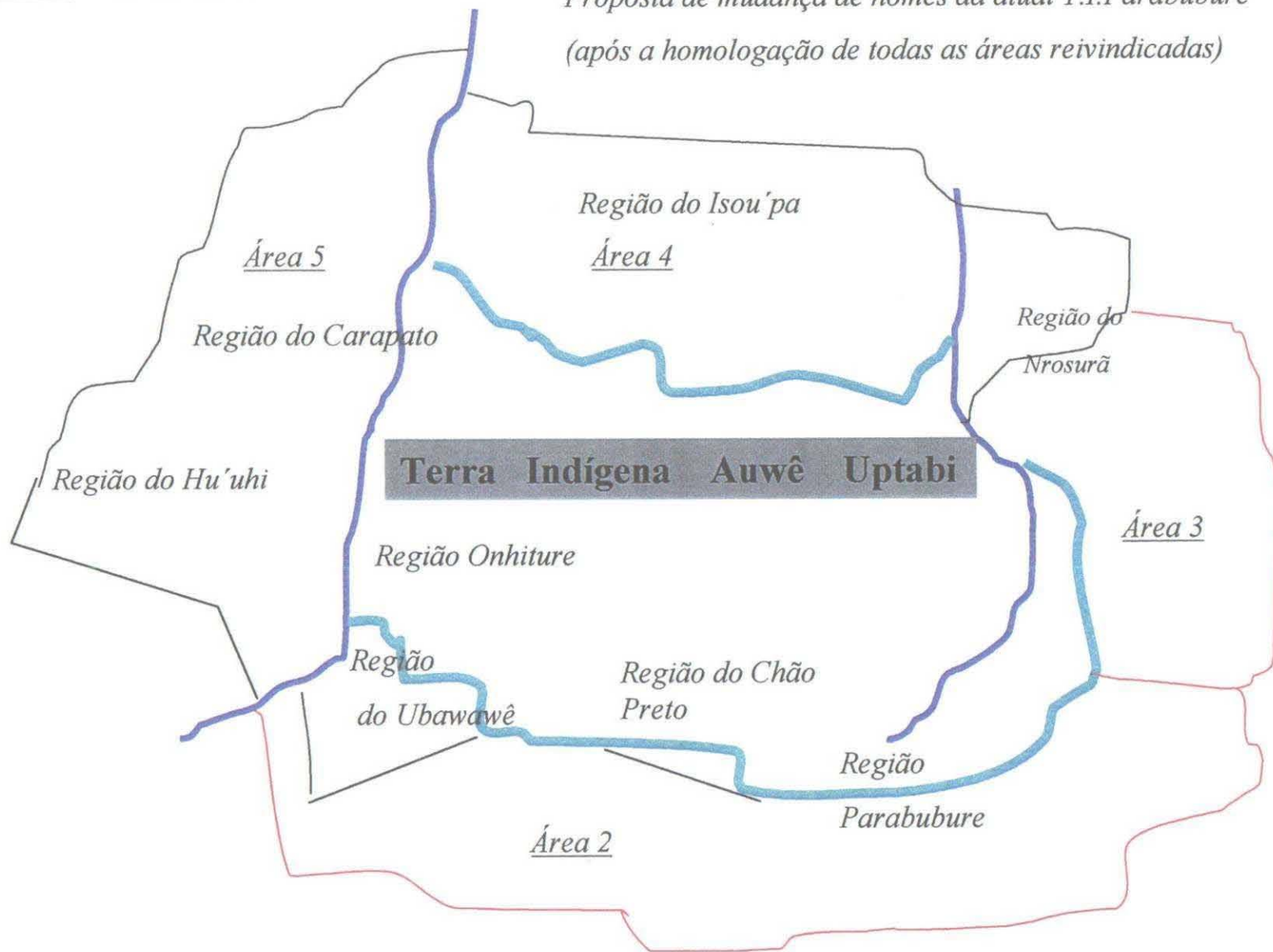
Como discutido na primeira parte do relatório - no item Território Xavante - parece haver entre os Xavante uma consciência aguda em relação a um espaço territorial ideal e suficientemente amplo que lhes teria sido usurpado pelos "civilizados" no decorrer dos séculos. Não é por acaso que a resolução do problema da descontinuidade espacial das suas atuais terras indígenas parece ter se tornado uma verdadeira obsessão para a coletividade Xavante como um todo, obsessão expressa através das insistentes demandas de suas lideranças para ampliação das suas terras atuais.

Torna-se, pois, claro que a identificação de pequenas áreas no entorno das terras indígenas Xavante, como é o caso aqui analisado, faz parte, na verdade, de uma estratégia de maior alcance e de longo prazo, que envolve "emendar" algumas de suas terras indígenas. Em relação à unificação de algumas de suas terras, como foi descrito na parte introdutória do relatório, em muitos momentos do trabalho de identificação, por entender que no momento atual não se configura para a totalidade de seu antigo território

JP

■ *Atuais limites da TI Parabubure*

*Proposta de mudança de nomes da atual T.I. Parabubure
(após a homologação de todas as áreas reivindicadas)*



As

os critérios definidores de ocupação tradicional estabelecidos na legislação; a equipe teve que apresentar argumentos contrários às pretensões Xavante de "emendar" Parabubure à Terra Indígena Marechal Rondon ou ao Parque Indígena do Xingú. Chegou-nos também a informação de que haveria o desejo de emendar também a Terra Indígena Areões à Terra Indígena Pimentel Barbosa. Ao que tudo indica, os Xavante não vão deixar de continuar apresentando essas demandas.

Os limites aqui propostos para as áreas 4 e 5 refletem uma intrincada equação com inúmeras variáveis que se vinculam aos dados colhidos quanto à ocupação de caráter tradicional que exercem sobre esse território, quanto à necessidade de reprodução física e cultural do grupo, como também às preocupações ambientais que emergiram nas discussões da equipe do GT e, é claro, as referências históricas (ou vestígios de referências) que tecnicamente foram possíveis de ser recolhidas (como ilustrado amplamente nos mapas temáticos apresentados nas segunda e terceira partes), sobre a ancestralidade dessa ocupação .

É claro que a principal variável é aquela que procurou atender às aspirações dos grupos locais Xavante de Parabubure, particularmente os residentes nas aldeias do PIN Kuluene e do PIN Xavante. Um dos principais argumentos colocados pelos Xavante para a ampliação das áreas refletia suas profundas preocupações com o crescimento demográfico da população e, portanto, a situação das suas futuras gerações.

É importante destacar que, por mais de uma vez, os Xavante refizeram seus cálculos e suas definições dos limites desejados para as áreas reivindicadas, fato que nos obrigou a retornar à limites que achávamos que já tinham sido definidos. Esse processo de definição e redefinição pareceu passar inclusive, entre outras coisas, pela análise de fatores, tais como, o da relação que seus grupos locais mantêm com os fazendeiros do entorno. Nessa avaliação levam em conta se o fazendeiro é ou não um "bom vizinho", o que significa - de maneira mais concreta - se ele atende ou não às inúmeras demandas Xavante (desde a doação de cabeças de gado até autorização para caça). Essa avaliação se somará a uma outra, qual seja, a da força política e econômica do "proprietário" em questão. Um dos caciques Xavante nos disse em certo momento, ao passarmos por uma das inúmeras fazendas que compõem as áreas 4 e 5, essa frase enigmática: "*esse fazendeiro é forte, mas vai ficar fraco*". O significado disso só eles, os Xavante e, provavelmente, o fazendeiro, sabem. A despeito de tais considerações, contudo, em momento algum se demonstrou que tal critério pudesse ser considerado um definidor mais forte que qualquer outro e, na maioria das vezes, demonstravam ter relações mais amistosas com aqueles fazendeiros que já eram conhecedores de suas reivindicações

Jo

sobre a terra.

Quanto as preocupações técnicas e ambientais, a definição dos detalhes dos limites das áreas 4 e 5 foi discutida amplamente entre os ambientalistas, os antropólogos, os agrimensores e os Xavante, buscando criar menos obstáculos possíveis aos futuros trabalhos de demarcação adotando sempre que possível limites naturais como rios e morros ou estradas.

Há de se destacar ainda que as demarcações de terras indígenas atualmente, principalmente no centro-oeste - devido à preservação e proteção de suas bacias hidrográficas que esses atos acarretam - são vistas por muitos não só como o atendimento a uma demanda legítima de uma determinada população indígena, mas, também, como uma estratégia mais ampla, na qual está inserida uma ação eficaz contra a degradação ambiental que campeia na região.

Os limites físicos das áreas propostas foram traçados obedecendo a padrões conservacionistas: os fatores ambientais envolvem uma constante preocupação com a conservação presente e futura dos principais biomas que compõe a paisagem regional - levando em conta a diversidade de habitats, áreas antropizadas em regeneração, proteção de matas-galeria, suporte para as principais espécies de caça / pesca / coleta de uso Xavante, conservação de recursos hídricos e conservação do Patrimônio da Humanidade (Cerrado).

A própria degradação ambiental constitui-se numa forte justificativa para as proporções desta demarcação, pois quanto maior o estado degradativo do ambiente, proporcionalmente maior será o tamanho das áreas necessárias para manter a sustentabilidade das espécies e o equilíbrio ecológico entre as populações.

Os limites da área 4:

Demarcam remanescentes dos principais biomas regionais, abrangendo grande diversidade de habitats fundamentais para a conservação da fauna e da flora; como extensos campos-cerrado (fazendas Novo Mundo, Mineiros e Xavantina), mata estacional e de galeria do Ribeirão Piranhas, áreas úmidas, veredas e buritizais, e extensas áreas de cerrado contínuo. Protegerão mais de 43.000 metros de margens e matas do Rio Couto Magalhães. Ambientes estes utilizados pelos Xavante em suas atividades de caça, pesca e coleta, fundamentais para a sua reprodução física e cultural. Ao mesmo tempo preservam locais de grande importância histórico-cosmológica para os Xavante, tais como vários cemitérios, antigos acampamentos de "dzömori" e o morro Etesirire.

® Limite Norte: acompanha "obrigatoriamente" a linha de divisa do Parque Estadual do

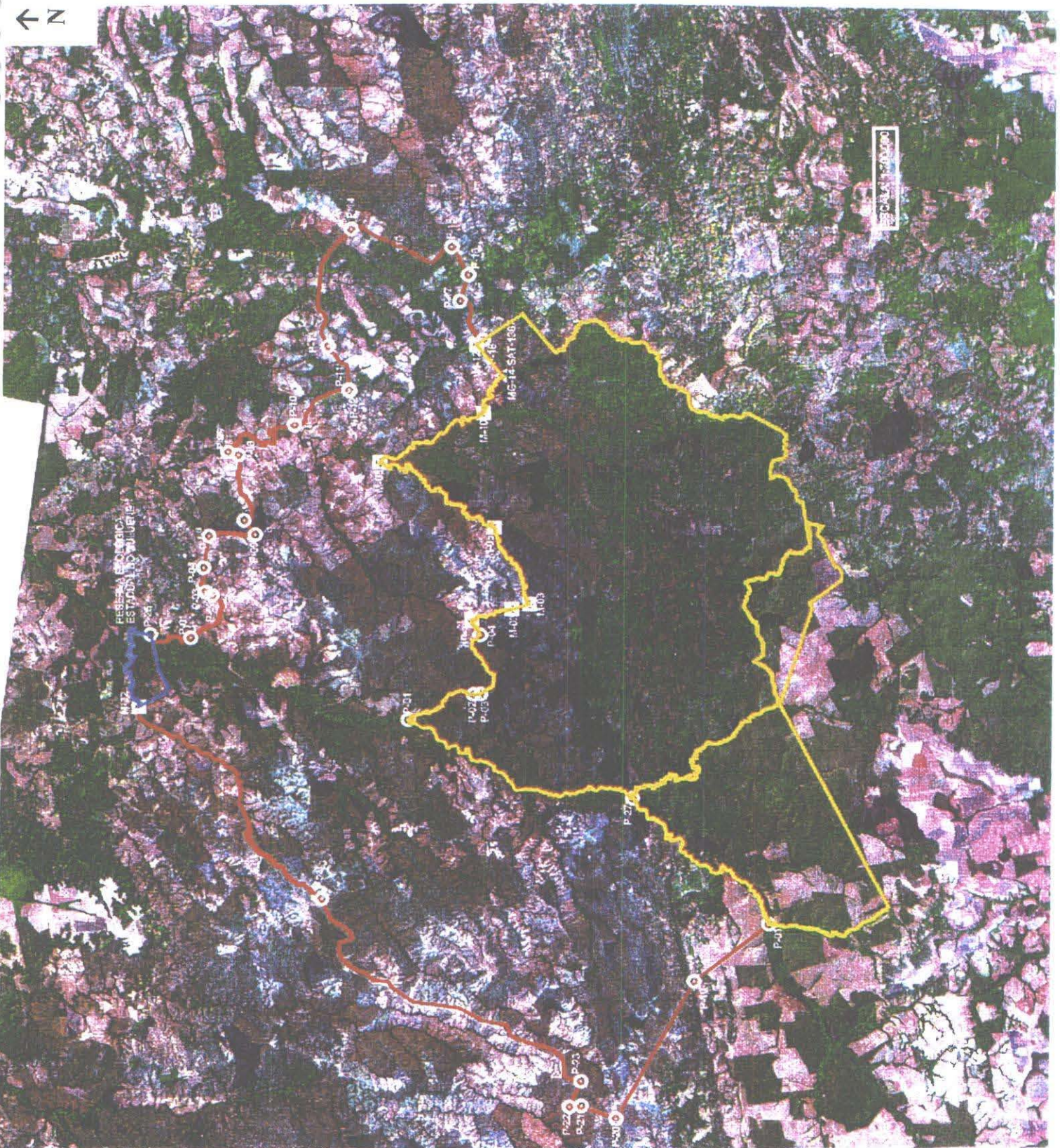


Figura 3 : Terras Indígenas demarcadas Parabubure, Ubawawê e Chão Preto (contorno em amarelo) e Terra Indígena delimitada (contorno vermelho)

Detalhe : contraste entre o “verde protegido” e as áreas do entorno.
Verde escuro = matas / verde claro = cerrado / marrom = campo e pasto
Preto = áreas úmidas / cores claras = terra-nua

DS

Kuluene, englobando grande número de nascentes, buritizais, veredas e matas do Rio Couto Magalhães; protege áreas úmidas importantes como o *Isõ'upá* e *Tiriuwatasu'á*, bem como toda a microbacia do Ribeirão Piranhas.

® Limite Leste: foi traçado para proteger extensas áreas de mata estacional, cerrados e cerradões que são importantes áreas de caça e coleta – caçadas familiares (*Dzõmori*).

Os limites da área 5:

Apresenta considerável diversidade de ambientes (habitats), como buritizais e veredas de diversos ribeirões e córregos, regiões de matas (galeria e estacional) volumosas das margens do Rio Kuluene, contendo elementos importantes da fauna e da flora; matas e cerrados junto à barra do Ribeirão Xavante com o Maria e também junto ao Rio Kuluene na região próxima à divisa do Parque Estadual encontra-se extensas áreas de matas com transição para cerradões e cerrados – segundo os Xavante, seus antepassados faziam festa sagrada (*Wesu'pó*) nesta região. Ocorrência de “barreiros” – barro salgado muito apreciado pelos animais silvestres mais caçados e também pelas araras e papagaios. Essa diversidade de ambientes é utilizada também pelos Xavante, como já vimos anteriormente, em expedições de caça, pesca e coleta, preservando também locais de caráter sagrado e altamente simbólicos, como os vários cemitérios ali referidos e identificados em mapa acima, além do morro Hu'uhi e da antiga aldeia do Carrapato, na qual muitos Xavante foram sacrificados por um massacre.

® limite inferior (sul) : está traçado justamente por englobar importante complexo de cerrados com transições para cerradões e matas – constituindo ótimas áreas para caça e coleta – este complexo destaca-se na paisagem local por apresentar grande extensão, continuidade (não fragmentado) e diversidade de ambientes, sendo único por estes motivos; tais qualidades não são mais encontradas facilmente nos ambientes regionais.

® limite superior (norte) : obrigatoriamente faz divisa com o Parque Estadual do Kuluene, pois caso contrário existiria um “vazio” degradado separando as duas áreas naturais protegidas, que conseqüentemente exerceria impactos negativos em ambas. Desta forma, com o Parque e a Reserva Indígena “colados” diminui-se e praticamente anulam-se os efeitos negativos das áreas do entorno nesta região.

Teorias conservacionistas comprovam que áreas protegidas não devem ficar isoladas na paisagem, com era o caso do Parque Estadual Kuluene, pois as populações de seus biomas precisam manter constante “fluxo gênico” com outras populações; o estado de isolamento causa declínio populacional e extinção de espécies.

O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), na sua última versão, prevê uma maior interação das áreas protegidas com as populações tradicionais do

entorno, efetivando assim sua proteção integral.

A resolução CONAMA 013 de 1.990, prevê programas de integração e conservação dos recursos naturais, num raio de 10 Km ao entorno das Unidades de Conservação – este diálogo futuro com as lideranças Xavante será muito oportuno e importante, tanto para os índios como para o Parque.

A futura Terra Indígena funcionará como zona de amortecimento dos impactos externos ao Parque Estadual do Kuluene. Por último, as lideranças indígenas compreenderam a finalidade de um Parque Estadual e suas restrições de uso (caça / pesca / fogo); afirmando colaborar com a fiscalização dos limites, e talvez designar alguns Xavante como futuros guarda-parque.

® Limite Oeste (estrada de Paranatinga): a referida estrada foi definida com ótimo limite da Área, por principalmente estar assentada sobre o Divisor de Águas da região, compreendendo desta forma todas as nascentes dos Ribeirões do Boi, Maria, Xavante e Córrego do Cascudo – num total aproximado, pela análise da Carta Planoaltimétrica da região (DSG, 1.976. escala 1: 100.000), de mais de 300 (trezentas) nascentes. As microbacias citadas acima apresentam uma drenagem densa e muito ramificada, aumentando o caudal do Rio Kuluene – caracteriza-se por possuir o maior número de nascentes da grande Bacia do Kuluene nesta região. Caso fossemos adotar um limite natural o único possível seria o Ribeirão Maria, o que deixaria mais de 50 nascentes fora da Área; desta forma atual todas as nascentes do Ribeirão Maria estão incluídas e protegidas.

Importantes APP (Áreas de Preservação Permanente) que são fundamentais na conservação de nascentes, córregos, veredas, fauna e flora – estão protegidas com esta proposta de demarcação e tendem a recuperar sua vegetação natural – diminuindo o assoreamento dos ribeirões.

A estrada como limite facilitará a fiscalização da terra indígena por parte dos próprios índios (até com o uso de bicicletas), bem como colabora para um maior reconhecimento da terra indígena pela sociedade do entorno, através de placas alertando sobre a existência da “Terra Indígena” e sua conservação.

Às margens da estrada, em um ponto a mesma será cortada pela linha demarcatória, para incorporar à terra indígena o referido morro Hu'uhi, situado na margem direita da mesma, no sentido Paranatinga – Gaúcha do Norte.

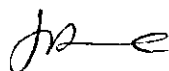
Sem dúvida alguma, a preocupação com a proteção ambiental das cabeceiras do rio Kuluene - e, por decorrência, da saúde dos Xavante, como também da dos índios do Parque Indígena do Xingu - foi um dos argumentos mais decisivos, como visto, para a

JA

definição final dos limites ora apresentados.

Parece-nos que não serão só os índios os beneficiados com o atendimento das reivindicações aqui expressas. É bem provável, que seus maiores beneficiários - sejam eles índios ou não - ainda estejam por nascer.

LUIZ ROBERTO DE PAULA
ANTROPÓLOGO – RELATOR



JORGE LUIZ DE PAULA
ANTROPÓLOGO – COORDENADOR DO GT

Bibliografia

ALENCASTRE, J.M.P

(1979) **Anais da Província de Goiás**. Brasília: Gráfica Ipiranga, Convênio SUDECO/Governo de Goiás.

ARTIAGA, Zoroastro

(194(?)) Dos Índios do Brasil Central. Departamento Estadual de Cultura/Governo de São Paulo, São Paulo, SP.

BARBOSA, A.S. & SCHIMIZ, P.I.

(1998) *Ocupação indígena do cerrado: esboço de uma história*. EM: (orgs.) SANO, S.M. & ALMEIDA, S.P. Cerrado: ambiente e flora. EMBRAPA-CPAC, Planaltina-DF.

CARRARA, Eduardo

(1998) Componente Indígena Xavante. EM: EIA / RIMA da Hidrovia Araguaia-Tocantins. AHITAR / Cia. Das Docas – Pará.

(1997) Tsi Tewara - um vôo sobre o Cerrado Xavante. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, USP.

CEDI - Centro Ecumênico de Informação e Documentação

(1981) Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 10

(1982) Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 12

(1983) Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 14

(1984) Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 15

(1985/86) - Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 17

COUTINHO, L.M.

(1992) O cerrado e a ecologia do fogo. EM: Ciência Hoje, p.130-138, maio, Volume especial *Eco-Brasil*.

BRASIL, Americano

(1924) Cunha Mattos em Goyaz, 1824-1826. EM: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 96, vol.150. pp. 182-205.

no

DIAS, B.F.S.

(1998) Impactos da ocorrência de fogo na região do cerrado. EM: Workshop para discussão e elaboração do Plano de ação para os Ecossistemas do cerrado. Brasília -DF. (Texto não publicado).

EMMONS, L.H.

(1990) Neotropical Rainforest Mammals – a field guide. Chicago Press – USA.

GOODLAND, R.A. & FERRI, M.G.

(1979) Ecologia do cerrado. Itatiaia, Belo Horizonte-MG.

GRAHAM, Laura

(1985/86) Uma aldeia por um projeto. EM: Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 17. CEDI, São Paulo/SP. (p.348-350).

(1995) Performing Dreams: discourses of immortality among the Xavante of Central Brazil. Austin, University of Texas Press.

(1999) Os Xavante na Cena Pública. EM: Povos Indígenas no Brasil (1996-2000). ISA, São Paulo. (p. 693-697).

FAUSTO, Carlos

(1990) Laudo Pericial sobre a ocupação indígena da região dos formadores e do alto curso do rio Xingu (Parque Indígena do Xingu). Processo 141324/85-1/ Seção Judicial Federal do Estado do Mato Grosso.

GIACCARIA, Bartolomeu

(1990) Ensaio - Pedagogia Xavante - Aprofundamento antropológico. Missão Salesiana de Mato Grosso, Campo Grande - MS.

(2000) Ano 2000: reflexões pedagógicas e antropológicas. Ed. UCDB, Campo Grande – MS.

GIACCARIA, Bartolomeu & Heide, Adalberto

(1972) Xavante (Awe Uptabi: Povo Autêntico). Editorial Dom Bosco, São Paulo/SP.

JP

ISA- Instituto Socioambiental

(1996) Povos Indígenas no Brasil - 1991-1995. São Paulo, SP.

(2000) Povos Indígenas no Brasil - 1996-2000. São Paulo, SP.

(2001) Dados sobre desmatamento, Unidades de Conservação e Terras Indígenas dentro da Bacia do Xingu. *Laboratório de Geoprocessamento do Instituto Socioambiental*.

(Dados não publicados).

LEA, Vanessa R.

(1997) Laudo Antropológico do Parque Indígena do Xingu. IFCH-UNICAMP, Campinas, SP.

LEEUWENBERG, F.

(1994) Manejo de fauna cinegética na reserva indígena Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso, Brasil. Relatório Final. Associação Xavante de Pimentel Barbosa, Centro de Pesquisa Indígena – CPI, Wildlife Conservation Society, WWF.

(1999) Caçando a Sustentabilidade. EM: Povos Indígenas no Brasil (1996-2000)- ISA, São Paulo. (p.698-700)

LIMA, Antonio Carlos de Souza

(1998) A 'identificação' como categoria histórica. Em: OLIVEIRA, João Pacheco (org.) Indigenismo e Territorialização. Contra Capa Livraria Ltda. Rio de Janeiro, RJ (p. 171-220).

LOPES DA SILVA, Aracy-

(1983) Xavante: Casa - Aldeia - Chão - Terra - Vida. Em: CAIUBY NÔVAES, Silvia (org.) Habitações Indígenas. Editoras Nobel/EDUSP, São Paulo/SP

(1984) A Expressão Mítica da Vivência Histórica: Tempo e Espaço na Construção da Identidade Xavante. EM: Anuário Antropológico/82. Edições Universidade Federal do Ceará e Editora Tempo Brasileiro, Fortaleza/Rio de Janeiro.

(1986) Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê. FFLCH - USP, Col. Antropologia, Vol. 6, São Paulo, SP.

(1992) Dois séculos e meio de história Xavante. EM: História dos índios no Brasil. São Paulo, SP. (pp. 359-378).

Jo

MARINOM, B.S.

(1998) Estrutura, composição florística e etnobotânica de floresta monodominante no Vale do Araguaia. MT. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Biológicas. UNB. Brasília/DF.

MAYBURY-LEWIS, David

(1984) A sociedade Xavante. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, RJ.

MELLO, M.G.

(1999) Análise Ambiental e planejamento de uma RPPN no município de Itatinga – SP. Monografia de graduação. IB-UNESP / Rio Claro/SP.

OLIVEIRA, João Pacheco de & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de

(1998) Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai. Em: OLIVEIRA, João Pacheco (org.) Indigenismo e Territorialização. Contra Capa Livraria Ltda. Rio de Janeiro/RJ.(p. 69-124).

PAULA, Jorge Luiz de.

(1997) Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Ubawawê – Mato Grosso. FUNAI, Brasília, DF.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins

(1989) Aldeamentos Goianos em 1750 – os Jesuítas e a Mineração. EM: Revista de Antropologia, volumes 30/31/32. São Paulo: FFLCH/USP. pp. 111-132.

(1991) A experiência Xavante com o mundo dos brancos. UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara - SP.

RESCK, D.V.S. & SILVA, J.E.

(1998) Importância das matas de galeria no ciclo hidrológico de uma bacia hidrográfica. EM: RIBEIRO, J.F. Cerrado: matas de galeria. EMBRAPA-CPAC, Planaltina. DF.

RIBEIRO, Darcy

(1996) Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Editora Vozes, Petrópolis – RJ.

REZENDE, A.V.

(1998) Importância das matas galeria : manutenção e recuperação. Em: RIBEIRO, J.F. Cerrado: matas de galeria. EMBRAPA-CPAC, Planaltina.

ROBINSON, J.G. & REDFORD, H.H.

(1991) Neotropical Wildlife Use and Conservation. University of Chicago Press, Chicago – USA.

SANTILLI, Márcio

(1999) *Natureza e situação da demarcação das terras indígenas no Brasil*. Em: Demarcando Terras Indígenas - Experiências e Desafios de um Projeto de Parceria. Brasília/DF, FUNAI/PPTAL/GTZ. (p. 23-44).

SANTILLI, Juliana

(1999) *A proteção jurídica às terras indígenas e a seus recursos naturais*. EM: Demarcando Terras Indígenas - Experiências e Desafios de um Projeto de Parceria. Brasília/DF, FUNAI/PPTAL/GTZ. (p.45-64).

SBARDELLOTTO, Pe. Pedro

(1996) *Sugestões para criação de reservas par os índios Xavante*. EM: Chovelon, Pe. Hipólito & Fernandes, Me. Francisco & Sbardellotto, Pe. Pedro: Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas. Missão Salesiana de Mato Grosso, Campo Grande - MS.

SERPA, Paulo Marcos de Noronha

(1990) Laudo Pericial sobre o Território de Ocupação Xavante: um estudo de ocupação imemorial Xavante do Vale do rio Couto Magalhães. (Área Indígena Parabubure). Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do estado de ato Grosso. São Paulo, SP.

SOUZA, Lincoln de

(1953) Os Xavante e a Civilização. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro/RJ. js

TORAL, André Amaral de

(1985) *Xavantaço ou Funailaço?*. EM: Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil - Especial 17. CEDI, São Paulo/SP. (p. 344-345).

USP / UICN / F.FORD.

(1990) *Programa de pesquisa e conservação de áreas úmidas no Brasil – Inventário de áreas úmidas do Brasil*. São Paulo/SP.

WENZEL, Eugenio & PAULA, Jorge Luiz de

(1999) Relatório de Identificação e Delimitação das Áreas 2 e 3 (Terra Indígena Parabuburi/Xavante). FUNAI/Brasília, DF.

WWF Brasil.

(2000) *Manejo de Fauna na Reserva Xavante Rio das Mortes, MT: cultura indígena e método científico integrados para a conservação*. Brasília. WWF- Brasil, vol.4.

DOCUMENTOS - Funai

1) **Processo nº 1812/81** - "Imemorialidade da presença indígena, Pimentel Barbosa e Parabubure" - Angela Baptista (antropóloga), Memo nº 60/PJ/81.

2) **Processo nº 17069/ 79** - "Carta de Apresentação" - Mario Andreazza - Ministro do Interior.

3) **Processo nº 1809/78** - Parecer 005/78 - Claudio dos Santos Romero

4) **Estudo nº 012/3a.SC/79** - Reserva Indígena Couto Magalhães

5) **Estudo 220/3a. SC/79** - Proposta para a Criação da Reserva Indígena de Parabubure

6) **Parecer** de Hélio da Rocha Santos - técnico da Funai - 17.04.1979 - mimeo).